

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**

**ROSANNA MONTERO CASTILLO**

**CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE TERRITORIALIDADE: AVALIAÇÃO DAS  
PESQUISAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NA ÁREA  
INTERDISCIPLINAR DA CAPES A PARTIR DOS ESTUDOS SOCIAIS DA  
CIÊNCIA E A TECNOLOGIA (ESCT)**

CURITIBA

2023

**ROSANNA MONTERO CASTILLO**

**CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE TERRITORIALIDADE: AVALIAÇÃO DAS  
PESQUISAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NA ÁREA  
INTERDISCIPLINAR DA CAPES A PARTIR DOS ESTUDOS SOCIAIS DA  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA (ESCT)**

**Conceptions and practices of Territoriality: evaluation of *stricto sensu*  
graduate research in the interdisciplinary area of CAPES based on Social  
Studies of Science and Technology (SSST)**

Trabalho de pesquisa de doutorado apresentado  
como requisito para obtenção do título de Doutora em  
Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica  
Federal do Paraná(UTFPR). Área de concentração:  
Tecnologia e Sociedade.  
Orientador: Domingos Leite Lima Filho

CURITIBA

2023



Esta licença permite compartilhamento, remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Campus Curitiba



ROSANNA MONTERO CASTILLO

**CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE TERRITORIALIDADE: AVALIAÇÃO DAS PESQUISAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU NA ÁREA INTERDISCIPLINAR DA CAPES A PARTIR DOS ESTUDOS SOCIAIS DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (ESCT)**

Trabalho de pesquisa de doutorado apresentado como requisito para obtenção do título de Doutora Em Tecnologia E Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Tecnologia E Sociedade.

Data de aprovação: 11 de Abril de 2023

Dr. Domingos Leite Lima Filho, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Claudia Novaes Deina, Mestre+Rsc-Iii (Lei 12772/12 Art 18) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr. Decio Esteveao Do Nascimento, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr. Irlan Von Linsingen, Doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc)

Dra. Maria Sara De Lima Dias, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 12/04/2023.

## AGRADECIMENTOS

Minha gratidão infinita para todas aquelas instituições e pessoas que fizeram possível a culminação desta tese, que se traduz em mais que um documento que reúne quatro (04) anos de pesquisa, porque representa também meu processo de transformação como pessoa e como profissional, ao permitir-me compreender e assumir ainda mais minha responsabilidade de contribuir em fazer deste mundo um lugar melhor.

Agradeço especialmente à Organização dos Estados Americanos (OEA), ao Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela oportunidade de estudar com bolsa doutoral.

À Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) que abriu suas portas para ingressar ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE), e ser parte do Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Educação e Tecnologia (GETET).

Gratidão de coração a todas e todos os professores e colegas com quem compartilhei a sala de aula, em especial para:

As professoras Nanci Stancki da Luz, Lindamir Salete Casagrande e Maria Sara de Lima Dias por me receber, orientar e apoiar desde a minha chegada na universidade em aspectos que iam além do acadêmico.

Igualmente foram determinantes -no sentido mais positivo- em minha formação os professores Mário Lopes Amorim, Nilson García, Geraldo Augusto Pinto, Décio Estevão do Nascimento, Eloy Casagrande e Tiago Brandão. Só gratidão!

E, muito especialmente ao professor Domingos Leite Lima Filho, meu orientador, que me ensinou a confiar mais em mim, em meus conhecimentos e habilidades, gratidão!

Gratidão especial para minhas colegas que fizeram o caminho mais fácil, agradável, cheio de aprendizado, cafés (muitos) e transformando-se em amigas de alma: Luciane Maria Trippia, Jane Lanzarin, Gisele Do Rocio Guimarães, Rosangela Wojdela Cavalcanti, Márcia Sabina Rosa Blum, Luciana Szenczuk, Giselle Quaesner, Susimara Gomes e Yelitza Barrera Juarez. Cada uma de vocês preencheram minha vida de forma muito especial.

E, para meus amigos queridos Carlos Contreras, Acir Batista Moreira e Ricardo Gomes Luiz sempre disposto a me apoiar além do acadêmico, agradeço ter vocês em meu caminho.

Agradeço imensamente as orientações que brindaram para mim, meus maestros professores Maria Isabel Mujica e Trino Barreto, suas orientações foram fundamentais neste caminho.

Um super especial agradecimento para todos meus familiares: Tia Paula, Tio Francisco e minha querida prima Francilina pelo apoio e orações, e minhas amigas da Venezuela no mundo Aracelys, Nélide, Daysi, María, Yasmira, Lesbia, Yelitza, Maria Alejandra, Luisa, Irma, Karina, Heylin, Katty, Mafer, Karim, Stephanie com a doce Giovanna e meus amigos Leovaldo, Spiridione, Heber, Francisco e o grande Cristian que apostaram em mim, me acompanharam nesta aventura à distância com carinho e muita solidariedade.

A minhas casas de estudos na Venezuela, nas quais adquiri minhas habilidades profissionais:

Universidade Fermín Toro (UFT)

Universidade Santa Maria (USM)

Universidade Cienfuegos (Convenio Cuba-Venezuela)

Universidade Central de Venezuela (UCV)

E, muito especialmente, gratidão a minha Universidade Politécnica Territorial “Arístides Bastidas” por todo permitir-me trabalhar e pôr em prática meus conhecimentos e pelos maravilhosos colegas por compartilhar todo um caminho cheio de aprendizado.

Finalmente, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Gratidão infinita no meu coração!!!

## DEDICATÓRIA

Se existe uma **força** superior que me sustenta, para mim ela se chama **Deus**, gratidão por realizar este desejo do meu coração muito melhor do que eu imaginava.

Se existe a **fé**, seu nome é **Maria**, minha mãe, que é quem a ativa para seus seres queridos e obtém resposta imediata. Gratidão mãe por suas orações que sempre me mantêm de pé e me ajudaram a chegar até aqui hoje. Te amo mãe!

Se a **esperança** de conseguir algo ou ser melhor a cada dia existe, tem o nome do meu pai, **Luís**. Gratidão por me dar sua melhor herança, sua força, humildade, disciplina e perseverança que me ajudaram a não desistir e sobre tudo me ensinaram que seu amor transcende a vida. Vives em mim!

Se a **união** existe, tem o nome de meus irmãos **Maribel, Luís e Marling**, vocês sempre estão para mim em qualquer circunstância. O apoio fornecido por vocês tem sido vital nesta caminhada. Amo vocês!

Se existe a **alegria**, tem os nomes de todos os meus sobrinhos e sobrinhas em suas duas gerações, a primeira cheia de aprendizados com **Marbelis, AndribeL, Carlos Luís, Luís Sebastian, Dhana Sofia** e, a segunda é só amor puro **Santiago, Lucia Victoria e Fabricio**. Para vocês que me inspiram e me enchem de esperanças para empreender novas aventuras é este trabalho, que simboliza possibilidades, superação, sonhar em grande, porque tudo é possível. Amo vocês!

Se os **presentes** da vida existem, têm os nomes **Doris, Darling Daniela, Oscar Manuel, Luís** e a doce **Marlene Sofia**, que chegaram para complementar minha família, gratidão pelo carinho e companhia!

Se a **valentia** e os **mestres** de vida existem, um tem o nome de meu sobrinho **Luís Sebastian**, que cada dia com seu sorriso, suas ocorrências, suas decisões, perguntas e ações me desafia a ser cada dia uma melhor pessoa. Você é luz para meu caminho, motivo de inspiração e o mais lindo amor. Conta comigo sempre, amo você!

E, gratidão de coração especialmente para meu admirado, respeitado e apreciado **Oscar**, porque se o **amor** de casal existe, tem seu nome, seu amor e apoio incondicional facilitou meu caminho, juntos crescemos em todos os sentidos, reinventando-nos com cada desafio e fortalecendo nossos laços de amizade, companheirismo, cumplicidade, comunicação e o mais lindo amor. Com você tudo!

***[...] O mapa não é o território!***

**Pressuposição da PNL (KORZYBSKI, 1958).**

## RESUMO

A pós-graduação *stricto sensu*, ao nível do mestrado e do doutoramento, constituem o conjunto de processos de ensino-aprendizagem destinados a garantir uma maior preparação dos egressos universitários, em correspondência com os avanços técnico-científicos que permitem responder, através da investigação científica, às necessidades sociais. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo avaliar a territorialidade, em termos de concepções e práticas, em pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES a partir dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT). Desenvolve-se a partir de um referencial teórico-metodológico pautado na perspectiva crítica da ESCT e do materialismo histórico dialético (MHD), fundamentais para compreender as transformações sociais que se constituem através dos mais variados processos, como é o caso da territorialidade. A metodologia consistiu em uma análise bibliométrica em duas bases de dados: uma, de referência internacional, SCOPUS, e outra, de referência nacional, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES – instituição que tem papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil – a fim de conhecer o estado atual das pesquisas sobre Territorialidade. Verificou-se que o objeto em estudo possui uma trajetória de mais de 34 anos de pesquisa; as teses representam cerca de 23%, e as dissertações concentram 73% das produções científicas nas nove áreas acadêmicas definidas pela CAPES, com maior incidência nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Multidisciplinares e Ciências Sociais Aplicadas. Com os resultados anteriores, foi realizada uma análise de conteúdo das teses e dissertações desenvolvidas na área, com foco nas dimensões: Física/Natural, Simbólica/Cultural, relação tempo-espaço-território, além de identificar as práticas territoriais que utilizam os atores sociais para transformar sua realidade (realizada por agentes capitalistas e/ou práticas espaciais insurgentes). Os resultados mostraram a importância da Territorialidade, verificando-se a necessidade de os pesquisadores tomarem conhecimento do processo de pesquisa sobre o objeto em estudo, ao mesmo tempo em que adotam estratégias metodológicas, procedimentos, categorias e conceitos que permitam gerar respostas adequadas para as metas que eles definiram. Um conceito sobre Territorialidade foi gerado com base nas pesquisas estudadas, e entendeu-se que ela nasce e é permeada pelas interações humanas, evolui, se adapta e marca padrões de mudança nas necessidades de novas pesquisas, o que a torna uma concepção dinâmica, não acabada e determinada pelo contexto, momento histórico e concepções de quem a analisa. Além dos objetivos, observou-se nas teses e dissertações avaliadas que há: 1) a necessidade de aprofundar os estudos decoloniais como uma expansão dos estudos CTS. 2) pouca evidência de novos conceitos na área de estudo e 3) ausência de novas estratégias, práticas ou processos metodológicos.

**Palavra-chave:** territorialidade; CTS; interdisciplinaridade; CAPES.



## ABSTRACT

The *stricto sensu* postgraduate, at the master's and doctoral level, constitute the set of teaching-learning processes aimed at guaranteeing a greater preparation of university graduates, in correspondence with technical-scientific advances that allow responding, through scientific research to social needs. In this sense, the present study aims to evaluate the territoriality, in terms of concepts and practices, in *stricto sensu* postgraduate research in the interdisciplinary area of CAPES from the Social Studies of Science and Technology (ESCT). It is developed from a theoretical-methodological framework based on the critical perspective of the ESCT and the dialectical historical materialism (MHD), fundamental to understand the social transformations that are constituted through the most varied processes, as is the case of the territoriality. The methodology consisted of a bibliometric analysis in two databases: one, of international reference, SCOPUS, and the other, of national reference, in the Catalog of Theses and Dissertations of CAPES – an institution that plays a fundamental role in the expansion and consolidation of *stricto sensu* postgraduate studies in Brazil – in order to know the current state of research on Territoriality. It was verified that the object under study has a trajectory of more than 34 years of research; theses represent about 23%, and dissertations concentrate 73% of the scientific productions in the nine academic areas defined by CAPES, with the highest incidence in the areas of Human Sciences, Multidisciplinary Sciences and Applied Social Sciences. With the previous results, a content analysis of the theses and dissertations developed in the area was carried out, focused on the dimensions: Physical/Natural, Symbolic/Cultural, time-space-territory relationship, in addition to identifying the territorial practices that they use. social actors to transform their reality (carried out by capitalist agents and/or insurgent spatial practices). The results showed the importance of Territoriality, verifying that there is a need for researchers to become aware of the research process on the object under study, at the same time that they adopt methodological strategies, procedures, categories and concepts that allow generating adequate responses to the goals they set. A concept on Territoriality was generated based on the research studied, and it was understood that it is born and is permeated by human interactions, evolves, adapts and marks patterns of change in the needs of new research, which makes it a dynamic conception, not finished and determined by the context, historical moment and conceptions of those who analyze it. In addition to the objectives, it was observed in the evaluated theses and dissertations that there are: 1) the need to deepen Decolonial studies as an expansion of STS studies. 2) little evidence of new concepts in the study area, and 3) absence of new strategies, practices, or methodological processes.

**Keyword:** territoriality; CTS; interdisciplinarity; CAPES.

## RESUMEN

La posgraduación *stricto sensu*, a nivel de maestría y doctorado, constituyen el conjunto de procesos de enseñanza-aprendizaje encaminados a garantizar una mayor preparación de los egresados universitarios, en correspondencia con los avances técnico-científicos que permitan responder, a través de la investigación científica, a las necesidades sociales. En ese sentido, el presente estudio tiene como objetivo evaluar la territorialidad, en términos de conceptos y prácticas, en las investigaciones de posgrado *stricto sensu* en el área interdisciplinaria de la CAPES a partir de los Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología (ESCT). Se desarrolla a partir de un marco teórico-metodológico basado en la perspectiva crítica de los ESCT y el materialismo histórico dialéctico (MHD), fundamentales para comprender las transformaciones sociales que se constituyen a través de los más variados procesos, como es el caso de la Territorialidad. La metodología consistió en un análisis bibliométrico en dos bases de datos: una, de referencia internacional, SCOPUS, y otra, de referencia nacional, en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la CAPES – institución que realiza un papel fundamental en la expansión y consolidación de la posgraduación *stricto sensu* en Brasil – con el fin de conocer el estado actual de la investigación sobre la Territorialidad. Se verificó que el objeto en estudio tiene una trayectoria de más de 34 años de investigación; las tesis representan cerca del 23%, y las disertaciones concentran el 73% de las producciones científicas en las nueve áreas académicas definidas por la CAPES, con mayor incidencia en las áreas de Ciencias Humanas, Multidisciplinarias y Ciencias Sociales Aplicadas. Con los resultados anteriores, se realizó un análisis de contenido de las tesis y disertaciones desarrolladas en el área, centrado en las dimensiones: Física/Natural, Simbólica/Cultural, relación tiempo-espacio-territorio, además de identificar las prácticas de territorialidad que utilizan los actores sociales para transformar su realidad (realizadas por agentes capitalistas y/o prácticas espaciales insurgentes). Los resultados mostraron la importancia de la Territorialidad, verificándose que existe la necesidad de que los investigadores tomen conciencia del proceso de investigación sobre el objeto en estudio, al mismo tiempo que adopten estrategias metodológicas, procedimientos, categorías y conceptos que permitan generar respuestas adecuadas a los objetivos que establezcan. Se generó un concepto sobre Territorialidad con base en las investigaciones estudiadas, y se comprendió que nace y es permeada por las interacciones humanas, evoluciona, se adapta y marca patrones de cambio en las necesidades de nuevas investigaciones, lo que la convierte en una concepción dinámica, no acabada y determinada por el contexto, momento histórico y concepciones de quienes la analiza. Además de los objetivos, se observó en las tesis y disertaciones evaluada que existen: 1) la necesidad de profundizar en los estudios Decoloniales como expansión de los estudios CTS. 2) poca evidencia de nuevos conceptos en el área de estudio, y 3) ausencia de nuevas estrategias, prácticas o procesos metodológicos.

**Palabras claves:** territorialidad; CTS; interdisciplinarietà; CAPES.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. História dos Estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).....	122
Figura 2. Tradições dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (CTS) .....	128

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Produção científica sobre Territorialidade por país.....	152
Gráfico 2. Produção científica sobre Territorialidade por ano.....	153
Gráfico 3. Produção científica sobre Territorialidade por área de conhecimento ....	154

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Critérios de pesquisa nas bases de dados SCOPUS e CAPES .....	37
Quadro 2- Resumo metodológico da pesquisa .....	41
Quadro 3- Dissertações selecionadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.....	157
Quadro 4- Teses selecionadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES .	158
Quadro 5- Práticas de territorialidade.....	185

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Resultados da pesquisa pela palavra-chave: Territorialidade/ Territorialidades na Base de Dados SCOPUS.....	148
Tabela 2- Resultados da Pesquisa pela palavra-chave: Territorialidade/ Territorialidades no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES .....	150
Tabela 3- Resultados da pesquisa pela palavra-chave: Territorialidade/ Territorialidades, no âmbito da área Multidisciplinar no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES .....	151
Tabela 4- Teses e Dissertações selecionadas no Catálogo da CAPES, segundo o tipo de Documento e a Área de conhecimento.....	156
Tabela 5- Teses e Dissertações selecionadas no Catálogo da CAPES, segundo o tipo de Documento e o Ano de publicação .....	164
Tabela 6- Teses e Dissertações selecionadas no Catálogo da CAPES, segundo o tipo de Documento e o Sexo .....	164
Tabela 7- Teses e Dissertações selecionadas no Catálogo da CAPES segundo a área de conhecimento específica.....	165

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AsoVAC</b>	Associação Venezuelana para o Avanço da Ciência
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>GCUB</b>	Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras
<b>GETET</b>	Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Educação e Tecnologia
<b>IES</b>	Instituições de Ensino Superior
<b>IUTY</b>	Instituto Universitário de Tecnologia de Yzacuy
<b>MHD</b>	Materialismo Histórico Dialético
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>OEA</b>	Organização dos Estados Americanos
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PAAP</b>	Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos
<b>PPG/PPGs</b>	Programa de Pós-Graduação
<b>PPGTE</b>	Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade
<b>TT</b>	Tecnologia e Trabalho(Linha de pesquisa)
<b>UFT</b>	Universidade “Fermín Toro”
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.
<b>UPTAB</b>	Universidade Politécnica Territorial de Yzacuy “Aristides Bastidas
<b>UTFPR</b>	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
1.1. Objetivo geral .....	28
1.2. Objetivos específicos .....	28
<b>2. PERCURSO METODOLÓGICO PARA AVALIAR A TERRITORIALIDADE.....</b>	<b>31</b>
2.1. ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA.....	33
2.1.1. Pesquisa Internacional .....	35
2.1.2. Pesquisa Nacional.....	35
2.2. ANÁLISE DE CONTEÚDO:.....	38
<b>3. TERRITORIALIDADE: CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS PARA SUA COMPREENSÃO.....</b>	<b>43</b>
3.1. CONCEITUANDO O CENÁRIO: TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE.....	43
3.2. A HISTORICIDADE DOS CONCEITOS DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE.....	49
3.3. CRITÉRIOS PARA A ANÁLISE DA TERRITORIALIDADE.....	61
3.3.1. Dimensões geográficas/analíticas da territorialidade.....	62
3.3.2. Dimensões relacionais: Espaço-tempo-território .....	68
3.4. PRÁTICAS EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS DE TERRITORIALIDADE .....	70
3.4.1. Sobre práticas, práxis e práticas sociais.....	71
3.4.2 Das práticas sociais às práticas de territorialidade.....	82
<b>4. SOBRE A CAPES.....</b>	<b>91</b>
4.1. O QUE É A CAPES? .....	91
4.2. PERCORRIDO HISTÓRICO DA CAPES.....	92
4.2.1. Inícios (1951 a 1981): primazia pela qualidade do ensino:.....	92
4.2.2. Amadurecimento (1982 a 1989): consolidação do modelo de avaliação da pós- graduação. ....	94
4.2.3. Divisor de águas (1990 a 2016).....	95
4.2.4. Atualidade (2018 até atualidade).....	97
4.2.5. Crise atual da CAPES .....	99
4.3. O PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES .....	104
4.4. INTERDISCIPLINARIDADE NA CAPES.....	106
<b>5. INTERDISCIPLINARIDADE E OS ESCT: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DA TERRITORIALIDADE.....</b>	<b>108</b>



5.1. SOBRE INTERDISCIPLINARIDADE .....	108
5.1.1. Concepções da interdisciplinaridade .....	108
5.1.2. Origem e evolução da interdisciplinaridade.....	113
5.1.3. Interdisciplinaridade e Territorialidade .....	119
5.2. O CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DOS ESTUDOS SOCIAIS DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA (ESCT).....	121
5.2.1. Tradições do pensamento CTS.....	127
5.2.1. O que são os estudos decoloniais?.....	138
5.2.2. Breve história dos estudos decoloniais .....	140
5.2.3. Estudos Decoloniais e Territorialidade .....	143
5.3. DESAFIOS GLOBAIS PARA OS ESTUDOS CTS NA ATUALIDADE .....	146
<b>6. A TERRITORIALIDADE NA PESQUISA DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> NA ÁREA INTERDISCIPLINAR DA CAPES.....</b>	<b>148</b>
6.1. APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA.....	148
6.1.1. Pesquisa Internacional (Base de Dados SCOPUS):.....	148
6.1.2. Pesquisa Nacional (Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES): .....	149
6.1.3. Comparativa gráfica dos resultados da busca nas bases de dados SCOPUS e no catalogo de Teses e Dissertações da CAPES .....	151
6.1.4. Seleção das Teses e Dissertações de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na área interdisciplinar da CAPES. ....	155
6.2. RESULTADOS DA ANÁLISE CONTEÚDO .....	170
6.2.2. Análise das dimensões geográficas/análíticas da territorialidade.....	174
6.2.3. Análise da relação espaço-tempo-território .....	182
6.2.4. Análise das práticas explícitas e implícitas da Territorialidade .....	184
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>193</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>198</b>
<b>APÊNDICE 1.....</b>	<b>215</b>
<b>APÊNDICE 2.....</b>	<b>217</b>
<b>APÊNDICE 3.....</b>	<b>218</b>
<b>APÊNDICE 4.....</b>	<b>219</b>
<b>APÊNDICE 5.....</b>	<b>220</b>
<b>APÊNDICE 6.....</b>	<b>229</b>
<b>APÊNDICE 7 .....</b>	<b>248</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A pós-graduação constitui o conjunto de processos de ensino-aprendizagem destinados a garantir a maior preparação dos graduados universitários, com o objetivo de gerar, completar, atualizar e aprofundar os conhecimentos e habilidades que possuem e atingir um nível superior no campo específico de uma profissão ou uma área específica da ciência e tecnologia, em correspondência com os avanços técnico-científicos e as necessidades sociais que exigem respostas e estratégias para a sua abordagem.

Um caso particular, é representado pela autora desta tese, venezuelana, nascida na cidade capital Caracas. cursou estudos universitários e obteve o grau de Engenheira em Computação, já completa mais de 26 anos de graduação, e é uma estudiosa da tecnologia e uma testemunha crítica dos avanços que aparecem a cada dia transformando a maneira de fazer as coisas. Enquanto estudou, trabalhou como instrutora em programação e matemática, duas áreas que marcaram sua trajetória profissional.

Em 1999, ingressou no Instituto Universitário de Tecnologia de Yaracuy (IUTY, 1973), hoje Universidade Politécnica Territorial de Yaracuy “Aristides Bastidas” (UPTYAB, 2012), onde desenvolveu suas habilidades docentes e colocou seu potencial a serviço dos alunos – ensinando várias disciplinas – bem como da comunidade em geral, através de atividades de divulgação com a equipe de alfabetização tecnológica da universidade e da Associação Venezuelana para o Avanço da Ciência (AsoVAC<sup>1</sup>). Além disso, ocupou cargos administrativos aliados à docência que lhe permitiram conhecer, compreender e vivenciar a dinâmica social real para além da sala de aula.

A partir daí, se especializou em novas formas de transmitir seus conhecimentos para contribuir com o processo de transformação da sua comunidade, iniciou uma longa carreira de estudos profissionais que lhe permitiram chegar até hoje. Através do convênio Cuba-Venezuela, se formou Mestre em Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT), com o qual ampliou sua visão sobre os impactos da tecnologia na humanidade ao longo da história e suas implicações em todas as áreas,

---

<sup>1</sup> A AsoVAC é uma organização nacional sem fins lucrativos, composta principalmente por cientistas e profissionais unidos na atividade de promover e divulgar a pesquisa científica e suas aplicações na Venezuela.

social, econômica, política, cultural; além de identificar as contradições na concepção determinista e neutra da ciência e das tecnologias que não responde às reais necessidades que permitam construir uma sociedade em condições justas e que só beneficia uma elite de poder.

Por esses motivos, continuou sua caminhada se aprofundando na área de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), buscando fazer a formação de Doutorado. Foi assim, que através das opções de bolsas oferecidas pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e pelo Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), teve a fortuna de ingressar no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), que através de uma abordagem interdisciplinar permite analisar os problemas sociais em uma perspectiva que facilita descobrir as interações entre tecnologia e sociedade, de forma que sejam geradas propostas que contribuam para o fortalecimento de uma sociedade mais justa e solidária, na qual o pensamento tecnocrático possa ser minimizado e o pensamento crítico construtivo prevaleça sobre a concepção, produção e uso social da tecnologia.

Já como aluna de doutorado, estudando na linha de pesquisa Tecnologia e Trabalho (TT) e integrando o Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Educação e Tecnologia (GETET), encontra-se interessada - como resultado da sua experiência como professora, pesquisadora e pela natureza territorial de sua universidade – em buscar aprofundar-se no conhecimento de duas áreas de pesquisa em crescente evolução e transformação: Territorialidade e CTS, pensando na natureza complexa dos problemas que afrontam a sociedade moderna na atualidade, que requer novas abordagens nas formas de produção de conhecimento e na formação de recursos humanos, de forma que permitam contribuir com avanços das fronteiras da Ciência e Tecnologia com finalidade de compreender melhor as dinâmicas que as envolvem.

Com base no anterior, se evidencia que a capacitação do pessoal por meio da pós-graduação amplia visão dos profissionais em seu campo de atuação e tem um vasto conjunto de desdobramentos que precisa ser constantemente estudado nos cenários atuais, considerando os seus múltiplos contextos: inclusão social, ambiental, tecnológico entre muitos outros, sendo importante o reconhecimento do papel das universidades e das instituições que tem a responsabilidade de sua organização, avaliação e difusão.

No caso particular da pós-graduação brasileira -com mais de 65 anos de sua existência - apresenta um histórico de destaque com relação às políticas públicas praticadas na área de educação e pesquisa desde os seus inícios, pelo fato de ter seguido uma expansão qualificada, organizada e contínua, o que explica grande parte de seu sucesso ao gerar um número importante de pesquisas, em diversas áreas do conhecimento, que tem contribuído notavelmente no desenvolvimento do país.

As temáticas e problemas estudados ao nível de pós-graduação são muito diversos e tem contribuído na geração e análises de transformações importantes em áreas como: política, economia, educação, meio ambiente, sociologia, entre tantas outras, demonstrando historicamente que embora os conhecimentos científicos e tecnológicos tenham permitido as mudanças sociais salvando e aumentando a expectativa de vida, também destacam setores importantes da sociedade e o meio ambiente que foram agredidos e excluídos, pois a dinâmica em que se desdobram responde à lógica capitalista.

É por isso que, segundo o informe da Comunidade Madrid (2020), “20 anos após a Declaração de Budapeste sobre ciência e uso do conhecimento científico”, ainda é válido o ponto de inflexão que obriga a todos, políticos, comunidade científica e sociedade em geral, levar a sério as consequências das investigações, já que a tecnociência<sup>2</sup> se tornou e continua sendo uma aliada do poder e, conseqüentemente, da violência, da desigualdade e da injustiça mundial.

Assim, como também assinala o informe da Comunidade Madrid (2020), sendo imprescindível repensar a pesquisa científica como meio de respeitar os direitos humanos, a busca pela paz e o desenvolvimento sustentável através de caminhos que garantam maior equidade e igualdade em todos os aspectos que envolvem o ser humano, por meio dos quais se estabeleça um diálogo entre áreas fundamentais como a ciência, a tecnologia, a política e sociedade que gere confiança mútua e canalize a solução para os inúmeros problemas que a sociedade enfrenta atualmente. O objetivo é apontar para o estabelecido em Budapeste de que a ciência deve estar a serviço do conhecimento; o conhecimento a serviço do progresso e que a Ciência e a Tecnologia devem ser para a sociedade.

---

<sup>2</sup> Tecnociência. Complexo científico-tecnológico utilizado para designar o que é muito difícil de distinguir nas atividades reais de I&D (Inovação e Desenvolvimento), tanto nos seus procedimentos como nos seus resultados. É um termo muito difundido nos estudos de CTS, de onde se origina, e já é amplamente utilizado em muitas outras áreas (LÓPEZ CERREZO, *et al.*, 2000).

Portanto, constitui um desafio para os pesquisadores, de todas as áreas do conhecimento e em todos os tempos, tentar encontrar respostas para os problemas cada vez mais complexos que se geram nas dinâmicas sociais, para que se abrirem novos caminhos de compreensão e se produzam soluções pertinentes ao nível de teorias, metodologias, processos e procedimentos que convirjam para ações concretas, que permitam vida digna à população, em especial aos menos favorecidos.

Um bom exemplo é vivido na atualidade, quando o processo de modernização em que se está imerso, arrasta fortemente para a globalização do conhecimento, deixando de lado as contradições, as relações humanas e as particularidades e singularidades que as diferenciam, dificultando o caminho investigativo.

Isso se deve, segundo Hui Yuk (2020), a que o processo de globalização tem clara influência na estruturação territorial do planeta, através das pressões que exerce sobre a sociedade e, principalmente, sobre a natureza, a qual representa - na perspectiva das relações capitalistas de produção - apenas a fonte de matéria-prima para a produção de bens e serviços científicos e tecnológicos.

Segundo Herrera e Herrera (2020, p. 107), o exposto leva à consolidação "em escala planetária, da suposta supremacia do ser humano sobre todos os tipos de existência ([...]), e colocando, além disso, uma grande diversidade de espécies, até mesmo a sua, em risco de extinção".

Com base no exposto, e considerando os elementos atuais que definem a dinâmica de uma sociedade capitalista, caracterizada por um processo de globalização e enquadrada em uma crise de saúde sem precedentes que a fragmentou ainda mais, apresenta-se a seguinte pesquisa: Concepções e práticas de Territorialidade: avaliação da pesquisa de pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES a partir dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT).

Esta pesquisa considera a territorialidade como objeto de estudo que pode ser analisada com uma perspectiva interdisciplinar a partir dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT), o que permite que as fronteiras científicas - tecnológicas possam ser expandidas, a fim de tentar compreender e buscar soluções para os inúmeros problemas sociais atuais.

Essas soluções podem ser possíveis de encontrar através da convergência ou complementaridade de várias disciplinas, de forma a gerar novas concepções e práticas de investigação, transferência, ou melhor dito, tradução ou (re)interpretação

de conceitos e métodos com vista a uma leitura mais rica da realidade, sendo o que Pombo (2013) define como interdisciplinaridade, destacando que esse tipo de abordagem não deve ser pensado apenas a partir do sujeito que faz ciência, mas é algo que tem a ver com o próprio objeto de pesquisa e com suas contradições.

Sobre a interdisciplinaridade, segundo Frigotto (2008), se impõe como uma necessidade e como um problema fundamentalmente no plano histórico-cultural material e no plano epistemológico, porque:

[...] a produção do conhecimento se fundamenta no caráter dialético da realidade social e é, ao mesmo tempo, única e diversa, tanto pelo caráter intersubjetivo de sua apreensão, quanto pelo caráter único e diverso da realidade social que nos obriga a distinguir entre limites reais dos sujeitos que investigam os limites do objeto investigado. (FRIGOTTO, 2008, p. 43).

Frigotto (2008) também se refere a que o processo de conhecimento impõe a delimitação de um determinado problema sem abandonar as múltiplas determinações que o constituem, reconhecendo a totalidade que o cerca. O autor assinala que por isso a interdisciplinaridade é fundamental na construção do conhecimento social, porque permite de alguma forma romper a marca da sociedade capitalista, que faz com que a produção de conhecimento científico e o trabalho interdisciplinar sejam prisioneiros de uma materialidade social dividida em classes cujos interesses são antagônicos.

Também, é importante destacar que a pesquisa interdisciplinar não é apenas a combinação de disciplinas para enfrentar um problema social, mas também implica uma condição que, segundo Frigotto (2008), é que as concepções da realidade, do conhecimento, dos pressupostos e categorias de análise são formuladas de forma crítica.

Nesse sentido, um dos maiores desafios da atualidade para que o trabalho científico - tecnológico seja mais crítico, e em particular nas áreas das Ciências Sociais consiste, como afirma Hui (2020, p. 27), em: “[...] apropriar-se, reapropriando-se das tecnologias modernas, dando-lhes novos rumos e novos enquadramentos de referências, procurando outros pontos de vista: ontológicos e epistemológicos [...]”.

Portanto, existe uma necessidade social de atenção a outros pontos de vista na interpretação do fenômeno científico e tecnológico, na qual Hui (2020) embasa sua crítica ao direcionamento único e centrado na modernidade originária do eurocentrismo que se espalha de forma dominante pelo mundo, desde o advento da

modernidade, como perspectiva única de cosmovisão. Nesse sentido, o autor defende a necessidade de uma nova cosmovisão e cosmotécnica<sup>3</sup> (HUI, 2020).

Desse modo, mostra-se que a interdisciplinaridade permite uma abordagem da territorialidade, que pode ser analisada a partir do viés crítico dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (ESCT) e contribuir com conhecimentos que conduzam a novos referenciais de pesquisa.

Nesse cenário, os ESCT, constituem um exemplo teórico, prático, interdisciplinar para a abordagem de problemas sociais, especialmente daqueles relacionados com as implicações da Ciência e da Tecnologia na sociedade, que tem evoluído, permeado e desafiado, diversas áreas do conhecimento científico porque permite compreender criticamente a dinâmica dos vários fenômenos sociais, dos quais considera o contexto histórico-dialético, aplicando estratégias e metodologias adaptadas ao momento de estudo.

Porém, segundo Montero (2014), ao nível da investigação ainda existe um distanciamento entre a realidade abordada e as necessidades requeridas, entre as estratégias e métodos desenhados com os aplicados, entre a procura e oferta de estudos, entre a formação dos professores e as demandas em sala de aula, que se traduz em profundos problemas que impedem o avanço na solução de problemas substanciais da sociedade.

Assim, os ESCT representam uma importante área de atuação na pesquisa acadêmica, nas políticas públicas e na educação, que reúne elementos teóricos, metodológicos e ideológicos vinculados ao interesse em compreender os vínculos Ciência - Tecnologia - Sociedade, assumidos em diversos pontos de vista e com intenções variadas.

Os fins, segundo autores como López Cerezo (2000), Núñez (2007), Gordillo (2009), entre outros, podem ser de interesse acadêmico ou prático e buscam ser utilizados como recursos para a crítica social, como veículo de renovação dos sistemas educacionais, como alicerce de políticas científicas e tecnológicas, entre outros.

---

<sup>3</sup> Cosmotécnica, para Hui (2020), é a unificação do cosmos e da moral por meio das atividades técnicas, sejam elas da criação de produtos ou de obras de arte. Não há apenas uma ou duas técnicas, mas muitas cosmotécnicas.

É por isso que os ESCT assumem uma grande responsabilidade no que diz respeito à concepção social de Ciência e Tecnologia, conforme expresso por Kreimer e Vessuri (2014, p. 24):

Ainda há muito a ser compreendido sobre os impactos da ciência e tecnologia na sociedade e, por sua vez, sobre a força e a capacidade da sociedade de influenciar a direção da ciência e da tecnologia de muitas maneiras complexas.

No que concerne, os ESCT segundo Arellano e Kreimer (2011, p. 14), apresentam vários desafios teóricos e metodológicos:

1) compreender, a partir de diferentes abordagens teóricas, as dinâmicas de produção e uso social, económico, político e simbólico do conhecimento científico e tecnológico. 2) abordar o papel do conhecimento e da tecnologia na América Latina em um mundo global e avaliar os possíveis caminhos para o futuro. 3) Refletir sobre o papel da pesquisa produzida e indagar sobre suas contribuições. 4) Analisar criticamente as abordagens, estratégias, metodologias em outros países e explorar possibilidades e restrições para a América Latina.

Portanto, considerando esses desafios, cabe às universidades e instituições de apoio e fomento da educação, por meio da pesquisa científica em todos os seus níveis, em especial ao nível da pós-graduação *stricto sensu*<sup>4</sup> (mestrado e doutorado), consolidar as transformações acadêmicas que atualmente se exigem e ocupar um lugar central no paradigma educacional da sociedade do terceiro milênio, com o objetivo de que a pesquisa contribua ainda mais para a solução dos problemas que afligem a sociedade.

Nesse sentido, segundo autores como López Cerezo (2000), Núñez (2007), Gordillo (2009), Kreimer e Vessuri (2014), entre outros, os ESCT – também conhecidos como estudos Ciência, tecnologia e Sociedade (CTS)-, têm mostrado que podem contribuir para elucidar a dinâmica dos diferentes e contraditórios processos pelos quais as sociedades se desenvolvem e portanto, funcionam como uma forma de responder aos desafios de forma responsável conforme as demandas dos contextos em estudo.

---

<sup>4</sup> Trata-se de período de formação posterior à graduação, de natureza acadêmica e de pesquisa, com objetivo principal de aprofundar a formação científica, sendo parte integrante do ensino superior, necessária à realização de fins essenciais da universidade. Pode ser realizada por meio de cursos de mestrado ou de doutorado, os quais concedem diplomas e graus acadêmicos pelos títulos de mestre ou doutor. <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/acao-a-informacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao>.



Diante do exposto, dois conceitos fortemente relacionados entre si, que evoluíram e ainda estão em vigor como temas de pesquisa, ao nível de mestrado e doutorado, permeando cada vez novos cenários, são Território e Territorialidade. Esses conceitos têm uma longa história, são complexos, envolvem múltiplos atores, são afetados e influenciados por dinâmicas internas e externas do contexto social, político, econômico e tecnológico em que estão inseridos e podem ser estudados de forma integrativa ou fragmentada.

Para a sua abordagem, é importante ter clareza sobre: a concepção de mundo, os interesses e posicionamentos quanto às relações de poder, a postura filosófica, os valores do construtor, os interesses acadêmicos e políticos do pesquisador, da comunidade que configura o território e seu contexto, o momento histórico e social. Além disso, podem ser estudados e trabalhados como eixo transversal em qualquer campo de estudo, pois são fundamentais na definição das diferentes perspectivas de resolução de um problema.

Nesse contexto, pode-se compreender o conceito de território que, segundo autores como Santos (2001), Albagli (2004), Llanos-Hernández (2010), Saquet (2015), implica: espaços historicamente construídos que remetem a diferentes contextos e escalas; contêm grande tensão social; são penetrados pelo sentido progressivo do tempo, em que a vida social caminha em múltiplas direções que implicam a possibilidade de fragmentação ou de uma nova integração desse tipo de espaço.

Além disso, Santos (2001), Albagli (2004), Llanos-Hernández (2010), Saquet (2015) concordam que o território constitui um espaço geográfico apropriado – econômica, ideológica e politicamente – que sustenta uma identidade coletiva e que pode ser entendido como um recurso segundo a visão de quem exerce o poder ou como refúgio para quem o habita.

Na perspectiva desses autores, isso leva a uma combinação da dimensão física e simbólica, visto que o controle é exercido sobre o espaço tanto para desempenhar "mediações" quanto para produzir "significados". Portanto, hoje pode-se dizer que o território não tende à homogeneidade, pelo contrário, explora a diferença, a particularidade, a contradição como um todo.

Do exposto decorre que o fenômeno de apropriação do território é denominado territorialidade. Este conceito implica grande complexidade, visto que é multidimensional, multiescalar e se define conforme o espaço - tempo - território em que é estudado. Daí a existência de diferentes análises na perspectiva de múltiplas

disciplinas, que vão desde as Ciências Sociais e Naturais, destacando-se a Geografia para se aprofundar na Biologia, História, Psicologia, Sociologia, Ciência Política, Antropologia, entre outras áreas tangenciais.

Albagli (2004, p. 28), define territorialidade como:

[...] a relação entre um indivíduo ou grupo social e o seu ambiente de referência, manifestando-se nas diferentes escalas geográficas - localidade, região ou país - e expressando um sentimento de pertença e uma forma de agir num dado espaço geográfico. No nível individual, a territorialidade se refere ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. No nível coletivo, a territorialidade também se torna um meio para regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade. A comunidade humana, por sua vez, refere-se a um grupo social unido por interesses da mesma natureza, às vezes com origens comuns e muitas vezes com território comum.

Nessa definição, Albagli (2004) concorda com Saquet (2015, p. 91) em que as relações sociais marcam as referências para o uso do espaço geográfico juntamente com o sentimento de pertencimento, argumentando que a territorialidade é um processo social que envolve “[...] a materialidade e a imaterialidade simultaneamente de formas e relações sociais”, nas quais se criam relações afetivas entre os atores, através de gestos, necessidades e aprendizados, desigualdades, diferenças e identidades, que na interação alimentam, transformam e criam, reproduzem ou renovam territorialidades.

É importante destacar, que o dinamismo que caracteriza a territorialidade como processo é produto das diferentes dimensões que caracterizam as atividades humanas (geográficas, políticas, econômicas, culturais, educativas, entre muitas outras) que na visão de autores como Harvey (1992), Santos (1996), Saquet (2008), Flávio e Saquet (2008), têm um papel fundamental o modo de produção capitalista, que tem sido vinculado às grandes revoluções no meio técnico-científico e informacional, os quais têm gerado profundas transformações no ambiente e nas relações humanas, a partir da denominada compressão espaço-temporal, as interações/movimentos de coisas, capitais, dinheiro, rendas, pessoas, ideias, entre outros.

A esse respeito, Flávio e Saquet (2008) acrescentam que a partir dessa revolução tecno-científica se estabelecem processos produtivos e sociais que tornam os espaços desiguais. Além disso, destacam os autores que “a divisão territorial do trabalho e as diversas formas de divisão e de apropriações, apartações e ligações

engendram diferentes papéis e características aos lugares, tornando-os acessíveis ou impeditivos em termos de acesso a grupos sociais específicos” (FLÁVIO; SAQUET, 2008, p. 72), que de alguma forma estimula a constituição e multiplicação de diversas territorialidades.

Coincide com o raciocínio anterior Quijano (2020, p. 888), quando afirma que a experiência histórica mostra que o capitalismo mundial é “uma estrutura de elementos heterogêneos, tanto em termos das formas de controle do trabalho-recursos-produtos (ou relações de produção) ou em termos dos povos e histórias nele articulados”, que se apropria dos espaços e os organiza conforme os interesses sociais específicos que representa.

Por sua parte, Molina (2021) expressa que o capitalismo através dos grupos sociais dominantes tem se encarregado de cooptar a produção espacial e, com ela, promover dinâmicas de controle social que reduzem ou anulam aquelas que escapam aos seus interesses, criando um tipo de sociedade que o beneficia ao excluir os setores menos favorecidos, ao mesmo tempo em que promoveu e estabelece práticas sociais específicas (consumo, acesso à cultura, trabalho, comunicação, transporte etc.).

Nesse sentido, segundo Saquet (2019), uma forma de redirecionar o caminho definido pelo capitalismo pode ser através dos processos de pesquisa que inclua conceitos, elementos, estratégias de práxis territorial para difundir os conhecimentos e colocando-os ao alcance das comunidades e tentar resolver problemas nas sociedades locais.

A abordagem anterior, faz sentido com o estabelecido por Arellano e Kreimer (2011, p. 14), sobre os desafios teóricos e metodológicos dos Estudos CTS: a necessidade de analisar o papel do conhecimento e da tecnologia – especificamente na América Latina – com a finalidade de procurar novos caminhos possíveis para o futuro e, principalmente, refletir sobre o papel da pesquisa produzida e indagar sobre suas contribuições. Também Dagnino, Thomas e Davyt *et al.* (1996), Kreimer (2007) e Vaccarezza (2011), manifestam-se sobre a necessidade de democratizar, apropriar-se do conhecimento e da necessidade de dar maior visibilidade às atividades realizadas na região e promover ao máximo a participação dos setores sociais em todos seus níveis.

Com base no anterior, a territorialidade é um conceito que está em constante transformação e é praticado de diversas formas, por isso, levando em consideração

que a pesquisa na pós-graduação *stricto sensu* no Brasil tem uma longa trajetória em diversas áreas de conhecimento, e baseado no exposto nos tópicos anteriores apresenta-se este estudo que busca investigar através de uma abordagem interdisciplinar, o aprofundamento teórico e o intercâmbio metodológico sobre o seguinte problema de pesquisa: como a territorialidade é conceituada e praticada nas pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES a partir dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT)?

Dessa interrogante, surgem outras questões que serviram de guia na pesquisa:

Como está sendo pesquisada a territorialidade na pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES?

Quais são os critérios que podem ser utilizados para a avaliar os conceitos e práticas da territorialidade, considerando o viés dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT)?

Como podem ser interpretados os conceitos e práticas de territorialidade nas pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES a partir dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT)?

Com base nessas interrogantes, para a abordagem do problema de pesquisa enunciado propõe-se a seguinte hipótese e objetivos descritos na sequência.

Hipóteses: a territorialidade é conceituada e praticada nas pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES.

### 1.1. OBJETIVO GERAL

Avaliar a territorialidade, em termos de conceitos e práticas, nas pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES a partir dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT).

### 1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Levantar a forma com a qual a territorialidade é pesquisada na pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES.

Identificar os critérios para a análise dos conceitos e práticas de territorialidade a partir dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT).

Interpretar os conceitos e práticas de territorialidade nas pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES a partir dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT).

Para responder aos objetivos expostos, este estudo se desenvolve a partir de um referencial teórico-metodológico baseado na perspectiva crítica dos ESCT<sup>5</sup> e do materialismo histórico dialético (MHD), fundamental para a compreensão das transformações sociais e que se constituem através dos mais variados processos como é a Territorialidade.

Dada a diversidade de categorias do MHD, foram selecionadas quatro para este estudo: historicidade, contradição, mediação e totalidade. A historicidade pelo caráter histórico da atividade humana, que muda e modifica a realidade, a contradição como fonte genuína do movimento, da transformação dos fenômenos, da mediação porque não é apenas compreender e fundamentar um objeto em estudo, mas apresentá-lo como perecível e o transitório, e a totalidade visto que o que se analisa está imerso em um amplo processo que o determina, e não apenas a visão parcial, absolutista e simplista de uma visão dogmática ou sistema estabelecido.

Para isso, no presente estudo, os níveis de pesquisa aplicada foram o exploratório e o analítico. E, para desenvolver a construção teórica foi realizada uma pesquisa bibliográfica, complementada com um estudo bibliométrico que permitiu conhecer o estado da arte atual sobre a concepção do conceito Territorialidade, ao nível internacional e nacional.

Os dados internacionais foram acessados a partir de pesquisa realizada na base de dados SCOPUS e os dados nacionais foram obtidos mediante consulta realizada no Catálogo teses<sup>6</sup> e dissertações<sup>7</sup> da CAPES, fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC) que desempenha um papel fundamental na expansão

---

<sup>5</sup> Com base nos referenciais teóricos estudados no programa de pós-graduação em Tecnologia e Sociedade, especificamente nas disciplinas nas CTS I e CTS II, Territorialidade e Sustentabilidade.

<sup>6</sup> Constitui o trabalho final do curso de doutorado, apresentando originalidade na abordagem do tema durante a pesquisa sobre um determinado objeto com abordagem teórica definida, e sua estrutura pode ser definida em regulamento do programa de pós-graduação *stricto sensu* (monografia, relatório, coletânea de artigos, portfólio entre outros). <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao>.

<sup>7</sup> Constitui o trabalho final do curso de mestrado, contribuindo com reflexões e análises sobre um tema específico, sem, necessariamente, tratar-se de abordagem original do assunto, mas buscando lançar novas interpretações sobre ele. Sua estrutura pode ser definida em regulamento do programa de pós-graduação *stricto sensu* (dissertação, relatório, coletânea de artigos, portfólio entre outros). <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao>.

e consolidação da Pós-Graduação *stricto sensu* (Mestrados e Doutorados) em todos os estados da federação brasileira, e que reúne todas as teses e dissertações desenvolvidas pelas universidades do país, a fim de conhecer o estado atual das pesquisas nas áreas em estudo.

Além disso, foi aplicada a técnica de análise de conteúdo sobre as teses e dissertações cadastradas no catálogo da CAPES que abordem a temática de pesquisa, por tratar-se de uma técnica de interpretação de textos, que quando lidos e interpretados adequadamente abrem as portas ao conhecimento dos diversos aspectos e fenômenos analisados.

Desta forma, o trabalho foi estruturado partindo de uma primeira seção identificada como Introdução, que inclui uma breve trajetória profissional da autora, o problema de pesquisa, os objetivos e a metodologia que norteiam o estudo.

A segunda seção apresenta o Percurso metodológico para avaliar Territorialidade, na qual são descritos os fundamentos teóricos e as diferentes estratégias metodológicas para a análise da Territorialidade nas pesquisas registradas no catálogo de teses e dissertações da CAPES, que inclui a Análise Bibliométrica e a Análise de Conteúdo, além da definição dos critérios de análise e a codificação das informações.

No que concerne, na terceira seção é descrita a Territorialidade: concepções e perspectivas para sua compreensão, na qual se detalha o objeto de estudo, sua concepção, evolução histórica e os critérios para sua interpretação. A quarta seção, descreve a CAPES, como instituição na qual foi desenvolvido o estudo, destacando seus objetivos, sua história e a relação com a temática pesquisada.

Seguidamente, na quinta seção, intitulada Interdisciplinaridade e CTS: Pressupostos teóricos para a abordagem da Territorialidade, são apresentados os elementos teóricos que sustentam a investigação: Interdisciplinaridade e CTS, contextualizando a sua evolução, importância e relevância com a Territorialidade.

A última seção apresenta os resultados sobre a territorialidade nas pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES, que inclui os dados, interpretação e análise dos resultados da pesquisa. Além disso, são incluídas as considerações finais sobre os achados encontrados no processo investigativo, bem como as referências, encerrando com uma série de apêndices que a suportam.

## 2. PERCURSO METODOLÓGICO PARA AVALIAR A TERRITORIALIDADE

O presente estudo foi realizado sob a abordagem metodológica do Materialismo Histórico Dialético (MHD), considerando os referenciais teóricos definidos por Triviños (1987), Frigotto (2010), Gomide (2014) entre outros; que se aplicam nas ciências sociais e que permitem a análise da problemática enunciada em sua totalidade, considerando as dimensões do objetivo e subjetivo, e do empírico e teórico.

O MHD como abordagem metodológica, segundo Gomide (2014), visa compreender o modo humano de produção social da existência, vinculado a uma concepção de realidade, partindo do pressuposto de que o universo e tudo o que nele contém, tem uma existência material concreta e pode ser conhecido racionalmente. E, esse conhecimento que o sujeito produz, reproduz o real em suas múltiplas determinações para superar a aparência imediata das coisas e atingir sua essência.

Segundo Triviños (1987), essa abordagem permite por sua abrangência – que inclui a filosofia, economia, sociologia, antropologia, além de uma perspectiva histórica – circundar o objeto de conhecimento por meio da compreensão de suas mediações e correlações.

O método materialista (concreto) histórico (baseado na história) e dialético (que considera as contradições) tem bases expressivas e permite uma análise completa para a ação investigativa, como Gadotti (1997, p. 27) expressa que quem usa o método deve considerar a “dialética da natureza, da história e do conhecimento”. Além disso, implica uma construção teórica (através de fontes bibliográficas ou documentais) e a sistematização dos dados como indicadores, onde os resultados são considerados como um momento de um processo e não como um produto acabado.

A partir dessa abordagem, o MHD tem sido aplicado na pesquisa social como método de análise e, para sua maior compreensão, tem se embasado em categorias de análise. Segundo Triviños (1987), para o marxismo, as categorias se formam no desenvolvimento histórico do conhecimento e na prática social, indicando também que esse processo permite a existência de uma grande variedade de categorias que se constituem por meio do desenvolvimento do conhecimento.

Conseqüentemente, deve-se notar que as categorias são "formas de consciência dos conceitos dos modos universais de relação do ser humano com o mundo, que refletem as propriedades e leis mais gerais e as essências da natureza,

da sociedade e do pensamento" (TRIVIÑOS, 1987, p. 54). Nesse sentido, é possível listar algumas categorias fundamentais no materialismo histórico como: contradição, mediação, reprodução, totalidade e hegemonia, incluindo as categorias valor de uso, troca, modo e estrutura de produção e dialética (GOMIDE, 2014).

Além disso, o materialismo dialético considera categorias como: matéria e movimento, tempo e espaço, qualidade e quantidade, medida, singular, particular e universal, contradição, essência e fenômeno, conteúdo e forma, necessidade e acaso, possibilidade e realidade, entre outras.

Dada a diversidade de categorias, foram selecionadas quatro para este estudo: historicidade, contradição, mediação e totalidade. A historicidade pelo caráter histórico da atividade humana, que muda e modifica a realidade; a contradição como fonte genuína do movimento, da transformação dos fenômenos; a mediação porque não é apenas compreender e fundamentar um objeto em estudo, mas apresentá-lo como perecível e o transitório; e a totalidade visto que o que se analisa está imerso em um amplo processo que o determina, e cada caso particular é analisado para chegar à sua determinação estruturada que considera as múltiplas relações envolventes.

Para isso, no presente estudo, os níveis de pesquisa aplicada foram: exploratório e analítico. O primeiro permite obter familiaridade com os objetos de estudo, neste caso sobre o objeto de pesquisa Territorialidade, para identificar conceitos e práticas, bem como estabelecer prioridades de investigação de forma a ampliar a visão sobre o tema em estudo. E, a segunda, permitiu investigar o real concreto em sua dinâmica processual, ou seja, avaliar os fatos e informações coletadas, tendo por base a perspectiva metodológica do pensamento crítico histórico-dialético, a fim de encontrar os principais elementos por trás do objeto analisado para compreendê-lo em profundidade e gerar novas ideias.

No que se refere à construção teórica, o estudo foi realizado através de pesquisa bibliográfica, da qual Boccato (2006, p. 266), indica o seguinte:

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica.



Em relação ao anterior, Boccato (2006) expressa que a pesquisa bibliográfica tem como finalidade o levantamento e análise crítica dos documentos publicados sobre o tema a ser pesquisado com intuito de atualizar, desenvolver o conhecimento e contribuir com a realização da pesquisa, a base está conformada pelos livros, teses, dissertações, artigos e outros documentos publicados que contribuem na investigação do problema proposto na pesquisa. Balestrini (2006, p. 131) afirma que nas pesquisas bibliográficas a análise documental é realizada através de técnicas como “[...] análise de conteúdo, apresentação resumida de texto, resumo analítico, análise crítica [...]”.

Com base no exposto, e com o objetivo de avaliar a territorialidade, em termos de conceitos e práticas, na pesquisa de pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES a partir dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT), foi realizada uma análise bibliométrica em duas bases de dados: a primeira, de referência internacional, SCOPUS, e a segunda, de referência nacional, Catálogo de Teses e Dissertações CAPES. E com o resultado anterior, se procedeu com uma análise de conteúdo das teses e dissertações desenvolvidas na área.

Para uma melhor compreensão do percurso metodológico utilizado nesta pesquisa, se apresentam os procedimentos metodológicos desenvolvidos em várias etapas, que contemplam os fundamentos teóricos e práticos sobre as estratégias de Análise Bibliométrica e Análise de Conteúdo.

## 2.1. ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

O estudo bibliométrico permitiu conhecer o estado da arte atual sobre a Territorialidade, partindo do pressuposto de que a análise de publicações científicas constitui um elo fundamental no do processo de investigação que permite qualificar a qualidade do processo gerador de conhecimento e o impacto desse processo no meio ambiente (GOMEZ; GUTIÉRREZ; RUEDA-CLAUSEN, 2005).

A este respeito, a bibliometria como subdisciplina da cienciometria é baseada na contagem de artigos científicos, patentes e citações registradas em bases de dados científicos. Dependendo do objetivo do estudo bibliométrico, tanto o texto que compõe a publicação, quanto os elementos presentes nos registros das publicações extraídas das bases de dados bibliográficos, podem ser considerados como dados e citações (RAO, 1986).

Nesse sentido, a bibliometria, segundo expressa Okubo (1997), é uma ferramenta que fornece informações sobre os resultados do processo investigado como nomes de autores, título, fonte, idioma, palavras-chave, classificações, quantidade, evolução temporal, visibilidade, estrutura, bem como o impacto da pesquisa e das fontes, que permite observar e avaliar o estado da arte em determinado objeto, tema ou assunto. A produção acadêmico-científica que versa sobre esses descritores, segundo o nível de especialização, pode-se situar em relação a diversos parâmetros: do país em relação ao mundo, uma instituição em relação com o país e um cientista individual em relação à sua comunidade científica (OKUBO, 1997).

Em relação aos indicadores bibliométricos, é importante destacar que eles são classificados em dois grandes grupos: atividade e impacto (CAMPS, 2007). Os indicadores de atividade visualizam o estado real da ciência e dentro destes estão: número e distribuição de publicações, produtividade, dispersão de publicações, colaboração em publicações, meia-vida da citação ou envelhecimento, conexões entre autores, entre outros. E, entre os indicadores de impacto estão a avaliação dos documentos mais citados e o fator de impacto.

Com base no exposto, retoma-se que nesta pesquisa o objetivo é avaliar a territorialidade, em termos de conceitos e práticas, na pesquisa de pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES a partir dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT). Isto permitiu definir “Territorialidade” como palavra-chave, e utilizar como critérios de busca os estabelecidos pelas opções das bases de dados selecionadas para realizar a análise bibliométrica, considerando principalmente os seguintes indicadores de atividade: quantidade absoluta e relativa da produção acadêmico-científica na área de estudo, evolução temporal (em anos), distribuição espacial, quantidade e tipos de áreas em que o conceito é investigado. Considerando também critérios como: título, resumo, palavras-chave, conceitos, referencial teórico, disponibilidade em banco de dados do documento extenso.

Com os resultados gerados na análise bibliométrica, foi aplicada uma filtragem dos documentos para fazer a seleção das teses e dissertações, as quais passaram para a análise de conteúdo. Além disso, é importante destacar que, para compreender a dinâmica da pesquisa de pós-graduação realizada nas universidades brasileiras, a análise bibliométrica foi realizada em duas partes: Pesquisa Internacional e Pesquisa Nacional.

### 2.1.1. Pesquisa Internacional

A pesquisa internacional, foi realizada na base de dados SCOPUS<sup>8</sup>, com o objetivo de ampliar a visão da dinâmica da Territorialidade, visto que esta base de dados é a maior base de dados de artigos científicos, resumos e citações de pesquisas revisadas por pares em: periódicos, artigos, livros e anais de conferências, oferecendo uma visão abrangente da produção global nas áreas de ciência, tecnologia, medicina, ciências sociais, artes e humanidades.

Além disso, a base de dados SCOPUS é uma das mais atualizadas e confiáveis, possui mais pesquisas latino-americanas e publica nos (vários) idiomas originais, além de apresentar ferramentas inteligentes para rastrear, analisar e visualizar os resultados encontrados.

Nesta parte, foram realizados dois tipos de buscas, a primeira com o objetivo de conhecer a dimensão global das investigações em torno da Territorialidade, considerando como critério de busca todas aquelas disponíveis na base de dados. E a segunda, mais específica, delimitando os critérios de pesquisa à área Multidisciplinar que inclui a área interdisciplinar, área de interesse para o estudo.

Em ambos os casos, as análises são apresentadas a partir dos dados gerados pelo sistema de banco de dados SCOPUS, sendo mostrados na etapa de resultados através de quadros de frequências absolutas, frequências percentuais e gráficos. As opções para os critérios gerais de pesquisa oferecidos pela Base de Dados SCOPUS também estão anexadas (APÊNDICE 1).

### 2.1.2. Pesquisa Nacional

Foi realizada no Catálogo de teses e dissertações da CAPES<sup>9</sup>, base de dados oficial vinculada ao Ministério da Educação (MEC), sendo alimentada diretamente a partir dos Programas de Mestrado e Doutorado validados no país, como requisito para

---

<sup>8</sup> A base de dados SCOPUS é um banco de dados de citações e resumos revisado por pares que coloca documentos e ferramentas analíticas nas mãos de pesquisadores, bibliotecários, diretores de pesquisa institucionais e financiadores. Gera resultados de pesquisa de citações precisos e perfis de pesquisadores atualizados automaticamente, criando conexões mais ricas entre pessoas, ideias publicadas e instituições. Além de proteger a integridade do histórico acadêmico, a SCOPUS ajuda a reforçar o desempenho, a classificação e a reputação da pesquisa institucional.  
<https://www.scopus.com>.

<sup>9</sup> Site oficial do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) <http://catalogodeteses.CAPES.gov.br/catalogo-teses#!/>

a certificação do aluno, o que garante que toda a produção nesses níveis educacionais seja registrada ali. Também são apresentadas as opções de busca do Catálogo de teses e dissertações da CAPES (APÊNDICE 2).

Dos resultados desta parte da pesquisa, foram extraídas as teses e as dissertações para realizar a análise de conteúdo que permitiram conhecer sobre a territorialidade que têm sido abordadas na área interdisciplinar como: objeto de estudo, eixo transversal, um referencial teórico, conceito ou como noção e/ou prática.

Como no caso anterior, foram realizadas duas buscas: uma geral aberta, considerando todos os critérios disponíveis na base de dados para conhecer o estado atual das pesquisas sobre Territorialidade no país, e outra mais específica tomando como referência a área Interdisciplinar<sup>10</sup> da Diretoria de Avaliação<sup>11</sup> (DAV) da CAPES, no âmbito da Câmara II: Sociais e Humanas que inclui a área de estudos Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). No APÊNDICE 3, são apresentadas as áreas de conhecimento definidas pela CAPES.

É importante notar que esta base de dados pública apenas na Língua Portuguesa, não inclui nenhuma ferramenta de análise de dados e apresenta algumas limitações:

- 1) a utilização de operadores lógicos (devem ser escritos apenas em maiúsculas);
- 2) a palavra-chave a ser pesquisada deve ser escrita em todas as combinações possíveis (primeira letra em maiúscula, todas em maiúsculas e todas em minúsculas), e
- 3) além disso, a pesquisa deve ser feita diferenciando entre plural e singular.

A continuação, o Quadro 1 resume os critérios de pesquisa utilizados nas bases de dados SCOPUS e CAPES, para gerar os indicadores de atividade de interesse ao nível internacional e nacional:

---

<sup>10</sup> A Câmara Interdisciplinar está dividida em 4 Câmaras: I – Agrárias e Ambientais; II – Sociais e Humanidades; III – Engenharias, Gestão e Inovação; IV- Saúde e Biológicas.

<sup>11</sup> Ministério da Educação (MEC), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Diretoria de Avaliação (DAV). E-mail: 45.inte@CAPES.gov.br

Quadro 1 - Critérios de pesquisa nas bases de dados SCOPUS e CAPES

Data da pesquisa: 01/05/2021		
Base de Dados	SCOPUS	CAPES
<b>Critérios</b>		
<b>Pesquisa por</b>	Título-Resumo-Palavras chave	
<b>Idiomas</b>	Inglês, Português e Espanhol	Português
<b>Período de tempo das publicações</b>	em anos	em anos
<b>Tipo de documentos</b>	Artigos científicos	Teses e Dissertações
<b>Número de Documentos</b>	Total de artigos (em frequências absolutas: quantidade e em frequências relativas: percentagens)	Total de Teses e Dissertações (em frequências absolutas: quantidade e em frequências relativas: percentagens)
<b>Total área de estudos</b>	25 áreas	9 áreas
<b>Área Multidisciplinar (Interdisciplinar)</b>	Total de artigos (em frequências absolutas: quantidade e em frequências relativas: percentagens)	Total de Teses e Dissertações (em frequências absolutas: quantidade e em frequências relativas: percentagens)

Fonte: A autoria própria (2023)

Com base nos critérios estabelecidos anteriormente, foram selecionadas as teses e dissertações para aplicar a análise de conteúdo, conforme se descreve a continuação:

1. Partindo dos resultados do Análise Bibliométrica e a leitura dos resumos foram selecionadas as teses e dissertações que atenderam aos requisitos do estudo.
2. Depois, foi feita uma identificação sequencial de acordo com o tipo de documento disponível na Base de Dados, com o seguinte formato: T(número/área) para identificar as teses, e D(número/área) para as dissertações.
3. Com as teses e dissertações selecionadas, foram contabilizados por tipo e ano de publicação.
4. Logo se fez uma relação de gênero segundo o tipo de documento.
5. Também, se fez uma organização geral que inclui os dados do autor e do documento: Nome; Sexo; Ano de Publicação; Título da Pesquisa; Palavras-chave; Instituição; Pós-Graduação; Linha de Pesquisa; Lugar/Região.
6. Com os dados organizados, e considerando o título e as palavras-chave, os documentos foram agrupados conforme a área de estudo que abordam para realizar a análise de conteúdo.

## 2.2. ANÁLISE DE CONTEÚDO:

A técnica de análise de conteúdo tem uma trajetória histórica que remonta ao ano de 1640, com o primeiro caso documentado de interpretação de textos sagrados ocorrido na Suécia, conforme descrito por Abela (2002), e a partir daí evoluiu expandindo sua gama de aplicação, passando pela análise de conteúdo da mídia impressa proposta por Max Weber em 1910 no primeiro encontro da Sociedade Alemã, bem como na análise da propaganda de 1915, utilizada na área de pesquisa política, no campo psicológico, entre outras áreas.

A generalização dessa técnica se expande entre 1950 - 1960 com o uso do computador. E, segundo Abela (2002), é na década de oitenta do século XX que surgem os primeiros programas específicos de análise de conteúdo (tanto quantitativa quanto qualitativa), o que permitiu sua intensificação até os dias atuais, o que a torna cada vez mais útil tendo em vista a grande quantidade de informações que são geradas no campo científico.

No caso particular do uso da análise de conteúdo nas ciências sociais, a ênfase é colocada na relação entre os contextos sociais e o significado do texto, combinando diferentes procedimentos, dependendo dos interesses dos pesquisadores.

Nesse sentido, é importante destacar a conceituação que dela fez Tinto (2013), que expõe os conceitos de Berelson e Laurence Bardin, como autores que do ponto de vista acadêmico a reconhecem como uma técnica de pesquisa, assim, segundo Berelson em 1952, a define como:

[...] é uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo da comunicação, embora possa ser utilizada em outros campos, como na análise qualitativa de variáveis ou no estudo da complexidade de um fenômeno, entre outros. (BERELSON *apud* TINTO, 2013, p. 140).

E, no que concerne, para Bardin em 1996, é:

Um conjunto de técnicas de análise da comunicação que visa a obtenção de indicadores (quantitativos ou não) através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, permitindo a inferência de conhecimentos relacionados com as condições de produção/recepção (contexto social) dessas mensagens (BARDIN *apud* TINTO, 2013, p. 141).

Considerando as definições citadas, a análise de conteúdo é uma técnica de análise comunicacional capaz de permitir uma revisão objetiva das informações contidas nos dados que surgem de uma investigação científica, portanto assume suas regras, conforme expressa Krippendorff (1980, p. 28): "a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa destinada a formular, com base em certos dados, inferências reproduzíveis e válidas que possam ser aplicadas ao seu contexto".

Nesse sentido, é pertinente considerar o que foi expresso por Guix (2008) que sugere que a análise de conteúdo é:

[...] uma ferramenta muito útil baseada na análise e interpretação de fontes documentais e na identificação dos códigos utilizados pelo emissor do discurso, o seu conteúdo manifesto, o contexto em que a mensagem surge e se desenvolve, para descobrir e evidenciar os seus conteúdos latentes (s/p).

O referido é interpretado por Guix (2008) como uma metodologia indireta, isto é, baseada na análise e interpretação de fontes documentais existentes, e não na observação direta da realidade, podendo explorá-las tanto no sentido quantitativo quanto qualitativo. Seu objetivo é saber não só o que se transmite literalmente, mas tudo o que pode influenciar ou condicionar implicitamente a mensagem.

Por outro lado, Krippendorff (1980), Abela (2002) e Abarca, *et al.* (2013) sugerem que é possível identificar alguns elementos relevantes na análise de conteúdo, tais como:

- Facilita o uso de material não estruturado, que depois é codificado através de unidades de análise geradas pelo pesquisador.
- É uma técnica não intrusiva ou reativa, ou seja, não contamina o ambiente em que ocorreu o ato comunicado. O pesquisador não condiciona ou influencia a coleta de informações, portanto as informações não são distorcidas como pode ocorrer no caso de entrevistas ou experimentos.
- É uma técnica muito sensível ao contexto, portanto, pode processar significados simbólicos.
- Tem a virtude de lidar com um grande volume de informações, quantas vezes forem necessárias.
- O elemento fundamental da produção de dados da análise de conteúdo aplicada às Ciências Sociais é a leitura científica (objetiva e sistemática).

- Por fim, a utilização da análise de conteúdo quantitativa, qualitativa ou mista depende em grande medida do material a ser analisado, do pesquisador e dos objetivos da pesquisa.

Para realizar a análise de conteúdo das teses e dissertações selecionadas na análise bibliométrica, foram identificadas e definidas com base nos referenciais teóricos, delimitando as seguintes dimensões que permitiram explicar o objeto de estudo:

1. Dimensão Conceitual da Territorialidade:

Permitiu identificar o conceito de territorialidade em cada documento, considerando o autor e o viés dos estudos CTS, segundo o formato do APÊNDICE 5.

2. Dimensões geográficas/analíticas da territorialidade:

Consistiu em identificar em cada tese e dissertação os elementos correspondentes às dimensões Física/Natural e Simbólica/Cultural da territorialidade, conforme o formato do APÊNDICE 6.

3. Relação espaço-tempo-território:

Neste apartado foram analisadas as relações entre o espaço, o tempo e o território, apresentadas nos documentos estudados, mostrando os movimentos e dinamismo que envolvem, o formato do APÊNDICE 6.

4. Práticas explícitas e implícitas de Territorialidade.

Correspondeu ao processo de identificação das formas em que aparecem as práticas de territorialidade nas teses e dissertações, de forma explícita ou implícitas, de acordo se são práticas espaciais desenvolvidas pelos agentes capitalistas ou práticas espaciais insurgentes, além de identificar os processos de transformação que geram. Ver formato APÊNDICE 7.

A continuação, no Quadro 2, se apresenta o resumo metodológico da pesquisa:



Quadro 2 - Resumo metodológico da pesquisa

Objetivos específicos	Metodologia	Dimensões	Indicadores	Subindicadores
Levantar a forma com a qual a territorialidade é pesquisada na pós-graduação <i>stricto sensu</i> na área interdisciplinar da CAPES.	Análise Bibliométrica	Territorialidade na área interdisciplinar da CAPES.	Produção acadêmica	1.1 De atividade: quantidade absoluta e relativa da produção acadêmico-científica na área de estudo, evolução temporal (em anos), distribuição espacial, quantidade e tipos de áreas em que o objeto de estudo é investigado. 1.2 Das pesquisas: Ano de publicação, tipo de documento, gênero, área de conhecimento.
Identificar os critérios para a análise os conceitos e práticas da territorialidade a partir dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT).	Pesquisa bibliográfica (níveis de pesquisa exploratório e o analítico).	Conceitual	Território	
		Física /Natural	Materialidade do espaço geográfico	Descrição dos recursos naturais Atividades de Sustentabilidade Atividades Depredatórias
		Simbólica/Cultural	Códigos culturais	Crenças, ritos, identidade, ideologias, religião, outras.  Identidades políticas, de poder, sociais, conflitos e contradições.
		Relação tempo-espaço-território	Tempo Espaço Território	Conceitos Relações
		Práticas de Territorialidade	Práticas de Territorialidade: Implícitas Explícitas	Práticas de agentes capitalistas  Práticas insurgentes
Interpretar os conceitos e práticas de territorialidade na pesquisa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na área interdisciplinar da CAPES a partir dos Estudos Sociais de	Análise de conteúdo	Territorialidade conceitos, dimensões e práticas	Conceitos de Territorialidade  Simbólica/Cultural	Conceitual Física /Natural Simbólica/Cultural Relação tempo-espaço-território  Códigos culturais Relações sociais

<b>Objetivos específicos</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Dimensões</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Subindicadores</b>
Ciência e Tecnologia (ESCT).			Física /Natural  Relação tempo-espaço-território  Práticas de Territorialidade	Materialidade do espaço geográfico  Tempo Espaço Território  Práticas de Territorialidade Implícitas Explícitas

Fonte: Autoria própria (2023)

### 3. TERRITORIALIDADE: CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS PARA SUA COMPREENSÃO

Com a finalidade de avaliar a territorialidade, em termos de conceitos e práticas, nas pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES a partir dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT), se apresentam a continuação os elementos teóricos para sua compreensão.

#### 3.1. CONCEITUANDO O CENÁRIO: TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Partindo da premissa que define simbolicamente o território, segundo Cerqueira-Neto e Dos Santos (2017, p. 221), como “[...] o suporte sobre o qual são recolhidos, testados e aplicados os resultados da investigação científica”, se apresentam diversas definições que permitiram avaliar a territorialidade, em termos de conceitos e práticas, na pesquisa de pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES a partir dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT).

Nesse sentido, Haesbaert (2004), a partir de autores como Lefebvre, Sack, Souza, Bourdin, Zambranos, descreve o conceito de território e enfatiza uma dupla conotação: material e simbólica: “[...] que tem a ver com poder, [...] tanto com poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto com poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2004, p. 1). Esse autor refere-se à importância de distinguir os territórios de acordo com os indivíduos que os compõem, bem como os mecanismos de controle e variações sociais, culturais, espaciais, políticas, entre outras, destacando a mobilidade (migrações) como elemento fundamental na sua construção.

Também é importante destacar, que segundo Saquet (2015, p. 36) “o território é o resultado do processo de produção do e no espaço”, razão pela qual em alguns casos espaço e território são usados como sinônimos. No entanto, esse autor deixa claro que tendem a se confundir, mas se revelam, e que um está no outro, efetivando-se por meio das relações sociais e entre as quais há reciprocidade e indissociabilidade. Portanto, o espaço geográfico tem um valor de uso, um valor de troca e é um elemento constituinte do território, também, política e simbolicamente.

No que diz respeito à definição de espaço geográfico, Santos (2001, p. 12) refere-se a ele como aquele conjunto indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações, em que convergem categorias analíticas como: paisagem, configuração territorial, divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas contidas. Da mesma forma, torna claro o reconhecimento de processos básicos externos ao espaço tais como: técnica, ação, objetos, normas e eventos, universalidade e temporalidade, idealização e objetivação, símbolos e ideologias.

Para além desta concepção, Llanos-Hernández -Hernández (2010, p.213) refere-se ao território como “um conceito disciplinar ou interdisciplinar que permite estudar as novas realidades do mundo social no atual contexto de globalização”; que vem adquirindo novos significados a partir das relações sociais que extrapolam as fronteiras que a definem e que se confundem com outros processos que ocorrem no mundo.

No que concerne, segundo autores como Santos (2001), Albagli (2004), Llanos-Hernández (2010), Saquet (2015), o conceito de território envolve a construção histórica do espaço em diferentes contextos, escalas e é geograficamente apropriado nas esferas econômica, ideológica e política, que sustenta a identidade coletiva, sendo entendida como um recurso ou abrigo, o que leva a uma combinação do funcional e do simbólico, enquanto são carregados de grande tensão social e são penetrados pelo sentido progressivo do tempo. Além disso, pode-se dizer que o território não tende à homogeneidade, pelo contrário, explora a diferença, a particularidade, a complexidade como um todo no todo.

A partir do exposto decorre que o fenômeno através do qual se pode analisar, interpretar e questionar a apropriação do território é denominado territorialidade; definição complexa porque é multidimensional, multiescalar e definida conforme o espaço - tempo - território em que é estudada.

A territorialidade, segundo Cairo Carou (2001), pode ser dividida em duas grandes categorias. A primeira é a territorialidade animal, que inclui o ser humano e os animais, é baseada no instinto, é inata, sua função primária é a defesa do território. A segunda, a territorialidade humana, é definida como uma construção social, simbólica, cultural, complexa, dotada de Estado.

Especificamente, este estudo está centrado nas Ciências Sociais, a partir da territorialidade humana como construção social, que segundo autores como Soja

(1971), Alland (1972) e Sack (1986), trata de uma característica cultural especial do ser humano, que se desenvolve nas sociedades mais complexas - especialmente aquelas dotadas de Estado.

No que concerne, Saquet (2015, p. 182), estabelece a territorialidade em quatro níveis inter-relacionados:

a) como relações sociais, identidades, diferenças, redes, malhas, nós, desigualdades e conflitos; b) como apropriações do espaço geográfico, concreta e simbolicamente, implicando dominações e delimitações precisas ou não; c) como comportamentos, objetivos, metas, desejos e necessidades e, por fim, d) como práticas espaço-temporais, multidimensionais que ocorrem nas relações sociedade-natureza, ou seja, relações sociais dos homens entre si (de poder) e com a natureza fora do ser humano (Marx, 1984) através de mediadores materiais (técnicas, tecnologias, ferramentas, máquinas, entre outros.) E imateriais (conhecimento, ideologias, entre outros).

Com esses elementos, Saquet (2015) evidencia que a territorialidade tem um comportamento processual e relacional simultaneamente, o que constitui o principal fundamento da reconstrução histórica de cada território, ou seja, da territorialização<sup>12</sup>.

Nesse sentido, Albagli (2004, p. 30), aponta que a territorialidade:

[...] reflete a experiência territorial em todo o seu âmbito e nas suas múltiplas dimensões: cultural, política, econômica e social. “Os homens vivem ao mesmo tempo, o processo e o produto territorial através de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas”, entendendo que “todos são relações de poder, visto que há interação entre os atores que buscam modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais”.

Nessas definições, Albagli (2004), assim como Saquet (2015), ressaltam que as relações sociais marcam as referências para o uso do território, em termos do sentimento de pertencimento, argumentando que a territorialidade é um processo social que envolve “materialidade e imaterialidade simultaneamente das formas e relações sociais”, sobre as quais se criam relações afetivas entre os atores, através de gestos, necessidades e aprendizados, desigualdades, diferenças e identidades, que em interação alimentam, transformam e criam, reproduzem ou renovam territorialidades.

---

<sup>12</sup> A territorialização (desterritorialização/re-territorialização) são movimentos condicionados por fatores econômicos, políticos e culturais, sendo influenciados pelas territorialidades que estão na base da formação de cada território (SAQUET, 2015, p. 182)

A presente análise se fundamenta na territorialidade coletiva, dotada de complexidade em termos dos interesses que movem os atores sociais, e que se materializam em todos os cenários de atividades cotidianas. Segundo Saquet (2015, p. 29), isso representa “[...] relações que são vividas concomitantemente e com ritmos e intensidades diferentes; que são sentidas e, normalmente, percebidos e compreendidos de diversas formas”.

Outro aspecto importante que caracteriza a territorialidade, são as escalas em que ela pode ser analisada que, segundo Cairo Carou (2001, p. 3), pode compreender “apenas uma casa, passando por uma cidade ou um Estado, até atingir todo o planeta ou mesmo o universo, [...] que já são acessíveis ao ser humano e seus artefatos”; em que a escala do Estado-Nação se destaca de forma privilegiada.

O Estado-Nação, segundo Palácios (2009, p. 83), é constituído pelos seguintes elementos fundamentais: “uma população, um aparelho governamental e um território, embora os três sejam necessários, o terceiro é exclusivo sobre o qual um estado pode estabelecer a sua autoridade política e reivindicando assim sua soberania contra outros Estados”. Em relação ao Estado-Nação, inicialmente, é necessário distinguir dois usos da palavra territorialidade (CAIRO CAROU, 2001): o primeiro como realidade do direito, refere-se à relação jurídica entre um determinado território e as pessoas que o constituem; e a segunda como a percepção de si mesmo pelo ator social que se refere a um território e é considerado por um grupo de pessoas como o quadro normal e exclusivo de suas atividades.

Na escala do Estado-nação, que é obviamente a forma de organização política que se generalizou na economia mundial capitalista, o novo uso da territorialidade, segundo Cairo Carou (2001, p. 4), concretizou-se especialmente em três aspectos:

[...] a criação de um conceito de "espaço vazio" – isto é, um espaço físico conceitualmente separado das construções sociais ou econômicas ou das coisas – a criação de burocracias modernas- cujas atividades têm limites explicitamente territoriais - e o obscurecimento das fontes de poder social.

Em relação à última função, o obscurecimento das fontes de poder social, pode-se dizer que representa a maior ameaça, pois ao obscurecer o caráter de classe do Estado, na perspectiva da territorialidade, implica que todos os habitantes de um

território se tornem “nacionais” de um Estado-Nação e se identificam com ele de diversas formas (CAIRO CAROU, 2001, p. 32).

Saquet (2015, p. 25), no que concerne, refere-se ao Estado-Nação como “materialista e padronizado na dimensão geopolítica, em que a territorialidade está diretamente ligada a ele juntamente com a soberania”; bem como as noções de dominação e controle, mercado, condições de abrigo, segurança e oportunidades sociais.

Outro elemento importante a destacar é que a territorialidade pode ser estudada como abordagem e engloba ou visa (SAQUET, 2009, p. 74):

[...] uma abordagem histórica, relacional e multidimensional híbrida do território e da territorialidade, ou, nas palavras de Hussey (2002), uma concepção multidisciplinar que transcende cada disciplina ou área do conhecimento, de forma semelhante ao que defendemos em Saquet (2000 e 2003/2001). O caráter material e imaterial do território e da territorialidade requer obviamente uma abordagem que reconheça a unidade entre essas dimensões ou entre as dimensões economia-política-cultura-natureza (E-P-C-N).

A territorialidade como abordagem representa um desafio, em termos de estabelecer uma metodologia que permita gerar os indicadores das diferentes dimensões para identificar as múltiplas variáveis e realizar a abordagem territorial. Porém, Saquet (2006, p. 183) expressa que “a abordagem territorial se materializa em uma das formas de compreender o olhar de processos, redes, rearranjos, heterogeneidades, contradições, tempos e territórios para contemplar a (i) materialidade do mundo e da vida”.

Segundo Saquet (2009), existem vários elementos que necessitam ser detalhados pelo pesquisador ou grupo de pesquisadores considerando a problemática, os objetivos, as metas e a abordagem que se pretende fazer, pelo qual é fundamental avaliar os seguintes elementos (SAQUET, 2009, p. 90):

- a) Os atores sociais.
- b) As formas de apropriação simbólica e material do espaço.
- c) Técnicas e tecnologias, instrumentos e máquinas, saberes e ciência, saberes populares.
- d) As relações de poder e trabalho.
- e) Os objetivos, metas e finalidades de cada atividade social ou conjunto de atividades.
- f) As diferentes relações do ser humano com a sua natureza.
- g) As continuidades e descontinuidades territoriais.
- h) A heterogeneidade e características comuns: desigualdades, diferenças e identidades.

i) Processos concomitantes e complementares de territorialização, desterritorialização e re-territorialização (TDR).

Do exposto pode-se deduzir, que a territorialidade possui uma diversidade de elementos, que lhe permitem ter uma abordagem ampla, útil para a investigação de outros objetos de estudo, o que a torna um campo muito viável para pesquisas na área interdisciplinar.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o pensamento de Sack (1986) ainda está em vigor quando se refere a que a territorialidade pode ser um catalisador de processos de mudança, utilizado de forma diferenciada e com muitas vantagens para se alcançar uma sociedade mais igualitária, afirmando, portanto, que a territorialidade é de significado essencial no mundo moderno na definição das relações sociais.

Por outro lado, segundo Ramírez (2017), os territórios podem ser analisados como artefatos sociais, sendo produzidos em circunstâncias sociais particulares e determinados pelos mais diversos jogos de força política. Esse autor reafirma que “territórios e territorialidades não podem ser entendidos exclusivamente como atendendo a interesses de manutenção e reforço do poder político, mas também podem desafiá-lo” (RAMÍREZ, 2017, p. 117).

Com base no exposto, foi apresentada uma diferenciação dos conceitos de território e territorialidade, os quais não se configuram de forma alguma em conceitos antagônicos. De fato, pode-se dizer que a territorialidade inclui o território: é um território com conteúdo de resistência e transformação, portanto, implica processos em constante movimento. Afirmar a territorialidade alude assumir concretizações de mudança social no território, com base nos princípios da igualdade social, inclusão das diferenças e desacordos, requisito ético na formulação da práxis política.

Para efeitos desta pesquisa, -baseado nos autores de referências-, foram utilizados para avaliar nas teses e dissertações no conceito de territorialidade a presença ou ausência dos elementos materiais e imaterialidade simultaneamente, as formas e relações sociais, que na interação alimentam, transformam e criam, reproduzem ou renovam territorialidades.



### 3.2. A HISTORICIDADE DOS CONCEITOS DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE.

A seguir, se apresenta um breve panorama histórico, segundo diversos autores, sobre o surgimento e a utilização dos conceitos de território e territorialidade, visto que extrapolam os limites do pensamento geográfico, sendo cada vez mais estudados por diversas disciplinas, como produto das mudanças teóricas e conceituais que ocorrem na ciência a partir de abordagens disciplinares, interdisciplinares e/ou transdisciplinares.

Neste caso particular, o interesse está centrado nas ciências sociais, com o objetivo de tentar compreender a complexidade dos processos sociais que se desenvolveram historicamente em torno dos conceitos em estudo e que atualmente se mantêm em vigor num contexto de globalização da economia, cultura e política.

Com base no exposto, é importante reconhecer que o conceito de território tem feito parte das várias correntes do pensamento geográfico – entre as mais destacadas: positivista, regionalista, cultural, humanista, crítica, ambiental – e é caracterizado pela sua pluralidade e diversidade, bem como pela sua antiguidade, o que constitui uma parte indissolúvel do desenvolvimento das sociedades. (BOSQUE; ORTEGA, 1995, p. 9).

As afirmações acima, como expressa Daus (1961), são evidenciadas que remontam da Idade Antiga -entre os séculos VII AC. e II DC- quando os filósofos da época desenvolveram conceitos, medidas e cálculos sobre a terra, e até mesmo sobre sua esfericidade. A partir dessa data, a Grécia é conhecida como o berço da geografia, pois nela se estabeleceu o campo do conhecimento geográfico, sendo Aristóteles o primeiro a usar o termo geografia e Estrabão ao publicar uma obra com esse nome (DAUS, 1961). No entanto, é importante notar que evidências específicas dos conceitos de território e territorialidade ainda não aparecem neste período da história.

Posteriormente, entre os séculos V e XV, segundo expressa Siso (2010), se apresenta o período da queda do Império Romano Ocidental em 476 ao colapso do Império Romano do Oriente em 1453, houve um tempo de silêncio durante o qual a geografia perdeu<sup>13</sup>, no mundo europeu, precisão e credibilidade, tornando-se um

---

<sup>13</sup> No entanto, é preciso considerar que a interpretação deste período como “de silêncio” ou da “noite” do conhecimento, sobretudo característica considerada para tipificar a chamada “idade média” com o

gênero literário de proliferação artística nos campos da pintura, escultura, arquitetura, música e literatura que negligenciou o rigor descritivo e o rigor cartográfico alcançado pelos gregos.

Devido à influência romana, com seu poder político e econômico, fizeram com que essa ciência se destacasse apenas por sua função utilitária, sem levar em conta os aspectos teóricos ou filosóficos do conhecimento geográfico, que permitiam o domínio do espaço na época (SISO, 2010). Muito diferente do que aconteceu na mesma época no mundo Islâmico, em que a geografia se destacou por traduzir obras dos gregos para o árabe e por inovar com as descrições de viajantes, pesquisadores e cartógrafos como Al Idrisi, Batuta e Jaldún (SISO, 2010).

Desde então, segundo Capel (2016), surgem registros documentais em que, especificamente, a palavra “território” vinha sendo utilizada pelo menos desde o século XIII. O autor faz referência a alguns exemplos que são encontrados na língua espanhola no Dicionário da Real Academia Espanhola e em francês, no Dictionnaire de l'Academie, usado em representações discursivas ou cartográficas dos espaços com sentido jurisdicional.

Avançando no tempo, como sinaliza Siso (2010), se tem a Idade Moderna (séculos XVI, XVII e XVIII), sendo caracterizada justamente por grandes “descobertas”<sup>14</sup> geográficas, relacionadas ao expansionismo mercantil e ao colonialismo europeu, (as viagens de Colombo, Vespúcio, Magalhães, Elcano, entre muitas), onde as contribuições cartográficas, que tomam como baseamento o território, constituíram-se no suporte fisiográfico dos estados nacionais emergentes que descreveram os limites e fronteiras que possuem.

Esse período histórico foi marcado por acontecimentos importantes como, no século XVII, segundo Siso (2010), a valiosa contribuição de Varenius, em que antecipou a existência de uma geografia geral e de uma geografia especial, evidenciando a importância das relações no espaço, a que denominou “affectiones”.

Além disso, Siso (2010) também destaca a reforma protestante, a imprensa, o início da sistematização científica e pré-capitalismo, bem como grandes avanços na navegação, as invasões e dominação europeias nas Américas, África e Ásia, o

---

predomínio da escolástica cristã é já de algum tempo contestada por correntes da História, como por exemplo, os estudos da história oral, ou de outras perspectivas críticas.

<sup>14</sup> Para crítica ao conceito de “descoberta”, ver: DUSSEL, Enrique. 1492: O encobrimento do outro (a origem do “mito da modernidade”). Petrópolis. Vozes, 1993

estabelecimento do escravismo moderno mediante, inicialmente a subjugação dos povos originários na América e na sequência com a diáspora dos povos africanos, o desenvolvimento da revolução industrial e outras revoluções ao nível geográfico, étnico, social, econômico, religioso e científico, e a independência dos Estados Unidos.

O avançar deste continuum histórico também é marcada pela Revolução Francesa de 1789, que segundo Capel (2016), foi a época em que o conceito em estudo permaneceu sem grandes mudanças epistemológicas, dado que visava descrever as características da superfície terrestre sobre a qual repousa a ação do ser humano.

Em seguida, se inicia a Era Contemporânea, que segundo Siso (2010) foi um período de dois séculos repleto de eventos importantes, como a revolução industrial e tecnológica, a imposição do liberalismo econômico, as transições demográficas, o desenvolvimento do comércio, a forte urbanização, a emancipação das mulheres e a expansão dos regimes democráticos em grande parte do mundo, avanços na área dos transportes e comunicações, melhoria da saúde e esperança de vida, abertura de mercados e fronteiras, formação da União Europeia, aquisição de maiores liberdades na circulação de ideias e, no final do século XX, organização global (sociedades em rede).

Da mesma forma, ocorreram eventos que geraram consequências catastróficas como guerras mundiais, explosões de bombas atômicas, o holocausto judeu, bem como a colonização promovida por países hegemônicos, o surgimento de regimes autoritários, o tráfico de armas e drogas, entre outros (SISO, 2010).

Em meio a esses acontecimentos, segundo Capel (2016), é somente a partir do ano de 1932, na França – país com vantagem na questão – que se amplia o sentido da palavra território, cujo sentido principal era o de região, para a qual foram atribuídos vários sinônimos, como: terra, país, parte, circunscrição, distrito, província, domínio, feudo, propriedade, solo, pátria, área em que vivem os animais. Llanos-Hernández (2010) descreve que as relações sociais que servem para explicar o conceito de território e região passam por uma transformação em novas teorias e paradigmas após a pós-guerra.

No entanto, Llanos-Hernández (2010) assinala que é na década de 1960 que o termo território começa a se tornar um conceito cada vez mais utilizado na geografia e em outras ciências sociais. Isso se deve que, enquanto a região estava articulada

ao paradigma do desenvolvimento, o território se apresentava como mais do que a soma de recursos naturais, pelo que estava adquirindo maior importância política e econômica na ação do Estado, tanto nacional quanto internacionalmente, sendo fundamental no estabelecimento de relações geopolíticas e de direito internacional.

Portanto, o conceito de território superou, como já foi dito, a referência ao espaço de soberania ou jurisdição de um país, ou de suas unidades administrativas (especialmente relevantes na geografia política) tornando-se cada vez mais impregnado de conteúdo social, ao ponto de ser concebido como espaço social e espaço vivido.

Este último termo "espaço vivido", segundo Capel (2016) gerou conflitos entre os geógrafos quantitativos em 1960; que defenderam a ideia de que o termo território era igual ao espaço, em sua forma mais abstrata, entendido como um recipiente em que os objetos físicos ou humanos estão localizados e que podem ser afetados por sua disposição nele.

A partir daí, se iniciou um debate sobre os conceitos de espaço absoluto e espaço relativo, bem como a utilização do termo território como substantivo, sendo utilizado em alguns casos isoladamente e outras vezes como qualificador para identificar o nacional, o nativo, o indígena, bem como muitos outros qualificadores que são usados para sua determinação (local, social, território sagrado, [...]).

Simultaneamente, expressa Capel (2016) que outras definições de território foram concebidas, a primeira da ecologia, que o definia como o meio físico utilizado para estudar os seres vivos em suas relações entre si e com o meio ambiente, em que numerosos componentes, interações e fluxos de energia estão envolvidos; que podem ser estudados em diferentes escalas, da biosfera planetária até outros inferiores. E, a segunda, da etologia<sup>15</sup> que considera o território como essencial, definido como o lugar da territorialidade, que designa as relações que uma espécie mantém com um território de subsistência ou reprodução.

A partir dessas conceituações de território, geógrafos e outros especialistas observaram a ecologia e a etologia, procurando aplicar às suas disciplinas alguns dos conceitos nelas elaborados. Por exemplo, em geografia, Bertrand e Bertrand (2007) procurou dar um enfoque geográfico aos conceitos de ecossistema, desenvolvendo

---

<sup>15</sup> Etologia: o estudo científico do comportamento humano e animal.

os conceitos de geossistema<sup>16</sup>, geofácies<sup>17</sup> e geótopo<sup>18</sup>. No caso da etologia, alguns cientistas sociais, como geógrafos e sociólogos, tiveram ideias sobre o comportamento humano no território dominado por um grupo, desde o momento de sua apropriação.

Com base nessas práticas de observação e criação, para Capel (2016) considerando as ideias de Terán (1957), levantou-se a questão sobre em que medida o ambiente natural influencia as atividades humanas? Isso reforça o debate sobre as correntes de determinismo<sup>19</sup> e o possibilismo<sup>20</sup> que o tornaram uma questão poderosa na geografia da primeira metade do século XX.

A anterior, leva à evolução do sentido de territorialidade, o que permite entendê-la como um valor ou sistema de valores que os atores sociais atribuem a um determinado território ou a um “sentido de pertencimento” territorial. Isso explica o fato de etnólogos e antropólogos se interessarem pelos conceitos de território e territorialidade (ALPHANDÉRY; BERGUES, 2004), da mesma forma que estes se tornaram fundamentais para pesquisas em geografia social<sup>21</sup> (DI MÉO, 1999).

Assim, essas relações entre esses conceitos tendem a ser consideradas em termos da teoria dos sistemas, considerando o território como “o sistema de interação entre o ser humano e o ambiente natural na superfície da terra”, para o qual Ackerman (1976, p. 15) destaca que o objetivo do ponto de vista da geografia social seria “a compreensão do enorme sistema de interação que atinge toda a humanidade e seu ambiente natural na superfície da terra”.

Por outro lado, no âmbito acadêmico, a começar pela geografia e pela economia, o termo território era, na verdade, pouco utilizado, pois os debates sobre a

---

<sup>16</sup> O geossistema, ou planeta terra, é o conjunto de entidades bióticas (biosfera), abióticas (litosfera, atmosfera e hidrosfera) e antrópicas (sociedade), entre as quais existem inter-relações permanentes que causam mudanças qualitativas e quantitativas que finalmente caracterizam a estrutura terrestre.

<sup>17</sup> Geofácies são os aspectos superficiais das paisagens: solos, vegetação e exploração humana.

<sup>18</sup> Geótopos, que são as menores unidades de um geossistema e que correspondem a características topo-geomorfológicas como uma rocha, uma pequena depressão, entre outras.

<sup>19</sup> Determinismo geográfico afirma que o ambiente geográfico condiciona e limita o desenvolvimento humano.

<sup>20</sup> O possibilismo geográfico afirma que o ambiente natural dá ao ser humano um amplo leque de possibilidades (não o determina, não marca uma única possibilidade em seu modo de ser e agir), das quais ele pode ou não obter benefícios, dependendo do grupo social onde você está.

<sup>21</sup> Estudo das formas espaciais dos grupos e suas relações funcionais dentro de seu ambiente social. Ele tenta explicar a estrutura interna e as relações externas das atividades sociais associadas espacialmente, tanto de um ponto de vista estático e dinâmico. (Dicionário de Geografia, dirigido por R. Pujol).

região e a regionalização ainda eram dominantes; nem foi usado na nova geografia quantitativa, que costumava usar o conceito de espaço geográfico.

Já no final da década de 1960, segundo Capel (2016), alguns economistas começaram a utilizar o conceito de território para realizar estudos sobre áreas específicas, concebendo o ordenamento do território como um campo de abordagem interdisciplinar e de caráter prospectivo, para a organização de espaços regionais e redes de cidades, como forma de conseguir a integração em áreas supranacionais.

Porém, entre as décadas de 1970 e 1980, os conceitos de região e regionalização deixaram de ter prioridade em termos de políticas econômicas e o território voltou a aparecer como um conceito mais adequado e flexível. Nesse sentido, Gottman (1973), em seu livro *The Significance of Territory*, considerou o conceito de território fundamental na geografia política, e afirmou que “a compreensão das mudanças introduzidas gradativamente no significado do território poderia contribuir para um funcionamento mais seguro do fator espaço na política”, que vincula o território ao poder e, mais especificamente, ao Estado.

Segundo Raffestin (2009), parte-se do pressuposto de que o conceito de território começou a surgir na década de 1970, pois os especialistas e comunidade em geral começaram a tomar consciência dos impactos que as transformações territoriais podem ter nas condições de existência humana. O autor cita vários exemplos que têm a ver com a construção de barragens, que representaram um avanço no desenvolvimento mas, ao mesmo tempo, causaram uma série de problemas ambientais.

A partir dessas datas, o conceito de território foi amplamente adotado por geógrafos, exemplo disso é apresentado na Itália, como expressa Capel (2016) por meio do geógrafo Ângelo Turco, que investigou e usou o termo em inúmeras obras dedicadas à cidade e ao território em vários países do mundo e regiões específicas da Itália, enfatizando o tema da elaboração de uma geografia do poder.

No que concerne, como sinala Siso (2010), o também geógrafo Roger Brunet considerou que a ideia de território tem um aspecto fundamental: “a porção do espaço geográfico apropriado por um grupo social para garantir sua reprodução e a satisfação de suas necessidades vitais”. Salientando que, em qualquer caso, o território implica limites ou fronteiras, o interior e o exterior, o que gera processos de inclusão e exclusão.

No meio acadêmico, Siso (2010) expressa que o interesse pelo território se espalhou por inúmeros trabalhos na década de 1980, nos quais se destacam autores que influenciaram o uso do conceito até hoje, como na França, por exemplo, a Tese de Jean Paul Ferrier sobre *La géographie ça sert d'abord à parler du territoire*, e várias obras como a de Claude Raffestin que em 1986 considerou o território como “um espaço transformado pela ação humana”.

Destacam-se também, segundo Siso (2010) autores como Marcel Roncayolo, Roger Brunet entre outros autores com contribuições importantes, além dos geógrafos Yves Lacoste, Milton Santos e David Harvey, que em seus estudos apresentaram uma abordagem crítica com relevância na comunidade científica, trazendo à tona uma nova concepção de espaço, entendida como construção social, produto que se gera na história e que a sociedade produz e reproduz.

Assim, neste contexto, o território torna-se um elemento essencial, mais especificamente na geografia política, por ser considerado como o espaço de exercício do poder (SISO, 2010). Sobre esse assunto, destacam-se as obras de Claude Raffestin em 1980 e Robert D. Sack em 1986, em seus livros sobre o poder; onde este último considerou que "população, território e autoridade" são os três elementos básicos do Estado.

A partir daí, o território passou a ser também um conceito integrador, no mesmo sentido de região na geografia clássica, mas acentuando as relações de poder. E a territorialidade, segundo Raffestin (1980), já é identificada como a mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares exerce sobre o comportamento social.

Neste período da história, é importante destacar, segundo Capel (2016), que o geógrafo Ângelo Turco estendeu seus estudos aos processos de territorialização progressiva em países do chamado “Terceiro Mundo” a partir de uma perspectiva humanista, ao mesmo tempo em que buscava gerar uma teoria e uma política de mudança territorial, bem como atenção ampla à configuração e reconfiguração da territorialidade.

Segundo Castro (2020), o geógrafo Ângelo Turco considerou que a ação social se dá no território, sendo afetado pelas características dos sistemas políticos e econômicos, bem como pelos valores culturais dominantes; e que a territorialidade é um ingrediente fundamental do bem-estar individual e coletivo, um bem comum que preserva a evolução da humanidade, colocando especial interesse nos novos

métodos de análise do território, como a semiótica do território e sua influência nas características e sua organização.

Da mesma forma, Castro (2020) aponta que Turco foca sua teoria da territorialidade na complexidade e no cotidiano, entende a ação do poder como algo múltiplo, exercido e utilizado, que pode ser estudado em graus de territorialização e como algo progressivo. E, além disso, que coincide com Raffestin (2009) enquanto a territorialidade vai mudando ao longo do tempo, está inscrita na dinâmica política, econômica e cultural, é marcada pela infraestrutura, força de trabalho e relações de produção.

Já na década de 1990, o estudo do território tornou-se parte da geografia social, conforme expresso por Di Méo (1998) na sua obra *Geographie sociale et territoires*, na qual afirma que os dois principais componentes do conceito de território são “o espaço social e o espaço vivido”. A partir disso, o território passa a ser o espaço vivido, modelado pelo ser humano, dependendo de suas necessidades e é considerado como um produto social, uma construção social, que contém elementos simbólicos que são criados pelo ser humano e, ao mesmo tempo, têm a capacidade de produção de identidade.

Naquela época, como aponta Capel (2016), o conceito de território passou a ser amplamente utilizado em várias disciplinas sociais, exemplo disso é encontrado nos Estados Unidos e na Europa onde programas como Sociologia do Território ou Sociologia Territorial, Ecologia Humana, entre outras; tinham como objetivo pesquisar o que está relacionado com o espaço em que os fenômenos estudados ocorrem. Há também uma diversidade dessas universidades de especialização de países latino-americanos.<sup>22</sup>

Os objetivos específicos desses cursos ou estudos procuraram compreender a importância do território como determinante dos processos sociológicos; bem como vincular o território aos processos de desenvolvimento e mudança sociocultural, socioambiental e compreender os paradigmas da sociedade global.

Um exemplo é a proposta do arquiteto Javier García-Bellido, na sua Tese de Doutorado apresentada na Universidade Politécnica de Madrid, com o título

---

<sup>22</sup> Para conhecer a oferta educativa em Geografia da América Latina, visite o seguinte link: <http://observatoriogeograficoamericatina.org.mx/estudiosdegeografia.html>.



Coranomia<sup>23</sup>: Os universais do planejamento urbano. Estudo sobre as estruturas geradoras nas ciências do território, em que se propôs fundar uma "ciência transdisciplinar do território", como fundamento do urbanismo científico. Insistiu no caráter transdisciplinar que pretendia dar a esta nova ciência do território, ultrapassando as perspectivas das diferentes disciplinas e criando estudos específicos de terceiro grau em que os coranomistas seriam formados.

Às vésperas do século XXI, segundo Edin Cuadra (2014), com os processos oriundos da revolução científica, da globalização econômica e das políticas neoliberais, antigas relações sociais se transformaram, inicia-se uma etapa, de caracterização complexa e polêmica controversa<sup>24</sup>, que ficou conhecida como Pós-modernidade. Edin Cuadra (2014) expressa essa etapa tem como referência um fato épico em todo o mundo, como foi a queda do Muro de Berlim, ícone da unidade entre mundos ideológicos antagônicos e divididos, bem como também a continuidade ou a emergência do moderno-contemporâneo (do capitalismo).

Segundo Harvey (1992), a pós-modernidade representa um campo minado de noções conflitantes, uma mudança cultural, inicialmente detectada e enunciada por universidades europeias e norte-americanas, que segundo Edin Cuadra (2014), revelou uma série de mudanças que deram centralidade para o ser humano, entre eles: a rejeição de dogmas, a aceitação de verdades provisórias, novas socialidades, temporalidades, simbolismos e discursos, além da resignificação de conceitos, instituições e espaços.

Isso explica, em parte, segundo Llanos-Hernández (2010) o surgimento de novos conceitos que vêm aprofundando o questionamento dos fundamentos da modernidade que, ao longo do século XX, foi se firmando com base no paradigma do desenvolvimento social, sendo deslocado pelo paradigma da economia de mercado, responsável pelas crises nas sociedades capitalistas mundiais inerentes ao processo de globalização.

---

<sup>23</sup> A Coranomia é uma abordagem conceitual e cognitiva para estudar as estruturas geradoras que devem ser levadas em consideração nas ciências da gestão da terra. Na urbanização formal e informal, chegou a hora da norma, da ordem e da disciplina territorial.

<sup>24</sup> Segundo Fuini (2017), autores como Berman ([1982] 2007), explicam que a pós-modernidade representa um ápice da modernidade, com conotação de ser seu contraponto ou superação, sendo antecipada pelo modernismo (vanguarda cultural) e pelo pós-moderno (perspectiva histórica). E, para Jameson (1984), a pós-modernidade confunde-se com o pós-modernismo, que seria a lógica cultural (ou meta-teoria interpretativa) do capitalismo avançado, multinacional e que vê expandir os meios de comunicação de massa, é possível, desse modo, associar a pós-modernidade com o discurso sobre a globalização (SANTOS, 2003) e o advento de um território mais fragmentado.

Seguindo o percurso histórico, no início do século XXI, Llanos-Hernández (2010) expressa que o conceito de território ainda está fortemente relacionado com a organização administrativa e, em simultâneo, continua a ser conceituado como um espaço adequado para que os grupos sociais nele se fixem e possam garantir a sua sobrevivência, construir casas e estradas, explorar produtos, delimitar domínios, além de ser considerado central na teoria política, na geografia e nas relações internacionais por estar ligada à ideia de apropriação da terra e da propriedade.

Assim, neste período histórico, os conceitos de território e territorialidade estão mais consolidados, mas abertos para continuarem evoluindo, como demonstra o uso que se espalhou entre as ciências sociais, além da geografia, em um grande número de disciplinas como, por exemplo: economia, sociologia, antropologia, arqueologia, história, medicina, filosofia, direito, ciência política, bem como ciências físicas e naturais como geologia, climatologia, botânica, edafologia, ecologia, etologia, entre outras (CAPEL, 2016).

Além disso, participam, como expressam Capel(2016), Siso (2010) e Llanos-Hernández (2010), na forma de grupos de pesquisa sobre território e territorialidade, especialistas como: matemáticos, estatísticos, cientistas da computação, urbanistas, arquitetos, psicólogos sociais, especialistas em educação, especialistas em questões ambientais, estudos de decolonialidade, artistas, entre outros, que dão contribuições para a modificação do território, tanto em sua representação física como conceitual.

Segundo Capel (2016), o exposto implica que para o estudo do território são necessárias abordagens interdisciplinares e metadisciplinares, que permitam ampliar a visão dos problemas que são abordados, como aponta a sociologia da ciência, que tem estabelecido suficientemente que as tradições intelectuais de cada disciplina e as metodologias específicas utilizadas, dão origem a abordagens diferenciadas aos desafios que a sociedade atualmente exige.

Nessa ordem de ideia, a abordagem interdisciplinar dos conceitos em estudo permite o desenvolvimento de novos conceitos relacionados ao território com enfoques ampliados, como territorialização, territorialidade, desterritorialização e outras. Segundo Nates Cruz (2011, p. 212), territorialização, “é a estratégia que se utiliza e o efeito causado pela delimitação de um território” (bairros, aquisição de propriedades, [...]), sugere um poder determinado por uma pessoa, um grupo social ou étnico, um Estado[...].”

Em relação à territorialidade, segundo Nates Cruz (2011, p. 214) a define como "a produção prática ou discursiva do território por meio da economia, da religião, do jogo, dos processos políticos, etc." E, desterritorialização é para a mesma autora, "a perda de limites territoriais que foram criados a partir de códigos culturais historicamente localizados; [...], ou quando a própria população decide desfazer relações territoriais e representações espaciais".

Nesse sentido, Capel (2016) explica que os antropólogos reconhecem a primazia da geografia no estudo do território; e também percebem a complexidade crescente que seu estudo adquiriu com as contribuições de outras disciplinas.

Além disso, segundo Capel (2016), recentemente muitos postulados da ecologia humana foram recuperados e atualizados, os quais consideram o território como um elemento significativo na dimensão social, destacando a importância das localizações, limites e distâncias, por exemplo, a cidade como ecossistema, o ecossistema urbano.

Nesse sentido, diversos autores têm procurado aprofundar o território como conceito teórico-metodológico que influencia o desenvolvimento das relações sociais, conforme destaca Boisier Etcheverry (2011, p. 21), que afirma que "o território, entendido como uma sociedade localizada e organizada com identidade territorial, está a ser reavaliada no contexto da globalização e qualquer receio de que fique em segundo plano é totalmente infundado".

Em relação ao contexto de globalização, na última década alguns autores, segundo Capel (2016), sugerem que o conceito de território está em uma fase de obsolescência. Isso se deve à dinâmica atual em que vários aspectos se intensificaram, tais como: movimentos migratórios, movimentação de capitais e mercadorias, exploração de territórios ricos em recursos naturais e de caráter turístico, influência de modelos culturais estrangeiros sobre os locais, incidência de políticas neoliberais, processos de descentralização, mudanças nas estruturas de governo, entre tantos outros processos, que deram origem a novas perspectivas na concepção dos territórios.

No entanto, há um grupo de autores, como Llanos-Hernández (2010, p. 86), para quem o território significa "ir além da perspectiva disciplinar e do determinismo econômico, ao mesmo tempo, em que pode constituir uma categoria por meio da qual é viável estudar múltiplos processos que atravessam o complexo mundo social".

O Llanos-Hernández (2010), acrescenta que o território é “um conceito disciplinar ou interdisciplinar que permite estudar as novas realidades do mundo social no contexto atual da globalização, e que consegue imprimir uma relevância central à dimensão espacial dos processos sociais que ele estuda” (LLANOS-HERNÁNDEZ, 2010, p. 95).

Com base no exposto, pode-se interpretar que, no novo contexto, o conceito de território evolui para novos conteúdos nos quais se rompem as fronteiras físicas, culturais e sociais que se entrelaçam de forma diferenciada pelas tecnologias e pela colaboração interdisciplinar de várias ciências criando novas territorialidades.

Portanto, nesta abordagem é necessário destacar a dupla dimensão que o território implica e, conseqüentemente, a territorialidade, em termos de percepção do local ou da comunidade, por um lado, e do global, por outro, sem perder de vista as chamadas sociedades 'tradicionais' (como as dos povos indígenas, entre outras).

Além disso, devem ser considerados os novos paradigmas tecnológicos que caracterizam o mundo globalizado, visto que desde no final do século passado a corrida pela automação dos procedimentos de análise espacial tem se acelerado e se intensificado, gerando uma reavaliação da dimensão espacial que produz impacto no resto das disciplinas científicas, é por isso que agora se fala de geografia global, (OROPEZA; DÍAZ, 2007).

Da mesma forma, a geografia automatizada ou geotecnologia também aparece, segundo Buzai (2001, p. 630), como um paradigma que “apresenta uma nova forma de ver o mundo”, como um paradigma geográfico de âmbito multidisciplinar no contexto da necessidade e urgência de intervenção no território de uma forma diferenciada que permite enfrentar as crises das últimas duas décadas que conduziram a inúmeros e crescentes problemas sociais.

Do exposto, é derivado outro novo termo que vem ganhando força, o conceito de inteligência territorial; que segundo Guzmán Peña (2013), consiste numa ação mais inteligente sobre o território, em que se consideram os dinamismos territoriais, os recursos disponíveis, as necessidades das pessoas, bem como os objetivos de maior equidade com a comunidade local (por vezes classificada como comunidade territorial) para forjar novas alianças e estratégias de gestão local. O conceito é aplicado em diferentes escalas e campos gerais e específicos, levando em consideração o desenvolvimento sustentável.

Com base no exposto, fica evidente a complexidade implicada nos conceitos de território e territorialidade, além de sua importância e transversalidade em todas as atividades humanas. Assim, seu estudo torna-se cada vez mais importante na medida que as áreas para sua abordagem sejam ampliadas e as tecnologias disponíveis sejam utilizadas com consciência social.<sup>25</sup>

### 3.3. CRITÉRIOS PARA A ANÁLISE DA TERRITORIALIDADE

A partir do percurso histórico apresentado, podem-se identificar algumas contradições e desafios que circundam os conceitos em estudo: Território e Territorialidade, os quais podem ser atribuídos à antiguidade das suas origens, aos seus usos, contextos e ao grande número e diversidade de contribuições individuais e disciplinares que através do tempo foram gerando as respectivas mudanças de significados, relacionadas à lógica das transformações sociais e das mesmas disciplinas científicas.

Nesse sentido, os conceitos território e territorialidade aparecem em diferentes ciências, no entanto, não pertencem a nenhuma disciplina específica, embora algumas o tenham estudado de forma mais intensa, como a geografia, a sociologia e a ecologia. Pode-se dizer que, atualmente, seus estudos requerem abordagens interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares para que a comunidade científica possa ampliar a visão dos problemas que se propõe analisar.

Nesse sentido, Raffestin (2009, p. 8) destaca que o território:

Como produto e criação é hoje um conceito essencial, pois as sociedades, em diferentes graus e com variadas intensidades, modificam, até mesmo destroem, o espaço e as próprias condições de vida na Terra. O território é o instrumento por meio do qual homens, comunidades, sociedades se apoderam do mundo e também o transformam e destroem aos poucos, se não se impedirem de fazê-lo.

Portanto, segundo Raffestin (2009), é imprescindível compreender a dupla face que o território implica —por um lado a construção e por outro a destruição- por

---

<sup>25</sup> Para o marxismo, consciência social ou consciência de classe é a capacidade de um sujeito se reconhecer como membro de uma classe social que mantém relações antagônicas com as demais classes. Esse conceito é baseado na noção de luta de classes e na concepção de uma sociedade estratificada. Os marxistas afirmam que a consciência social se manifesta através da ideologia política, religião, arte, filosofia, ciência e até mesmo a estrutura legal de uma sociedade. De acordo com essa corrente, o sujeito que não compreende isso é alienado. (PÉREZ; MERINO, 2021).

ser o conceito mais eminente que revela as realidades materiais e imateriais (territorialidades) que os seres humanos manipulam em todas as suas relações de poder, pelo que sublinha a necessidade de estar atento à evolução dos territórios e, sobretudo, à forma como as sociedades concebem a sua territorialidade para que possam preservá-la a longo prazo.

Por outro lado, o conceito de território e, conseqüentemente, de territorialidade, tem sido estudado considerando diversos critérios como dimensões (geográficas/analíticas e relacionais), que permitem identificar práticas (explícitas e/ou implícitas) de suas aplicações e que, historicamente, tem dado origem a um espaço privilegiado de investigação empírica.

Nesse sentido, na sequência, são apresentados cada um desses critérios, que não devem ser considerados isoladamente, visto que os condicionantes, as mediações e contradições entre as múltiplas ocorrências e seus efeitos são indissociáveis.

### **3.3.1. Dimensões geográficas/analíticas da territorialidade**

Segundo expressa Albagli (2004, p. 37), “o território e a territorialidade podem ser vistos a partir de, pelo menos, quatro pontos de vista distintos e inter-relacionados: físico, político/organizacional, simbólico/cultural e econômico”, o que Haesbaert (2011) denomina macrodimensões analíticas territoriais. Por sua parte, Saquet (2009, p. 74), assinala que “o caráter material e imaterial do território e da territorialidade requer, evidentemente, uma abordagem que reconheça a unidade entre essas dimensões”, e identifica a dimensão física como natural.

Nessa perspectiva, Albagli (2004) e Saquet (2009) coincidem em explicar que a dinâmica territorial – que gera e é gerada pela territorialidade – resulta das interações entre essas várias dimensões, as quais se ampliam na sequência.

#### **3.3.1.1 Dimensão física/natural**

Conforme Saquet, (2009, p. 81), “o território é um espaço natural, social, historicamente organizado e produzido” e sua transformação se reflete no nível visível (que é a paisagem) e percebido (territorialidade) deste processo. Nesse sentido, a

dimensão física/natural representa a localização particular de um território na Terra, que segundo Albagli (2004, p. 36):

[...] é constituído por um conjunto de lugares que apresentam características e propriedades físicas específicas, sejam elas ditas “naturais”, tais como clima, solo, relevo, vegetação, sejam resultantes dos usos e práticas territoriais por parte dos grupos sociais.

Acrescenta Albagli (2004) que a dimensão física do território corresponde à sua materialidade e assinala que as potencialidades dessa dimensão podem ser integradas como recurso às práticas territoriais, sejam como práticas sustentáveis (promovendo a sua conservação) e do equilíbrio do meio ambiente local; ou predatórias desses recursos e degradantes da qualidade ambiental. Essa integração, explica a autora, permite a construção de paisagens, lugares e novos ambientes na Terra, o que na atualidade, são considerados como parte integrante da realidade social, uma realidade relacional envolvendo natureza e sociedade.

Pode-se dizer que essa dimensão como fato físico, materializa e evidencia os processos internos de outras dimensões que dinamizam o território no econômico, no sociocultural e o político, entre outras. A esse respeito, Haesbaert (2009, p. 105) explica que devido a isso, dentro desta dimensão, ao território corresponde “[...] um foco centralizado na espacialidade das relações de poder”, o que faz da territorialidade a capacidade do homem de modelar o espaço.

### 3.3.1.2 Dimensão política/organizacional

A dimensão política e as relações de poder constituem uma parte essencial na compreensão de territorialidades e dos territórios. Segundo Haesbaert (2011, p. 75) descreve a dimensão política como hegemônica e que compreende o território como espaço delimitado/controlado, por meio do qual se exerce determinado poder.

A esse respeito, Capel (2016) expressa que o território, considerado como cenário de poder, permite aprofundar os processos de gestão e dominação do Estado, indivíduos, grupos, organizações e empresas locais, nacionais e multinacionais; como superfície demarcada, permite a identificação das relações de posse por indivíduos e grupos e contém limites de soberania, propriedade, vigilância e jurisdição; e como

espaço administrativo e político, permite gerar, compreender, criticar políticas de desenvolvimento econômico e estratégias de controle.

Aprofundando, Haesbaert (2009), baseado em autores como Claude Raffestin (1980) e Robert Sack (1986), expressa que o território não restringe a dimensão política ao papel dos Estados, nem ignora a interseção com outras dimensões, isso porque entende as relações de poder como imanentes às várias dimensões da vida social.

Além disso, Haesbaert (2009) expressa que a dimensão política, juntamente com as dimensões jurídica, estatal e administrativa/organizacional, leva grande parte do pensamento social a associar diretamente a noção de território às práticas territoriais dos Estados-nação.

No que concerne, Albagli (2004), faz referência ao pensamento de Soja (1971), Santos (1988) e Harvey (1992) ao explicar que no sistema político apresenta duas subdimensões: os conflitos e alianças entre grupos socialmente distintos e, a competição e cooperação entre grupos espacialmente diferenciados. A autora expressa que o domínio do espaço, tornado território, é uma fonte fundamental de poder social pelo qual a espacialidade não é um reflexo passivo da ação social, pelo contrário, é uma estrutura ativa, carregada de contradições e conflitos.

Como exemplos, Albagli (2004, p. 38), faz menção de alguns processos históricos que mostram as relações entre poder e território, tais como:

[...]a colonização e o imperialismo; o desenvolvimento desigual entre regiões; e, mais recentemente, a formação de um mercado mundial, com o estabelecimento de redes planetárias de circulação e consumo sob o comando de grandes conglomerados e a hegemonia de determinados Estados[...] O exercício do poder implica a manipulação constante da oposição continuidade versus descontinuidade.

Explica Albagli (2004), que essas divisões artificiais nem sempre são satisfatórias do ponto de vista existencial, portanto, da territorialidade, porque a apropriação de um território por um ator ou grupo social está diretamente relacionada às suas concepções éticas, às suas opções políticas e ao seu nível tecnológico e influenciam a espacialidade em seus modos de estruturação, organização, subdivisão e gestão de território, envolvendo um conjunto de ações – nos planos material e imaterial – cujo resultado é a produção de um território dotado, no tempo, de uma certa estabilidade e unicidade.



Com base no exposto, Haesbaert (2011, p. 396), assinala a importância de nunca se analisar o território como espaço neutro, ao contrário como:

[...] enquanto lócus de constante disputa de poder seja sob uma perspectiva de TERRA (TERRITORIUM), onde predomina a dominação de natureza jurídico-política do uso do recurso “terra” para fins de reprodução econômica; seja sob uma concepção de TERROR/ATERORIZAR (TERREO/TERRITOR), onde é visto como instrumento de imposição de terror/medo dos atores hegemônicos aos atores hegemonzados e, conseqüentemente, menos influentes.

Aponta Albagli (2004) que, uma das primeiras marcas de apropriação e de identidade territorial é nomear o território, com o qual se transmite sua existência a outros, concedendo ao “exterior” uma visão unitária, global, daquele espaço geográfico.

Com relação à organização territorial, Albagli (2004) explica que tem a ver com os fluxos de informação, conhecimento e decisões que engendram como, por exemplo, fluxos de produtos, dinheiro, pessoas e energia através de redes, entre outras. A autora destaca que a organização do território traduz os tipos de interação e de relação entre os diferentes atores e entre os diversos subespaços que o compõem, podendo caracterizar-se por diferentes níveis de hierarquia, dominação, reciprocidade e complementaridade, o que outorga complexidade na compreensão e análise da territorialidade como processo dinâmico em constante transformação.

### 3.3.1.3 Dimensão Simbólica/Cultural

A dimensão simbólica refere-se a aspectos que vão desde crenças, rituais, significados, concepções ideológicas, identidades, entre tantos outros elementos que compõem uma ampla gama de fios que tecem o que se conhece como cultura.

A esse respeito, Albagli (2004, p. 40) aprofunda explicando que ao se formar uma identidade coletiva vinculada a um território, são definidas as relações com os outros, pela qual a dimensão cultural age como um fio invisível que conecta os indivíduos ao espaço, marcando diferença ou distinção entre comunidades.

Na visão de Geertz (1992, p. 91), a dimensão cultural é um instrumento de intervenção sobre o mundo e um dispositivo de poder, a partir do qual os sistemas simbólicos são ao mesmo tempo, representações (modelos de) e orientações para a ação (modelos para).

Partindo da mesma direção, para Haesbaert (2007) a dimensão cultural do território é revestida de valores espaciais que transcendem o material e a concepção do território como recurso, alimentando-se de elementos éticos, estéticos, espirituais, simbólicos e afetivos. Visto dessa forma, o território só seria compreensível a partir dos códigos culturais em que está inscrito (HAESBAERT, 2007).

Por outro lado, para Santos (2000), ao se referir ao espaço, ele o relaciona com a razão e a emoção, ou seja, com a dimensão sensível e emocional do ser social do ser humano. Ou seja, na dimensão cultural do território, destaca-se a importância de elementos imateriais e simbólicos, destacando-se a apropriação simbólica do território por uma sociedade, comunidade ou grupo de indivíduos.

Nessa perspectiva, autores como Albagli (2004), Haesbaert (2007, 2009), Saquet (2009) concordam em expressar que, na medida em que o espaço é apropriado, semanticamente e com significado pela história e pela socialização, o território vai surgindo e a territorialidade vai se configurando, produzindo uma díade inseparável da qual o território está vinculado à construção da identidade, seja ela política, religiosa, espacial, social e cultural ou todas simultaneamente.

No entanto, Haesbaert (2007) explica que nem todo espaço apropriado e dominado se transforma em território. Para isso acontecer, seria necessária a confluência de múltiplos processos e a materialização tanto das dimensões físico-materiais de sua construção quanto das simbólicas, dando vida à territorialidade, isso porque não são as características físicas do território que geram ou determinam a criação do signo e da semântica, senão as relações sociais e a relação sociedade-natureza, em determinado tempo e espaço.

Nessa perspectiva, Albagli (2004, p. 40) acrescenta que a dimensão simbólica do território tende a se confundir com sua dimensão cultural, pelo qual explica que a “[...]cultura é um atributo humano que nos distingue dos demais seres vivos” e é construída no tempo (história) e no espaço (território).

É possível notar, segundo Albagli (2004) que a dimensão cultural é um importante instrumento de adaptação das populações humanas aos diferentes ambientes ecológicos, age de forma seletiva e não casualmente, explorando as possibilidades e limites do meio ambiente, constituindo “um processo dinâmico e cumulativo de transmissão e troca de experiências, percepções e conhecimentos, é um elemento central na produção da cultura e da própria territorialidade como atributo social” (ALBAGLI, 2004, p. 41).

Pode-se dizer assim, com base nos autores expostos, que territorialidade está, portanto, vinculada ao plano simbólico-cultural, compondo uma díade junto com o território, o que permite a compreensão, análise e percepção mais ampla da realidade, das dinâmicas e conflitos sociais.

Tem-se então, que a territorialidade permite evidenciar as qualidades simbólicas e culturais do território, estudar e compreender o espaço, ou seja, sua apropriação e representação simbólica e cultural por meio das diferentes atividades humanas que incluem as relações sociais de produção.

#### 3.3.1.4 Dimensão Econômica

A dimensão econômica segundo Albagli (2004) representa formas de organização espacial dos processos sociais de produção – especificando o que, o como e quem nele produz – de consumo e de comercialização; tomando em conta as potencialidades e tipicidades, base técnica, base de conhecimentos (tácitos e codificados) e estrutura produtiva local. Essa dimensão, segundo autores como Albagli (2004), Santos (2005), Haesbaert (2007, 2009), Saquet (2009), entre outros, fazem referência ao território como fonte de recursos.

Nesse sentido, Santos (2005) destaca que, do ponto de vista econômico, o uso econômico do espaço é o que permite a configuração do território, portanto, o território é o espaço utilizado, apropriado. Além disso, Santos (2005) acrescenta que o território não é uma produção a-histórica, pois muda e se transforma a partir da dinâmica e dos processos dialéticos entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, assim como também das inovações tecnológicas e da técnica.

Por outro lado, Haesbaert (2007), descreve que, em uma sociedade organizada em torno de relações capitalistas de produção -e no caso particular da América Latina de capitalismo dependente-, o território utilizado tem uma dupla conotação, o território como abrigo e como recurso, dependendo do grupo social que o utiliza. Para os atores hegemônicos, o território será primordialmente um recurso, enquanto para os subordinados tenderia a ser um abrigo, levando à construção de valores socioculturais superiores ou complementares ao econômico.

Partindo dessa distinção dupla do território, Albagli (2004, p. 42) assinala que também existe “uma divisão territorial do trabalho e do processo de acumulação de capital que se traduz na hierarquização de lugares e regiões”. A autora explica que

essa divisão socioespacial do trabalho, na atualidade está profundamente vinculada pela “capacidade de cada território de gerar ou de absorver inovações, bem como pela sua maior ou menor disponibilidade de infraestrutura e de mão-de-obra adequadas à localização dos segmentos econômicos intensivos em conhecimento” (ALBAGLI, 2004, p. 42).

Nessa direção, embora sem se referir explicitamente ao conceito de territorialidade, a dimensão econômica do território revela, – segundo os diversos autores citados – a construção e a estrutura global e a complexidade territorial de um sistema de relações sociais de produção, baseado na ciência, tecnologia e técnica, com destaque, na atualidade, para as tecnologias de informação e comunicação, configurando a partir disso, um sistema de objetos e um sistema de ações (SANTOS, 2005) que, interagindo, daria conta do espaço humanizado e das estruturas territoriais configuradas em contiguidade, em rede ou de forma hierárquica que influencia diretamente a territorialidade, como expressa Albagli (2004), no compartilhamento de valores, normas, costumes como fator de dinamismo, de diferenciação e de valorização econômica dos territórios e de aglomerações produtivas.

### **3.3.2. Dimensões relacionais: Espaço-tempo-território**

Neste tópico será abordada brevemente uma das relações mais complexas e estudadas: a relação tempo-espaço-território, pois ela se constitui como uma importante unidade de análise dos problemas sociais. De fato, Santos (1996) considera o espaço como um processo, que muda constantemente ao longo do tempo, portanto, não pode ser entendido de forma estática, sendo pura ação e mutação de sua natureza original, o qual se (re)constrói em um território específico, em que existe uma participação ativa de todos os agentes sociais a partir de diferentes posições e condições ao longo do tempo.

Igualmente, para Flávio e Saquet (2008) a relação espaço-tempo-território, forma um processo contínuo de construção e reconstrução do espaço, do território e do próprio tempo nas mais diversas interações através de uma relação indissociável e não excludente. Partindo dessa distinção, a seguir é apresentada as definições e relações desses interessantes conceitos.

Pode-se dizer que, na visão de Santos (1996, p. 19), o espaço constitui o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos. Acrescentam Flávio e Saquet

(2008, p. 71) que o espaço geográfico, é “a materialidade da dinâmica social se reorganizando historicamente na natureza e no interior da própria sociedade”.

Com relação ao tempo, para Santos (1996, p. 19), representa o transcurso, a sucessão dos eventos e sua trama. E, segundo Flávio e Saquet (2008), o tempo significa duração, sequência, movimento, repetições e inovações, tem um fluxo contínuo, processual e relacional, o que dá significado à processualidade histórica, simultaneidades e as relações que contemplam escalaridades.

Para Flávio e Saquet (2008, p. 71), o território compõe uma “síntese da relação espaço-tempo, com determinadas características específicas centradas nas relações de poder, na identidade e nas redes de comunicação e circulação”. Os autores acrescentam que o território está permeado de sinergias, conflitos, contradições, lutas, campos de forças, movimentos de apropriação e dominação.

Considerando os conceitos anteriores, segundo Saquet (2000), existe uma correlação entre as variáveis espaço, tempo e território, que se correspondem com construções históricas, isso porque portam atributos diferenciados que plasmam os espaços-tempos. O autor assinala que há, simultaneamente, territorialidades em constante relação com as espacialidades e temporalidades que desenham os espaços – tempos – territórios (SAQUET, 2000).

Por sua parte, Flávio e Saquet (2008) acrescentam que as transformações espaciais temporalmente produzidas, são produto do trabalho humano, realizado por meio das técnicas, tecnologia, ideologia, política e cultura disponíveis em cada tempo socialmente construído, presentes como mediadoras nas relações que se estabelecem historicamente na reorganização do território.

Nessa direção, Flávio e Saquet (2008, p. 71), com relação ao tempo, exemplificam que “cada tempo é caracterizado por processos físicos-humanos reunidos em uma síntese conceitual que se apresentam em sucessão”. Também, explicam que esses processos são tributários da relação entre homens-natureza, e se manifestam através de ações que:

[...] constroem – destroem – reconstroem – plasmam – dissolvem – ligam - desligam as coisas e lhes impõem configurações que assumem uma miríade de formas-conteúdos que se manifestam objetivamente como: sucessões-coexistências, sincronias-diacronias, continuidades-descontinuidades, horizontalidades-verticalidades, opacidades-luminosidades, unidades-diversidades, mobilidade e relativa imobilidade.

Por sua parte, Harvey (1992), Santos (1996), Saquet (2008), Flávio e Saquet (2008), Haesbaert (2011) coincidem em afirmar que o espaço e o tempo são indivisíveis e se encontram inseridos no território de forma objetiva e subjetiva. A respeito, Flávio e Saquet (2008) assinalam que existe um movimento no espaço, no tempo e no interior do próprio território, o que gera múltiplas territorialidades, que inclui um processo de produção da vida e das relações humanas carregadas de negações e contradições que se estabelecem nos movimentos e dinâmicas territoriais.

Neste sentido, Saquet (2007) manifesta que o território ao se fundamentar como movimento, se transforma simultaneamente em produto e condição de cada relação espaço-tempo, de processos sociais e naturais entrelaçados. Isso, segundo o autor, permite extrapolar a definição de territorialidade enquanto as suas diferentes dimensões (física/natural, política, econômica, cultural) e dos diferentes grupos sociais.

Pode-se dizer, com base no exposto, que o território é fruto e condição desse movimento, processual e relacional, que carrega um significado no tempo e no espaço, e que se dinamiza com a territorialidade por meio das ações e reações sociais e cotidianas.

Nesse sentido, para efeitos desta pesquisa, a avaliação das teses e dissertações foi feita com base nas dimensões físico/natural e simbólica/cultural, isso porque materializam e evidenciam os processos internos de outras dimensões que dinamizam o território no econômico e no político, além de que através das relações de poder se constituem como parte essencial na compreensão da territorialidade em determinado tempo e espaço.

A descrição anterior representa uma pequena amostra das dimensões que podem ser estudadas a partir do território e sua abordagem para identificar o sentido de relevância sobre ele por aqueles que o habitam, ou seja, sua territorialidade, o que reforça mais uma vez o significado e a importância destes conceitos, que mostram sua validade e evolução ao longo do tempo.

### 3.4. PRÁTICAS EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS DE TERRITORIALIDADE

Partindo da premissa de Saquet (2019, p. 8), que expressa: “para o homem mudar o mundo é preciso transformar-se na práxis, pois há transformação do homem e do mundo simultaneamente”, se apresenta uma síntese do que implicam as práticas

de territorialidade, baseado nas perspectivas exploradas principalmente por Bourdieu (1994), Penrose (2002), Albagli (2004), Vázquez (2003), Lopes de Souza (2013), Saquet (2019), Haesbaert (2021), com a finalidade de identificar os critérios que permitam avaliar a territorialidade, em termos de conceitos e práticas, na pesquisa de pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES a partir dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT).

### **3.4.1. Sobre práticas, práxis e práticas sociais**

Em continuidade, são apresentadas as definições e distinções entre os conceitos práticas, práxis e práticas sociais como bases para compreender as práticas de territorialidade, fazendo ênfases no campo humanístico e nas ciências sociais, especificamente na filosofia da práxis, para se referir às escolas marxistas e outras escolas posteriores que não apenas reconsideraram a relação entre teoria e práxis, mas também fazem da práxis sua categoria fundamental.

#### **3.4.1.1 O dilema entre prática e práxis**

Os termos práxis e prática têm sido estudados por diversos autores, sob vários pontos de vista e existem registros históricos que oficializam suas definições desde a época de Aristóteles<sup>26</sup>. Segundo Villegas (2016), do ponto de vista do pesquisador, prática e práxis podem ser usadas como sinônimos. No entanto, conforme a abordagem ou corrente filosófica, existem diferenças substanciais entre esses conceitos.

Nesse sentido, segundo Vázquez (2003) e Villegas (2016), se entende por prática o exercício ou desempenho de uma atividade de forma contínua, de acordo com determinadas regras, em que o indivíduo age conforme as necessidades presentes.

E, com relação à práxis, o Dicionário do Pensamento Marxista (2013), explica que a palavra é derivada do grego antigo (especificamente do verbo *prassein*, “fazer”),

---

<sup>26</sup> O filósofo grego Aristóteles (384-322 a. C.) classificou as atividades humanas em três categorias diferentes, que são teoria (*theorein*) ou busca da verdade; poética (*poiesis*) que é a imitação criativa; e a prática (*praxis*) ou resolução concreta de problemas (DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA, 2013).

e se refere a quase todo tipo de atividade que o homem livre é capaz de realizar concretamente, especialmente em oposição à teoria. Para Villegas (2016), a práxis é um ato responsável, reflexivo, crítico e consciente das ações que estão sendo realizadas de forma concreta, estabelecendo uma distinção entre teoria (pensamento e planejamento) e práxis (a realização concreta da atividade).

Vázquez (2003, p. 27) define práxis para designar uma ação e explica que os termos práxis e prática podem ser usados indistintamente, especificando que prática é mais utilizada na linguagem comum e literária, e a práxis tem um uso mais restrito dependendo da corrente filosófica em que é abordada. Para os propósitos desta pesquisa, os termos serão usados de forma intercambiável, enfatizando seu significado como uma atividade objetiva e consciente e não seu caráter estritamente utilitário que decorre do significado de prático na linguagem comum.

Com base no exposto, para compreender melhor os conceitos de prática e práxis foi considerada como guia a visão de Bispo (2013), segundo a qual a essência filosófica desses termos se fundamenta nas seguintes áreas do saber: 1) a fenomenologia 2) o interacionismo simbólico; 3) o legado de Wittgenstein; 4) a tradição marxista, e 5) a praxiologia. Adiciona Bispo (2013, p. 15) que todas essas áreas incluem diversos fenômenos, as quais assumem lugar e são componentes do campo das práticas para aqueles que delas compartilham.

Na sequência, são descritas brevemente as diferentes filosofias, fazendo ênfases na tradição marxista e na praxiologia como referenciais para esta pesquisa.

### **1) A fenomenologia**

Na fenomenologia, segundo Bispo (2013) a prática é uma construção de significado que parte da interação de elementos humanos e não humanos presentes no cotidiano da organização, manifestada através de “atividades de trabalho, aprendizagem, inovação, comunicação, negociação e conflitos sobre objetivos” (BISPO, 2013, p. 14). Segundo Bispo (2013), a interpretação desses objetivos, a história e os significados formam a prática, por isso estes elementos não podem ser entendidos separadamente.

### **2) Interacionismo simbólico**

Outro pensamento que contribui para a compreensão da prática é o interacionismo simbólico, que conforme Blumer (1986) e Bispo (2013), os quais



destacam as interações entre os indivíduos e entre indivíduos e objetos. Blumer (1986), explica que: a) todo tipo de conhecimento é acessado por meio da interação, daí, os seres humanos agem com relação aos fatos baseando-se no significado que eles têm para os grupos a que pertencem; b) os significados que os fatos têm para os seres humanos são centrais em sua conduta, esses fatos incluem tudo que os seres humanos podem notar como objetos físicos, outros seres humanos, categorias de indivíduos como amigos ou inimigos, instituições, ideais, atividades dos outros e situações encontradas em seu cotidiano; e c) a interação humana mediada pela linguagem e o uso de símbolos para a interpretação dos fatos, possibilita o acesso ao significado das ações dos outros no contexto vivido, é apropriado e modificado por um processo interpretativo usado pela diversidade humana para poder lidar com os eventos com os quais se defronta.

### **3) O legado de Wittgenstein**

Com relação ao legado de Wittgenstein, Bispo (2013) assinala que aquele faz uma contribuição significativa à compreensão do conceito de prática, porque traz a importância dos elementos da linguagem e do significado em sua relação com a própria prática por meio dos jogos de linguagem. Explica o autor, que para Wittgenstein, é a linguagem que promove a prática e possibilita a construção de significado e sentido. Com base em diversos autores, Bispo (2013) afirma que a linguagem não é apenas um meio de transmitir informação, também é uma ação que constrói sentido e a própria prática.

### **4) A tradição Marxista**

A prática constitui o eixo principal da filosofia marxista, segundo Vázquez (2003), entre outros grandes pesquisadores<sup>27</sup>, reconhecem que Karl Marx foi o primeiro a considerar, do ponto de vista filosófico, que a práxis determina a atividade teórica e não o contrário.

Explica Vázquez (2003), que essa inversão -que a teoria é determinada pela práxis e não o contrário- é fundamental no pensamento marxista, que estabelece os modelos concretos de produção material como determinantes da forma como a

---

<sup>27</sup>O conceito de práxis tem desempenhado um papel importante na obra de vários pensadores marxistas, por exemplo, Lukács (1923), Habermas (1923), Marcuse (1928), Adorno (1957), Kosik (1963), Lefebvre (1965), entre outros. Fonte: Dicionário do Pensamento Marxista, p. 464.

realidade é interpretada, é dizer que, para o marxismo é o material que define a maneira como se pensa, e não o contrário, desse modo é que a observação e o estudo das práticas sociais permitem gerar corpos teóricos baseados nas variáveis materiais da história e com vistas à transformação.

A partir daí, as diferentes escolas do marxismo são conhecidas como a "filosofia da práxis", por enquanto, Vázquez (2003, pág. 167) explica que a filosofia da práxis – formulada por Marx em sua Tese sobre Feuerbach<sup>28</sup> como uma concepção de objetividade, baseada na práxis – se trata de “transformar o mundo (projeto ou objetivo) a partir da crítica e do conhecimento do que existe”.

A esse respeito, Vázquez (1983, p. 64) assinala que a práxis, no sentido da Tese I sobre Feuerbach (de Marx) constitui uma:

..."atividade humana como atividade objetiva", isto é, real; "atividade revolucionária [...] crítico-prático". Atividade, então, orientada para a transformação de um objeto (natureza ou sociedade), como um fim, traçado pela subjetividade consciente e ativa dos homens e, conseqüentemente, atividade —em unidade indissolúvel— objetiva e subjetiva ao mesmo tempo. O que é decisivo nesse processo prático não é a transformação objetiva (separada da subjetividade) nem a atividade subjetiva (separada da objetividade), mas a unidade de ambos os momentos.

E, conforme o definido no Dicionário do pensamento marxista (2013, p. 292), a práxis, segundo Marx, é de forma geral:

[...] à atividade livre, universal, criativa e auto criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; é uma atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres.

Com base no anterior, Vázquez (1983) aprofunda sobre a filosofia da práxis e explica que supõe uma opção ideológica, um ponto de vista de classe que não fica simplesmente contemplando ou interpretando o mundo, senão que contribui para sua transformação. Acrescenta Vázquez (1983, p. 69) que nessa prática, a filosofia da práxis combina várias funções:

---

<sup>28</sup> As Teses sobre Feuerbach são onze pequenas notas filosóficas escritas por Karl Marx em 1845. Elas resumem uma crítica às ideias do jovem filósofo pós-hegeliano Ludwig Feuerbach. As Teses viriam a sublinhar explicitamente o papel que a práxis, a ação, deveria ter na concepção marxista do mundo. Na frase literal de Marx, a tese 11 diz: "Os filósofos apenas interpretaram o mundo de várias maneiras, mas a questão é transformá-lo".

- a] Função crítica: ...em um duplo sentido: primeiro, como teoria de uma realidade negativa cuja explicação implica sua negação; e, segundo, como crítica das ideologias que tendem a conciliar o pensamento com o estado de coisas existente.
- b] Função política: ...como crítica da ideologia dominante, tem consciência de seus limites. [...], a filosofia da práxis não pode se permitir ser encerrada em um simples debate ideológico. É preciso estar ciente das raízes sociais e de classe dessas ideias, das condições reais que as originam e das soluções práticas que permitirão dominá-las[...] vincula-se à ação real e concreta (com a luta de classes).
- c] Função epistemológica: [...] Função de elaboração e desenvolvimento dos conceitos e categorias que permitem a "análise concreta de situações concretas" (Lênin) essenciais para traçar e aplicar uma linha justa na transformação efetiva da realidade política e social.
- d] Função de consciência da práxis: A filosofia da práxis não é uma filosofia sobre a práxis[...], mas é a própria práxis tomando consciência de si mesma. Mas a práxis só existe em unidade com a teoria; portanto, essa consciência é da unidade da teoria e da práxis (da fusão do conhecimento da realidade e a experiência do movimento operário, da luta de classes), contribui assim para integrar a unidade de pensamento e ação em um nível superior, ou seja: para elevar a racionalidade da práxis.
- e] Função autocrítica: A consciência da práxis deve levar a uma crítica incessante de si mesma, de sua capacidade de captar a práxis e nela se inserir.

Todas essas funções, explica Vázquez (1983), são determinadas por uma que é fundamental: a função prática da filosofia que, como teoria, está necessariamente inserida na práxis. Nesse sentido, Bispo (2013) explica que para a tradição marxista, a práxis é sempre o produto de condições históricas específicas, como resultado de práticas prévias que se transformam na prática presente.

Além disso, o processo material de produção para Bispo (2013), contempla a criação de bens e a reprodução da sociedade, o que gera uma importante contribuição epistemológica e metodológica no que se refere à prática como “um sistema de atividades em que o saber não está separado do fazer e considera a aprendizagem uma ocorrência social e não apenas uma atividade cognitiva” (BISPO, 2013, p. 15).

Para Marx, segundo Netto (1992), a práxis expressa a unidade dialética entre pensamento e realidade; interação de conhecimento e ação, de pensamento teórico e ação revolucionária, assim como da teoria social com a prática emancipatória. Explica Netto (1992), que Marx entende a sociedade a partir da práxis, isso porque o homem somente conhece o mundo através de sua atividade transformadora, com a qual constrói um mundo social e produtivo.

Outro elemento importante que tem sido considerado ao falar de práxis, é segundo Vázquez (2003), que a matéria-prima da atividade prática pode mudar, dando origem a diversas formas de práxis, dependendo da ação que o sujeito pode

exercer sobre o objeto, o que pode ocorrer: a) naturalmente; b) como resultado de uma práxis anterior que se torna, no que concerne, matéria de uma nova práxis; ou c) como produto do próprio humano, da sociedade como matéria ou objeto da práxis política ou revolucionária, ou de indivíduos específicos.

Nesse sentido, Vázquez (2003, p. 272) também explica que entre as formas fundamentais de práxis estão: a) práxis produtiva; b) práxis artística; c) práxis experimental; e d) a práxis política, que são brevemente descritas a seguir.

**a) Práxis produtiva:** A atividade prática produtiva, segundo Vázquez (2003), é a relação material e transformadora que o homem estabelece, através de seu trabalho, com a natureza. Segundo Vázquez (2003, p. 272), —citando Marx— é através do trabalho que o ser humano assimila:

[...] os materiais da natureza de forma útil para sua própria vida, mas ele só pode assimilá-los objetivando-se neles, isto é, imprimindo na matéria trabalhada a marca de seus fins. Marx aponta essa adaptação a um fim como um dos fatores essenciais do processo de trabalho: Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada para um fim —isto é, o próprio trabalho—, seu objeto e seus meios.

Com base no exposto, Vázquez (2003) aponta que a práxis produtiva se constitui como fundamental porque nela o homem não só produz um mundo humanizado, entendido como um mundo de objetos que satisfazem as necessidades humanas, segundo propósitos ou projetos específicos, mas também gera a produção, formação e transformação do próprio ser humano.

**b) Práxis artística:** outra forma de práxis, destaca Vázquez (2003, p. 275), é a produção ou criação de obras de arte, que permite “a criação de objetos que elevam a um grau superior à capacidade de expressão e objetivação humana, que já se revela nos produtos do trabalho”. Vázquez (2003) explica que o trabalho artístico representa a criação de uma nova realidade, através da qual o ser humano se reafirma, criando ou humanizando tudo o que toca, por isso é essencial para o ser humano.

**c) Práxis experimental:** segundo Vázquez (2003, p. 276), esta forma de práxis é representada quando o pesquisador atua, experimentação como práxis científica, sobre um objeto material modificando à vontade as condições em que um fenômeno opera, com o objetivo de estudá-lo em um ambiente artificial —o do laboratório— usando instrumentos físicos apropriados, como uma atividade objetiva que dá origem a um produto ou resultado real e objetivo, com o fim imediato de provar uma teoria,

ou certos aspectos dela. Vázquez (2003), faz um importante esclarecimento, referindo-se à experimentação como atividade que não é exclusiva da ciência; visto que pode ser realizado em outros campos, tais como: artístico, educacional, econômico ou social.

**d) Práxis política:** segundo Vázquez (2003, p. 277), este é o tipo de práxis em que o ser humano é sujeito e objeto; isto é, práxis em que ele age sobre si mesmo, através de diferentes atos que o levam à sua transformação como ser social, influenciando suas relações econômicas, políticas e sociais. Vázquez (2003) explica que a práxis política toma como objeto os grupos ou classes sociais e persegue determinados objetivos que respondem aos interesses radicais das classes sociais e, dependendo da situação específica, a realização desses fins está condicionada pelas possibilidades objetivas inscritas na própria realidade.

Além disso, a práxis política, como atividade prática que transforma a sociedade, atinge sua expressão máxima na práxis revolucionária e, juntamente com a práxis produtiva, constituem às duas dimensões essenciais do ser prático (VÁZQUEZ, 2003, p. 279).

## 5) A praxiologia

Partindo da teoria sociológica<sup>29</sup> de Bourdieu (1994), se compreende por praxiologia<sup>30</sup> ao modo de conhecimento teórico do mundo social, baseado sobre o conceito de prática, que fornece explicações amplas, profundas e científicas sobre os diversos processos sociais.

Conforme Prasad (2005) e Nicolini (2012), os principais representantes da praxiologia moderna são Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, pertencentes à tradição crítica de pesquisa, influenciados pelo pensamento Marxista que tem com eixo central a questão do poder, pelo qual os autores esboçam suas teorias na preocupação sob a estrutura, reprodução e transformação social.

No entanto, Prasad (2005) explica, que existem algumas diferenças nas posições teóricas que divergem entre Pierre Bourdieu e Anthony Giddens. Por um

---

<sup>29</sup> Pierre Bourdieu (1930-2002), sociólogo francês, propõe uma teoria sociológica crítica e reflexiva, organizou o pensamento social em dois tipos de conhecimento, objetivismo e fenomenologia; e, fundamentou uma terceira a partir de sua teoria da prática ou praxiologia. Bourdieu buscou compreender o mundo social a partir de três conceitos fundamentais: *habitus*, campo e capital simbólico, que por sua vez, se desmembra em capital econômico, cultural e social.

<sup>30</sup> Na teoria bourdieusiana, a praxiologia significa passagem da mera análise do *opus operatum* (produto) ao mergulho perscrutativo no *modus operandi* (processo), da regularidade estatística (ou da estrutura algébrica) ao princípio de produção da ordem observada (BOURDIEU, 1994, p. 60).

lado, Prasad (2005) assinala que Giddens trabalha ao nível de microssociologia – enfatizando as escolhas individuais e a competência social no quadro de poder e focando na interpretação individual para reprodução da estrutura – e por outro, Bourdieu trabalha ao nível de antropologia, enfatiza a cultura como dinâmica central na estruturação e coloca seu foco nas restrições culturais sobre as escolhas individuais, a competência e a ação.

Nesse sentido, Bourdieu (1994) circunscreve que o método da praxiologia, se encontra erguido sobre o conceito de *habitus*, que seria o elemento gerador das práticas sociais, *habitus*, como forma de incorporar um saber ou uma prática. Segundo Bourdieu (1994, p. 60) define *habitus* como:

[...] sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente.

A partir dessa definição de *habitus*, Bourdieu (1989, p. 64), explica que pode ser entendido como “capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, ou, ainda, a forma como a sociedade torna-se representada nos indivíduos de maneira durável, conduzindo suas ações e respostas às pressões e demandas do meio social”. O autor acrescenta as características “criativas, ativas e inventivas” do *habitus*, indicando “a disposição incorporada, quase postural” de um agente em ação, focando com isso o “lado ativo do conhecimento prático” (BOURDIEU, 1989, p. 64).

A esse respeito, Bourdieu (1989, p. 64) assinala que o *habitus* inclui um “conjunto sistematizado de princípios substituíveis, geradores e organizadores de práticas e de representações, a partir das quais podem ser geradas soluções que não se deduzem diretamente das condições de produção”.

Por sua parte, segundo expressa Freitas (2012, p. 14) os termos “prática ou práticas” são definidos como:

[...] atividades, atos, ações, ocupações, diligências, tarefas, atuações, obras, feitos, manifestações, atitudes, comportamentos, reações, condicionamentos, enfim, são realizações humanas ocorridas na vivência e na experiência, em todas as instâncias e segmentos da sociedade (família,

escola, religião, trabalho, instituições, política, meios de produção da infraestrutura, comércio, lazer, arte, etc.).

No entanto, para Bourdieu (1996, p. 118), a prática é o corpo constitutivo de todas as ações humanas realizadas no convívio social, por todos os segmentos sociais, em todos os âmbitos e setores da sociedade, nos grupos e nas classes. Explica o autor, que é dentro dessa divisão de classes, que se destaca a importância dos grupos, sendo que cada grupo possui as suas práticas típicas, definidas, características, singulares, diferenciadas, que homogeneízam o grupo, distinguindo-o dos demais, enfatiza que as práticas são presididas pela lógica da distinção.

Na visão de Bourdieu (1989, p. 261), prática é definida como:

[...] o produto de uma relação dialética entre a situação e o habitus, entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funcionam em cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível cumprir tarefas infinitamente diferenciadas graças à transferência analógica de “esquemas” adquiridos numa prática anterior.

Uma distinção importante sobre as práticas é a feita por Accardo (1991, p. 133), o qual afirma que estas se encontram distribuídas em “graus diversos entre dois polos opostos”. Em um, as práticas parecem agir de maneira totalmente livre, por estar comandadas por uma lógica “que nos escapa, que é a do *habitus*”, sendo evidentes, sem necessidade de serem explicadas. Em outro polo, estão “as práticas conscientes e expressamente regradas, codificadas por regras gramaticais, técnicas, morais, jurídicas, etc.”, ou seja, aquelas que “somente a razão e a regra podem impor”.

Daí, resulta ser importante assinalar que para Bourdieu (1996), o termo “prática” ultrapassa os limites significativos da antropologia e da sociologia tradicionais, porque está revestido de significados próprios e caracterizadores, além de explicar que “as práticas são apreendidas de fora, enquanto fato acabado, em lugar de construir seu princípio gerador situando-se no próprio movimento de sua efetivação” (BOURDIEU, 1994, p. 47).

Também, Bourdieu (1996) considera que as práticas são as motivações para agir, bem como o próprio produto das ações e sua reprodução. Somente através das práticas é que se capta o *habitus*, que se delineiam os jogos de interesses e capitais simbólicos e que se definem grupos e classes sociais.

Portanto, com a conformação da praxiologia, Bourdieu (1994) dirige o status da prática como elemento que pode ser observável, mensurável e passível de críticas, além de configurar todas as categorias analisadas em sua sociologia, como: habitus, grupos e classes sociais, capital (econômico, cultural, social, simbólico), campo científico, violência simbólica, etc.

A esse respeito, Dupuis (1996) expressa que, é a partir da influência dos habitus que são produzidas diferentes estratégias que conduzem aos atores sociais ao exercício de práticas sociais em distintos contextos. Acrescenta Dupuis (1996, p. 239), que esses contextos são preexistentes aos próprios indivíduos e, assim, “orientam o sentido de suas ações, predispondo-os a pensar, sentir e agir de modos determinados em todos os níveis de interação”.

#### 3.4.1.2 Sobre as práticas sociais

Com relação às práticas sociais, Freitas (2012, p. 14) explica que podem ser expressas através de substantivos concretos, abstratos e/ou de verbos, indicando:

[...] obras, produtos, ações, atividades, experiências, realizações, atos, rituais, festividades, comportamentos, atitudes, feitos, façanhas, reuniões, trabalhos, ofícios, lazeres, construções, comunicações, diálogos, discursos, rezas, orações, danças, comércios, políticas, negócios, roubos, crimes, viagens, diplomacias, educação, jornalismo, ciências, operações, cerimônias, condutas, religiões, execuções, artes, tecnologias, arquiteturas, linguagens, guerras, julgamentos, etc.

Acrescenta Freitas (2012) que nessa lista se pode verificar o uso de gêneros e espécies, – entre outras noções mais abrangentes e abstratas – que indicam tipos de práticas antropológico-sociais realizadas pelas pessoas na vida em sociedade, através de um complexo jogo de interesses e de poderes (lícitos ou ilícitos, morais ou imorais, éticos ou não éticos) entre indivíduos, grupos e classes.

Para Freitas (2012, p. 21), as práticas sociais, se podem manifestar de muitas formas, por exemplo, ser exteriorizadas através da linguagem verbal (oral e escrita), mas também manifestadas por outros tipos de linguagem, como “gestos, olhares, atitudes, estilos de vida, objetos usados no cotidiano, vestimentas, etc.”, que reproduzem o universo cultural dos indivíduos, grupos e classes sociais, “expressando ideologias, sensações, preconceitos, representando instituições e lugares sociais dos



agentes, que se reconhecem mutuamente por um código comum no jogo de interesses e dos tipos de capital (econômico, cultural, social e simbólico)” (FREITAS, 2012, p. 21).

A partir dessa perspectiva, Bourdieu (2009, p. 135) define as práticas sociais como:

[...] aptidões sociais, variáveis no tempo e no espaço, transferíveis, não estáticas, no interior e entre indivíduos da mesma classe e que fundamentam os distintos estilos de vida”. As práticas sociais, se caracterizam como duráveis, dinâmicas, socialmente construídas, podendo ser “corroídas, contrariadas, ou mesmo desmanteladas pela exposição a novas forças externas”, com relativa autonomia “no que diz respeito às determinações externas do presente imediato”.

Conforme Giddens (2011, p. 67), práticas são entendidas como “procedimentos, métodos ou técnicas hábeis executadas apropriadamente pelos agentes sociais”, sendo dinâmicas no tempo e no espaço e consideradas “herança de tradições, normas, regras e rotinas geradas e repetidas nas atividades diárias, que alcançam, assim, o caráter de algo legítimo”, isso é, aquilo que é de fato realizado. Na visão de Marx, segundo expressa Vázquez (2003, p. 277), as práticas sociais ou práxis social:

[...] é a atividade de grupos de indivíduos ou classes sociais que levam a transformar a organização e a direção da sociedade, ou a fazer certas mudanças por meio de atividade estadual. Essa forma de práxis é precisamente a atividade política.

Pode-se observar que entre os autores apresentados que existem pontos de encontro ao definir as práticas e práticas sociais, principalmente no que se refere aos agentes sociais como responsáveis de criar e transformar o mundo em diversas áreas, o que gera uma lógica de distinção e dinamismo no tempo e no espaço.

Nesse sentido, as teses e dissertações em estudo foram avaliadas considerando o viés marxista das concepções de prática e práxis, toda vez que a dialética entre a interação do conhecimento e ação se baseia em que a sociedade se transforma a partir da práxis, com a qual se constrói um mundo social e produtivo. Daí a importância de definir a continuação as práticas de territorialidade.

### 3.4.2 Das práticas sociais às práticas de territorialidade

Segundo Penrose (2002), a territorialidade se tornou uma das mais fortes expressões de poder nas esferas política, militar, científica, como também na cultura; e como prática, é uma estratégia geográfica para satisfazer a necessidade de controlar e delimitar um determinado lugar; isto é, um conjunto de ações planejadas com um objetivo específico.

Nessa mesma direção, Albagli (2004, p. 29) explica que a territorialidade reflete:

[...] o vivido territorial em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões – cultural, política, econômica e social –. “Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas”, entendendo-se que “todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais”.

Por sua parte, Albagli (2004) acrescenta que se estabelece uma dialética socioespacial onde as práticas sociais são conformadas de acordo com a relação com o meio de referência que moldam os territórios, gerando as marcas de suas decisões e intervenções em áreas geográficas específicas e se articulando nas diferentes escalas.

Por outro lado, Penrose (2002, p. 280) alerta que é por meio das práticas de territorialidade que se criam territórios, e não é um processo sem retorno, pois:

[...] quando tais práticas se tornem ineficazes, os territórios podem perder significado e desaparecer. Como é sugerido, a sobrevivência dos territórios depende da crença humana no seu valor, e é aí que os poderes latentes do espaço entram em jogo.

Além disso, Penrose (2002) explica que a história mostra que os valores atribuídos ao território podem mudar e novas formas de territorialidade podem surgir, desafiando o domínio dos Estados-nação.

Nesse sentido também, é importante destacar que existem diversas concepções – que variam segundo o viés do autor – que levam para a compreensão do que são as práticas de territorialidade como: a ação territorial, práticas espaciais, práticas socioespaciais, práticas socioterritoriais, práxis territoriais, entre outras tantas, que segundo Lopes de Souza (2013), correspondem com as combinações de práticas sociais em que a espacialidade – especialmente a territorialidade – é um

componente claro e proeminente da forma de organização, dos meios de expressão e/ou dos objetivos a atingir.

Com relação aos agentes sociais, segundo Molina (2021), são os que com suas relações determinam o modo como a sociedade é produzida e reproduzida nas mais variadas formas e em contextos espaciais específicos. Também acrescenta Molina (2021), que no quadro dessa dinâmica, os sujeitos passam a configurar noções de identidade<sup>31</sup>, que se torna um mecanismo de reconhecimento e adesão coletiva cujas práticas são particulares às condições espaciais específicas e às valorações que compartilham na escala social.

Isso reafirma, segundo Molina (2021), que o controle social<sup>32</sup> está inserido em um espaço e momento histórico específico, em que os comportamentos e práticas dos grupos sociais são adaptados a códigos de ação particulares que, na medida do possível, buscam garantir princípios de convivência e reconhecimento com os quais cada sujeito adota procedimentos específicos que correspondem à regulação, uso e ocupação do espaço.

Portanto, no conceito de práticas socioespaciais, para Molina (2021) -ou práticas de territorialidade para esta pesquisa- é considerada a relação de dependência entre identidade, agência, relações sociais, situações históricas e configuração espacial, ou seja, há um componente social e um componente geográfico, ambos compreendidos como dimensões em que o ser humano busca gerar as condições organizacionais, mais ou menos adequadas, que lhe permitam produzir bens comuns materiais e imateriais para sua comunidade ou organização social.

Explica Dallabrida (2017, 146), a territorialidade, como prática, refere-se a:

[...] todas as ações diárias que os atores de um território realizam com um fim de sobrevivência, de buscarem concretizar seus desejos e expectativas, melhorarem suas condições de vida, efetivando ações que possam transformar a realidade para melhor, sempre que possível e recomendável, integrando a dinâmica territorial e global.

---

<sup>31</sup> Como produto das práticas que emergem tanto dos laços sociais quanto dos laços espaciais. (MOLINA, 2021, p. 12).

<sup>32</sup> Control social, entendido como el conjunto de procedimientos discursivos y prácticos que una sociedad ha determinado para el desenvolvimiento de sus formas de organización (MOLINA, 2021, p. 12).

E, sobre a identidade territorial, Dallabrida (2017, 146), explica que é “[...] um elemento diferenciador de um determinado agrupamento populacional, pois seus traços e características estão ligados ao meio físico, à cultura, às relações sociais e econômicas, enfim, ao patrimônio territorial”.

Por sua parte, Saquet (2019, p. 97) estabelece que a práxis territorial – ou prática de territorialidade – tem “o essencial significado da unidade teórico-prática, empírica-dedução, pensar-fazer, juntamente com sua politização, no nível da consciência e da vida cotidiana feita de ações e reações, concretudes e abstrações”.

Nesse sentido, Molina (2021), explica que nas práticas sociais, a política e as relações de poder se constituem como elementos centrais da produção social e espacial, porque é aí que emergem diferentes tensões que repercutem na forma e nas opções nas quais as práticas sociais e as configurações do espaço tendem a se reproduzir.

Daí que Molina (2021) assinala que se pode reconhecer através da história que os grupos sociais dominantes têm se encarregado de cooptar a produção espacial e, com ela, promover dinâmicas de controle social que reduzem ou anulam aquelas que escapam aos seus interesses, adiciona que “essa condição sempre dinâmica e igualmente mutável, deriva das expressões espaciais do poder e das manifestações históricas da relação entre sociedade e natureza” (MOLINA, 2021, p. 13).

Com relação à dinâmica do capital, Haesbaert (2021, p. 38), – baseado em autores como Harvey, Leibniz, Whitehead – considera que o espaço e tempo não podem ter existência independente nem separada dos processos que os produzem, explica que “o capitalismo revolucionou o espaço e o tempo ao redefini-los constantemente de acordo com suas novas exigências e necessidades”.

Como consequência, explica Molina (2021), o capitalismo, condenou à exclusão os setores menos favorecidos, ao mesmo tempo, em que promoveu e estabeleceu práticas sociais específicas (consumo, acesso à cultura, trabalho, comunicação, transporte, etc.) do tipo de sociedade que o beneficia. No entanto, segundo Molina (2021), outros tipos de formações sociais relacionadas a minorias ou grupos marginalizados e excluídos também são entendidos, nos mesmos termos, como sujeitos, portanto, como agentes.

Como exemplo, Molina (2021) expõe que existem formações sociais indígenas, camponesas, afrodescendentes que, através de suas práticas sociais, – nas quais se enraízam elementos de sua identidade e cultura – intervieram espacialmente nas

circunstâncias de sua sobrevivência, gerando práticas de territorialidade que estão relacionadas com sua compreensão de mundo e seus interesses; práticas que, em muitos casos entram em conflito com as forças econômicas e institucionais que procuram se desenraizar entre as comunidades.

Aprofunda Lopes de Souza (2013), que as práticas espaciais, ou práticas de territorialidade, podem ser de vários tipos e apresenta como um quadro de referência aquelas sendo executadas por agentes capitalistas ou pelos agentes sociais as quais denominam-se como práticas espaciais insurgentes. No primeiro grupo, segundo Correa (2007), define entre as práticas espaciais desenvolvidas pelos agentes capitalistas, as seguintes, não sendo mutuamente excludentes:

- a) **Seletividade espacial:** é a prática espacial mais geral, comum a todos os tipos de sociedade, é efetivada tanto em decisões locais na escala da rede urbana como na escala do espaço intraurbano, acontece da negociação entre objetivos, possibilidades do agente social específico e dos interesses e possibilidades de outros agentes sociais.
- b) **Fragmentação-Remembramento espacial:** é efetivada visando, de um lado, criar unidades territoriais menores, passíveis de permitir operações mais rentáveis e, de outro, unidades municipais menores, controladas politicamente por grupos locais.
- c) **Antecipação espacial:** definida pela localização de uma atividade em local antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas. Trata-se da antecipação à criação de oferta significativa de matéria-prima, de mercado consumidor de dimensão igual ou superior ao limiar considerado satisfatório para uma implantação rentável.
- d) **Marginalização espacial:** está relacionada com a perda de importância de um espaço ou localização em decorrência de transformações econômicas, tecnológicas ou políticas.
- e) **Redução da região produtora:** faz referência à viabilização da reprodução das condições de produção, por meio da inovação, difusão Know-how, publicidade, entre outros.

E, como contrapartida às anteriores, Lopes de Sousa (2013), explica as práticas espaciais insurgentes, que remetem à ideia de práxis como “uma ação que busca

transformar a realidade, politicamente falando”, o autor descreve - como um quadro de referência - seis tipos dessas práticas, descritas na sequência:

- a) **Territorialização em sentido estrito:** faz referência à apropriação ou controle do espaço através ou com a ajuda da presença física, que pode se apresentar em diferentes escalas físicas (local, regional, nacional, internacional) e/ou diferentes escalas temporais (efêmeras ou duradouras), se caracteriza por ser ruidosa (acompanhada de protestos) e aberta, conduzida publicamente.
- b) **Territorialização em sentido amplo:** os territórios são identificados, estabelece direitos formais e prerrogativas legais impostas pelo Estado que são quebradas através de símbolos provocativos. Está caracterizada por ser uma prática espacial silenciosa e clandestina.
- c) **Refuncionalização/reestruturação do espaço material:** trata-se do ajuste do espaço às novas necessidades derivadas das novas relações sociais. No caso da refuncionalização, inclui intervenções físicas mínimas, de forma nova ou criativa. No caso da reestruturação, são necessários câmbios profundos a fim de nutrir as relações sociais.
- d) **Ressignificação de lugares:** inclui as lutas políticas que levam a discussões sobre as vocações e futuro dos espaços.
- e) **Construção de circuitos econômicos alternativos:** tem a ver com os movimentos emancipatórios que buscam alternativas de desenvolvimento diferentes ao mercado capitalista.
- f) **Construção de redes espaciais:** corresponde à implementação de práticas multiescalares que integram estratégias e experiências de resistência em diferentes escalas.

Considerando o anterior e o estabelecido por Saquet (2019) sobre o adjetivo territorial à práxis, -quando se fala de práticas espaciais insurgentes-, explica que o território contém, nessa perspectiva o necessário conteúdo da mobilização, resistência e luta política contra o Estado burguês e os agentes dominantes do capital.

Acrescenta Saquet (2019, p. 8), que existe “a necessidade de uma práxis criativa, consciente, reflexiva e de sujeitos com uma qualificada consciência de classe que tomem os devidos cuidados para compreender as especificidades internas, singularidades e particularidades do lugar, conforme a relação espaço-tempo-território”. Também assinala o autor, que as práticas ou práxis territoriais devem ser

dialógicas, solidárias, criativas, participativas e reflexivas com base no conhecimento popular.

É por isso que segundo Saquet (2019), uma forma de fazer essas práxis territoriais pode ser através do processo de pesquisa, para difundir os conhecimentos e colocando-os ao alcance das comunidades e tentar resolver problemas nas sociedades locais. Segundo Quaini (2010) e Saquet (2017, 2018), é importante compreender como a práxis assume o significado simultâneo da construção científica e popular na atualidade. Para isso, o autor assinala que é preciso distinguir entre o conhecimento dominante<sup>33</sup> e o conhecimento popular.

Com relação ao conhecimento popular, Saquet (2019, p. 8), -baseado em autores como Mignolo, Grosfoguel e outros- o define como “o conhecimento prático herdado culturalmente, ao saber popular cotidiano utilizado para trabalhar, criar e viver: atende às urgências e necessidades do povo”, que podem ser caracterizados como ciência popular, os quais “coexistem e são fundamentais, em sua unidade, para identificar, apreender, compreender, explicar e representar os tempos e os territórios, os lugares e os sujeitos, as paisagens e as regiões” (SAQUET, 2019, p. 8).

Além disso, o anteriormente exposto convida a ir um pouco mais longe e refletir sobre o que se espera do futuro e para onde devem ser orientadas as pesquisas na área. Por isso é relevante considerar a validade do pensamento de Milton Santos ao se referir à possibilidade de gerar mudanças diante do cenário pessimista em decorrência da globalização, porque segundo Santos (2008, p. 83), a situação que vive atualmente a humanidade não é algo natural, portanto, “pode ser reversível se as bases técnicas que sustentam e permitem os processos de hoje forem aproveitadas, mas reaproveitadas a partir de um novo ideológico paradigma, de forma a pensar a globalização como possibilidade”.

Os avanços tecnológicos, segundo Santos (2008), são uma grande fonte de possibilidades, a partir do atual estado da arte que permite “conhecer o mundo como um todo, conectar diferentes lugares e promover a divulgação de informações sobre e para diferentes partes do globo”.

No que concerne, Hui (2020) apresenta uma proposta, a partir de sua análise da evolução humana, suas relações com a tecnologia e o futuro iminente que se constrói sob uma sociedade capitalista desenfreada, e parte justamente da

---

<sup>33</sup> Se corresponde à ciência ocidental especializada e racional, -vinculada à dominação social capitalista- e responde aos interesses da classe dominante (SAQUET, 2019, p. 8).

compreensão do espaço (território) como local, particular, específico e base para gerar a transformação que a sociedade exige, que denomina de tecnodiversidade (HUI, 2020, p. 36), que é:

[...] em essência, uma questão de localidade. Localidade não significa necessariamente etnocentrismo, nacionalismo ou fascismo, mas é o que nos obriga a repensar o processo de modernização e globalização e nos permite refletir sobre a possibilidade de reposicionar tecnologias modernas [...] para fazer múltiplas localidades, inventarem seus próprios pensamentos e tecnologias futuras: uma imunologia<sup>34</sup>, ou melhor, imunologias que ainda precisam ser escritas.

Para Hui (2020), a modernização ou globalização a que a humanidade está submetida atualmente, é o processo de universalização que promove e generaliza epistemologias, saberes e práticas (científicas, educacionais, políticas, econômicas, culturais, entre outras) em todo o mundo; então, o autor aponta que é necessário reapropriar a tecnologia moderna através de uma estrutura renovada de uma Cosmotécnica<sup>35</sup> que consiste em diferentes epistemologias e epístemes.

Essa modernização, conforme estabelecido por Hui (2020), marca o início do Antropoceno<sup>36</sup>, que se acelerou com a Revolução Industrial e está afetando fortemente as reações geoquímicas da terra (aquecimento global, crise ecológica, extinção em massa de espécies animais e vegetais, entre outros) e levando a um estilo de vida insustentável.

Hui (2020) propõe abordar a técnica a partir da ideia de fragmentação, ou seja, buscar a localidade da técnica, em face do mito de sua universalização. A fragmentação consiste em partir dos diferentes fragmentos do globo que constituem as localidades, o que obriga a formular problemas e soluções locais e, em simultâneo, permite explorar as perspectivas possíveis que este lugar encerra.

Assim, para Hui (2020), a tecnodiversidade implica pensar nas divergências no do desenvolvimento tecnológico, ou seja, apropriando-se e reapropriando-se das tecnologias modernas, dando-lhes novos rumos e referenciais, bem como produzir

---

<sup>34</sup> O termo imunologia é utilizado para exemplificar a necessidade de criar processos relacionados à defesa, no caso da humanidade, de organismos ou agentes estrangeiros (sistema capitalista, por exemplo) para prevenir, diagnosticar ou tratar os problemas sociais que afligem a humanidade.

<sup>35</sup> Cosmotécnica é a unificação do cosmos e da moral por meio de atividades técnicas, semelhantes à criação de produtos ou obras de arte. Quase não existe uma ou duas técnicas, mas muitos Cosmotechnics.

<sup>36</sup> O Antropoceno é uma época geológica proposta por uma parte da comunidade científica que se inicia com a Revolução Industrial e se estende até os dias atuais, devido ao significativo impacto global que as atividades humanas tiveram nos ecossistemas terrestres.



tecnologias alternativas, enfatizando a necessidade de imaginar a tecnodiversidade, ao invés dela determinar o curso a seguir da humanidade.

Um esclarecimento que Hui (2020) apresenta sobre a tecnodiversidade é que ela não significa apenas que diferentes países produzem, por exemplo, o mesmo tipo de tecnologia (monotecnología) com marcas diferentes e com atributos ligeiramente diferentes. Na verdade, refere-se a uma multiplicidade de cosmotécnicas que se diferenciam em seus valores, epistemologias e formas de existência.

Um exemplo, muito atual, que o autor apresenta, é sobre a Corona vírus (COVID-19), que não representa uma vingança da natureza, mas sim o resultado de uma cultura monotecnológica em que a própria tecnologia perde suas origens e passa a querer originar todo o resto. Hui (2020, p. 62) afirma que:

[...] a monotecnología em que vivemos agora ignora a necessidade de coexistência e continua a ver à Terra apenas como uma composição ou quadro de referência. Com a competição perversa que sustenta, essa monotecnología só pode levar a mais catástrofes.

É importante destacar que essa cultura monotecnológica, diante da pandemia COVID-19, mostra que além da grande quantidade, qualidade e variedade de conhecimento científico publicado especificamente sobre vírus, no início das infecções no mundo não tinha as estratégias suficientes para enfrentá-los, não estavam disponíveis e foi necessário aplicar o remédio do confinamento, o mesmo método que se aplicou na Idade Média, com as gravíssimas consequências que provoca.

Com base nisso, acrescenta Hui (2020), que segundo seu ponto de vista, “após o esgotamento e devastação da espaçonave Terra, só podemos embarcar no mesmo esgotamento e devastação da espaçonave Marte” (HUI, 2020, p. 62).

Nesse sentido, Hui e Milton Santos concordam sobre a possibilidade de reconstruir o mundo, nas palavras de Santos (2008, p. 83):

[...] com uma trajetória de baixo para cima, através da implantação de um novo modelo econômico, social e político, que, a partir de uma nova distribuição de bens e serviços, conduza à realização de uma vida coletiva de solidariedade leva à realização que vai da escala do lugar à escala do planeta e garante uma reforma do mundo através de outra forma de realizar a globalização.

Por sua parte, Hui (2020) expressa a necessidade de uma diversidade tecnológica que desenvolva alternativas tecnológicas, como novas redes sociais,

ferramentas colaborativas e infraestrutura de instituições digitais capazes de formar a base da colaboração global que não enxerga a pluralidade de tecnologias como inatingível, sugere, portanto, mudar o enfoque para o desenvolvimento de alternativas tecnológicas colaborativas e, na maioria dos casos, o que é mais importante, que se baseiem em novas epistemologias.

Tendo exposto os argumentos dos autores citados, é evidente que existem caminhos possíveis, que podem ser abordados interdisciplinarmente por investigações que considerem o território e a territorialidade como suporte para a análise dos problemas que abordam.

## 4. SOBRE A CAPES

Este capítulo apresenta uma breve síntese da história da CAPES em seus mais de 70 anos de existência, com base nos informativos CAPES, editados e publicados pela própria Agência e dos documentos de área dos anos seguintes: 2004-2007, 2007-2009, 2012, 2013-2016, 2017-2019. Além de apresentar o portal de periódicos da CAPES, que permitiu a busca nas Bases de dados das teses e dissertações a serem estudadas e a área Interdisciplinar na qual se centra o interesse desta pesquisa.

### 4.1. O QUE É A CAPES?

Com base no Documento de Área da Comissão de Área Multidisciplinar no período de Avaliação Trienal 2004 – 2007, apresenta que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma fundação do Ministério da Educação (MEC) que tem como missão ampliar e consolidar os cursos de pós-graduação *stricto sensu* -ao nível de mestrado e doutorado- em todos os estados da Federação. A CAPES, segundo Ferreira (2008), tem uma excelência que procede de um longo percurso histórico vinculado à solidificação do sistema da pós-graduação nacional.

É importante assinalar que a CAPES foi criada, dentro de uma política nacionalista que buscava o desenvolvimento da pesquisa científica por meio do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e a formação de professores para o ensino superior, com o lema da construção de uma nação desenvolvida e independente (FERREIRA, 2008).

A CAPES executa as seguintes linhas de ação, cada uma desenvolvida por um conjunto estruturado de programas (CAPES, 2004):

- Avaliação de estudos de pós-graduação *stricto sensu*;
- Acesso e divulgação da produção científica; através da manutenção de um Portal dos periódicos CAPES;
- Investimentos na formação de recursos humanos de alto nível, no país e no estrangeiro;
- Promoção da cooperação científica internacional;

- Indução e promoção da formação inicial e contínua de professores da educação básica nas modalidades presencial e à distância.

A CAPES tem sido decisiva para os sucessos alcançados pelo sistema nacional de pós-graduação e, por meio do sistema de avaliação, serve de instrumento para a comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestres e doutores nacionais. Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de promoção.

Para atender a esse objetivo, Ferreira (2008) assinala que a CAPES estruturou dois programas, o primeiro foi denominado Pessoal Técnico Científico (PQTC), que teve como objetivo formar profissionais qualificados nos setores primário, secundário e terciário da economia nacional, especialmente em áreas como Engenharia, Medicina e Enfermagem. E, o segundo, o Programa Universitário (PgU), voltado ao fortalecimento da educação superior em diversas áreas, para a formação continuada dos profissionais de que o país necessitaria.

## 4.2. PERCORRIDO HISTÓRICO DA CAPES

Para compreender a história da CAPES, segue-se como referência a divisão feita por Patrus, Shigaki e Dantas (2018) de três momentos, incluindo uma atualização, para ficar organizada em quatro momentos da seguinte forma: a) início (1951 a 1981): primazia pela qualidade do ensino; b) amadurecimento (1982, 1989): consolidação do modelo de avaliação da pós-graduação; c) divisor de águas (1990 a 2016); e d) Atualidade (2017 até hoje)

### 4.2.1. Inícios (1951 a 1981): primazia pela qualidade do ensino:

Patrus, Shigaki e Dantas (2018) explicam que antes da CAPES foi criado o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) em 1950, impulsionado por duas razões: a primeira referente à carência de pessoal altamente qualificado para o mercado; e a segunda referente à necessidade de qualificação do corpo docente.

Segundo expressa Moreira (2009), o SNPG, foi se consolidando, principalmente, devido ao investimento do Estado na titulação de professores

brasileiros em universidades da América do Norte e da Europa, bem como na presença de professores desses países no Brasil.

Daí, segundo expressa Ferreira (2008), com base do contexto de reformulação e de modernização do Estado brasileiro, o Decreto n.º 29.741, de 11 de julho de 1951, instituiu uma Comissão, na esfera do Ministério da Educação, para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Ensino Superior, conhecida desde então como CAPES, tendo como Secretário-Geral o professor Anísio Spínola Teixeira.

Em 1952, o Brasil passou a conferir importância estratégica ao desenvolvimento científico e tecnológico, além do crescimento industrial. Nesse período surgiu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que passou a atuar como órgão de fomento e a CAPES iniciou oficialmente seus trabalhos, avaliando pedidos de auxílio e bolsas (CAPES, 2010).

Em sequência, Patrus, Shigaki e Dantas (2018) explicam que em 1953 foi implantado o programa universitário nas Instituições de Ensino Superior (IES), com a direção de Anísio Teixeira, quem contratou professores visitantes estrangeiros, com a finalidade de estimular as atividades de intercâmbio e cooperação internacional entre instituições, além de conceder 79 bolsas de estudos (no Brasil e no exterior) e apoiar eventos de natureza científica (CAPES, 2012).

Segundo a CAPES (2012), em 1954, a concessão aumentou para 155 bolsas e para o ano 1960, a pós-graduação surgiu como uma forma de proporcionar um diferencial competitivo para o país. Já para o ano de 1961, segundo Dantas (2012), a CAPES passou a estar subordinada diretamente à Presidência da República e aí permaneceu até 1964, quando voltou à gestão do Ministério da Educação e Cultura (MEC) sob nova direção e na condição de Coordenação. No ano seguinte, foram oferecidos 38 cursos *stricto sensu* no país, 27 de mestrado e 11 de doutorado.

Em 1966, conforme a CAPES (2012) o governo passou a traçar planos de desenvolvimento, como o Programa Estratégico de Governo e o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento, por meio dos quais, em termos de educação, foram realizadas reformas no nível universitário e na educação básica, além de concretizar a consolidação do regulamento da pós-graduação. Com isso, essas ações se multiplicaram e a Instituição passou a atuar na formação de docentes das universidades brasileiras, destacando-se na formulação da nova política de pós-graduação.

Após a criação dos Centros Regionais de Pós-Graduação em 1970, Dantas (2012), comenta que a sede da CAPES mudou do Rio de Janeiro para Brasília. Quatro anos depois, com o Decreto 74.299/74, mudou sua estrutura e a Coordenação passou a ser um órgão central, gozando de autonomia administrativa e financeira. O novo regimento fomentou a colaboração com a direção do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) na política nacional de pós-graduação, a promoção de atividades de formação de pessoal de nível superior, a gestão da aplicação de fontes financeiras e orçamentais, para além da análise de compatibilização das normas e critérios do Conselho Nacional de Graduados.

A CAPES, segundo Maccari, Lima e Riccio (2009), foi amplamente reconhecida como a instituição responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *stricto sensu* (Decreto nº 86.79/81), tornando-se em 1981, a Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura junto ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, com a função de preparar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relacionadas ao ensino superior.

#### **4.2.2. Amadurecimento (1982 a 1989): consolidação do modelo de avaliação da pós-graduação.**

Segundo Patrus, Shigaki e Dantas (2018), entre 1982 e 1989, a CAPES manteve sua estabilidade durante a Nova República, consolidando-se como uma unidade administrativa com reconhecimento público na formulação, acompanhamento e execução da Política Nacional de Pós-Graduação. Os autores assinalam que com o Decreto n. 86.816/1982 (BRASIL, 1982) foram alteradas as funções da CAPES atribuindo-lhe as seguintes finalidades: a) elaborar o I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) e coordenar a sua execução; b) acompanhar e avaliar os cursos de pós-graduação e a interação entre ensino e pesquisa; e c) manter intercâmbio e contato com outros órgãos da administração pública ou entidades privadas, internacionais ou estrangeiras, visando à celebração de convênios, acordos, contratos e ajustes relativos à pós-graduação e ao aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.

Com o II PNPG (1982-1985), segundo a CAPES (1982), foi institucionalizada a avaliação como instrumento de controle da qualidade do ensino na formação de recursos humanos qualificados para atividades de docência e de pesquisa.

Para o III PNPG (1986-1989), segundo a CAPES (2004), a principal diretriz foi a institucionalização da pesquisa científica nas universidades, consolidar e melhorar o desempenho dos cursos de pós-graduação e integrá-los ao sistema de ciência e tecnologia, inclusive com o setor produtivo. O anterior, segundo Patrus, Shigaki e Dantas (2018) não foi suficiente para superar a tradição da pós-graduação, fortemente centrada na docência.

#### **4.2.3. Divisor de águas (1990 a 2016)**

Os autores Ferreira (2008), Maccari, Lima e Riccio (2009) e Patrus, Shigaki e Dantas (2018), concordam em que até a década de 1990, a CAPES implantou e consolidou a pós-graduação brasileira com foco no avanço científico na fronteira do conhecimento, em conjunto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FinEP).

Porém, no governo de Collor, o 15 de março de 1990, surgiu a Medida Provisória (nº 150/1990) que extinguiu a CAPES, o que originou uma intensa mobilização nas universidades, que com o apoio de trabalhadores do setor público, acadêmicos e científicos, conseguiram reverter a medida, graças ao apoio do Ministério da Educação (BRASIL, 1990a). E, em 12 de abril, a Instituição foi recriada pela Lei nº 8.028/90. Dois anos depois, a Lei nº 8.405/92 autorizou o governo a fazer a Coordenação de Fundação Pública, que lhe deu novo vigor que continua vigente até hoje (BRASIL, 1990b).

Com a nova reestruturação em 1995 até o ano 2001, como estabelece Ferreira (2008), a CAPES reforçou características que contribuíram para seu sucesso na institucionalização da pós-graduação e para o seu reconhecimento público. A autora assinala que uma das funções mais importantes da CAPES é a de Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), sendo realizada com a participação da comunidade acadêmico-científica através de consultores *ad hoc*.

A partir de 1998, segundo Ferreira (2008), foram feitas algumas mudanças na avaliação, entre as quais se destacam: a) focalizar os PPG, e não o desempenho individual dos cursos por eles oferecidos (mestrados e doutorados); b) expressar o conceito obtido por uma escala de 1 a 7 sem frações; c) atingir um alto nível de qualidade, em consonância com padrões internacionais; d) estimular a flexibilização dos modelos de pós-graduação e o oferecimento, em tempo médio adequado, de uma

formação de qualidade; e) verificar a relação entre o projeto do programa e o impacto efetivo de sua atuação para sua instituição e para a sociedade, incentivando a permanente autoavaliação de cada programa; e f) conciliar a utilização de indicadores quantitativos e critérios padronizados com a ponderação de aspectos relacionados à dinâmica e à especificidade de cada programa.

Com relação aos subseqüentes planos, a CAPES (2004), especifica que no IV PNPG (2005 – 2010), reafirmou que a avaliação deveria ser baseada na qualidade e excelência dos resultados, na especificidade das áreas de conhecimento e no impacto desses resultados na comunidade acadêmica, empresarial e na sociedade, a institucionalização da pesquisa, nas universidades para assegurar o funcionamento da pós-graduação.

Também é importante mencionar que segundo a CAPES (2004), o método de avaliação, no IV PNPG registra que a CAPES e o CNPq criaram, ao longo de suas trajetórias, dois importantes sistemas nacionais de avaliação acadêmica: a) avaliação da qualidade dos programas de formação de recursos humanos pós-graduados; e, b) avaliação individual dos pesquisadores e dos líderes de grupos de pesquisa (CAPES, 2004; DANTAS, 2012).

Já o V PNPG (2011-2020), segundo a CAPES (2010), é responsável pela continuidade dos planos anteriores, principalmente do IV PNPG (o qual não foi executado como plano efetivo devido a problemas de diversas ordens), além de ter introduzido novas e importantes inflexões, em que o horizonte temporal é mais vasto que o anterior (CAPES, 2010).

O novo modelo de avaliação, é considerado por alguns autores como um divisor de águas (CAPES, 2010; DANTAS, 2012), porque desloca a centralidade da docência para a centralidade na pesquisa, -a partir do novo instrumento de avaliação- com a finalidade de corrigir e ter maior discriminação entre os programas.

Para o ano 2011, assinala Patrus, Shigaki e Dantas (2018), foi lançado o programa Ciência sem Fronteiras, – sendo interrompido parcialmente em 2016, ano em que estava também previsto o lançamento do Portal EduCAPES – com o objetivo de proporcionar conhecimento através de acesso livre e gratuito para alunos e professores de educação básica e educação superior.

A partir de 2016, também Patrus, Shigaki e Dantas (2018) e Ferreira (2008), expressam que a coleta de dados do PPG passa a ser anual e on-line, via Plataforma Sucupira -tem integração com a Plataforma Lattes-, onde as instituições de ensino



são responsáveis pelo preenchimento dos dados. A avaliação trienal deu lugar, a partir do período de 2013-2016, à avaliação quadrienal.

Segundo a CAPES (2016), as visitas de comissões avaliadoras em algumas IES ocorreram apenas em situações especiais ou quando houve alguma diligência solicitada pelo Comitê de Área. Os programas com conceitos 1 e 2 não são reconhecidos pelo MEC, e os programas com conceitos 6 e 7 são ditos programas de excelência, assim como também o modelo CAPES de avaliação possui a legitimidade da Instituição e tantas outras agências reguladoras do Estado brasileiro (CAPES, 2016).

Para fechar este ciclo, outro tema de interesse, segundo a CAPES (2021) é que as recomendações constantes no PNPG para o sistema de avaliação da pós-graduação brasileira foram parcialmente implantadas, isso porque foram consideradas as diversas mudanças no modelo avaliativo desde o ano de 2017. Já para o ano de 2018, foi aprovada pelo Conselho Superior da CAPES uma série de aprimoramentos no modelo de avaliação da pós-graduação brasileira, que seriam implantadas pela CAPES para vigência do próximo ciclo avaliativo.

#### **4.2.4. Atualidade (2018 até atualidade)**

A CAPES, segue o plano de reforçar as características que têm contribuído para seu sucesso na institucionalização da pós-graduação e para seu reconhecimento público (CAPES, 2021), pelo qual: a) opera com o envolvimento de docentes e pesquisadores, o que lhe confere um estilo ágil de funcionamento e se reflete na eficiência do seu trabalho; b) atua em várias frentes, diversificando apoios e programas, em sintonia com o desenvolvimento da pós-graduação brasileira e com as novas demandas que esse desenvolvimento requer; c) mantém seu compromisso de apoiar as ações inovadoras, tendo em vista o contínuo aperfeiçoamento da formação acadêmica.

A missão a cumprir pela CAPES (CAPES, 2021), continua sendo garantir e manter a qualidade dos cursos de Mestrado e Doutorado no país, através dos seguintes objetivos: 1) certificação da qualidade dos cursos de pós-graduação brasileiros e 2) identificação das assimetrias regionais e áreas estratégicas do conhecimento no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) para orientar as ações indutoras na criação e expansão dos programas de pós-graduação no território

nacional, que ao longo das últimas décadas tem ido ganhando visibilidade nacional e internacional.

É importante assinalar que, segundo a CAPES (2021), o sistema de avaliação atual é realizado em 49 áreas, número em vigor desde 2017, seguindo o mesmo sistema e conjunto de requisitos básicos estabelecidos pelo Conselho Técnico Científico do Ensino Superior (CTC-ES). No Apêndice 3, são apresentadas as 49 áreas de avaliação, por critério de afinidade, em dois níveis: primeiro nível: Escolas (03) e segundo nível: Grandes áreas (09).

Conforme a CAPES (2021) o SNPG que estava formado no final de 2020, finalizou com 4.543 programas de pós-graduação em funcionamento, englobando 5.299 cursos de mestrado e doutorado em todas as regiões do país distribuídos por todas as áreas do conhecimento, segundo o GeoCAPES<sup>37</sup>.

Na atualidade, um importante tema discutido pela CAPES, é que considerando o tamanho da população brasileira, em termos comparativos com os países de maior desenvolvimento em educação, ciência, tecnologia e inovação, o Brasil está longe de atingir o número compatível de pessoal pós-graduado com as necessidades e aspirações do país no cenário global (CAPES, 2021). Apesar de ter sido observado um importante aumento na proporção de doutores titulados em relação à população (6,4/100 mil habitantes em 2011 para 11,6/100 mil em 2019), essa deve ser melhorada em face aos desafios nacionais.<sup>38</sup> Além disso, a CAPES (2021) expressa que como grande desafio, perdura a necessidade de ampliar o número de doutores atuando em segmentos não acadêmicos da sociedade.

Outro tema destacado, foi o impacto da crise sanitária global no ano de 2020 no SNPG. No informe da CAPES (CAPES, 2021) assinala que houve a necessidade de outorgar uma prorrogação de prazos (defesas de teses e dissertações, exames de

---

<sup>37</sup> O GeoCAPES é um aplicativo gráfico que exhibe num cartograma informações quantitativas com precisão geográfica. O sistema acessa nove bases de dados. Apresentado nos modos geográfico e de planilha, o programa oferece informações sobre o número de bolsas de mestrado e doutorado no país, bolsistas no exterior, quantidade de programas da CAPES, professores e alunos. <https://geoCAPES.CAPES.gov.br/geoCAPES/>.

<sup>38</sup> Os países que mais estão investindo em seus sistemas de ensino superior, e especificamente em nível de doutorado, são: Os Estados Unidos, que ocupam o primeiro lugar, têm pelo menos o dobro de doutorados que a Alemanha, seu rival mais próximo. O próximo é o Reino Unido, um pouco à frente da Índia, e o quinto da lista, o Japão. Em sexto e sétimo lugar, França e Coreia, seguidas respectivamente por Espanha e Itália, em oitavo e nono lugar. A Austrália está em décimo lugar. [https://read.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/oecd-science-technology-and-innovation-outlook-2016\\_sti\\_in\\_outlook-2016-en#page149](https://read.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/oecd-science-technology-and-innovation-outlook-2016_sti_in_outlook-2016-en#page149).

qualificação), prorrogação da vigência das bolsas, restrição ao acesso às universidades com impacto direto nas atividades de pesquisa, mudança de um sistema presencial de aulas para novos modelos remotos e híbridos.

O informe da CAPES (CAPES, 2021), também faz referência que esse cenário gerou grande impacto na formação de pessoal no ano de 2020, com consequências diretas nas metas de formação de mestres e doutores na década e com reflexos diretos no início da década subsequente. Por esta razão, os dados referentes ao ano de 2020, em sua grande maioria, não foram considerados no relatório.

Para finalizar, segundo a CAPES (2021), se faz um chamado de atenção para que a CAPES e a comunidade acadêmica definam, ainda antes do início do próximo ciclo avaliativo, o novo Modelo Avaliativo de forma completa. A Comissão reconhece e explicita que várias recomendações constituem importantes mudanças de paradigma e requerem tempo para sua implementação. Devem, portanto, ser compatibilizadas com os prazos iminentes e bem definidos para o próximo ciclo de avaliação, que estava definido para 2021-2024, e que em função da pandemia e dos exíguos prazos atuais, ficou estabelecido para o ciclo 2022-2025, porque o ano de 2021 foi dedicado às análises, reflexões e definição do novo modelo avaliativo da PG brasileira, bem como à elaboração do novo PNPB.

A CAPES (CAPES, 2021) deve definir qual é a finalidade do planejamento estratégico institucional da pós-graduação *stricto sensu*. A autonomia deverá propiciar mais protagonismo institucional e flexibilidade, devendo ser acompanhado pela responsabilidade das instituições, com clara definição de metas a serem atingidas e atendimento das demandas locais.

A CAPES (CAPES, 2021) deve, também, estimular atividades estruturadas e contínuas de autoavaliação por parte dos PPGs e das instituições, incorporando ao seu processo avaliativo, sem haver prejuízo da avaliação externa da própria comissão e internacional.

#### **4.2.5. Crise atual da CAPES**

Para compreender a crise atual da CAPES, é importante destacar o que expressa Frigotto (2020) – em entrevista ao Sinpro Minas<sup>39</sup> – sobre que a educação brasileira vive um momento crítico para além dos seus problemas estruturais, para a

---

<sup>39</sup> Sindicato de Professores de Minas Gerais. <https://www.sinprominas.org.br>.

qual propõe como saída “a resistência ativa, uma resistência em que a nossa visão não é o ódio, é o diálogo, o debate, o contraponto e implica a busca da unidade e da institucionalidade”.

Com relação às perspectivas para a educação brasileira na atualidade, Frigotto (2020) assinala a importância de lembrar que o quadro da educação já era muito dramático a partir da situação política de 2016. O professor Frigotto reforça que com a eleição de um governo de extrema-direita agravou enormemente a situação, levando a educação ao olho do furacão, sob três aspectos fundamentalistas: 1) o fundamentalismo econômico, cuja tese é de que a educação superior, por exemplo, não é um lugar para todos e com uma visão estreita de educação, que sirva ao mercado, na qual não existe sociedade, não existe direito, existe somente o mercado; 2) o fundamentalismo político, que considera como inimigo: o opositor, o movimento social, o sindicalismo, o pensamento de esquerda e partido político que não seja alinhado. Então, não se trata de debater com o inimigo, trata-se de eliminá-lo. E, 3) o bloco do fundamentalismo religioso.

Assim, para Frigotto (2020), a educação está absolutamente cercada e, sobretudo, por uma visão de desmanche do magistério e da educação básica, toda vez que os regimes de extrema-direita têm na educação um foco de controle; ele explica que, historicamente, sempre que há uma ditadura, um golpe, um fascismo ou nazismo é onde há uma disputa pela formação das novas gerações. Frigotto (2020); também expressa, que sem dúvida nenhuma, o foco hoje está centrado em um processo de dupla interdição da juventude, visto que por um lado, “não os prepara para o mundo complexo do trabalho, com essas contrarreformas e, por outro, retira-lhes a possibilidade de analisarem a sociedade em que vivem, o bairro, a cidade, para eles construírem uma sociedade coletiva e não aquele em que o mercado é deus para tudo”.

Com base no exposto, a situação atual da CAPES se apresenta como uma consequência do expresso por Frigotto (2020) e segundo a análise de Verhine e Souza (2021) sobre a pós-graduação no Brasil, na atualidade se encontra em um estado de crise extrema. Os autores expressam que embora a crise abranja várias dimensões, no momento o que está em foco é o processo de avaliação de todos os programas de pós-graduação do país, realizados a cada quatro anos pela CAPES. A crise que se originou, respectivamente nos meses de agosto e setembro de 2021, têm

servido para mobilizar, de forma inédita, a comunidade acadêmica em defesa do processo avaliativo.

Verhine e Souza (2021, p. 2) manifestam que a atual crise da CAPES tem dois componentes primários, o primeiro sobre a extinção do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES); e o segundo sobre a reação sobre as mudanças de avaliação. No entanto, “nenhum dos dois pontos de discórdia está diretamente ligado à postura anticientífica do governo vigente, senão de natureza mais legal do que política”.

Segundo Verhine e Souza (2021), o primeiro aspecto apareceu em agosto de 2021 e foi iniciado quando a Presidente da CAPES anunciou abruptamente que o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), o mais importante órgão exclusivamente acadêmico dentro da CAPES, deveria ser extinto e/o substituído. Os autores expressam que se apresentou um forte clamor da comunidade acadêmica, isso porque a mudança foi vista como uma tentativa de desmantelar a CAPES como parte dos esforços do governo vigente para desvalorizar a ciência e aqueles que a produzem.

Como resposta, Verhine e Souza (2021) comentam que muitas associações acadêmicas se expressaram através da publicação de cartas de protesto, destacando que a decisão -aparentemente unilateral- minou a essência de uma organização pública altamente respeitada que funcionou com eficácia por mais de meio século.

O segundo ponto, segundo Verhine e Souza (2021) foi a versão de setembro de que a crise é muito mais séria e complexa em termos jurídicos. Os autores explicam que o problema surgiu a partir de uma ação judicial movida por um sindicato de professores universitários, em reação às recentes mudanças de avaliação. Verhine e Souza (2021, p. 8) explicam que:

A entidade defendeu que todas as alterações de avaliação devem ser feitas com antecedência, neste caso, antes do início do ciclo de avaliação. Na mesma linha, todos os indicadores e critérios de indicadores também devem ser previamente definidos. A ação foi inicialmente rejeitada pelos tribunais, mas os argumentos foram apresentados pelo Ministério Público Federal e enviados a um juizado federal no Rio de Janeiro. A juíza expediu uma liminar suspendendo todo o trabalho de avaliação em andamento da CAPES e dando à Agência um mês para justificar e defender seu modo de atuação.

Com relação aos procuradores autores da ação, Hanzen (2021) explica que a argumentação não pretendia impedir o aprimoramento dos critérios avaliativos, senão

em que o problema está na modificação dos parâmetros e na sua retroação, impedindo que as instituições possam reagir à nova regulação, porque as mudanças dos critérios implementadas retroativamente afetaram as notas de 3,1 mil PPGs (89%), na avaliação de 2013 e 2016. Referente a 2017-2020, as inovações normativas poderiam impactar mais de 3,5 mil programas de pós-graduação no Brasil.

Nesse sentido, Hanzen (2021) explica que a avaliação de permanência é realizada periodicamente, respeitado o ciclo quatro anos e se fundamenta também em quatro aspectos:

- 1) Comparativo: embora a avaliação preserve e considere as especificidades das áreas, deve promover a equivalência de qualidade de desempenho entre programas com as mesmas notas nas distintas áreas de avaliação, pautando-se por um conjunto de quesitos e itens avaliativos.
- 2) Classificatório: a avaliação estabelece diferentes níveis de desempenho ao comparar programas de uma mesma área.
- 3) Temporal: para garantir o aspecto comparativo do processo e manter um recorte equitativo e isonômico entre os PPG avaliados, é necessário limitar temporalmente o período avaliativo.
- 4) Participativo: a avaliação conta com ampla participação da comunidade acadêmica, tanto pelo engajamento dos coordenadores dos PPG ao fornecerem dados na Plataforma Sucupira quanto pela composição das comissões de avaliação, formadas pelos próprios pares dos pesquisadores atuantes nos cursos avaliados.

Com relação à contraparte, segundo Verhine e Souza (2021, p. 8) a CAPES explicou e defendeu seu modelo, enfatizando seu caráter comparativo e formativo, explicam que:

[...] todas as mudanças foram implementadas por meio de amplas discussões com todas as partes interessadas, conduzidas por meio de documentos publicados e uma série de reuniões (presenciais e remotas) envolvendo todos os programas do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Enfatizou que todos os indicadores de avaliação foram discutidos coletivamente e acordados muito antes do início do próprio processo de avaliação (em junho de 2021). A Diretoria de Avaliação da CAPES, o CTC e cada uma das 49 áreas de avaliação enviaram relatórios detalhados ao juizado federal, descrevendo, justificando e fornecendo prova documental de todas as iniciativas realizadas durante o ciclo de avaliação 2017-2020. A defesa da CAPES também notou o enorme custo envolvido, tanto em termos financeiros quanto simbólicos, caso a Agência fosse obrigada a retornar aos indicadores e procedimentos que foram utilizados no período de avaliação anterior (2013-2016).

Outro aspecto importante que Verhine e Souza (2021, p. 8) assinalam, é que antes do início do ciclo 2017-2020, as regras e indicadores do passado não reconhecem avanços recentes importantes, como: a redução do número de “quesitos”

e “itens”, a ampliação em indicadores qualitativos, a inclusão do planejamento estratégico de um programa e o de autoavaliação, entre outros.

Verhine e Souza (2021, p. 9) explicam também que, a CAPES pontuou que:

[...] o formato de coleta de dados havia sido alterado de acordo com as demandas da nova ficha de avaliação, portanto, as informações ora disponibilizadas não correspondem ao que seria exigido caso a avaliação realizada quatro anos antes tivesse que ser repetida. Além disso, a Agência argumentou que ser forçada por ordem judicial a alterar suas regras e procedimentos em uma data tão tardia no ciclo de avaliação perturbaria uma dinâmica construída ao longo de um período de 40 anos, envolvendo a comunidade científica e alcançando um amplo nível de apoio nacional.

Com relação ao futuro da pós-graduação no país, Hanzen (2021) explica que sem a avaliação quadrienal se podem perder as décadas de trabalho que elevaram a ciência brasileira ao patamar internacional, além de afetar a política de educação das universidades, porque não há indicadores que possam pautar decisões futuras e se coloca em risco a produção científica e tecnológica, assim como a formação de profissionais e professores altamente qualificados.

Segundo aponta Hanzen (2021), as universidades usam as notas dos programas e a avaliação para definir suas políticas de fomento e indução, seja para corrigir deficiências apontadas na avaliação ou definir programas de excelência. Então, Hanzen (2021) explica que sem a avaliação se corre o risco de que qualquer distribuição de recursos ou bolsa seja feita com base no clientelismo.

A consequência da não finalização da avaliação 2017-2020, segundo Hanzen (2021), repercute na qualidade dos programas porque ficariam com a nota atual, por exemplo, o mestrado com nota 3 não podem solicitar a abertura de doutorado. A nota também é utilizada para a distribuição de bolsas e recursos financeiros que, até o momento, está atrelada à nota dada ao programa na avaliação de 2017.

Por sua parte, destaca Frigotto (2020), sendo o que está por trás da situação política e é exatamente “tentar desmontar a liberdade de pensamento nas universidades, varrer o pensamento crítico nas universidades, é uma estratégia de intimidação, deliberada, pensada”. Frigotto (2020) explica, ainda, que se evidencia ao restringir recursos destinados para a educação, o que pode conduzir ter um período de regressão social profunda se as comunidades em geral não trabalharem unidas.

Para finalizar, outro ponto importante considerado nesta pesquisa foi sobre a conjuntura política, social e econômica do país que esteve profundamente afetada

pela disputa eleitoral de 2022. Daí, o momento final de redação da tese coincidiu justamente com o desenlace desta disputa, com a derrota do governo vigente, portanto, suas posturas anticientíficas e fundamentalistas, possibilitando a eleição de um novo governo com outra postura frente à ciência e que pode vir a interromper, o que é possível perspectivar, este ciclo regressivo.

Essa possibilidade, contudo, seja pela composição do novo governo, seja por seus passos ainda iniciais, seja pela ausência de tempo para aprofundar o exame destas questões nesta tese, ora finalizada, apenas se aponta aqui a perspectiva de tempos mais promissores para a educação em geral, para a universidade e, em particular, para a pesquisa e pós-graduação e para os caminhos que serão seguidos pelo MEC, CAPES e CNPq neste novo governo. No caso particular da pós-graduação, se vislumbra caminhos que conduzirão ao fornecimento e fortalecimento de políticas que permitam expandir as opções de acesso e financiamentos para este importante nível de estudo que gera aportes e transformações importantes para a sociedade.

#### 4.3. O PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES

Em continuidade, se apresenta o Portal de Periódicos da CAPES, como ferramenta utilizada neste estudo para avaliar as práticas de territorialidade na pesquisa de pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES a partir dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT). É importante assinalar que os dados foram recuperados da página web do portal, na seção de história.

O portal de periódicos da CAPES, inicia sua história em 1990, com o objetivo de fortalecer a pós-graduação no Brasil, através do programa para bibliotecas de Instituições de Ensino Superior (IES) criado pelo Ministério da Educação (MEC) do Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP), responsável pelo atual serviço de periódicos eletrônicos.

O Portal representa um instrumento básico para as atividades de ensino e pesquisa no Brasil, porque disponibiliza o acervo científico digital atualizado e com alto fator de impacto à comunidade acadêmica brasileira; também, através de uma regulamentação específica, permite às instituições recuperar os resumos das teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação (PPGs) do Brasil, desde 1987.



A partir do ano 2006, o Portal passou a integrar o programa Library Links, ferramenta do Google Acadêmico pela qual é possível identificar os documentos disponíveis nos resultados de pesquisa. Nesse mesmo ano, os treinamentos foram abertos a alunos, professores e pesquisadores e, em 2007, os usuários recebem permissão para consultar em diferentes bases de dados a partir de uma única pesquisa. Vários eventos importantes aconteceram com os serviços do Portal, que se descrevem brevemente a continuação, nos seguintes anos:

- 2009 as instituições passaram a ter acesso à base Journal Citation Reports (JCR), ferramenta que calcula o número de citações atribuídas pela comunidade acadêmica a artigos dos periódicos e mostra o fator de impacto de uma revista científica.
- 2011, uma parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), possibilitam aos usuários a versão web para uso em tablets e smartphones.
- 2012, com a inserção de uma ferramenta de busca integrada ao acervo do Portal de Periódicos, o acesso ao conteúdo foi facilitado. Nesse mesmo ano, a CAPES possibilitou o acesso remoto aos 6.700 bolsistas ativos no exterior.
- 2013, foi lançado o aplicativo do Portal de Periódicos trouxe a pesquisa prática e rápida ao acervo.
- 2014, o Portal criou a Central de Conteúdos, com acesso a materiais didáticos nos mais variados formatos – áudio, imagem, vídeo.
- 2015, se gera o primeiro recorde na central de conteúdo, quando o número total de acessos superou a marca de 113 milhões.
- 2017 foi marcado pelo ingresso da CAPES ao movimento Open Access 2020, que dá à comunidade acadêmica brasileira acesso aberto a conteúdos científicos.
- 2018 foram feitas as atualizações na experiência do usuário, aumentando o fluxo de pesquisa nas ferramentas disponíveis.
- 2019, o Portal de Periódicos registrou 426 instituições participantes ativas. Foi um ano bastante produtivo, porque foram ofertados 549 treinamentos on-line do Portal de Periódicos da CAPES.
- 2020, devido à pandemia de COVID-19, com distanciamento social fez com que as universidades e centros de pesquisa suspendessem as

atividades presenciais por um longo período. Nesse sentido, O Portal de Periódicos da CAPES se tornou um dos principais acervos científicos virtuais para consulta sobre o tema coronavírus, como estratégia foram liberados os acessos de conteúdos sobre coronavírus e a nova pandemia com o objetivo de atender o maior número de pesquisadores e pessoas interessadas no assunto, facilitando o acesso amplo e irrestrito à informação científica confiável por meio do Portal de Periódicos.

O Portal de Periódicos encerrou o ano 2020 com mais de 138 milhões de acessos, sendo 77,5 milhões para bases de referência e 60,7 milhões para texto completo. As estatísticas podem ser acompanhadas no Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES (GeoCAPES<sup>40</sup>).

Para efeitos da presente pesquisa, foram consultadas as bases de dados SCOPUS e o Catálogo de Teses e Dissertações, com o objetivo de avaliar a territorialidade nas pesquisas da pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES a partir dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT).

Para concluir, se pode dizer que o Portal brinda informação atualizada, confiável, segura para que os pesquisadores, como no caso deste estudo, possam fazer inferências e dar aportes que contribuam com a ampliação das fronteiras do conhecimento.

#### 4.4. INTERDISCIPLINARIDADE NA CAPES

Para a CAPES (CAPES, 2021), a área Interdisciplinar representa uma alternativa para responder aos diversos problemas que o mundo contemporâneo traz consigo, que requerem diálogos não apenas entre disciplinas próximas, dentro de uma mesma área do conhecimento, mas entre disciplinas de diferentes áreas do conhecimento, bem como entre conhecimentos disciplinares e não disciplinares. Daí a relevância de novas formas de produção de conhecimento e formação de recursos humanos, que assumem fenômenos situados em limites disciplinares como objeto de investigação.

É por isso que a CAPES parte da premissa de que “novas formas de produção de conhecimento enriquecem e expandem o campo da ciência” (CAPES, 2007, p. 9),

---

<sup>40</sup> GeoCAPES: <https://geoCAPES.CAPES.gov.br/geoCAPES/>

isso em consequência da incorporação de uma racionalidade mais ampla, para além do pensamento estritamente disciplinar e dos avanços científicos e tecnológicos.

Na mesma linha, a CAPES destaca que o pensamento disciplinar, pluri, multi e interdisciplinar, antes de se opor, constitui formas distintas e complementares de geração de conhecimento, estabelecendo-se como desafio -do ponto de vista epistemológico- identificando características e áreas de atuação para cada uma delas. (CAPES, 2007, p. 9).

Portanto, para a CAPES, a multidisciplinaridade representa "um avanço no tratamento de um determinado problema de pesquisa complexo, pois pressupõe a interlocução de várias perspectivas teóricas e metodológicas" (CAPES, 2007, p. 10), entendendo que multidisciplinar é "o estudo que agrega diferentes áreas do conhecimento em torno de um ou mais temas, em que cada área ainda mantém sua metodologia e independência".

E, no que diz respeito à interdisciplinaridade, para a CAPES, constitui uma forma de produção de conhecimento que "envolve trocas teóricas e metodológicas, geração de novos conceitos e metodologias em graus crescentes de intersubjetividade, com o objetivo de abordar a natureza múltipla dos fenômenos complexos" (CAPES, 2007, p. 10).

Com base no exposto, a CAPES com mais de 70 anos de trajetória, através da área Interdisciplinar, representa o suporte por meio do qual, os Programas de Pós-Graduação a ela vinculados, têm como foco a geração de conhecimento e profissionais capacitados, na análise e na geração de propostas para problemas complexos nos quais os aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos são confrontados a partir de uma nova visão, estabelecendo relações entre saberes (CAPES, 2021).

Nesse contexto, para os fins deste estudo, é tomado como referência a área de Interdisciplinaridade da CAPES, que permite conhecer o estado da arte atual sobre a Territorialidade, estudando a produção científica realizada no país, a fim de identificar e analisar os conceitos e práticas, bem como os diferentes níveis de realidade, lógicas e formas de produção de conhecimento que se utilizaram para esta investigação.

## 5. INTERDISCIPLINARIDADE E OS ESCT: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DA TERRITORIALIDADE

Com o objetivo de avaliar a territorialidade, em termos de conceitos e práticas, na pesquisa de pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES a partir dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT) e considerando as categorias que caracterizam o materialismo histórico dialético, são apresentados a seguir os pressupostos teóricos da Interdisciplinaridade e do campo dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT).

### 5.1. SOBRE INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade<sup>41</sup>, como termo, tem uma história de mais de 80 anos e continua evoluindo na necessidade de combinar o conhecimento científico -produzido nas mais diversas áreas- e os sociais para compreender a sua mudança e enfrentar os problemas que decorrem da globalização.

No que concerne, gera um extenso campo de estudo, com uma ampla variedade de concepções, porque ao ser utilizado como método permite a organização das atividades de pesquisa através da troca de conhecimentos e estratégias entre disciplinas científicas e sociais. Nesse sentido, sobre a (inter)disciplinaridade se apresentam as principais concepções, origem e evolução, sua concepção segundo a CAPES e a relação com a territorialidade.

#### 5.1.1. Concepções da interdisciplinaridade

Para se chegar a uma compreensão clara da interdisciplinaridade, no âmbito da ciência, é necessário começar por definir o conceito de disciplina, que é comumente entendida como um corpo de conhecimento ou um ramo da ciência caracterizado por conteúdos aceitos em uma comunidade científica.

Aprofundando, segundo Peña (2011), uma disciplina é um conjunto de conhecimentos teóricos e metodológicos particulares dentro de uma área de conhecimento em torno de um objeto de estudo e poderem ter objetivos diferentes,

---

<sup>41</sup> O termo foi desenvolvido pelo sociólogo Louis Wirtz e oficializado em 1937.

como explicar ou compreender o mundo; outros, voltados para as artes ou humanidades; ou aqueles que são principalmente de natureza tecnológica.

No que concerne, Japiassu (2006) e Morín (2010) concordam que a disciplina é uma categoria organizacional no conhecimento científico que estabelece a divisão e especialização do trabalho, define fronteiras, linguagem, técnicas e conceitos próprios que tendem a diferenciá-lo de outras disciplinas, de forma a responder à diversidade dos domínios abrangidos pelas ciências.

Morin (2010) também aponta que a disciplina tende naturalmente à autonomia, o que Japiassu (2006) chamou de autodeterminada ou monodisciplinar por se tornar dona do conhecimento que define, proibindo qualquer incursão estrangeira em seu território; isto é, especializado em sua parte de conhecimento e poder.

Para Grisola (2016), cada disciplina científica caracteriza-se por considerar o universo das “coisas” sob um único ponto de vista específico, concentrando seu foco em alguns “atributos” das coisas e deixando de fora de seu campo de pesquisa todos os demais atributos, como suas propriedades e relacionamentos. Assim, os conceitos que expressam esses atributos e os predicados tornam-se especializados, bem como os procedimentos operacionais que permitem controlar diretamente a validade das proposições de uma determinada disciplina. Nesse sentido, cada disciplina é identificada por uma especificidade de conceitos, linguagem, métodos e lógica.

São justamente essas características de especialização das disciplinas que limitam a análise da complexidade dos objetos de pesquisa e, como Japiassu (2006, p. 1) aponta que:

[...] um conhecimento em migalhas revela uma inteligência despedaçada. O desenvolvimento da especialização, com todos os seus inegáveis méritos, dividiu o território do conhecimento. Cada especialista ocupou, como proprietário, em particular, seu pequeno sítio de saber onde começou a exercer, de forma ciumenta e autoritária, seu minipoder.

Diante do exposto, é importante destacar o descrito por Reyna, Carreón e Armijo (2019), em relação ao fato de que historicamente as diferentes disciplinas não se desenvolveram isoladamente em seus respectivos campos de conhecimento; antes, foram desenvolvidos de forma articulada em um processo de diferenciação e integração, de acordo com a demanda dos problemas estudados e não a partir de vontades e acordos de um grupo de pesquisa.

Reyna, Carreón e Armijo (2019) ressaltam que a diferenciação entre as disciplinas se refere ao sentido de busca pela autonomia e independência. E com relação à integração, considera-se ao fato das disciplinas de terem sido desenvolvidas e articuladas entre si de tal forma que foram acopladas para responder a fenômenos ou processos que entram no campo de uma disciplina a partir do campo teórico de outra disciplina.

Assim, devido às demandas do mesmo desenvolvimento histórico, como expressa Reyna, Carreón e Armijo (2019), a inter-relação entre diferentes disciplinas não foi suficiente para dar respostas às questões dos complexos problemas a serem estudados. Surge, portanto, a necessidade de encontrar uma nova forma de vincular as disciplinas, o que atualmente se denomina multidisciplinaridade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade.

É importante notar que o significado dado a esses termos é muito variado e existem diferentes perspectivas nas comunidades científicas. Por esse motivo, as definições em torno desses conceitos são apresentadas a seguir, de forma resumida, enfatizando a interdisciplinaridade como ponto de referência nesta pesquisa.

Jiménez (2008) define a multidisciplinaridade como um trabalho em que participam diferentes profissionais, por meio da utilização de corpos teórico-disciplinares, para explicar, compreender e resolver um problema. Por sua parte, para Ribes (2018), a multidisciplinaridade é um campo de intersecção de duas disciplinas empiricamente limítrofes, ou seja, compartilham fenômenos que podem ser analisados por ambas as disciplinas, a partir de perspectivas teóricas e metodológicas distintas, e que a relação entre elas se dá em termos que uma pode propor os problemas teóricos a serem resolvidos, enquanto a outra fornece uma contribuição metodológica para resolver o referido problema.

Nesse sentido, Philippi e Silva (2011, p. 36) estabelecem que a multidisciplinaridade "está em um nível inferior de interação", no que diz respeito à forma de resolver um problema em estudo, em que as disciplinas participantes mantêm a sua essência.

Respeito à transdisciplinaridade, Kumar (1995) descreve que busca uma integração teórica e prática completa, onde os pesquisadores transcendem sua disciplina de origem para compartilhar um amplo arcabouço epistemológico e uma certa meta-metodologia que serve para integrar conceitualmente as orientações de

suas análises: os postulados ou princípios básicos, as perspectivas ou abordagens, os processos metodológicos e os instrumentos conceituais.

No que concerne, Morín (2004) aponta que a transdisciplinaridade estabelece um diálogo entre as disciplinas e vai além, assumindo diferentes níveis de realidade; sua ambição é a unificação na diferença, do objeto e do sujeito, levando em consideração que o sujeito faz parte da natureza e também do saber.

Além disso, Philippi e Silva (2011) colocam a transdisciplinaridade como um nível superior. Os autores, tomando como referência Piaget, apontam que as relações entre as disciplinas vão além da reciprocidade para uma relação dentro de um sistema total em que as fronteiras disciplinares não são estáveis.

Com relação à interdisciplinaridade, nas palavras de Gusdorf (1990), o prefixo “inter”, denota originalmente o significado de “reciprocidade” e não se reduz a uma justaposição, evoca também um espaço comum, um fator de coesão entre diferentes saberes, nos quais cada um concorda em esforçar-se fora de seu próprio domínio e de sua própria linguagem técnica para aventurar-se em um domínio do qual não é o proprietário exclusivo e, assim, expandir as cognições.

Aprofundando no tema, segundo Maldonado (2017, p. 31), a interdisciplinaridade é “[...] uma forma de pensar e conhecer em termos de síntese”, conseqüentemente isso permite que a epistemologia e metodologias relacionadas com o diálogo, relações e complementaridades entre ciências e disciplinas diferentes, possam compreender e explicar a realidade e a natureza, sem perder a visão do global que os inclui.

Considerando o exposto, conforme a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2019, p. 8), a interdisciplinaridade, é entendida como:

[...] a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, que não pertencem à mesma classe, o que contribui para o avanço das fronteiras da ciência e da tecnologia, transfere métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas.

Para CAPES (2019, p. 9), também a interdisciplinaridade:

[...] pressupõe uma forma de produção de conhecimento que implica trocas e geração de conceitos e metodologias com graus crescentes de intersubjetividade, com o objetivo de abordar a natureza múltipla dos fenômenos complexos. Daí o seu papel estratégico em estabelecer a relação

entre saberes, [...] apresentando-se assim como um conhecimento que responde aos desafios da complexidade do conhecimento.

Nesse sentido, no campo do conhecimento científico, a interdisciplinaridade oferece um caminho para superar a fragmentação do conhecimento que a especialização apresenta como inevitável, permitindo que uma certa unidade se realize, não como redução à identidade, mas como consciência da complexidade das realidades em estudo.

Com base no exposto, para Maldonado (2017, p. 32), interdisciplinaridade é:

[...] o trabalho paralelo, horizontal e conjunto, sem hegemonismos ou hierarquias de qualquer espécie, entre disciplinas, ciências práticas e saberes, que constitui ainda hoje uma chamada que se situa nas fronteiras do conhecimento, e que ainda hoje tem tons emancipatórios e libertários. Tudo isso em face dos esforços para disciplinar (= domar, doutrinar) conhecimentos, grupos e sociedades.

Portanto, a interdisciplinaridade convida as comunidades acadêmicas e de pesquisa a superar hierarquias, hegemonismos e a unidirecionalidade do conhecimento, por meio da recriação de diferentes métodos, linguagens, abordagens, tradições e capacidades científicas e de pesquisa com vistas a compreender um problema e tentar resolvê-lo.

Conseqüentemente e considerando que o ser humano é produto das suas relações sociais, e são estas que o determinam num tempo e espaço específicos, é que Frigotto (2008, p. 43), afirma que “[...] a necessidade da interdisciplinaridade na produção do conhecimento se fundamenta no caráter dialético da realidade social”, que distingue os limites do objeto investigado, sem perder a trama da totalidade da qual faz parte indissociável.

Além do exposto, existe uma outra forma de estudar e aplicar a interdisciplinaridade, e é a isso que Maldonado (2017) se refere quando o pesquisador se engaja em pesquisas fora dos limites de sua formação acadêmica e aprende outras linguagens, técnicas, ferramentas, conceitos e “[...] se apropria do aparato crítico – autores, história e tradições, teorias, problemas – da “nova” ciência ou disciplina. “Novo” em termos de formação original” (MALDONADO, 2017, p. 33). Como, por exemplo, quando a pesquisa é realizada a partir dos ESCT para analisar o fenômeno da territorialidade, como é o caso deste estudo.



Em suma, é importante entender que, é difícil que um pesquisador possa esgotar um problema, visto que a dinâmica social está em constante mudança e transformação. Daí, e levando em consideração a ontologia, epistemologia, teoria e práxis de uma situação problema é necessário considerar o que Frigotto (2008, p. 48) apontou sobre: “[...] o conhecimento humano será sempre relativo, parcial, incompleto [...] por isso é relevante buscar esclarecer, revelar, expor não toda a realidade de um fato, mas suas determinações e mediações fundamentais”.

É assim como na dinâmica atual em que se desenvolvem as ciências sociais, especificamente na América Latina, regida por uma sociedade capitalista, que o próprio Frigotto (2008) estabelece que a produção do conhecimento científico e o necessário trabalho interdisciplinar encontra-se aprisionados em uma materialidade social dividida em classes com interesses antagônicos.

### **5.1.2. Origem e evolução da interdisciplinaridade**

A interdisciplinaridade constitui um campo do conhecimento dinâmico e em constante evolução, produto das mudanças do mundo, dos saberes e das exigências dos processos históricos que se originaram no início do século XX.

Conforme Philippi e Silva (2011), o objetivo da interdisciplinaridade estava centrado em responder à fragmentação do conhecimento – representado pelas disciplinas – produto da herança da corrente dominante do pensamento científico da época, que se caracterizava por ser positivista e experimental, construído a partir da existência do método científico, por meio do qual era possível responder a todos os problemas da humanidade, como o apontado por Philippi e Silva (2011, p. 10) que:

[...] com o positivismo, grande parte da intelectualidade ocidental passou a acreditar que o método científico formulado pelos pais da ciência moderna (Copérnico, Galileu, Bacon, Kleper, Descartes e Newton), poderia resolver os problemas humanos e estabelecer a saúde, a paz e felicidade no planeta Terra. Isso, pela crença de que tal ciência, orientada por certos princípios, corporificava a ideia de progresso e representava uma possibilidade única de chegar à verdade, com razão e experiência.

É importante ressaltar que a ideia de progresso se baseou no modernismo gerado pela sociedade capitalista, que trouxe consigo uma nova visão de mundo, ao romper com os paradigmas do modelo humanista da cultura Grega e o surgimento de um novo paradigma hegemônico, denominado por Kunh como ciência normal, que se

apresenta como um modelo global caracterizado por uma nova racionalidade científica, que potencializa a relação entre ciência e tecnologia.

Esse paradigma hegemônico, conforme o explicado por Philippi e Silva (2011, p. 18) “[...] centra-se nas disciplinas, cujo pressuposto é ignorar o que existe entre e além de suas fronteiras”. O autor destaca que a partir de então, tomando como o referencial as ciências sociais, ocorreram variações nas formas de conceituar a realidade, especificamente por meio das disciplinas tradicionais do conhecimento, que apresentavam dificuldades em responder aos seus objetivos e experimentavam intensas modificações que alteravam o objeto e as formas de concebê-lo e representá-lo.

Historicamente, Philippi e Silva (2011) explica que essas disciplinas surgiram como consequência do desenvolvimento da ciência antiga, onde a filosofia ocupou um papel central, que temporalmente foi delimitando seu espaço teórico, e excluindo o que não interessava, dando origem a uma forma de estudar e organizar o conhecimento humano de forma hierárquica, priorizando o conhecimento sobre o essencial ou abstrato do ser humano –o pensamento-, depois dos animais e da natureza.

Esse ordenamento despertou, segundo Philippi e Silva (2011) ao longo do tempo, um acentuado interesse em se especializar e dividir as áreas do conhecimento e obter diferentes disciplinas. Assim, através do tempo, a filosofia como disciplina mais antiga, se fragmentou, se desprende de algumas de suas partes e deu início a um processo de divisão e separação, um exemplo do qual se observa da matemática à teologia e da física à metafísica, onde cada fragmento foi expandido com o processo de especialização dentro dele.

Posteriormente expressam Philippi e Silva (2011), que nas universidades do século XII, que se desenvolveram entre os séculos XIII e XVIII, os programas de ensino foram formando-se por meio dessa fragmentação do conhecimento, simplesmente por razões práticas. Mas no século XVIII, acrescenta Philippi e Silva (2011), foi quando intelectuais e filósofos perceberam a relação que ocorria entre os fenômenos sociopolíticos como expressão de uma nova ordem econômica, o que implicava um modo particular de pensar antes do surgimento de novos grupos, com o significado que tinha adquirido a ciência e filosofia como sinônimos de razão e verdade.

Portanto, a história das disciplinas científicas reflete a diversidade dos domínios que abrangem as ciências e, no quadro das ciências sociais, as condiciona a se envolverem intimamente com o paradigma hierárquico e de fragmentação proporcionado pela filosofia positivista.

A respeito, segundo Morín (2010, p. 9)

[...] a organização disciplinar foi instituída no século XIX, em particular com a formação das universidades modernas, depois desenvolveu-se no século XX com o impulso da investigação científica; isso significa que as disciplinas têm uma história: nascimento, institucionalização, evolução, dispersão, etc. Essa história se inscreve na universidade, que por sua vez se inscreve na história da sociedade; de forma que as disciplinas surjam da sociologia da ciência e da sociologia do conhecimento e de uma reflexão interna sobre si mesma, mas também do conhecimento externo.

Nesse sentido, Fazenda (2006) expressa que é o contexto externo que marca a dinâmica de emergência de novos e cada vez mais diversos problemas e fenômenos científicos, que se tornaram irredutíveis a uma visão disciplinar estrita para seu enfrentamento. Isso porque o cientificismo em que convergiu o positivismo foi questionado, visto que a ciência experimental por si só não era capaz de explicar de forma completa fenômenos tão complexos como o ser humano ou o universo.

Isso levou à dissolução, ou, no mínimo, ao questionamento e à fragilização, do paradigma racionalista-positivista da modernidade e à necessidade de construção de um novo, tornando-se uma questão central entre os pesquisadores contemporâneos (FAZENDA, 2006). Teorias como relatividade, construtivismo, entre as mais influentes, converteram as imagens e conceituações do conhecimento, da ciência, da filosofia, da cultura e até da própria pesquisa.

Algumas dessas mudanças foram feitas nos limites das disciplinas em processo de transformação, enquanto outras afetaram amplos setores do conhecimento, geraram problemas e categorias que mereciam uma abordagem diferente, em decorrência do surgimento de uma nova visão ciência dos fenômenos naturais e humanos.

Com base no exposto, Álvarez (2004) considera que a interdisciplinaridade surge como resultado de duas motivações fundamentais: uma acadêmica (epistemológica) e outra instrumental. A primeira, visa a reunificação do conhecimento

e a obtenção de um arcabouço conceitual global<sup>42</sup>; enquanto a segunda busca investigar a realidade de maneira multilateral, por sua natureza variada, multifacetada, complexa e pela necessidade de obtenção de conhecimentos aplicáveis, em consonância com a crescente inter-relação entre ciência, tecnologia e sociedade.

É por isso que nasceu o interesse no desenvolvimento da abordagem interdisciplinar a fim de buscar uma forma de interpretar a realidade a partir de uma nova concepção, na qual o processo é assumido como modo de funcionamento dos pesquisadores.

Segundo Kédrov (1974), a evolução histórica da interdisciplinaridade como campo científico se dá como produto da interação de duas perspectivas que no contraste dialético buscam, em primeiro lugar, a integração dos saberes por meio da descoberta de seus vínculos; e, em segundo lugar, à precisão e delimitação de seu escopo. É importante ressaltar que essas perspectivas no campo científico podem prevalecer umas sobre as outras; mas sem estar totalmente deslocado, como evidência de sua conexão e interdependência.

Alguns acontecimentos históricos marcantes, explicado por Fazenda (2006) no desenvolvimento da interdisciplinaridade como alternativa de resposta aos complexos problemas da humanidade, surgem em meados da década de 1960, no continente Europeu, principalmente na França e na Itália.

Esses movimentos, segundo Follari (2007), ocorreram quando os estudantes lutavam contra uma visão única e restrita do mundo, e sua principal demanda era uma nova ideia de universidade com posições anticapitalistas que se baseavam em uma crítica interna ao funcionamento da instituição universitária e ao lugar do conhecimento no capitalismo.

Nesse sentido, Philippi e Silva (2011, p. 20) destacam que a partir da década de 1960, a interdisciplinaridade é apresentada como “[...] um importante precursor não só na crítica, mais especialmente, na busca de respostas aos limites da simplificação, conhecimento dicotômico e disciplinar da ciência moderna [...]”.

Já na década de 1970, a necessidade e viabilização da interdisciplinaridade, segundo Rodríguez (2006, p. 35), baseia-se, entre outros aspectos, nas

---

<sup>42</sup> Cabe destacar que, na perspectiva do materialismo histórico e dialético, o real em sua concretude é totalidade, síntese do diverso, portanto o conhecimento do real de forma disciplinar é meramente um artifício metodológico, uma vez que ele (real), visto sob a perspectiva de totalidade, é necessariamente interdisciplinar, imbricamento de suas múltiplas dimensões. Ou seja, é uma reunificação, mas meramente no plano do conhecimento elaborado, uma vez que a realidade concreta em si é una.

transformações do mundo em decorrência dos fluxos de capitais: reducionismo do Estado fomentado pelo neoliberalismo, desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e transporte; aceleração da história. Bem como mudanças no conhecimento, que envolvem problemas filosóficos como políticos, antropológicos, psicológicos, econômicos, entre outros.

Rodríguez (2006) também se refere a que as características contemporâneas do mundo não podem ser situadas em uma única esfera da vida social e para abordá-las “a necessidade da interdisciplinaridade é clara como diálogos entre saberes que possibilitam a formação de conhecimentos muito mais ricos do que a partir de uma multiplicidade de perspectivas de um determinado fato ou fenômeno [...]” (RODRÍGUEZ, 2006, p. 38).

Acrescentam Philippi e Silva (2011, p. 10), que o norte da interdisciplinaridade deve atualizar o pensamento do filósofo e humanista francês Georges Gusdorf ao considerar “[...] o ser humano e o planeta Terra como pontos de partida e de chegada do conhecimento científico e tecnológico”, o que daria origem a uma nova proposta que surge para fazer face aos desafios cada vez mais complexos que hoje se apresentam.

Nesse sentido, Rosales Ortega, Gutiérrez Ramírez e Torres Franco (2006, p. 15) explicam a necessidade da interdisciplinaridade devido aos avanços das disciplinas, ressaltando que:

[...] passado mais de meio século, as ciências sociais do século XXI apresentam enorme diversidade e riqueza teórico-metodológica que tem permitido propor novas formas de explicar a realidade social com uma epistemologia de segunda ordem caracterizada por: a) incorporação do sujeito como elemento constitutivo do processo de conhecimento da realidade; b) uma visão do conceito de verdade como um processo constituído sócio historicamente, portanto, relativo, ou seja, em constante mudança; c) uma aproximação entre as formas de conhecimento cotidiano e de pesquisa; e d) por fim, uma maior preocupação com a compreensão da realidade como um todo organizado e em contínua interação que não pode ser compreendida de forma isolada e fragmentada.

Com base no exposto, esta compreensão da realidade, do ponto de vista materialista dialético, considera a interdisciplinaridade necessária para reconstruir e compreender o processo histórico na sua totalidade, bem como cada uma das dimensões que se ocupam separadamente das diversas ciências sociais e humanas, tornando-se necessário avançar no caminho complexo de desenhar abordagens

interdisciplinares, nas quais várias ciências sociais são integradas em uma metodologia de abordagem de problemas empíricos.

Para se referir à percepção dessa "totalidade", Falero (2011) considera que essa categoria nas ciências sociais não se refere a todos os fatos, mas a uma perspectiva epistemológica a partir da qual o campo de observação é delimitado, cruzando disciplinas e redefinindo conceitos.

Observa-se, então segundo Falero (2011), que a interdisciplinaridade é uma necessidade inerente ao desenvolvimento científico e intelectual. A demanda pela interdisciplinaridade advém da necessidade de coerência de saberes e da existência de problemas tratados por mais de uma disciplina, bem como a urgência de abordar um problema de diferentes áreas do conhecimento para um melhor entendimento, de forma que considere um leque muito amplo de "elementos de julgamento", proporcionados por competências, por vezes altamente especializadas, que respondem à incerteza que envolve isso.

Assim, como aponta Wallerstein (1996, p. 81) em seu livro *Abrindo as Ciências Sociais*, a incerteza como programa utópico permite, por um lado, retornar aos seguintes consensos:

- 1) a relação entre o pesquisador e o pesquisado; 2) reinserir o tempo e o espaço como variáveis constitutivas internas na análise e não apenas realidades físicas invariáveis e 3) como superar a separação artificial erigida no século XIX entre o político, o econômico, o social e o cultural.

Especificamente, no ponto 2, é importante destacar a referência de que o autor se depara com um espaço, que pode ser interpretado como um território, não apenas como uma unidade de análise física, mas também convida para ir mais longe, considerando os elementos materiais e imateriais que envolvem atividades humanas e que constituem a percepção por meio da territorialidade, ou que permita aprofundar a análise do problema em estudo em um contexto específico e único.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade tornou-se uma estratégia de solução necessária para o enfrentamento dos problemas cotidianos e futuros -que ainda gera discussões entre pesquisadores por seu dinamismo- como forma de organizar e delimitar os diferentes campos do conhecimento, superar pesquisas e experiências de ângulos ou visões particulares para modificar, portanto, a concepção de realidade disciplinar e implica então, um compromisso e uma proposta de "um conhecimento

que busca relacionar saberes, que propõe o encontro entre o teórico e o prático, entre o filosófico e o científico, entre as ciências e as humanidades, entre a ciência e a tecnologia [...] que dá ordem ao complexo” (PHILIPPI; SILVA, 2011, p. 26).

### 5.1.3. Interdisciplinaridade e Territorialidade

A partir dos conceitos de interdisciplinaridade e de sua história, evidencia-se o crescente interesse de pesquisadores pela área, buscando compreender as contradições que surgem da necessidade de busca de significados existenciais e/ou intelectuais (PINEAU, 2008), utilizando-a como método científico ou como princípio de produção de conhecimento e mais especificamente de investigação.

Portanto, pesquisar com enfoque interdisciplinar, segundo Frigotto (2008), é uma necessidade -especificamente nas ciências sociais- porque se impõe como problema fundamental no plano material-histórico-cultural e, sobretudo, no plano epistemológico.

Nesse sentido, esta pesquisa busca avaliar a territorialidade na pesquisa de pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES a partir dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT), considerando as diferentes dimensões e critérios para sua análise. Portanto, pode-se dizer que o estudo da territorialidade está enquadrado na pesquisa em ciências sociais e numa perspectiva interdisciplinar, além de indicar novos vieses para avançar no conhecimento científico de forma inovadora, bem como ampliar o termo em suas múltiplas definições evidenciando sua complexidade.

Com base nas definições apresentadas no capítulo anterior, pode-se dizer que a análise da territorialidade, segundo Raffestin (2009), só é possível com a apreensão de relações reais realocadas em seu contexto sócio-histórico e espaço temporal, sendo alcançado através da análise interdisciplinar.

No que concerne, Sack (1986) afirma que a territorialidade se define pelas ações de influência e controle do espaço; isto é, tanto os indivíduos quanto as atividades e relacionamentos podem ocorrer em diferentes escalas. Para o autor “territorialidade é uma estratégia” para influenciar ou controlar recursos, fenômenos, relações e pessoas, é uma forma de união estabelecida a partir do uso comum de recursos que facilita a cooperação e as tarefas realizadas por toda uma comunidade.

A territorialidade, por sua complexidade, precisa ser analisada interdisciplinarmente por que, a título de exemplo, é permeada pela política, na forma como o Estado atua no território; pela economia, hoje representada por um modelo econômico capitalista que define a relação entre as classes; e logicamente pela identidade que se forma pela apropriação do território onde se geram contradições, tensões, conflitos internos, crises e mudanças necessárias ao crescimento territorial.

Com base no exposto, é importante referir-se à análise realizada por Nakagawa (2016) sobre a obra de Milton Santos para analisar a percepção do autor sobre a interdisciplinaridade e o espaço. Este último definido por Santos (2001, p. 12) como:

[...] um conjunto indissociável onde convergem objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, com uma essência que se coloca na interação, complexidade e mudança, evidenciando que o espaço é historicamente construído.

A este respeito, Nakagawa (2016, p. 7) destaca que a interdisciplinaridade na obra de Milton é subversiva, pois vai contra o caráter mais fixo da ciência ocidental, sendo o conceito de disciplina, destacando que “[...] não há possibilidade de se criar uma relação interdisciplinar com a ciência ao invés de eliminar o território hegemônico da disciplina consagrada”.

O dinamismo do espaço geográfico para Santos, segundo Nakagawa (2016), representa uma totalidade em movimento, ou seja, essa totalidade é uma expressão da realidade concreta inatingível, sendo interdisciplinar. Assim, Nakagawa (2016), faz um importante esclarecimento, ao afirmar que o conceito de interdisciplinaridade nunca se refere ao sujeito, mas sim ao objeto estudado. É o objeto investigado que pode ser interdisciplinar, se é estudado por seus elementos mutantes, em seus fluxos; ou seja, é o caminho que se faz através da pesquisa que acaba sendo interdisciplinar.

Com base no exposto, pode-se resumir que a interdisciplinaridade é conceituada principalmente como uma resposta às estruturas disciplinares do conhecimento, que envolve a epistemologia, visto que as disciplinas não só organizam o conhecimento, mas também estabelecem normas de validação e linguagens nas quais a própria pesquisa é realizada (SCHULMAN, 2002).

Da mesma forma, é evidente que a interdisciplinaridade não pretende transcender as disciplinas em uma unificação de saberes, pelo contrário, busca



medidas corretivas às formações de conhecimento dominantes de qualquer tipo, ampliando seus contextos e estabelecendo relações sintéticas entre elas, para ir mais longe dos quadros epistemológicos que projetam e oferecem um caminho para responder às demandas atuais da sociedade.

## 5.2. O CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DOS ESTUDOS SOCIAIS DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA (ESCT)

Os Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (ESCT) – mais conhecidos como estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) – tem uma evolução consolidada ao longo do tempo, com elementos que coincidem e se relacionam com a evolução da territorialidade – como objeto de estudo desta investigação – e com o campo científico da interdisciplinaridade, visto que a história não é linear e está permeada pelas múltiplas variáveis que a definem (Figura 1: História dos Estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS)).

Nesse sentido, para contextualizar o surgimento dos estudos CTS, é importante destacar o que aponta Philippi e Silva (2011) sobre que antes da Segunda Guerra Mundial, a concepção predominante de ciência considerava como um dado à margem da sociedade, sob uma visão de mundo em que prevalecia a fragmentação do conhecimento, em uma corrente de pensamento positivista voltada exclusivamente para as contribuições de certos cientistas renomados, preocupados com métodos e teorias, e interessados apenas na busca da verdade.

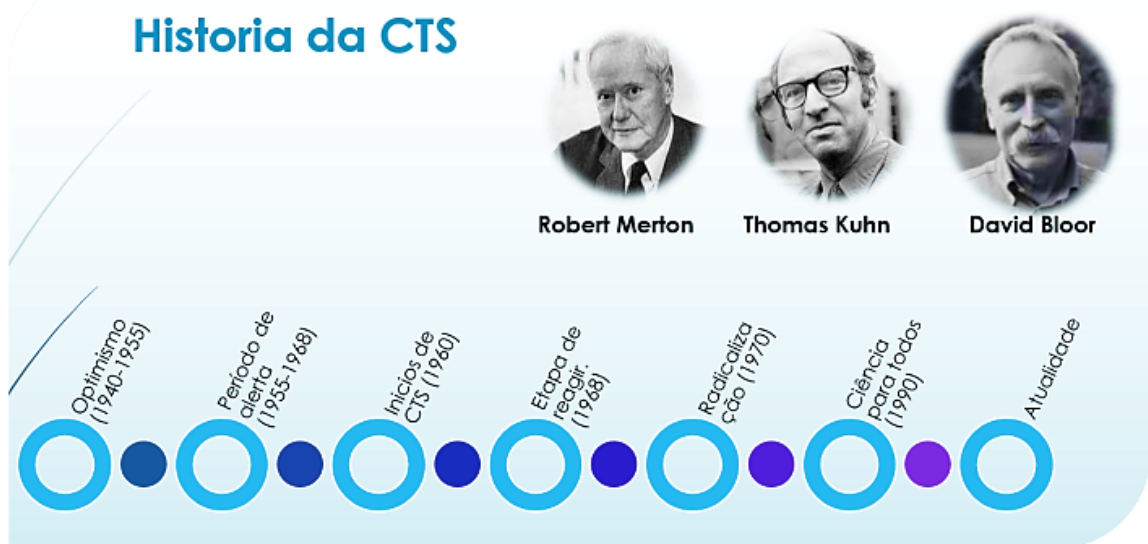
A respeito, segundo Vessuri (1991) aponta que, no período de 1940 a 1955, apresenta-se um panorama crítico, principalmente porque há grande confiança no poder da ciência e da tecnologia para o progresso social.<sup>43</sup> Essa autora toma como referência os estudos de Merton com a análise da origem da ciência moderna naquele período histórico, em que se levanta a hipótese da verdade, a explicação do erro, entre

---

<sup>43</sup> Importante destacar o caráter pioneiro da obra de John Bernal, nos livros “A função social da ciência” (*The Social Function of Science*) (1939) e “Ciência na história”(1954). Segundo José Paulo Netto, “A função social da ciência, livro que muitos consideram ter lançado as bases para uma sociologia marxista da ciência, busca cotejar o que a ciência faz com o que a ciência poderia fazer. Pioneiro no estudo da medição dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento para a avaliação da política científica, Bernal aponta a necessidade de redirecioná-los, sob controle do Estado, do setor bélico-militar (recorde-se que se estava no vestíbulo da Segunda Guerra Mundial) para áreas em que a produtividade da ciência seria dirigida para a superação da miséria e a instauração do bem-estar social. Segundo Bernal, o compromisso dos cientistas deveria ser com uma “ciência dedicada à paz, ao bem-estar e aos benefícios para a humanidade”(In: NETTO, J. P. Ainda vale a pena ler J. D. Bernal).

outros aspectos que marcam esta área do conhecimento científico, razão pela qual se denomina período do otimismo.

Figura 1. História dos Estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS)



Fonte: A autoria própria (2023)

Segundo Merton (1970), a ciência deve ser pensada e analisada como uma instituição social, regulada por suas próprias regras de funcionamento, embora inter-relacionada com outras esferas da sociedade. No esquema de análise de Merton (1970), a ênfase é colocada nos aspectos normativos da ciência, que configuram um verdadeiro ethos científico (universalismo, comunismo, desinteresse e ceticismo organizado). O ethos da ciência, a que se refere Merton, pressupõe um conjunto de prescrições.

Nesse sentido, o otimismo científico foi representado pelo triunfo sobre o fascismo e o desenvolvimento da ciência e tecnologia, estabelecendo seu caráter benfeitor, a fim de restaurar os estragos da guerra e reativar a economia, o que também perpetuou ainda mais a imagem da racionalidade científica clássica, bem como a modelo de desenvolvimento social inspirado no axioma tradicional: Ciência + Tecnologia = Progresso Econômico = Progresso Social. (BAZZO; VON LINSINGEN; PEREIRA, 2003).

É importante notar que em 1948, um dos eventos científicos mais importantes foi o Simpósio Hixon<sup>44</sup>, a partir do qual começaram as atividades que levariam à

<sup>44</sup> O Simpósio de Hixon em 1948 na Califórnia reuniu os principais pesquisadores da área de sistemas cognitivos com o objetivo de alinhar os trabalhos e delinear o conhecimento cognitivo, era relevante

constituição da primeira ciência interdisciplinar conhecida, a Ciência Cognitiva, estabelecida em 11 de setembro de 1956 (MILLER, 2003). Sua constituição como ciência interdisciplinar teve grande impacto na formação da pesquisa científica nos anos subsequentes.

A partir daí, com este evento interdisciplinar, foi dado espaço a uma grande proliferação de ideias, autores e teorias dos mais diversos, incluindo um papel de destaque da psicologia, o surgimento da interdisciplinaridade como campo científico, entre outros.

Para os anos entre 1955 e 1968, a ciência e a tecnologia se tornaram fatores fundamentais nas políticas de Estado e passaram a ter maior impacto na vida econômica, social e cultural do mundo (VASEN, 2011).

Foi também a época de transição da pequena ciência para a ciência de grande escala, o que levou à caracterização desse período como ofertista, com o surgimento de um grande número de instituições e recursos humanos e financeiros dedicados à ciência, além de uma copiosa e crescente literatura científica (VASEN, 2011).

Porém, nessa década, os apontamentos de Vasen (2011) expressam que as promessas que se consolidaram no pós-guerra – baseadas no crescente acúmulo de conhecimento científico e tecnológico como base um progresso econômico sustentado, no que concerne gerava progresso social – passaram a ser questionadas, quanto aos custos ambientais e sociais gerado pelos processos de industrialização tornou-se evidente.

Além de desastres nucleares e químicos onerosos, expressa Martínez Álvarez (2004) que a corrida armamentista das duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, desencadeia a chamada Guerra Fria, o genocídio ianque na Coreia e no Vietnã, as manipulações irresponsáveis de inseticidas, fertilizantes, etc.; o que gerou grande preocupação no meio acadêmico e na sociedade, por isso é denominado período de alerta.

Nesse período se iniciou um vigoroso processo de questionamento da ciência, tecnologia e suas consequências sociais, daí que Martínez Álvarez (2004) assinala que se gera uma reação acadêmica, representada e marcada pelo impacto decisivo das obras de Jacques Ellul, C.P. Snow, Thomas Kuhn, Rachel Carson, entre outros,

---

para as ciências cognitivas porque tinha especial importância em decorrência de dois fatos: a ligação que o cérebro era feito ali com o computador e seu implacável desafio ao behaviorismo vigente na época.

bem como o aparecimento de livros como *Silent spring* de Rachel Carson em 1962 e *Unsafe at any Speed* de Ralph Nader em 1965, que criticaram fortemente as consequências poluentes da pós-guerra sociedade industrial.

Sobre as contribuições de Kuhn aos estudos CTS, Gallegos (2013) refere-se ao fato de ter subvertido a ordem de preponderância que a filosofia da ciência possibilita à análise (lógica) da ciência e do conhecimento científico, da inclusão de elementos históricos, sociológicos e psicológicos. Gallegos (2013, p. 159) expressa que:

[...] se nas primeiras décadas do século XX o positivismo lógico dominou a reflexão teórica sobre a ciência, em meados do século XX, com a introdução das noções de Kuhn e as abordagens teóricas de outros autores, ocorre uma mudança conceitual e metodológica para focar a análise da ciência, sua história e evolução sociocultural.

Além disso, Martínez Álvarez (2004) aponta que também era promovido um debate sobre cultura científica e cultura humanística, por meio da famosa conferência do britânico Charles Percy Snow em 1959, na qual argumentava que a ruptura entre essas duas culturas da sociedade moderna, representava um obstáculo importante para a solução dos problemas mundiais. Graças a isso, ao longo dos anos a importância de uma ciência com maior consciência de seus desenvolvimentos tornou-se mais visível (MORIN, 1984) e a necessidade de uma nova aliança entre as duas culturas (PRIGOGINE; STENBERG, 1990) ou a superação de ambas por um terceiro (CAMPO URBANO, 2005).

Segundo Núñez (2007), é no ano de 1960 que o CTS surge no contexto histórico das chamadas reações acadêmicas, administrativas e sociais em oposição à concepção herdada de ciência e tecnologia, bem como uma “reação política e social” que critica o cientificismo, a tecnocracia e a ideia de neutralidade da ciência e da tecnologia. Essas reações ocorrem na terceira etapa da mudança institucional na ciência, que segundo González *et al.* (1996) é denominado estágio industrial ou profissional.

Desse modo, os estudos do campo CTS, buscaram uma análise crítica e interdisciplinar da ciência e tecnologia no contexto social – devido à complexidade dos problemas emergentes – procurando observar tanto os condicionantes sociais da mudança científica e tecnológica, como também o impacto no ambiente natural e social. Portanto, os estudos CTS necessariamente entrelaçam disciplinas tradicionais

como filosofia, história, sociologia e economia, entre outras, a fim de buscar soluções alternativas para os diferentes problemas existentes na época.

A esse respeito, Vessuri (1991) comenta que é na década de 1970 que surgem várias linhas de pesquisa completamente tangentes, baseadas nos aspectos sociológicos da atividade científica, destacando o Programa Forte da Sociologia do Conhecimento de David Bloor, que propõe novos conceitos e novas formas de projetar a análise da ciência e do conhecimento científico, e parte das premissas da causalidade, imparcialidade, simetria e reflexividade da sociologia da ciência.

Vessuri (1991) e Gallegos (2013) fazem referência as propostas de Michel Callon e Bruno Latour, os quais consideraram a integração em suas pesquisas sobre os vários atores envolvidos no processo de produção de conhecimento, tais como: artefatos (produto da ciência), produção de conhecimento, tomada de decisão quanto ao subjetivo/objetivo e relações sociais (que transcendem as paredes dos laboratórios).

Da mesma forma, no que diz respeito à natureza do conhecimento humano, Vessuri (1991) destaca – o que Barnes em 1980 chama de – o “caráter adquirido da aplicação de conceitos”, que na época originou polêmicas e críticas relacionadas à visão do relativismo (negando a existência do mundo material) e os resultados instrumentais dos cientistas. Além disso, mostra a análise das disciplinas científicas como estrutura política, onde o território acadêmico, privilégios e responsabilidades, constituem elementos determinantes que permitiram o surgimento de várias disciplinas especializadas.

O percurso histórico mostra a instabilidade do Programa Forte, onde pesquisadores como Callon (1986) e Latour (1992), apontam que o caminho é confuso e onde os fatores sociais, redefinidos como atores, redes de atores e o mundo de atores, constituem instrumentos sociológicos dignos de serem estudados, pois, a distinção entre ciência e sociedade é negada e se busca mudar a imagem da ciência, dado que as inovações tecnológicas são suscetíveis a influências econômicas, sociais e políticas.

Já na década de 1990, segundo expressa Vaccarezza (2011), no paradigma da sociedade global, a abordagem CTS visa analisar e aprofundar a relação entre as teorias sobre a tecnologia (seus agentes e práticas) e os ambientes materiais, simbólicos e ambientais dos sistemas tecnológicos, através de abordagens

transdisciplinares, que transcendem os limites disciplinares e interdisciplinares que a caracterizam até certo ponto.

Nessa década, Vaccarezza (2011, p. 56) destaca que entre as principais mudanças ocorridas no movimento CTS, se apresentam:

a) complexidade temática; b) profissionalização (tanto dos idealizadores quanto das instituições lócus da produção CTS e da mídia); c) constituição mais integrada de uma comunidade intelectual de CTS; d) maior dependência intelectual das correntes de pensamento internacional sobre o tema (e isso tanto como compreensão e teorização das relações entre ciência, tecnologia e social, quanto no que diz respeito às propostas de intervenção das esferas política e administrativo em atividades de ciência e tecnologia); e) menor potencial de propostas sobre o papel, função ou localização da ciência e tecnologia para a solução dos problemas da região.

É importante notar que na abordagem CTS, Vaccarezza (2011) também acrescenta que as análises de gênero e perspectivas antirracistas e pós-coloniais se começam adotar, e mostram formas alternativas de ver o problema da tecnologia, e os métodos etnográficos, observacionais e qualitativos, sendo extraídos de várias disciplinas das ciências sociais.

Além disso, são trocados conceitos entre disciplinas, como, por exemplo, é introduzido o conceito de sustentabilidade, típico das ciências naturais em outras áreas do conhecimento científico, ampliando o panorama do trabalho na reflexão sobre o papel da tecnologia na sociedade atual, bem como para superar as teorias sobre a tecnologia para levar em conta a estreita ligação entre suas interpretações e avaliações, o uso de métodos de pesquisa como instrumentos úteis para realizar uma reconstrução de diversos fenômenos.

Pelo exposto até agora, pode-se dizer que no século XXI o movimento CTS está empenhado em consolidar-se ainda mais como uma abordagem integradora, flexível e dinâmica, onde os interesses acadêmicos, o compromisso social e educacional se combina de forma a criar possibilidades para enfrentar os grandes e complexos desafios colocados pela tecnologia e pela ciência em um ambiente global, que permite a criação de uma nova visão do mundo, como Hui (2020, p. 23) propõe que,

[...] do ponto de vista cosmotécnico, a técnica é, em essência, motivada e limitada por especificidades geográficas e cosmológicas. Se quisermos reagir às perspectivas de auto-extinção global, teremos que voltar a um discurso, cuidadosamente trabalhado, sobre as localidades e a posição do ser humano no cosmos.

Daí a importância de estudar a Territorialidade como forma de vivenciar as especificidades do espaço e de se apropriar de seus recursos, o que constitui relações complexas entre as variáveis que o influenciam. Nestes termos, Hui (2020, p. 24) acrescenta que,

[...] Para isso ser possível, precisamos antes de mais nada rearticular a questão da tecnologia e poder conceber uma multiplicidade de cosmoéticas, e não apenas duas (pré-moderna e moderna). Claro, devemos ter cuidado com a palavra "localidade" e políticas relacionadas. Quando não abordadas de forma dialética, podem-se caracterizar evocações nostálgicas de tradição ou cultura, que como problemáticas voltam ao nacionalismo, ao essencialismo cultural e ao etno-futurismo.

Por outro lado, ainda é válido o que é estabelecido por Vessuri (1991) enquanto à necessidade de considerar-se alguns elementos em análises futuras, como a natureza do conhecimento científico-tecnológico, o estudo e compreensão das tradições, a extensão e os limites da democratização.

A superação do estágio atual de exploração, o alinhamento dos cientistas, e o papel social e cultural, que permitem avançar na aproximação da ciência à sociedade e que flui nas dinâmicas que definem a pluralidade e racionalidade do atual mundo complexo, em que a territorialidade está imersa.

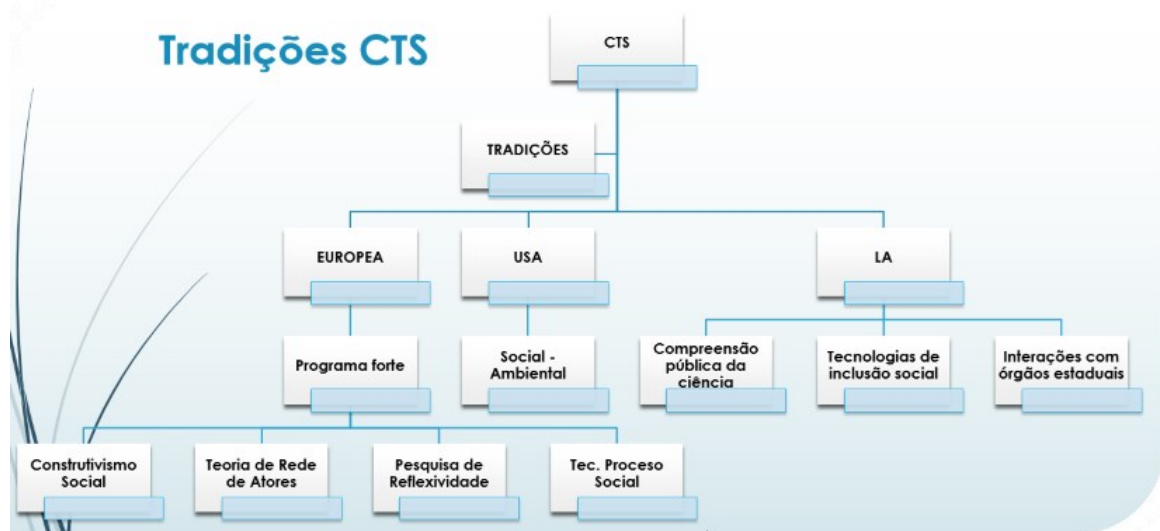
### **5.2.1. Tradições do pensamento CTS**

Com base na história do campo do conhecimento CTS, diversos autores como López Cerezo (1998), Kreimer (2007), Von Linsingen (2007), Vaccarezza (2011), apontam que é possível distinguir analiticamente duas grandes correntes que o definem, como se mostra na Figura 2 - Tradições dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (CTS), além dos estudos na América Latina. Por um lado, a tradição europeia (Estudos sobre Ciência e Tecnologia) e, por outro, a tradição americana (Ciência, Tecnologia e Sociedade), que têm dado grandes contribuições para o desenvolvimento de uma nova visão social da ciência e tecnologia, devido à amplitude de suas abordagens nos diversos fenômenos sociais.

Porém, conforme Martínez Álvarez (2004), existem outras tradições que foram relegadas, como a tradição ex-socialista (URSS, Alemanha, República Tcheca, Eslováquia, Polônia, Bulgária) com sólidas bases filosóficas, dialético-materialistas de

compreensão da ciência e da tecnologia, fornecendo contribuições frutíferas para a Teoria da Ciência.

Figura 2. Tradições dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (CTS)



Fonte: Autoria própria (2023)

Além disso, Martínez Álvarez (2004) também se refere a outros continentes do mundo que estão fazendo contribuições valiosas para o movimento CTS, por exemplo, na Ásia e Oceania, destacando países como Austrália e a Nova Zelândia, nos quais programas de desenvolvimento educacional em ciência e tecnologia têm grande difusão e alcance social, especialmente no desenvolvimento de programas populares para os povos originários. O autor enfatiza que o desenvolvimento dos estudos CTS na Ásia é considerável, porém sua difusão ainda é limitada na comunicação (linguagem) e, conseqüentemente, o desconhecimento muitas vezes leva a uma atitude de preferência ocidental na concepção dos estudos CTS.

Diante do exposto, procede-se a uma breve descrição dos elementos mais importantes das tradições europeias e americanas, bem como um percorrido dos estudos CTS pela América Latina, com especial atenção ao Brasil.

#### 5.2.1.1. A tradição europeia dos estudos CTS

A tradição europeia dos estudos CTS, segundo von Linsingen (2007), se caracteriza por estar orientada para a investigação acadêmica, com uma dimensão social e prática em ciência e tecnologia, visto que parte da preocupação por conhecer como os fatores econômicos, políticos, sociais e culturais intervêm nos antecedentes



do desenvolvimento científico-tecnológico, em sua gênese e na aceitação de teorias científicas e, por consequência, nas inovações tecnológicas.

Segundo López Cerezo (1994), essa tradição tem sua base na Universidade de Edimburgo, por meio do “Programa Forte” da sociologia da ciência, cujo princípio era considerar que as crenças científicas estão intimamente ligadas às controvérsias, ações e decisões cotidianas dos cientistas.

Segundo Sismondo (2008), o "Programa Forte" foi desenvolvido na década de 1970, e seus principais expoentes foram Barry Barnes, David Bloor e Steven Shapin, que se basearam na sociologia clássica do conhecimento e na interpretação radical da obra de Thomas Kuhn. É importante ressaltar a importância desse programa, pois a partir dele foram geradas correntes de pensamento como: o construtivismo social de Collins (com seu Programa de Relativismo Empírico), a teoria da rede de atores de Latour e os estudos da reflexividade de Woolgar.

A partir da década de 1980, essas abordagens também foram aplicadas ao estudo da tecnologia como um processo social, onde se destaca o trabalho de Bijker e seus colaboradores (GONZÁLEZ, *et al.*, 1996), entre outras contribuições que têm servido de referência para os estudos realizados até hoje.

O objetivo do “Programa Forte”, conforme descrito por Martínez Álvarez (2004), tem duas dimensões fundamentais: a primeira, descrever como em diferentes momentos, grupos sociais selecionam diferentes aspectos da realidade como objetos de explicação científica; e, a segunda, consiste em descrever como a observação, os experimentos, a interpretação dos dados e as crenças científicas são socialmente construídos em uma interação constante entre os cientistas e a sociedade.

Segundo os expoentes da escola de Edimburgo, como aponta Martínez Álvarez (2004), as tarefas permitiriam demonstrar empiricamente, através da análise dos elementos que afetam a produção e avaliação do conhecimento científico, que existem redes de expectativas e interesses que determinam as crenças que orientam a observação, e que isso também afeta os resultados da ciência.

Considerando os elementos descritos, essa visão pode ser extrapolada para compreender as diversas percepções sobre a Territorialidade nas teses e dissertações a ser analisadas nesta pesquisa, ou seja, tentando inferir quais aspectos da realidade foram considerados para fazer a explicação científica e com quais elementos elas interagem.

### 5.2.1.2. A tradição norte-americana dos estudos CTS

A tradição norte-americana dos estudos CTS, teve seus alicerces no início dos anos 70, nas universidades Harvard e Cornell, com programas inspirados na proposta de Robert Merton sobre a sociologia do conhecimento científico.

Segundo López Cerezo (1994), essa corrente de pensamento centra-se nas consequências socioambientais da atividade tecnológica, sem levar em conta os antecedentes sociais, relegando o tratamento da ciência teórica a segundo plano, já que seu caráter é prático (pragmático) e avaliativo, destacando as abordagens éticas e educacionais.

A influência de Merton sobre essa tradição, segundo Premebida, Neves e Almeida (2011) baseava-se na compreensão de como certas ordens sociais interagem com a ciência, favorecendo algumas pesquisas e prescrevendo outras, enfocando o código político e o código ético da ciência, o que Merton chamou de *ethos*<sup>45</sup> da ciência.

Nessa linha, Vaccarezza (2011) explica que os programas das universidades norte-americanas se focaram na influência que a mudança em ciência e tecnologia exercia sobre a economia, as políticas públicas e os efeitos recíprocos do progresso social nos rumos do desenvolvimento científico e tecnológico, o que permitiu a consolidação institucional dessa tradição por meio do ensino e da reflexão política. Do ponto de vista acadêmico, López Cerezo (1994) refere-se que o arcabouço de estudo dessa corrente é basicamente constituído pelas humanidades (filosofia, história, teoria política, entre outras).

Como conclusão, é importante destacar que existem divergências entre as duas correntes no nível educacional, devido à abordagem e ao caráter que cada uma confere à ciência e à tecnologia. No caso da tradição europeia, tem como maior destaque as concepções sociais que orientam os processos científicos-tecnológicos, diferentemente da tradição americana, que se centra mais no controle político-democrático da produção de produtos científicos-tecnológicos.

No que se refere ao caráter da ciência, suas diferenças residem no fato de, para o caso europeu, são analisados uma diversidade de fatores sociais que

---

<sup>45</sup> O estudo do *ethos* científico, permite ver quais são as normas que estruturam as comunidades científicas e compreender seu progresso ou estagnação na medida em que essas normas convergem ou não com as da sociedade (Merton, 1970).

influenciam na mudança científico-tecnológica; enquanto no caso americano, a reflexão ética e a análise política são utilizadas em um quadro abrangente de natureza humanística (GONZÁLEZ, *et al.*, 1996).

Em suma, pode-se dizer que o movimento CTS, em suas duas perspectivas predominantes (europeia e norte-americana), são complementárias na estrutura e permitem uma abordagem abrangente do estudo dos aspectos sociais da ciência e da tecnologia.

### 5.2.1.3. CTS na América Latina e o PLACTS

Fazer uma análise do processo evolutivo do pensamento Latino-americano na área da ciência, tecnologia e sociedade em geral, representa uma aventura, pois embora cada país que o compõe tenha características comuns que os identificam, há também outros que os diferenciam notavelmente, aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais, que de uma forma ou de outra influenciam significativamente a velocidade das mudanças e experiências que cada um desenvolve em matéria científico-tecnológica, o que coloca uns em vantagem sobre outros, e mais na última década, que ainda está expandido em passos acelerados o fosso científico-tecnológico entre os chamados países “desenvolvidos” e os países em desenvolvimento.

Nesse sentido, na América Latina os Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia (ESCTSAL), segundo expressa von Linsingen (2007), como movimento tem sua origem “[...] na reflexão da ciência e da tecnologia como uma competência das políticas públicas”, isso porque em nos inícios não estava definida uma comunidade identificada como CTS, a qual foi evoluindo através de um pensamento latino-americano em política científica e tecnológica

Igualmente, von Linsingen (2007, p. 2) assinala que os ESCTS latino-americanos como “campo de reflexão, tratam de discutir de que ciência e de que tecnologia se está falando quando se refere à América Latina”.

Daí, que historicamente, como assinala von Linsingen (2007), é possível identificar duas perspectivas que evoluíram para procurar resposta aos problemas na área, uma enquanto coletivo endógeno preocupado com questões locais e as análises através de modelos locais, reconhecida como o Pensamento Latinoamericano em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PLACTS); e outro, como coletivo exógeno que

adotava modelos norte americanos e europeus para analisar o contexto e dinâmica de CT local, que desenvolve temas relacionados à inclusão social, desenvolvimento generalizado, apropriação tecnológica, que consolida os estudos CTS na área acadêmica, denominado os estudos CTS aplicados à América Latina (ECTSAL).

A partir de então, o processo de consolidação do campo CTS em países da América Latina emerge da reação ao modelo hegemônico de percepção das relações sociais da ciência e da tecnologia, com uma penetração significativa em distintos campos do saber e nas políticas públicas, com notória filiação a diferentes linhas de pensamento e ideologias.

A este respeito, Dagnino, Thomas e Davyt (1996) apresentam uma análise evolutiva que contempla dois períodos de tempo bem diferenciados: as décadas dos anos 60-70 versus os anos 80-90 (década perdida), estabelecendo critérios muito precisos que permitem compreender o surgimento do “Pensamento Latino-americano na Ciência, Tecnologia e Sociedade” (alcançado por DAGNINO; THOMAS; DAVYT como o PLACTS).

O objetivo do PLACTS era questionar as relações entre ciência, tecnologia e sociedade, a partir das críticas ao modelo linear de inovação e dos pressupostos que envolviam a política de ciência e tecnologia nos países latino-americanos da época e do modelo de sociedade que se queria construir (DAGNINO; THOMAS; DAVYT, 1996; VACCAREZZA, 2011).

O PLACTS, conforme Dagnino, Thomas e Davyt (1996) e Vaccarezza (2011) representaria um cambio na visão das teorias sobre ciência, tecnologia e desenvolvimento social, provenientes de países do capitalismo central, procurando a autonomia e independência dos países latino-americanos de tratar destes assuntos a partir de teorias e questões internas.

Os principais representantes deste pensamento foram professores universitários, pesquisadores das áreas de ciências naturais, engenharia, física, química, medicina, entre outras, destacando-se Amílcar Herrera, Jorge Sábato e Oscar Varsavsky, na Argentina, José Leite Lopes, no Brasil; Miguel Wionczeck e Victor Urquidi, no México; Francisco Sagasi, no Peru; Máximo Halty Carrere, no Uruguai; Osvaldo Sunkel no Chile; Marcel Roche, na Venezuela, dentre outros.

É importante assinalar que, o contexto histórico prévio ao surgimento do PLACTS está caracterizado pelo papel do Estado para intervir na produção de bens e tecnologias nacionais no processo de industrialização e da política de substituição de

importações com a implantação de empresas internacionais nos países latino-americanos, após da crise financeira do final da década dos anos 20 e 30 (DAGNINO; THOMAS; DAVYT, 1996).

Depois, na década de 40, a característica preponderante dos mecanismos de atuação global nas economias nacionais da América Latina foram a internacionalização<sup>46</sup> e a transnacionalização,<sup>47</sup> com formas de produção que geraram como consequências: a) a transferência de tecnologias dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos; b) a homogeneização da forma de produzir tecnologias; c), combinação do capital nacional como o transnacional para proteger o mercado interno, incentivar a exportação de bens pelos países por parte do Estado; d) falta de investimento na produção de tecnologia local; e) facilidade e preço baixo para a importação de equipamentos e tecnologias, f) falta de proteção das tecnologias e bens produzidos nos países latino-americanos, e g) criação de uma nova divisão internacional do trabalho (DAGNINO; THOMAS; DAVYT, 1996; SANTOS, 2000; VESSURI, 1994).

Já ao final da década de 1950 e início da de 1960, a situação política da América Latina era muito complexa, destacando-se alguns eventos como as sucessivas deposições por golpes militares na Argentina; eleição de Jânio Quadros, substituição por João Goulart e sua deposição por um golpe militar em 1964 no Brasil; perda de força política do presidente eleito na Venezuela em 1958, Rômulo Betancourt; além do surgimento de guerrilhas, golpe de Estado de Barrientos na Bolívia em 1964; massacre de Tlatelolco no México em 1968; bloqueio econômico da Cuba em 1960, entre outros (FALETTO, 1998).

Igualmente, se apresentaram também manifestações culturais, focadas no aspecto social da realidade latino-americana (FALETTO, 1998), com destaque para a produção literária e na criação de conselhos nacionais de investigação de ciência e tecnologia, incentivados por resoluções de organismos internacionais como a UNESCO, BID e OEA, que difunde no contexto latino-americano que o modelo linear<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> Através da qual se desenvolveu-se rapidamente com a expansão do número de países de economia de mercado, os quais agiam acumulando e centralizando recursos e conhecimentos, enquanto surgiam novos atores econômicos que passaram a atuar no mercado internacional através da prestação de bens e serviços. (DAGNINO, et al, 1996).

<sup>47</sup> Onde os conglomerados transnacionais, ou multinacionais, expandiram-se para outros países e geraram novas estruturas de organização social e de divisão internacional do trabalho.

<sup>48</sup> Modelo preconizado pelo relatório Bush de fins da Segunda Guerra Mundial, segundo o qual o desenvolvimento científico determinaria o aumento do bem estar social das nações (AROUND *et al.*, 2011).

de desenvolvimento sugeria na ampla difusão das experiências de reconstrução da Ciência e a Tecnologia, alavancados pelos países centrais no pós-guerra e que tinham como objetivo, gerar ações e políticas de ciência e tecnologia orientadas ao modelo vigente no plano internacional.

Em meio a este cenário político e cultural foi desenvolvida a Teoria da Dependência<sup>49</sup> para responder à questão do desenvolvimento e do poder que envolvia as nações da América Latina (FALETTO, 1998). Nesse período, é que Dagnino, Thomas e Davyt (1996) assinala que a dinâmica política e econômica que caracteriza a região é marcada pelos processos de expansão e proliferação de conglomerados transnacionais (dinâmica externa), onde o Estado assume "políticas modernizadoras" (dinâmicas internas) com o objetivo de melhorar o sistema produtivo, através da aplicação do modelo de estratégias de industrialização por substituição de importações (ISI).

Porém, os resultados estão distantes da realidade, porque segundo Dagnino, Thomas e Davyt (1996), as estratégias respondem ao modelo linear de desenvolvimento, visto que a importação de tecnologias impede o crescimento de inovações locais. Estes resultados motivam a comunidade científica – formada por cientistas de várias áreas – a fazer um diagnóstico crítico do modelo atual e avaliar a intenção social da aplicação da ciência e da tecnologia, e passa a tomar forma nos anos sessenta o Pensamento Latino-Americano de Ciência-Tecnologia-Sociedade (PLACTS).

Através do PLACTS, expressa Dagnino, Thomas e Davyt (1996) sendo formulados instrumentos de análise que permitiram descrever a situação local e um modelo descritivo global em termos de desenvolvimento de Ciência e Tecnologia. Com relação as políticas de ciência e tecnologia, baseavam-se em quatro elementos: oferta, vinculação, transferência de tecnologia e autonomia restrita que regia o comportamento da atividade científica. Segundo Dagnino, Thomas e Davyt (1996), também expressam que a maior contribuição do PLACTS foi a contextualização, isto é, entender a relação indivisível que existe entre ciência, tecnologia e sociedade como processos dinâmicos.

---

<sup>49</sup> Objetivava explicar as características de desenvolvimento possíveis para as nações subdesenvolvidas, as quais só puderam entrar na economia internacional quando já existiam nações hegemônicas controlando as relações internacionais (SANTOS, 1998).

No mesmo período aparece a proposta de surgimento da tradição CTS latino-americana -reconhecidos como ECTSAL- um pensamento que foi constituído a partir das aproximações e diferenças deste modelo, analisando-o, e criticando-o, apesar de nem sempre concordar com o mesmo. Ao respeito, segundo Brito Dias e Arancibia Gutiérrez (2015): explica que o PLACTS guarda estreitos laços com as contribuições da Teoria da Dependência, compartilhando as preocupações ligadas aos elementos estruturais determinados historicamente.

Para o segundo período (décadas de 80-90), Dagnino, Thomas e Davyt (1996) apontam que é fortemente marcado por avanços tecnológicos, especialmente na área de informática ou sistematização de processos, que impactam a economia de forma exógena e endógena devido ao aumento das exportações, liberalização comercial, reajuste estrutural, privatização, entre outros elementos que geram na comunidade científica a discussão sobre aspectos do papel social da ciência e tecnologia, com os quais se expandem as áreas de pesquisa, os cursos de pós-graduação, a divulgação de teorias, a preocupação com questões ambientais, a sociologia do trabalho, além da convergência entre diversas disciplinas.

As principais características do PLACTS neste período histórico, segundo descreve Roso (2017, p. 46), foram:

- a) a produção de estudos CTS locais foi incentivada pela velocidade e profundidade das mudanças em CT; b) a alteração conceitual de política de CT para política de inovação não chegou a ser incorporado na agenda política local; c) a forçosa necessidade de integração internacional foi gerada em função da inclusão de critérios puramente econômicos nos processos de tomada de decisões na América Latina; d) os saberes desenvolvidos pelos estudos CTS perdem espaço nos processos de tomada de decisões em CT em função do caráter incremental da política econômica neoliberal, ou seja, o modelo de tomada de decisões tecnocrático ganha força; e) a escassa demanda estatal sobre os estudos CTS resulta em um processo de internacionalização de alguns intelectuais da região que se voltam à atuação acadêmica internacional em detrimento da ação política local.

A respeito, Dagnino, Thomas e Davyt (1996), ao analisarem o CTS latino-americano, afirmam que, por sua diversidade ideológica e de métodos, este pensamento não formou uma metodologia de análise teórica forte como conjunto das teorias feitas, mesmo que a constituição de uma teoria única não figurasse entre os objetivos do CTS latino-americano. Outra característica do CTS latino-americano é a ausência de uma herança, de uma escola própria. Talvez isso se deva ao fato de a Teoria da Dependência não responder mais ao contexto político e econômico dos

anos posteriores ao surgimento do CTS latino-americano, fazendo com que as obras realizadas ficassem presas a um contexto histórico anterior.

Pode-se perceber até aqui que o CTS latino-americano apresenta um caráter muito diferente em sua estruturação, em suas questões e em suas teorias quando comparado às tradições europeia e norte-americana de CTS. Sua vinculação com a sociedade se dá no contexto do desenvolvimento social e de políticas de ciência e tecnologia, centrando-se em considerações sobre o atraso da América Latina.

No que concerne, Kreimer (2007) mostra uma perspectiva mais atual do desenvolvimento deste campo na América Latina, destacando a abordagem interdisciplinar das áreas emergentes de estudo, bem como as novas dimensões que vêm ao debate como gênero, percepção pública e divulgação científica, conhecimento autônomo, entre outros elementos que ainda hoje estão em evidência. Kreimer (2007) também destaca a importância da participação de todos os atores sociais, não apenas cientistas e especialistas, além da apropriação do conhecimento como estratégia que permite contextualizar as ações em matéria científica.

Da mesma forma, Kreimer (2007) deixa para reflexão várias questões que são vitais para nortear a trajetória da Ciência e Tecnologia na América Latina no futuro, tais como quem assumirá os rumos e diretrizes a seguir nesta matéria -revisão e interpelação que permite assumir o papel do conhecimento não apenas como estatística de conquistas, mas de transformações sociais- para as quais é necessário incluir nas pautas de discussão a produção do conhecimento social e democratização do conhecimento.

No que concerne, Vaccarezza (2011) faz uma comparação com base em indicadores da área de produção da atividade científica da América Latina com os Estados Unidos da América, em relação ao investimento e à produção que se faz neste campo, que mostra muitas fraquezas.

No entanto, Vaccarezza (2011) destaca as conquistas da política científica e casos específicos de cientistas de sucesso, internacionalmente reconhecidos, que realizaram suas pesquisas em laboratórios, isolados do contexto social, que lançaram as bases para a formação de um pensamento Latino-americano coerente que valoriza o papel social e estrutural da ciência e da tecnologia, bem como das políticas específicas, ao mesmo tempo que levanta várias questões na área que até hoje permanecem sem resposta.



Concluindo, Dagnino, Thomas e Davyt (1996), Kreimer (2007) e Vaccarezza (2011) concordam sobre a necessidade de democratizar o conhecimento, que ainda há muito a se fazer e aprender na América Latina, que a sociedade deve se apropriar do conhecimento e que é necessário dar maior visibilidade às atividades realizadas na região e promover ao máximo a participação dos setores sociais.

Portanto, os ECTSAL oferecem uma construção conceptual suficiente para compreender que as relações entre a ciência, a tecnologia e a sociedade não são neutras nem universais, com as quais se pode aprofundar, a partir de um viés crítico, sobre como é concebida e percebida a Territorialidade nas dinâmicas atuais, e mais especificamente, como é definida nas teses e dissertações da área interdisciplinar da CAPES.

### 5.3 OS ESTUDOS CTS E A DECOLONIALIDADE

Nos parágrafos anteriores se fez uma descrição dos Estudos Sociais da Ciência e a Tecnologia (ESCT), ou estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), com base no explicado por Núñez (2007), Vasen (2011) entre outros autores sobre os inícios desse movimento – num período histórico em que a ciência e a tecnologia se tornaram fatores basilares nas políticas de Estado – que teve e ainda têm como objetivos estudar e questionar as consequências sociais e ambientais da ciência e a tecnologia através de uma análise crítica e interdisciplinar.

Acrescentam Rodrigues, von Linsingen e Cassiani (2019, p. 79) que os estudos CTS tem dois pressupostos principais, o primeiro explica que “o desenvolvimento científico e tecnológico é um processo social, visto que depende da produção humana, portanto, não é um processo neutro, livre de ideologias”; e o segundo está relacionado com que “as mudanças científicas e tecnológicas causam impactos positivos e negativos na sociedade e, as decisões sobre os rumos da ciência e da tecnologia devem ser de cunho democrático, em detrimento da tecnocracia normalmente empregada”.

A esse respeito, a International Science Council (ISC, 2020) em seu plano 2019-2021, expressa que os estudos CTS têm que continuar evoluindo para enfrentar os novos desafios dos avanços científicos e tecnológicos. Esses desafios, segundo Cruz (2020), entre muitos outros incluem a defesa da diversidade, a análise da especificidade local e a valorização da ciência e da tecnologia nacional.

Conforme o exposto, a partir dos estudos CTS, a defesa da diversidade e a análise da especificidade local tem forte relação com a Territorialidade e os estudos decoloniais. Primeiro, porque a Territorialidade constitui a forma em que é percebido o território (local) pelos diferentes atores sociais (diversidade) e está em constante transformação, além de ser afetada direta e indiretamente pelos impactos positivos e negativos da ciência e da tecnologia. E, segundo, porque os estudos decoloniais, segundo Rodrigues, von Linsingen e Cassiani (2019, p. 77) “apontam para práticas cognitivas que dão visibilidade a diversas visões de mundo”, o que podem propiciar articulações que conduzam à emancipação do ser e do saber em suas diversas formas.

Nessa direção, o objetivo deste tópico é definir brevemente os conceitos e história dos estudos decoloniais, além de identificar e analisar o vínculo que pode se estabelecer entre esses estudos e o campo CTS, considerando como principais referenciais aos autores Mignolo (2007), Quijano (2007, 2009), Quintero (2019), Rodrigues, von Linsingen e Cassiani (2019), Haesbaert (2021) entre outros, com a finalidade de aprofundar os critérios para compreender como a Territorialidade é abordada -a partir desses pontos de vista- nas teses e dissertações da área interdisciplinar da CAPES.

### **5.2.1. O que são os estudos decoloniais?**

Segundo define Quintero (2019, p. 4), os estudos decoloniais correspondem “ao conjunto heterogêneo de contribuições teóricas e investigativas sobre a colonialidade”, através de estratégias metodológicas como revisões historiográficas, estudos de caso, recuperação do pensamento crítico latino-americano, formulações (re)conceitualizadas, além de outras formas de revisões que pretende expandir, interpretar e sobretudo compartilhar um conjunto sistemático de enunciados teóricos que revisitam a questão do poder na modernidade.

Também, Quintero (2019, p. 4) acrescentam que esses estudos representam “um espaço enunciativo não isento de contradições e conflitos cujo ponto de coincidência é a problematização da colonialidade em suas diferentes formas, ligada a uma série de premissas epistêmicas compartilhadas”.

Partindo dessa definição, a base dos estudos decoloniais é a colonialidade, que segundo Quijano (2007) se refere às relações de poder, ao prolongamento

contemporâneo dos fundamentos que sustentaram a modernidade na América Latina. Para Quijano (2007, p. 94) como na “América (Latina)<sup>50</sup>, o capitalismo se torna mundial, eurocêntrico, a colonialidade e a modernidade se instalam, até hoje, como eixos constitutivos desse padrão específico de poder”.

Sobre o eurocentrismo, Quijano (2007) faz referência à perspectiva cognitiva, não só dos europeus exclusivamente ou apenas daqueles que dominam o capitalismo mundial, senão também de todos aqueles educados sob sua hegemonia, produzida ao longo do tempo no mundo eurocêntrico do capitalismo colonial/moderno e que naturaliza a vivência das pessoas nesse padrão de poder.

Por outro lado, segundo Gómez. (2017), os estudos decoloniais seguem dois caminhos principais: a) relacionado ao crescimento e expansão da bagagem conceitual e teórica da decolonialidade, e b) representado pela pesquisa histórica.

a) No primeiro caminho, se tem a categoria da colonialidade do poder, definida por Quijano (2007, p. 93) como:

[...] um dos elementos constitutivos do padrão global de poder capitalista. Funda-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como a pedra angular do referido padrão de poder, e opera em cada um dos planos, esferas e dimensões materiais e subjetivas da existência cotidiana e em escala social. Origina-se e globaliza-se na América. Com a constituição da América (Latina), ao mesmo tempo e no mesmo movimento histórico, a potência capitalista emergente torna-se global, seus centros hegemônicos estão localizados nas áreas localizadas no Atlântico - que mais tarde serão identificadas como a Europa-, e como eixos centrais de seu novo padrão de dominação também se estabelecem a colonialidade e a modernidade.

Dessa categoria, conforme Gómez, *et al.* (2017), o uso do substantivo colonialidade se expandiu para ser aplicado a outras dimensões e campos que mantem a sua articulação com o fenômeno do poder, mas são trabalhados como áreas diferenciadas.

A primeira, é a colonialidade do saber, que segundo Lander (2000), está representada pelo caráter eurocêntrico do saber moderno e sua articulação às formas de dominação colonial/imperial, especificamente relacionada com às formas de controle do conhecimento associadas à geopolítica global.

---

<sup>50</sup> Quijano (2007, p. 93) explica que a apropriação do nome "América" pelos Estados Unidos deu origem a uma ampla confusão que obriga a lembrar que originalmente o nome correspondia exclusivamente aos domínios ibéricos deste continente, que vão desde a Tierra de fogo para aproximadamente a metade sudoeste do atual território dos Estados Unidos.

O segundo uso substantivo da colonialidade, conforme Maldonado (2007), é a colonialidade do ser, que apresenta a modernidade como uma conquista perpétua em que a construção da “raça” vem justificar o prolongamento não-ética da guerra, que permite a total humanização do outro.

Para Maldonado (2007), se estabelece uma relação entre a colonialidade do saber e o ser, argumentando que é a partir da centralidade do saber na modernidade que pode ocorrer uma desqualificação epistêmica do outro e representa uma tentativa de negação ontológica, que pode conduzir à dominação e exploração.

E, no segundo caminho dos estudos decoloniais, Gómez (2017), explicam que tem se caracterizado pela pesquisa histórica, seja no sentido de um enquadramento de processos globais ou no estudo de casos situados regionalmente. Os autores mais destacados neste caminho são Enrique Dussel, Walter Mignolo, Castro-Gómez, Anibal Quijano, Ramón Grosfoguel, entre outros emergentes.

Para fechar esta seção, é importante assinalar o que expressa Gómez (2017), sobre a tarefa principal que os estudos decoloniais devem considerar, como é a desconstrução das múltiplas hierarquias hegemônicas (europeia/ capitalista/ militar/ cristã/ patriarcal/ branca/ heterossexual), o que pode ser alcançado entendendo que não se trata de uma única teoria ou ponto de vista, sob pena de incorrer nos mesmos problemas das visões criticadas.

Nesse sentido, Gómez (2017) recomenda que essas teorias devem ter algumas características gerais que contribuam para a consecução de seus objetivos; como: complementar outras perspectivas; reconhecer outros pensamentos (epistemologias hegemônicas e outras alternativas de conhecimento); desconstruir a colonialidade (do poder, do saber, do ser); criar outras possibilidades que permitam a emergência de sociedades diferentes; e providenciar novos elementos de discussão para temas tradicionais.

### **5.2.2. Breve história dos estudos decoloniais**

Os estudos decoloniais, segundo Mignolo (2007), Quijano (2007, 2009), Quintero (2019), estão caracterizados como uma tentativa de reescrever a história a partir de outra lógica e outra estrutura de pensamento alternativo ao eurocentrismo moderno, buscam desenvolver uma nova linguagem que evidencie os complexos processos do sistema-mundo (economia-mundo ou império-mundo)

moderno/colonial<sup>51</sup> sem depender da antiga língua herdada das ciências sociais do século XIX.

Nessa perspectiva, Quintero (2019) destacam que o pensamento decolonial propõe uma mudança na geografia da razão, um processo de ressignificação, tanto na elaboração de uma compreensão crítica da diferença epistêmica colonial, quanto na formação e transformação do sistema-mundo moderno/colonial em zonas “periféricas”, como a América Latina.

A esse respeito, Mignolo (2007) levanta a tese que desde o século XVI, a modernidade não existe sem a colonialidade, a exemplo disso é que o sistema-mundo moderno/colonial tem duas faces, a modernidade e a colonialidade. Na primeira, o autor explica que é a face mais visível, e está representada pela cristianização, civilização, progresso, modernização, desenvolvimento, entre outras subcategorias. E, a segunda, a colonialidade, para Mignolo (2007), e a face oculta, que se refere à violência, barbárie, atraso, tradição, subdesenvolvimento, entre outros.

Nessa direção, Mignolo (2007) explica que "a ideia de América Latina" se desenvolve em torno de três momentos histórico-estruturais da relação entre impérios e as colônias. A primeira delas está relacionada com a construção do conceito da "América" na consciência europeia do Renascimento, identificando e visualizando os efeitos das diferentes histórias em que se baseia essa ideia e que subordinam a história e a cosmologia das culturas originais (como os Incas, Astecas, Maias, entre outros), de modo que perdem gradualmente sua função explicativa da existência dos sujeitos que deles fizeram parte.

Além disso, Mignolo (2007) adverte que nessas civilizações antigas, articularam suas próprias formas de conhecimento, nas quais conceitos opostos podem coexistir sem negar um ao outro. Dessa forma, explica o autor, as categorias como vida/morte ou sonho/realidade, concebidas de forma dicotômica a partir da lógica racional oriunda de Europa, apareceria coexistindo nos processos de conhecimento construído pelas civilizações mencionadas.

---

<sup>51</sup> O sistema-mundo moderno/colonial é definido por Wallerstein (2006, p. 79) como “uma zona espaço-temporal que atravessa múltiplas unidades políticas e culturais, representando uma zona integrada de atividade e instituições que obedecem a certas regras sistêmicas”. Um sistema mundo é um sistema social, um sistema que tem limites, estruturas, grupos, membros, regras de legitimação e coerência. Sua vida resulta das forças conflitantes que o mantêm unido pela tensão e o dilaceram enquanto cada um dos grupos busca eternamente reformulá-lo para seu benefício. Tem características de um organismo, pois tem uma vida durante a qual suas características mudam em alguns aspectos e permanecem estáveis em outros.

No segundo momento histórico, Mignolo (2007) destaca que está relacionado ao período do Iluminismo, que tem a ver com o aparecimento da latinidade e, conseqüentemente, com a noção de América Latina, onde as divisões são analisadas dentro da América, observando as distinções Norte/Sul e Anglo/América Latina.

Nesse ponto, Mignolo (2007) explica que a latinidade compreende como uma identidade, estabelecida pelos franceses e incorporada pelas elites crioulas, que acabou sendo a “ideia” que projetava um sentimento de inferioridade em relação aos anglo-americanos, degradando simultaneamente a identidade dos indígenas e dos sul-americanos de origem africana.

Por fim, no terceiro momento histórico analisado por Mignolo (2007), é apresentada uma exposição das questões teóricas e ideológicas, típicas da produção de conhecimento global, desenvolvida desde a segunda metade do século XX e expressa no continente americano, através de uma crítica à divisão continental entre “América Latina” e “América Anglo-Saxônica”, prestando especial atenção aos movimentos de povos indígenas e descendentes de africanos que vivem na “América Latina” e nos Estados Unidos.

Por outro lado, Quijano (1992) também reconhece a colonialidade como um padrão de poder mundial, que nasceu no final do século XV com a “descoberta” da América e a nova ideia de globalização, trazendo novas identidades sociais. Daí, Quijano (1992, p. 19) expressa que a colonialidade é “o modo mais geral de dominação no mundo de hoje, visto que o colonialismo como ordem política explícita foi destruído. Obviamente não esgota as condições, nem as formas de exploração e dominação existentes entre as pessoas”. Ao respeito, acrescenta Quijano (1992) que esse padrão de poder começou a se hierarquizar a partir das diferenças fenotípicas dos indivíduos, estabelecendo assim uma classificação social, a raça.

Nesse sentido, Quijano (2007, p. 118) explica que a história conhecida antes do capitalismo mundial, “se verificam nas relações de poder (exploração/dominação/conflito) que alguns atributos biológicos diferenciais da espécie, desempenharam um papel preponderante na classificação social das pessoas, como o sexo, idade e força de trabalho”.

Na visão de Quijano (2007), foi a partir da conquista da América que o fenótipo foi adicionado (a cor da pele, a forma e a cor dos cabelos, dos olhos, a forma e o tamanho do nariz, etc.) influenciando fortemente a classificação social, ou seja, na

distribuição do poder que além de não ter consequências na estrutura biológica ou com a natureza humana nem nas suas capacidades.

Considerando tais elementos, Quijano (2007) e Mignolo (2007) defendem, através dos estudos decoloniais, a necessidade de fornecer uma linguagem alternativa – fora dos paradigmas, abordagens, disciplinas e campos oficiais do saber – que explique a complexidade das hierarquias de raça, classe, sexualidade, conhecimento, entre outros, no âmbito geopolítico, geocultural e geoeconômica do sistema-mundo.

Para fechar, partindo das palavras de Mignolo (2007), se faz necessário estabelecer um diálogo com formas não-ocidentais<sup>52</sup> de conhecimento que vêem o mundo como um todo em que tudo está relacionado com tudo. Nas contribuições dos autores citados, os estudos decoloniais poderiam contribuir para a reestruturação das ciências sociais na América Latina, e isso poderia evitar, como bem diz Wallerstein (2006), uma visão da história e dos fenômenos sociais a partir de “compartimentos estanques”<sup>53</sup> para dar origem a ciências mais voltadas para uma visão holística que leva em conta a natureza contraditória dos acontecimentos humanos.

### **5.2.3. Estudos Decoloniais e Territorialidade**

Considerando as definições e teorias – descritas nas seções anteriores – sobre o território e sua construção, a história revela, segundo Gruner (2020, p. 262), que as atuais relações dominantes de “poder, gênero, classe e etnia, são constituídas hoje com base nas políticas e práticas do colonialismo e do imperialismo”, produto da chamada conquista das Américas. Período, segundo a autora, em que se justificava a desapropriação dos povos originários e escravização dos negros trazidos à força da África, por meio das narrativas territoriais de conquista.

Com base nisso, a negação de ser negro, indígena/nativo, de seus territórios próprios e coletivos, de ser africano e afrodescendente que veio depois, explica Gruner (2020), significou também uma negação das formas pré-coloniais e não

---

52 Um exemplo de formas de pensamento não não-ocidentais, é a filosofia UBUNTU, que segundo Cavalcante, K. L. (2020, p. 187), pode ser explicada como um pensamento em constante movimento a partir de uma maneira de viver e existir com as outras pessoas. A formação da palavra UBUNTU remete a uma ideia de articulação entre a existência do ser e as diversas possibilidades de conhecê-lo em sua essência e formas de convivência.

53 Chama-se "compartimento estanque" aos lugares delimitados que se encontram completamente isolados do resto, independentes e sem qualquer ligação.

coloniais de estar e se organizar em relação à terra e ao território, através da lógica, política e prática de imposição violenta, que ainda continua a ter fortes repercussões e expressões na atualidade.

Nessa perspectiva, para Gruner (2020), o colonialismo visava a conquista de povos e territórios, sob a ideologia e modo de produção capitalista, que continua se expandindo por todo o planeta e orienta os processos imperialistas. A autora acrescenta que diante das “imposições da história do colonialismo nas Américas, e das conceituações coloniais do território impostas pelas múltiplas formas de violência do projeto colonizador, há uma história, muitas vezes invisibilizada, de resistência e sobrevivência” (GRUNER, 2020, p. 263); desse importante grupo de seres humanos colonizados, que influencia diretamente na formação das territorialidades.

Ao respeito, reafirma Haesbaert (2021, p. 142) que a designação de América Latina “está carregada de conotação colonial, pois se refere a um espaço definido pelo tipo de colonização europeia, capitaneada por espanhóis e portugueses, ignorando assim a imensa diversidade étnico-cultural que agregou africanos e asiáticos de diversas origens”.

Por sua parte, Saquet (2019) explica que a colonização das Américas pelos espanhóis e portugueses, passou pelo controle e pela dominação dos povos originários e da natureza, das suas mentes e crenças, culturas e territorialidades, pelo extermínio e pela escravidão. Daí, que conforme Quijano (2000), a denominada virada decolonial, é consequência da formação e estabelecimento da matriz colonial de poder, cujo conjunto de instituições, relações de poder, capitais culturais e elementos simbólicos se constituíram nessa herança colonial, que sem a existência de uma administração colonial, mantém um sistema de relações assimétricas entre o dominador e o dominado.

Nesse sentido, Saquet (2019) faz referência à decolonialidade como a luta contra a colonialidade e seus diferentes efeitos: materiais, epistêmicos e simbólicos, entre os quais se encontra a expropriação das terras. Portanto, esclarece Saquet (2019) que é a partir da ordem imposta pelo colonizador, que os colonizados não poderiam assumir sua história, a construção do conhecimento, suas decisões, entre muitos outros fatores.

Por sua parte, Haesbaert (2021) explica a importância adquirida pela dimensão espacial/territorial da colonialidade, especificamente do poder, que aparece em



diferentes escalas e alerta sobre o eurocentrismo, ou seja, a colonialidade presente na própria regionalização continental do mundo.

Acrescenta Haesbaert (2021, p. 121), que os territórios e as organizações políticas de base territorial, colonizados parcial ou totalmente, ou não colonizados, foram classificados pelo padrão eurocêntrico (continentes), o qual

[...] facilitou a “naturalização” do controle eurocentrado dos territórios, dos recursos de produção na “natureza”. E cada uma dessas categorias impostas desde o centro do poder terminou sendo aceite até hoje, pela maioria, como expressão da natureza e da geografia, e não da história e do poder no planeta.

É importante destacar, que para Haesbaert (2021) o pensamento decolonial, permite de alguma forma problematizar a complexidade geográfica desse trânsito entre escalas, como no interior do Estado-nação ou na escala global do sistema-mundo.

Nesse sentido, segundo Mignolo (2007), explica que a complexidade geográfica facilitou a naturalização do controle eurocêntrico dos territórios, onde os grupos dominantes de raças não brancas foram submetidos a serem tributários ou intermediários na cadeia de transferência de valor e riqueza da periferia colonial ao Eurocentro, onde os estados-nação do centro foram constituídos tendo como contrapartida os estados coloniais primeiro e os estados-nação dependentes depois.

Devido a essas determinações, Mignolo (2007) assinala que todos os países cujas populações são, em sua maioria, vítimas de relações de poder racistas ou étnicas, não conseguiram sair da periferia colonial, na disputa pelo desenvolvimento. O que mostra, segundo o autor que a colonialidade do poder implica – nas relações internacionais de poder e nas relações internas dos países – o que na América Latina tem sido chamado a dependência histórico-estrutural.

Com relação ao todo o descrito, e considerando os aportes de Haesbaert (2021), Saquet (2019) e Mignolo (2007), se pode dizer que a partir do território como cenário de relações sociais sobre as quais um grupo de indivíduos exerce certo poder e certa gestão, se evidencia que ocupar um território, como foi feito no período colonial, influenciou a expressão da territorialidade e a apropriação desse espaço através de relações de poder e saber, produto de relações materiais e simbólicas, espaciais, temporais, que produzem um espaço (territorialização) que se constrói de

acordo com as experiências, percepções, concepções particulares dos sujeitos em coletivo.

Além disso, Rodrigues, von Linsingen e Cassiani (2019, p. 77), acrescentam que assumindo esse pensamento, “a Ciência moderna pode contribuir para a libertação dos sujeitos, quando abordada em perspectiva contra hegemônica”. Os autores explicam, que é necessário considerar os limites internos na resolução dos problemas contemporâneos; e que outras formas de conhecimento sejam valorizadas e articuladas na resolução desses problemas como, por exemplo, os Estudos Sociais da Ciência e a Tecnologia, e as Epistemologias do Sul, em outras.

### 5.3. DESAFIOS GLOBAIS PARA OS ESTUDOS CTS NA ATUALIDADE

Com base no exposto, hoje os estudos CTS enfrentam novos desafios, expressos pela International Science Council (ISC, 2020) em seu plano 2019-2021, quando se refere que apesar dos avanços científicos e tecnológicos:

[...] o mundo ainda enfrenta problemas endêmicos de conflito, pobreza e desigualdade, com estilos de vida, padrões de consumo e produção insustentáveis. Um desafio fundamental para a ciência contemporânea é identificar caminhos gerenciáveis para a sustentabilidade global por meio da complexa rede de causa e efeito que conecta os processos planetários, sociais e econômicos, e auxiliar na formulação e promoção de políticas públicas e ações que movimentem as sociedades ao seu redor.

O expressado, deve ser considerado um desafio que se reflete com muita precisão na Agenda 2030 da ONU (2015) e seu conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que clama por uma maior cooperação global e profunda mudança social, onde todos os atores relacionados com o campo científico (instituições públicas e privadas, universidades, entidades governamentais, cientistas, estudantes) desempenham um papel importante. E, tendo em conta as atuais circunstâncias que a humanidade enfrenta, amplia-se o apelo à solidariedade e à responsabilidade de cada ser humano que habita o planeta, para fazer parte do processo de transformação que se exige.

Diante dessa situação, e no quadro atual que envolve o mundo frente de uma pandemia inédita como a gerada pela Covid-19, que contribui para reforçar a desigualdade com uma sociedade fragilizada, é preciso considerar o que Cruz (2020) expressa sobre alguns apontamentos que a comunidade CTS deve implementar para

responder aos problemas sociais que exigem soluções consensuais, mais humanizadas e plenas de valores, que são:

- 1) Minimizar o antagonismo entre produtividade e sustentabilidade;
- 2) Defender a diversidade do bem cognitivo;
- 3) Analisar a especificidade local (especialmente no caso da América Latina), inovando na escassez e gerando mecanismos para o reconhecimento de tais inovações;
- 4) Valorizar a ciência e a tecnologia nacional, observando a demanda e atuando com base nas necessidades reais e locais.

Da mesma forma, Cruz (2020) convida a comunidade CTS a alavancar três elementos principais:

- 1) Políticas CTS, que reconsideram um futuro mais sustentável e equitativo;
- 2) Universidades públicas, que experimentam o CTS com maior ação social, e;
- 3) Promover a transformação estrutural ao nível global (como: renda básica global).

Finalmente, deve-se destacar que os estudos de CTS demonstram que podem contribuir para elucidar a dinâmica dos diferentes processos pelos quais as sociedades evoluem, portanto, funcionam como um caminho para responder aos desafios de forma responsável conforme as demandas do contexto em estudo.

Daí, que neste estudo, ao analisar a concepção da territorialidade a partir da abordagem CTS, exerce-se um pensamento complexo e interdisciplinar, orientado por uma racionalidade mais ampla, ao analisar as produções científicas das universidades brasileiras, a fim de identificar se atendem aos desafios epistemológicos e ontológicos ou reconhecem a adoção de diferentes concepções na construção de significados, além de valorizar a diversidade de saberes que contém a área em estudo, que inclui a necessária inserção social da produção científica e tecnológica gerada ao longo da história, considerando a totalidade que os envolve.

## 6. A TERRITORIALIDADE NA PESQUISA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NA ÁREA INTERDISCIPLINAR DA CAPES

Com a finalidade avaliar a Territorialidade, em termos de conceitos e práticas, na pesquisa de pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES a partir dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT), são apresentados os resultados das análises das teses e dissertações em estudo.

### 6.1. APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA.

Concluída a codificação das informações, procede-se a discussão e análise dos referidos resultados do estudo bibliométrico conforme as especificações descritas no percurso metodológico.

#### 6.1.1. Pesquisa Internacional (Base de Dados SCOPUS):

Na Tabela 1, observa-se que a territorialidade – como objeto de estudo, eixo transversal, referencial teórico, conceito ou como noção e/ou prática- nesta base de dados, aparece refletida na língua inglesa desde o início do século XX. No caso do Português aparece no início deste século e em Espanhol no final do século passado.

Tabela 1 - Resultados da pesquisa pela palavra-chave: Territorialidade/Territorialidades na Base de Dados SCOPUS

Pesquisa por: Título-Resumo-Palavras-chave	Territoriality / Territorialities	Territorialidade / Territorialidades	Territorialidad / Territorialidades
<b>Período de Publicação</b>	1938-2021	2000-2021	1986-2021
<b>Número de Documentos</b>	10732	79	133
Artigos	9302 (86,7%)*	69 (87,3%)*	112 (84,2%)*
<b>Total área de estudos</b>	27	11	13
<b>Área Multidisciplinar (Interdisciplinar)</b>	335 (3,1%)*	0	2 (1,5%)*
Artigos	298 (2,77%)* (88,9%)**	0	2 (1,5%)* (100%)**

\*Com relação ao total de documentos. \*\*Com relação ao total da área multidisciplinar.

Fonte: Autoria própria (2023)

No entanto, as diferenças nas frequências numéricas em Português e Espanhol estão muito distantes das pesquisas em Inglês, claro, a diferença no tempo

de publicação também é notável. Porém, vale ressaltar que as frequências relativas são muito semelhantes, todas acima de 80%, o que implica que a territorialidade é um conceito de interesse em muitas investigações.

O exposto leva a indicar que a territorialidade tem longevidade na pesquisa, pelo menos nos países de língua inglesa, e daqueles que mantêm o Inglês como segunda língua, que se caracterizam por estar na frente das pesquisas e publicações de artigos científicos. Porém, o Espanhol é uma língua compartilhada por muitos países, mas sempre haverá menos falantes do que o inglês, uma observação válida também para o Português, cuja frequência de uso é mais limitada.

Os dados da área interdisciplinar, estão mais distantes entre si, a tal ponto que em Português não há publicações que os incluam. Ressalta-se, ainda, que a interdisciplinaridade é um tema que atualmente está no foco dos estudos universitários, pois o número de investigações na área é crescente, conforme demonstrado graficamente nas sessões subsequentes.

Na base de dados SCOPUS, também podem ser observados dados como a variedade da subárea de estudo, que incluem a territorialidade em suas investigações (Apêndice 4), que também são descritas graficamente nas seções subsequentes.

### **6.1.2. Pesquisa Nacional (Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES):**

Os resultados da Tabela 2, revelam que as pesquisas realizadas sobre a territorialidade no país possuem um histórico de mais de 34 anos, dos quais se infere que se trata de um tema que vem ganhando importância ao longo do tempo. Os dados mostram que, do total de documentos, as teses representam 22,6% em relação às dissertações que representam 73,2%, o que indica uma produção superior nesse nível acadêmico.

Um fato relevante é que existem produções científicas em todas as nove (09) áreas definidas pela CAPES, o que mais uma vez remete à importância do tema, que pode ser analisado sob diferentes perspectivas ou áreas do conhecimento científico.

Tabela 2 - Resultados da Pesquisa pela palavra-chave: Territorialidade/ Territorialidades no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

<b>Pesquisa por:</b>		<b>Territorialidade /</b>
<b>Título-Resumo-Palavras-chave</b>		<b>Territorialidades</b>
<b>Período de Publicação</b>		1987-2021
<b>Número de Documentos</b>	Total	4216
	Teses	953 (22,6%)*
	Dissertações	3087 (73,2%)*
	Outros documentos	176 (4,2%)*
<b>Total área de estudo</b>		9

\* Com relação ao total de documentos

Fonte: Autoria própria (2023)

No mesmo caminho, considerando as opções do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, foi realizada uma busca mais profunda em três níveis, selecionando, em primeiro lugar, a subárea do conhecimento: Interdisciplinar e Ciências Sociais e Humanas, por serem estas as áreas em que se inserem os estudos Sociais da Ciência, Tecnologia (ESCT). Em segundo lugar, a área de Avaliação Interdisciplinar e, em terceiro, a área de Concentração Tecnologia e Sociedade. Os resultados são descritos no Quadro 5.

Os resultados mostram que a produção de investigações sobre Territorialidade na área Multidisciplinar representa 20,5% do total geral registrado na base de dados, o que é uma quantidade significativa, com uma maior representatividade nas dissertações no que diz respeito às teses, evidenciando também uma longa trajetória de pesquisa no tempo que data de 1995.

Considerando a subárea do conhecimento, que apresenta as opções: Ciências Sociais e Humanas, e interdisciplinar, pode-se observar que na primeira subárea há um recorte temporal de pesquisa sobre a Territorialidade a partir de 2008. Enquanto na segunda subárea, historicamente tem uma trajetória mais longa, que coincide com o início dos registros na área.

Em relação ao número de teses e dissertações, há uma diferença notável entre as áreas consideradas, com 59,4% dos documentos encontrados na área de Ciências Sociais e Humanas contra 21,5% na área Interdisciplinar, mantendo nas duas áreas, maior número de dissertações que teses.

Tabela 3 - Resultados da pesquisa pela palavra-chave: Territorialidade/ Territorialidades, no âmbito da área Multidisciplinar no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

Critério de pesquisa		Anos	Total	Teses	Dissertações
<b>Grande Área Multidisciplinar</b>		1995-2021	<b>864</b> <b>(20,5%)*</b>	<b>68</b> <b>(1,6%)*</b> <b>(7,9%)**</b>	<b>668</b> <b>(15,8%)*</b> <b>(77,1%)**</b>
<b>Subárea de conhecimento</b>	Ciências Sociais e Humanidades	2008-2020	513 <b>(59,4%)**</b>	<b>27</b> <b>(3,2%)**</b> <b>(5,3%)**</b>	<b>429</b> <b>(49,7%)**</b> <b>(83,6%)**</b>
	Interdisciplinar	1995-2020	186 <b>(21,5%)**</b>	9 <b>(1,1%)**</b> <b>(4,8%)**</b>	123 <b>(14,2%)**</b> <b>(66,1%)**</b>
<b>Área de avaliação Interdisciplinar</b>	Ciências Sociais e Humanidades	2008-2020	456 <b>(5,7%)**</b>	<b>27</b> <b>(3,2%)**</b> <b>(5,9%)**</b>	<b>429</b> <b>(49,7%)**</b> <b>(94,1%)**</b>
	Interdisciplinar	1995-2020	132 <b>(15,3%)**</b>	9 <b>(1,1%)**</b> <b>(6,8%)**</b>	123 <b>(14,2%)**</b> <b>(93,2%)**</b>
<b>Área de Concentração Tecnologia e Sociedade</b>	Ciências Sociais e Humanidades	2013-2020	4 <b>(0,5%)**</b>	0	4 <b>(0,5%)**</b> <b>(100%)**</b>
	Interdisciplinar	0	0	0	0

\* Com relação ao total de documentos.

\*\* Com relação ao total da área multidisciplinar.

\*\*\* Com relação ao critério de busca.

Fonte: Autoria própria a (2023)

Em segundo lugar, na área de avaliação Interdisciplinar, mantém-se a tendência de diferenciação entre a área de Ciências Sociais e Humanas, e a área Interdisciplinar, destacando-se que as teses apresentam baixos percentuais representativos em ambos os casos, em relação ao total de documentos registrados na área multidisciplinar, com 3,2% e 1,1% respectivamente.

E, em terceiro lugar, na área de Concentração Tecnologia e Sociedade, cabe destacar que até o momento só existe produção científica sobre Territorialidade ao nível de mestrado, com uma representatividade de 0,5% das dissertações na área de Ciências Social e Humanas, enquanto na área Interdisciplinar, não há pesquisas sobre o assunto.

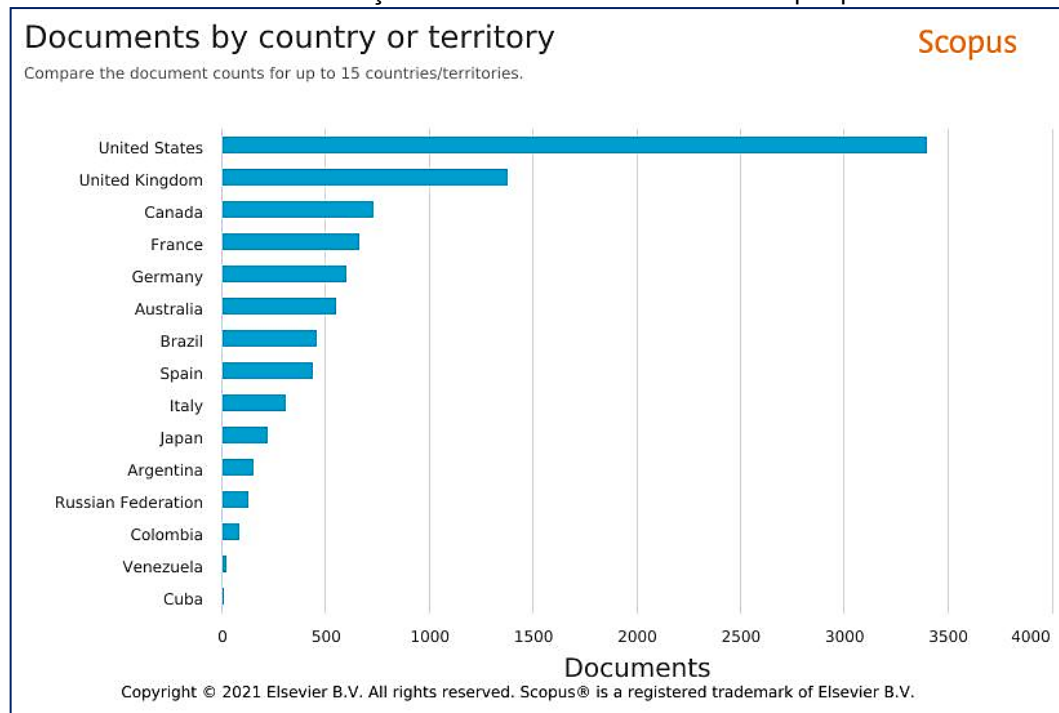
### 6.1.3. Comparativa gráfica dos resultados da busca nas bases de dados SCOPUS e no catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

Com a finalidade de fazer uma comparativa gráfica das pesquisas sobre territorialidade, como resultado da busca nas bases de dados SCOPUS e no catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, são apresentados a seguir os indicadores de

atividade: por país, por ano de publicação e por área de investigação, o que permitiu ter uma visão do contexto ao nível internacional e nacional que envolve o presente estudo.

É importante destacar, que no caso internacional os resultados da base de dados SCOPUS foram tomados em inglês, por representar o maior número de documentos.

Gráfico 1. Produção científica sobre Territorialidade por país.

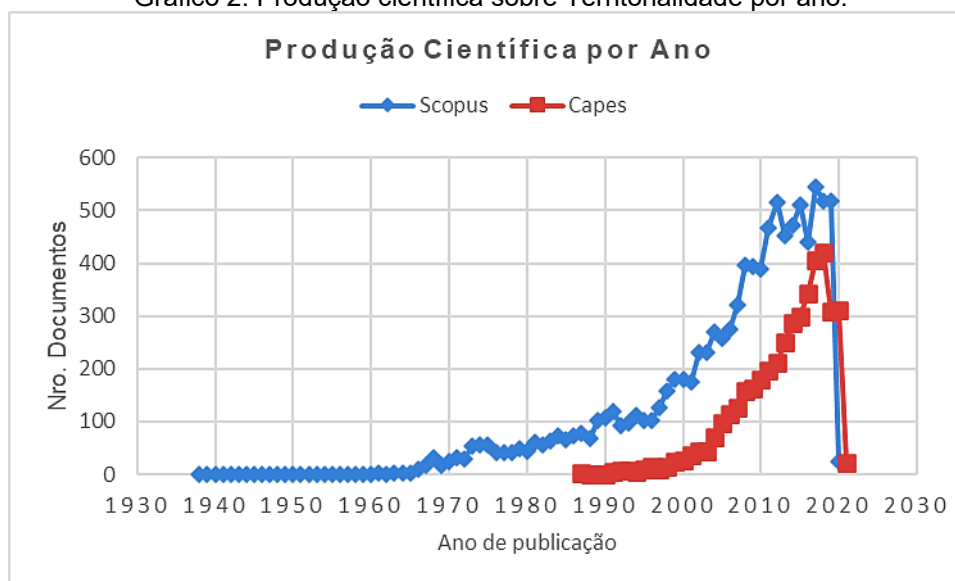


Fonte: Base de dados SCOPUS (maio, 2021)

No Gráfico 1, apresenta-se a produção científica sobre territorialidade por país, em que evidencia que o país que mais registrou produções é Estados Unidos com 3375 trabalhos, seguido do Reino Unido com 1359. O Brasil ocupa a 7ª colocação na lista com 450 pesquisas nesta base de dados e a Venezuela ocupa a 57ª posição com 17 trabalhos. Pode-se observar que há uma representatividade dos estudos de países latino-americanos, com países como Argentina, Colômbia, Cuba entre outros. Segundo a base de dados SCOPUS, tem registrados mais de 152 países com estudos sobre a área de interesse, pelo qual se pode inferir que se trata de um tema que gera interesse em várias partes do mundo.



Gráfico 2. Produção científica sobre Territorialidade por ano.



Fonte: Bases de dados SCOPUS – CAPES (maio, 2021)

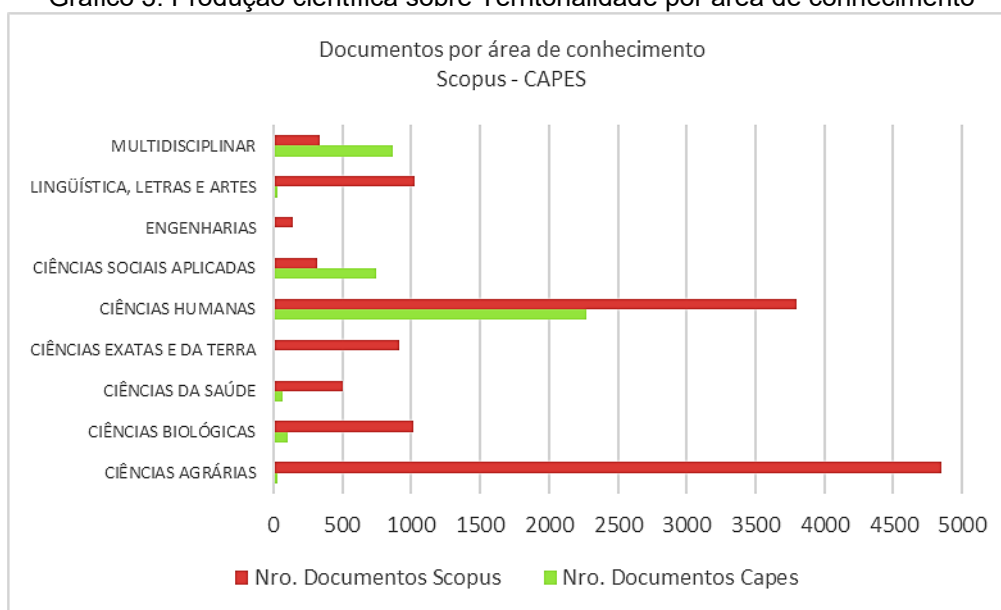
O Gráfico 2, mostra a evolução temporal da produção científica realizada sobre Territorialidade. No caso internacional, a base de dados SCOPUS mostra que o primeiro trabalho, foi realizado em 1938, sobre "Estudos de campo cubanos sobre a territorialidade do lagarto *Anolis sagrei*", na área do conhecimento: Agricultura e Ciências Biológicas. Assim, os níveis de produção só começaram a subir ligeiramente a partir de 1962, atingindo o máximo em 2020 com 570 documentos, em mais de 20 áreas do conhecimento diferentes, como se mostra a seguir, indicando um interesse crescente pelo tema, que está em evolução.

Ao nível nacional na base de dados da CAPES, a produção científica por ano mostra que é a partir do ano de 1987 quando se iniciam as investigações sobre a territorialidade ao nível de pós-graduação no país. Até 1996 verifica-se relativa estaticidade; entre 1996 e 2003 verifica-se um crescimento moderado e a partir daí nota-se uma inflexão na curva, com elevação de taxa de crescimento, que atinge sua expressão máxima em 2018 com 420 trabalhos acadêmicos, com ligeiro decréscimo no ano de 2019.

Com relação às áreas científicas que mais geram produções sobre territorialidade, o Gráfico 3 apresenta que na base de dados SCOPUS está representada por Agricultura e Ciências Biológicas (29,630%) com 4.858 artigos e Ciências Sociais (23,2%) com 3.833 respectivamente. No campo de interesse, a área Multidisciplinar que inclui a área interdisciplinaridade, existem 335 documentos que representam apenas 2% do total. Do exposto, pode-se inferir que a área

interdisciplinar implica maior complexidade e requer novas formas de pensar dos pesquisadores para romper com as estruturas tradicionais de geração de conhecimento, como aponta Sguissardi (2014, p. 23), que é “explorando as potencialidades de cada ciência, entendendo seus limites e, acima de tudo, aplicando o princípio da diversidade e da criatividade”, que o pesquisador pode atingir aos desafios intelectuais e práticos da área em estudo.

Gráfico 3. Produção científica sobre Territorialidade por área de conhecimento



Fonte: Banco de dados SCOPUS - CAPES (maio, 2021)

Com base no exposto, se pode resumir que a Territorialidade, tanto internacional quanto nacionalmente, tem sido tema de interesse de pesquisadores em diferentes formatos de apresentação de resultados, entre os quais se destacam artigos científicos, teses e dissertações. Além disso, tem sido abordado desde as mais diversas áreas de estudo, em grande número de países e instituições de nível universitário, com uma trajetória no tempo que remonta ao início do século passado e que vem evoluindo de forma exponencial.

Todo o exposto, permite demonstrar a importância do tema, dado que a territorialidade nasce e está permeada por todas as interações humanas, se modifica, se adapta e marca padrões de mudança nas necessidades de novas pesquisas, o que a torna uma concepção dinâmica, não acabada e determinada pelo contexto, momento histórico e concepções de quem o analisa.

Além disso, é importante destacar a contradição que se observa em relação à produção nacional e representação internacional do objeto em estudo, evidenciando

que ao nível internacional, as produções científicas realizadas no país, começam a ter representatividade a partir do ano 2000, com uma relativamente baixa taxa de publicação de trabalhos acadêmico-científicos.

Da mesma forma, a área do conhecimento Tecnologia e Sociedade, que se enquadra na concepção dos Estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), não possui uma produção importante sobre o assunto, apesar de sua longa história e da diversidade de áreas do conhecimento que analisa.

Tudo isto reforça a necessidade de aprofundar esta questão, visto que a territorialidade está implícita em todas as atividades humanas e constitui um fator importante que deve ser conhecido em profundidade para contextualizar os problemas que se estudam cientificamente e possam contribuir para a produção de soluções para inúmeras situações sociais que a humanidade enfrenta todos os dias.

#### **6.1.4. Seleção das Teses e Dissertações de pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES.**

Com base na análise bibliométrica, se procedeu à seleção das teses e dissertações, do catálogo da CAPES, tomando como critério a disponibilização do documento completo na base de dados, encontrando as seguintes situações: 1) não há disponibilidade das mesmas para os anos anteriores a 2012, isto devido à mudança de plataforma da CAPES; 2) há documentos que não possuem licença para autorização de divulgação do autor, e 3) documentos que não aparecem porque o banco de dados gera erro.

Com base nas informações acima, foi possível definir um corte, que se estabeleceu entre os anos de 2013 a 2021, o que reduziu consideravelmente o número de Teses que cumprem os critérios de estudo para um total de 36 teses, das quais 27 correspondem à área de Ciências e Humanidades, e só têm 16 documentos disponíveis para análise, e das 9 teses registradas na área Interdisciplinar, nenhuma está disponível.

No caso das Dissertações, sendo um número muito maior, 402 no total, foram consideradas para a seleção as dissertações da área interdisciplinar, com um total de 5 dissertações, das quais apenas 2 documentos estão disponíveis. E, no caso da área de Ciências e Humanidades, foi aplicado um novo filtro, abrangendo a área de

conhecimento Tecnologia e Sociedade, que resultou num total de 4 dissertações, estando apenas disponíveis 3 documentos.

A Tabela 3, resume os resultados encontrados, totalizando 21 documentos para aplicação da técnica de análise de conteúdo.

Tabela 4 - Teses e Dissertações selecionadas no Catálogo da CAPES, segundo o tipo de Documento e a Área de conhecimento

<b>Tipo documento</b>	<b>Teses</b>	<b>Dissertações</b>
<b>Áreas de conhecimento</b>		
<b>Interdisciplinar</b>	0	2
<b>Ciências Sociais e Humanidades</b>	16	3
<b>Subtotal</b>	16	5
<b>Total geral</b>	<b>21 Documentos</b>	

Fonte: Autoria própria a (2023)

A continuação, os seguintes quadros mostram a distribuição das dissertações (Quadro 3) e teses (Quadro 4), cadastradas na Base de Dados da CAPES, tomando como informações importantes, além da classificação por tipo de documento, o nome do autor, título, palavras-chave e data de publicação, dados de interesse do pesquisador tais como: sexo, pós-graduação, instituição, nome da pós-graduação, linha de pesquisa e localidade.

Quadro 3 - Dissertações selecionadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

N.	Tipo documento	Autor	Sexo	Ano	Título	Palavras Chaves	Instituição	Pós graduação	Linha de pesquisa	Lugar/ Região
1	D1/CTS	Dalzira Maria Aparecida Iyagunã	F	23-set-13	Templo religioso, natureza e os avanços tecnológicos: os saberes do candomblé na contemporaneidade	Ancestralidade. Internet. Urbanização. Tecnologia. Candomblé.	Universidade Tecnológica Federal Do Paraná	Programa De Pós-Graduação Em Tecnologia E Sociedade	Tecnologia e trabalho	Curitiba - pr
2	D2/Interd	Glayce De Fatima Fernandes Da Silva	F	16-mar-17	Notas sobre identidades, territorialidades e religiosidades em uma comunidade quilombola na amazônia oriental: jurussaca	Comunidade Quilombola De Jurussaca; Identidades Quilombolas; Territorialidades; Religiosidades.	Universidade Federal Do Pará	Programa De Pós-Graduação Em Linguagens E Saberes Na Amazônia - Pplsa	Memórias e saberes interculturais	Bragança-pa
3	D3/CTS	Patricia Affonso Gaspar	F	27-ago-18	Relações entre moda e o binômio sustentabilidade e territorialidade	Moda Autoral. Slow Fashion. Moda Sustentável. Sustentabilidade. Territorialidade.	Universidade Tecnológica Federal Do Paraná	Programa De Pós-Graduação Em Tecnologia E Sociedade	Tecnologia e desenvolvimento	Curitiba - pr
4	D4/Interd	Francivaldo José Da Conceição Mendes	M	10-dez-18	Lazer em altamirapa: um estudo a partir do ruc laranjeiras.	Lazer, Reassentamentos, Hidrelétricas.	Universidade Federal Do Pará Campus Universitário De Bragança	Programa De Pós-Graduação Em Linguagens E Saberes Na Amazônia - Pplsa	Memórias e saberes interculturais	Bragança-pa

N.	Tipo documento	Autor	Sexo	Ano	Título	Palavras Chaves	Instituição	Pós grad	Linha de pesquisa	Lugar/ Região
5	D5/CTS	Rodrigo Marcial Ledra Ribeiro	M	20-fev-20	Smart contracts no ordenamento de direito privado brasileiro à luz da teoria do fato jurídico: estudo de lawtech curitibana	Smart Contracts, Teoria Do Fato Jurídico, Tripartição Dos Negócios Jurídicos, Kchai, Ci~Encia, Tecnologia E Sociedade (Cts)	Universidade Tecnológica Federal Do Paraná	Programa De Pós-Graduação Em Tecnologia E Sociedade	Tecnologia e desenvolvimento	Curitiba - pr

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (maio, 2021)

Quadro 4 - Teses selecionadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

N.	Tipo documento	Autor	Sexo	Ano	Título	Palavras Chaves	Instituição	Pós Grad	Linha de pesquisa	Lugar/ Região
1	T1	Thaís Santos	F	13-out-14	Terras de quilombolas: da invisibilidade social ao direito étnico constitucional	Etnicidade, Comunidades Quilombolas, Campesinidade, Normas E Políticas Identitárias, Desigualdade Social.	Universidade Federal Fluminense	Programa De Pós-Graduação Em Sociologia E Direito		
2	T2	Khellen Cristina Pires Correia Soares	F	30-jun-17	Cultura e lazer na vida cotidiana do povo akwê-xerente	Indígenas. Práticas Culturais De Lazer.	Universidade Federal De Minas Gerais	Doutorado Em Estudos Do Lazer Do Programa Interdisciplinar De Pós-Graduação Da Escola De Educação Física, Fisioterapia E Terapia		Belo Horizonte -Mg

N.	Tipo documento	Autor	Sexo	Ano	Título	Palavras Chaves	Instituição	Pós Grado	Linha de pesquisa	Lugar/ Região
								Ocupaciona l		
3	T3	Eliane Sarmiento Costa	F	21-set-17	Territorialidades urbanas em ciberculturas plurais: o vital e o virtual nas periferias do rio de janeiro	Cultura; Território; Cibercultura; Territorializações Via Ciberespaço; Políticas Culturais; Rio De Janeiro.	Universidad e Federal Do Rio De Janeiro	Programa De Pós-Graduação História Das Ciências E Das Técnicas E Epistemolog ia		Rio De Janeiro
4	T4	Ana Patrícia Barbosa	F	30-nov-17	Sobre juventudes e territorialidades: estudo etnográfico das trajetórias juvenis na grande cruzeiro, em porto alegre, rs.	Juventudes. Territorialidades. Sociabilidade. Memória.	Universidad e Feevale	Programa De Pós-Graduação Em Diversidade Cultural E Inclusão Social		Novo Hamburg o, Porto Alegre, Rs.
5	T5	Ângela Maria Rodrigues De Figueired o	F	10-dez-17	Crianças e territorialidades: as brincadeiras nas ruas do bairro da união em parintins/am	Crianças. Infâncias. Brincadeiras. Ruas. Territorialidades.	Universidad e Federal Do Amazonas - Ufam Instituto De Ciências Humanas E Letras - Ichl	Programa De Pós-Graduação Em Sociedade E Cultura Na Amazônia- Ppgsca		Manaus- Am

N.	Tipo documento	Autor	Sexo	Ano	Título	Palavras Chaves	Instituição	Pós Grado	Linha de pesquisa	Lugar/ Região
6	T6	Andressa Szekut	F	12-abr-18	Migrantes brasileiros no distrito de santa rita, departamento de alto paraná, paraguai: memórias, representações e territorialização	Memórias; Migração; Brasileiros No Paraguai; Representações; Territorialidade.	Universidad e Federal De Pelotas Instituto De Ciências Humanas	Programa De Pós-Graduação Em Memória Social E Patrimônio Cultural		Pelotas (Distrito De Santa Rita, Departamento De Alto Paraná, Paraguai: )
7	T7	Wagner De Oliveira Rodrigues	M	28-mai-18	Ordenamentos territoriais sob a ótica da sociobiodiversidade : o caso da revisão do plano diretor de oriximiná, no pará	Planos Diretores, Conflitos Socioambientais, Oriximiná, Sociobiodiversidade Local	Universidad e Federal Fluminense Faculdade De Direito	Programa De Pós-Graduação Em Sociologia E Direito		Niterói
8	T8	Sérgio Leandro Sousa Neves	M	28-mai-18	Cartografia decolonial catrumana	Decolonialidade. Nova Cartografia Social. Cartografia Catrumana. Comunidades Tradicionais. Norte De Minas Gerais	Universidad e Estadual De Montes Claros – Unimontes	Programa De Pós-Graduação Em Desenvolvimento Social – Ppgds		Montes Claros
9	T9	Geovana Tabachi Silva	F	28-mai-18	O carnaval do brasil começa aqui: o circuito urbano festivo pré-carnavalesco das escolas de samba capixabas: patrimônio,	Escolas De Samba, Performance, Circuito Urbano Festivo Pré-Carnavalesco, Patrimônio.	Universidad e Estadual Do Norte Fluminense	Rograma De Pós-Graduação Em Políticas Sociais		Campos Dos Goytacazes



N.	Tipo documento	Autor	Sexo	Ano	Título	Palavras Chaves	Instituição	Pós Grado	Linha de pesquisa	Lugar/ Região
					performance e sociabilidade					
10	T10	Ivamar Moreira Da Silva	F	25-jun-18	Territorialidades das políticas públicas de hiv/aids: descentralização e regionalização da saúde no alto solimões	Política De Saúde; Descentralização; Regionalização; Hiv.	Universidade Federal Do Amazonas – Ufam Instituto De Filosofia, Ciências Humanas E Sociais	Programa De Pós-Graduação Em Sociedade E Cultura Na Amazônia	Redes, processos e formas de conhecimentos	Manaus
11	T11	Saete Gonçalves	F	30-jul-18	Migração internacional e lazer no litoral turístico potiguar	Migração Internacional. Turismo. Lazer. Território	Escola De Educação Física, Fisioterapia E Terapia Ocupacional Da Universidade Federal De Minas Gerais	Programa De Pós-Graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer	Lazer e sociedade.	Belo Horizonte
12	T12	Giuliano Silveira Derrosso	M	6-ago-18	Vivências nas territorialidades transfronteiriças do iguassu (tti)	Territorialidade; Fronteira; Viver Transfronteiriça	Universidade e Estadual Do Oeste Do Paraná	Programa De Pós-Graduação Stricto Sensu Em Sociedade, Cultura, E Fronteiras	Linha de pesquisa: território, história e memória	Foz Do Iguaçu – Pr

N.	Tipo documento	Autor	Sexo	Ano	Título	Palavras Chaves	Instituição	Pós Grado	Linha de pesquisa	Lugar/ Região
13	T13	Carla Paolucci Sales	F	19-jun-19	Informação, comunicação e doenças negligenciadas: novas territorialidades nas redes sociais digitais e o engajamento sobre a tuberculose na saúde da população em negligência	Informação E Comunicação Em Saúde, Doenças Negligenciadas, Tuberculose, Engajamento, Rede Social Digital.	Fundação Oswaldo Cruz Instituto De Comunicação E Informação Científica E Tecnológica Em Saúde	Programa De Pós-Graduação Em Informação E Comunicação Em Saúde – Ppgics		Rio De Janeiro
14	T14	Lilian Maria Santos	F	8-mai-20	“Nem tão escravos, mas também nem tão libertos”: a memória no processo de luta e resistência na defesa do lugar.	Memória, Autoreconhecimento, Comunidade Tradicional, Quilombolas, Apanhadores De Flores, Luta, Lugar, Vale Do Jequitinhonha /Mg	Universidade Estadual De Montes Claros – Unimontes	Programa De Pós-Graduação Em Desenvolvimento Social – Ppgds		Montes Claros
15	T15	Diogo Silva Do Nascimento	M	8-mai-20	Maré de lazer: construções, sociabilidades e significados dos lugares de lazer no morro do timbau	Lazer. Lugar. Memória. Favela	Universidade Federal De Minas Gerais	Programa De Pós-Graduação Em Estudos Do Lazer Da Escola De Educação Física, Fisioterapia E Terapia Ocupacional		Belo Horizonte

<b>N.</b>	<b>Tipo documento</b>	<b>Autor</b>	<b>Sexo</b>	<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Palavras Chaves</b>	<b>Instituição</b>	<b>Pós Grado</b>	<b>Linha de pesquisa</b>	<b>Lugar/ Região</b>
1 6	T16	Priscila De Lima Alonso	F	5-nov-20	Malu: intercâmbios culturais, vivências e práticas de sobrevivência de uma refugiada congoleza na cidade de são paulo	Experiência Migratória. Congoleza. Refugiada. Cultura	Universidad e Presbiteria na Mackenzie Centro De Educação, Filosofia E Teologia (Ceft)	Programa De Pós-Graduação Em Educação, Arte E História Da Cultura		São Paulo

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (maio, 2021)

Com base na informação anterior, se fizeram vários resumos sobre as teses e dissertações selecionadas. No primeiro caso, foi considerada a produção por tipo e ano de publicação, essa informação resulta relevante para compreender o período histórico-social em que foi desenvolvida a pesquisa. Os dados se apresentam a continuação:

Os dados da Tabela 5, mostram que a partir do ano 2017, apresenta uma maior produção de pesquisas, especialmente ao nível de doutorado, o que revela que o campo um crescente interesse no conceito.

Tabela 5 - Teses e Dissertações selecionadas no Catálogo da CAPES, segundo o tipo de Documento e o Ano de publicação

<b>Tipo documento</b>	<b>Teses</b>	<b>Dissertações</b>
<b>Ano de publicação</b>		
<b>2013</b>	0	1
<b>2014</b>	1	0
<b>2015</b>	0	0
<b>2016</b>	0	0
<b>2017</b>	4	1
<b>2018</b>	7	2
<b>2019</b>	1	0
<b>2020</b>	3	1
<b>Total geral</b>	16	5

Fonte: Autoria própria (2023)

No segundo caso, na Tabela 6, é apresentada a relação de gênero, segundo o sexo e tipo de documento. É importante apontar, que o sexo foi determinado só pelo nome do autor, com o objetivo de compreender o grau de participação de homens e mulheres neste nível de pesquisa, como um princípio organizador ou uma forma de conceituar informações que possam revelar as influências, omissões e consequências do trabalho de pesquisa por gênero. A informação é a seguinte:

Tabela 6 - Teses e Dissertações selecionadas no Catálogo da CAPES, segundo o tipo de Documento e o Sexo

<b>Tipo documento</b>	<b>Teses</b>	<b>Dissertações</b>	<b>Total por Sexo</b>
<b>Sexo</b>			
<b>Feminino</b>	12	3	<b>15</b>
<b>Masculino</b>	4	2	<b>6</b>
<b>Total por Tipo de documento</b>	<b>16</b>	<b>5</b>	<b>21</b>

Fonte: Autoria própria (2023)

Resulta importante destacar a informação anterior que revela uma maior participação de mulheres, com interesse em desenvolver pesquisas baseadas no conceito de territorialidade, especialmente nas teses.

Com os dados organizados, e considerando o título e as palavras chaves, os documentos foram agrupados conforme a área de estudo que abordam, isso com a finalidade de avaliar os conteúdos e poder estabelecer relações entre as diferentes temáticas abordadas e identificar as dimensões da Territorialidade. As áreas de conhecimento identificadas nas teses e dissertações em estudo foram: Ambiente, Cultura, Geografia, Política, Social, Tecnologia e Turismo. Na Tabela 7, se apresentam as teses e dissertações segundo as áreas de conhecimento específicas:

Tabela 7 - Teses e Dissertações selecionadas no Catálogo da CAPES segundo a área de conhecimento específica

<b>Tipo documento</b>			
<b>Área de conhecimento específica</b>	<b>Teses</b>	<b>Dissertações</b>	<b>Total por Área</b>
<b>Ambiente</b>	T7,	D3	<b>2</b>
<b>Cultura</b>	T1, T2, T9, T14, T15	D1, D2, D4	<b>7</b>
<b>Geografia</b>	T3, T6, T8, T12		<b>4</b>
<b>Política</b>	T10		<b>2</b>
<b>Social</b>	T4, T5, T16		<b>3</b>
<b>Tecnologia</b>	T13,	D5	<b>2</b>
<b>Turismo</b>	T11		<b>1</b>

Fonte: Autoria própria a (2023)

Na Tabela 7, pode-se observar o predomínio da área cultura como principal na pesquisa que envolve a Territorialidade, na sequência a área de geografia e as sociais também têm interesse sobre o tema, com menor representação nas subsequentes áreas. É importante apontar, que as áreas tendem a misturar outras áreas de conhecimento, por exemplo, cultura e tecnologia, política e tecnologia, além de umas outras combinações, o que permite identificar a abordagem interdisciplinar das pesquisas, isso revela que resulta difícil fazer uma análise isolada da Territorialidade.

O seguinte passo consistiu em fazer uma revisão dos sumários dos documentos para identificar os conteúdos relacionados com o objeto em estudo e

obter uma visão geral sobre a Territorialidade. Ao mesmo tempo, buscou-se relacionar os conteúdos tratados nos resumos com categorias e aportes teóricos metodológicos apresentados nos capítulos anteriores desta tese.

Especificamente, na área ambiental a dissertação D3 (Relações entre Moda e o Binômio Sustentabilidade e Territorialidade, Patrícia Affonso Gaspar, 2018) e a T7 (Ordenamentos Territoriais sob a ótica da Sociobiodiversidade: O caso da revisão do plano diretor de Oriximiná, no Pará, Wagner de Oliveira Rodrigues, 2018), estudam a territorialidade em suas dimensões, avaliando a globalização e a revalorização da cultura local, o desenvolvimento local de novos produtos de forma sustentável e a sócio biodiversidade, além de considerar as políticas envolvidas no tema.

Estas pesquisas reforçam as observações acerca da necessária relação entre territorialidade e o ambiente, que se corresponde com a dimensão física do território. Conforme destaca Albagli (2004), sobre a materialidade e as potencialidades do território como recurso das práticas sustentáveis e do equilíbrio do meio ambiente local; ou predatórias desses recursos, que segundo Flávio e Saquet (2008), jogam um papel fundamental no modo de produção capitalista ao gerar profundas transformações no ambiente e nas relações humanas.

Concentradas na área de cultura, as Dissertações D1 (Templo Religioso, Natureza e os Avanços Tecnológicos: Os saberes do Candomblé na Contemporaneidade, Dalzira Maria Aparecida Iyagunã, 2013), D2 (Notas sobre Identidades, Territorialidades e Religiosidades em uma comunidade quilombola na Amazônia Oriental: Jurussaca, Glayce De Fatima Fernandes Da Silva, 2017) E as Teses T1 (Terras de Quilombolas: Da invisibilidade social ao direito étnico constitucional, Thaís Santos, 2014), T2 (Cultura e Lazer na vida cotidiana do povo Akwê-Xerente, Khellen Cristina Pires Correia Soares, 2017), T14 (“Nem tão escravos, mas também nem tão libertos”: A memória no processo de luta e resistência na defesa do lugar, Lilian Maria Santos, 2020) apresentam em seus sumários uma mistura do conceito territorialidade com a religião, tecnologia, política, globalização, a presença da mulher negra, quilombola, raça, etnia, tradição, resistência e luta pela terra, assim como também a territorialidade através do território como lugar na memória, espaço do trabalho, a alteridade e temporalidade.

Na sequência, a dissertação D4 (Lazer Em Altamira-PA: um estudo a partir do RUC Laranjeiras, Francivaldo José da Conceição Mendes, 2018) e as teses T9 (O Carnaval do Brasil começa aqui: o circuito urbano festivo pré-carnavalesco das

escolas de Samba Capixabas: Patrimônio, Performance e Sociabilidade, Geovana Tabachi Silva, 2020) e T15 (Maré de Lazer: construções, sociabilidades e significados dos lugares de Lazer no Morro do Timbau, Diogo Silva do Nascimento, 2020), fazem ênfases na cultura através do lazer, trabalhando as relações entre o lazer, território e territorialidade, a importância do saber interdisciplinar, as temporalidades e as territorialidades do espaço social e o espaço simbólico.

O anterior mostra a ampla abrangência sobre como a territorialidade é determinada pela cultura e vice-versa, confirmando o que expressam Haesbaert (2021), Saquet (2019) e Mignolo (2007), que é a partir do território como cenário de relações sociais que os grupos de indivíduos exerce certo poder e certa gestão sobre um território – mantendo rasgos do período colonial – que influenciam a expressão da territorialidade como produto de relações materiais e simbólicas, espaciais, temporais, que se constrói conforme as experiências, percepções, concepções particulares dos sujeitos no coletivo.

No que diz respeito às pesquisas na área de geografia, se têm as teses T3 (Territorialidades Urbanas em Ciberculturas Plurais: O vital e o virtual nas periferias do Rio De Janeiro, Eliane Sarmiento Costa, 2017), T6 (Migrantes brasileiros no distrito de Santa Rita, departamento de Alto Paraná, Paraguai: memórias, representações e territorialização, Andressa Szekut, 2018), T8 (Cartografia Decolonial Catrumana, Sérgio Leandro Sousa Neves, 2020) e T12 (Vivências nas Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI), Giuliano Silveira Derrosso, 2018), nas quais a territorialidade está vinculada com a cultura e a identidade; com o território, o espaço e o poder, estabelecem relações com a cibercultura e o ciberespaço, assim como com os territórios informacionais e novas urbanidades.

Outras áreas de abordagem das teses são a migração, as fronteiras, a percepção identitária e os territórios em movimento que incluem as interações e conflitos, as formas de organização em redes, o trabalho e a construção do espaço, as temporalidades nas dimensões política, simbólica, cultural, educativa e econômica que têm influências na constituição das territorialidades.

Nas temáticas desenvolvidas nas teses deste grupo, se pode observar o estabelecido por Albagli (2004) sobre o domínio do espaço quando é tornado território, o qual se transforma numa fonte fundamental de poder social, pelo qual a espacialidade não é um reflexo passivo da ação social, senão se constitui numa estrutura ativa, carregada de contradições e conflitos.

Daí que as teses apresentam a organização do território, os tipos de interações e de relação entre os diferentes atores e entre os diversos subespaços que o compõem, ao que Albagli (2004) acrescenta que se caracteriza por diferentes níveis de hierarquia, dominação, reciprocidade e complementaridade, o que concede complexidade na compreensão e análise da territorialidade como processo dinâmico em constante transformação.

No que diz respeito à área política, esta é abordada com profundidade na tese T10 (Territorialidades das políticas públicas de HIV/AIDS: Descentralização e Regionalização da saúde no Alto Solimões, Ivamar Moreira Da Silva, 2018), na qual a concepção da territorialidade se desenvolve através das políticas universais em matéria de saúde, desvelando os processos de descentralização e regionalização, que têm a ver com aspectos endógenos e exógenos à construção de redes de atenção, o qual conduz à responsabilidade territorial nessa área.

Isso, segundo Haesbaert (2009), explica que o território não se encontra restrito à dimensão política dos Estados, nem ignora a interseção com outras dimensões, como a jurídica, estatal e administrativa/organizacional, que leva a associar a noção de território às práticas territoriais dos Estados-nação.

Por sua parte, a complexa temática social vinculada à territorialidade é trabalhada nas teses T4 (Sobre juventudes e Territorialidades: estudo etnográfico das trajetórias juvenis na Grande Cruzeiro, em Porto Alegre, RS., Ana Patrícia Barbosa, 2017), T5 (Crianças e Territorialidades: As brincadeiras nas ruas do Bairro da União em Parintins/AM, Ângela Maria Rodrigues de Figueiredo, 2017), T16 (Malu: Intercâmbios Culturais, Vivências e Práticas de Sobrevivência de uma refugiada congoleza na cidade de São Paulo, Priscila de Lima Alonso, 2020), com casos particulares onde os sujeitos em estudo são delineados através de pesquisas etnográficas (jovens, crianças e uma mulher migrante), afrontando os desafios que a interdisciplinaridade implica.

Nessas pesquisas são abordados o espaço ocupado, as temporalidades e as novas sociabilidades, as construções históricas relacionadas com o lugar no cotidiano, assim como também a migração no contexto da modernidade global, que transforma as territorialidades. Esses elementos, segundo Albagli (2004) contribuem com a formação da identidade coletiva vinculada a um território e das relações com os outros, como um fio invisível que conecta os indivíduos ao espaço. Acrescenta Santos (2000), que na relação com o espaço, se encontra presente a dimensão sensível e emocional



do ser social do ser humano, o qual se desenvolve de forma extensa nesses documentos.

A área de tecnologia, se encontra implícita em quase todas as pesquisas selecionadas, mas na tese T13 (Informação, Comunicação e Doenças Negligenciadas: novas territorialidades nas redes sociais digitais e o engajamento sobre a tuberculose na saúde da população em negligência, Carla Paolucci Sales, 2019) e na dissertação D5 (Smart Contracts no ordenamento de direito privado brasileiro à luz da teoria do fato jurídico: Estudo de LAWTECH Curitiba, Rodrigo Marcial Ledra Ribeiro, 2020), constituem a base de discussão das territorialidades, isso porque apresentam as redes sociais e as negociações comerciais no ambiente digital como novas territorialidades para o debate de temas como a saúde e o desenvolvimento regional.

Isso permite de alguma forma assumir os desafios atuais para que o trabalho científico - tecnológico seja mais crítico, e em particular nas áreas das ciências sociais com a finalidade de compreender as dinâmicas que as envolve e ampliando a concepção do espaço usado, considerando os olhares da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, como afirma Hui (2020), sobre a necessidade de apropriar-se e reapropriar-se das tecnologias modernas, através de novos enquadramentos de referências, procurando outros pontos de vista.

No último grupo, na área de turismo se apresenta a tese T11 (Migração internacional e lazer no litoral turístico Potiguar, Salete Gonçalves, 2018), na qual a territorialidade é tecida com as redes sociais para compreender, no contexto migratório, o fluxo turístico na territorialização sociocultural, o qual representa uma temática interessante para interpretar o objeto em estudo, porque segundo Raffestin (2009) é na medida em que a territorialidade vai mudando ao longo do tempo que se tece a dinâmica política, econômica e cultural, marcada pela infraestrutura, força de trabalho e relações de produção, as quais são vitais para a atividade turística.

Considerando o anterior, se pode inferir que a territorialidade serve de suporte para a análise das diversas atividades humanas, pois constitui a forma como os sujeitos se apropriam do território através do tempo. É por isso, que nas ciências sociais o estudo da territorialidade cobra importância, porque permite ampliar a visão dos problemas em estudo para procurar soluções conforme as realidades específicas, ou seja, contextualizadas no espaço e no tempo em que acontecem.

## 6.2. RESULTADOS DA ANÁLISE CONTEÚDO

Com a finalidade de interpretar os conceitos e práticas de territorialidade na pesquisa de pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES a partir dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT), são apresentados os resultados da análise de conteúdo desta pesquisa em quatro partes: a primeira, na qual se analisam os conceitos; na segunda apresentam-se as análises sobre as dimensões geográficas/analíticas da territorialidade, a terceira corresponde com a identificação da relação espaço-tempo- território; e na quarta, identificam-se as práticas -explícitas e implícitas- de territorialidade.

### 6.2.1 Análise dos conceitos sobre territorialidade

É importante assinalar, que na leitura das teses e dissertações, se fez uma classificação de acordo com a abordagem da temática em estudo, considerando três grupos de análise: 1) Territorialidade como objeto de estudo; 2) Territorialidade como eixo transversal e, 3) Territorialidade de forma geral e/ou implícita. Além disso, foram identificados os autores referenciados para conhecer os fundamentos teóricos em que se basearam os escritores desses documentos.

#### Grupo 1: Territorialidade como objeto de estudo

Constatou-se que as dissertações D2/Inter e D3/CTS e as teses T3/Inter, T4/Inter, T5/Inter, T12/Inter, T13/Inter definem a Territorialidade como objeto de estudo em toda sua estrutura e desenvolvem o conceito com base em mais de dois autores como referências. Os termos mais destacados para referir-se conceitualmente à Territorialidade, com base nos dados do Apêndice 5, foram:

**D2/Inter:** “multiplicidade de expressões [...] em tipos de territórios diversos, dotados de características socioculturais peculiares”.

**D3/CTS:** “sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence”, “sentimento de exclusividade”, “limite que historicamente precede a existência do Estado”, “preocupação com a própria preservação e com o futuro dos descendentes”, “relações que se originam em um sistema tridimensional que envolve a sociedade, o espaço e o tempo”, “relações entre um indivíduo ou grupo social e seu espaço material de referência”.

**T3/Inter:** “expressão geográfica primária de poder social”, “qualidade necessária para a construção de um território”, “sentimento de pertencimento”.

**T4/Inter:** “um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico”, “o modo como as pessoas usam a terra”, “como as pessoas se organizam no espaço”, “como as pessoas dão significado ao lugar”.

**T5/Inter:** “fenômeno comportamental que se dá em determinado espaço”, “adquire um valor particular e reflete a multidimensionalidade do “vivido””.

**T12/Inter:** “relações de poder”.

**T13/Inter:** “o uso e a vivência do espaço pelos grupos sociais”, “apropriação social do espaço”.

Pode-se observar a diversidade de adjetivos qualificativos que são atribuídos para definir a territorialidade o que implica uma ampla abrangência do conceito, ressalta seu caráter flexível e dinâmico que podem variar segundo aos objetivos das pesquisas. O anterior revela que esses conceitos representam um sistema de interação entre o ser humano e o ambiente natural, como expressa Ackerman (1976).

Também é importante assinalar que apesar de estabelecer a territorialidade como objeto de estudo, há casos, como na dissertação D2/Inter, que não apresenta um conceito específico, utiliza o término de cosmografia associado ao conceito em estudo. E, na tese T4/Inter, explica de forma breve a definição do término, fazendo ênfase na territorialização.

## **Grupo 2: Territorialidade como eixo transversal**

No caso das dissertações D1/CTS, D4/Inter, D5/CTS e as teses T2/Inter, T6/Inter, T8/Inter, T11/Inter, T14/Inter, trabalham o conceito de Territorialidade como um eixo transversal, isto é, se constitui como base para as análises dos objetivos de pesquisa, estabelecendo relações entre os diferentes elementos em estudo. Na análise, percebeu-se, com base nos dados do Apêndice 6, que os adjetivos mais utilizados nas definições de Territorialidade se apresentam:

**D1/CTS:** “fator de identificação, defesa e força”, refere-se [...] às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência”, “sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico”.

**D4/Inter:** “qualidade dada ao território, manifestada pela relação estabelecida do sujeito com o espaço”, “atividades ligadas às relações sociais e às atividades diárias que os sujeitos têm com sua natureza exterior”.

**D5/CTS:** “designa a qualidade que o território ganha de acordo com a sua utilização ou apreensão pelo ser humano”, “é um dos elementos fundamentais do raciocínio jurídico”, “fundamenta o princípio da soberania nacional”.

**T2/Inter:** “esforço coletivo para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico”, “relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território”.

**T6/Inter:** “ênfaticamente os aspectos simbólicos [...] que leva a uma transformação identitária individual e também coletiva”, “ação de apropriação e construção territorial nos aspectos simbólicos e materiais”.

**T8/Inter:** “fator de identificação, defesa e força”.

**T11/Inter:** “constitui-se por meio do significado das ações e relações desenvolvidas pelos próprios sujeitos que produziram e/ou que pertencem a determinado território”, “tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”.

**T14/Inter:** esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico”.

Assim como no grupo anterior, encontram-se uma diversidade de conceitos que têm em comum as relações com o espaço e/ou território pelos atores sociais, destacando-se as dimensões físicas e simbólicas, o que se aproxima ao referenciado por Nates Cruz (2011) sobre a produção prática ou discursiva do território, que gera a territorialidade como processo por meio da economia, da religião, do jogo, dos processos políticos, entre outros.

Neste grupo, a dissertação D4/Inter apresenta o conceito de Territorialidade de uma forma simples, só como uma nota ao pé da página, fazendo mais ênfase nas definições de território. Caso contrário, na tese T11/Inter, estabelece uma clara distinção entre Território e Territorialidade, baseado em autores com longa trajetória na temática.

### **Grupo 3: Territorialidade de forma geral e/ou implícita**

Este grupo está conformado pelas teses T1/Inter, T7/Inter, T9/Inter, T10/Inter, T15/Inter, T16/Inter que estão caracterizadas por não apresentar um conceito específico de territorialidade, mas a utilizam de forma geral ou fazem referências aos elementos que a caracterizam, conforme no Apêndice 7, como se mostra na sequência:

**T1/Inter:** “pertencimento identitário”.

**T7/Inter:** “o ator que determina a territorialidade do espaço”, “no exercício das territorialidades que o faz polissêmico e multifacetado”.

**T9/Inter, T10/Inter:** Usam o termino, mas não define.

**T15/Inter:** há códigos culturais que viabilizam a leitura, a apropriação e o aproveitamento dos lugares.

**T16/Inter:** Não explicita.

Por exemplo, na tese T1/Inter, aparecem elementos vinculados com a territorialidade, mas relacionados com o território como espaço simbólico. No caso da tese T9/Inter, usa território simbólico como sinónimo de territorialidade. Na tese T10/Inter se define é o “espaço vivido”, seguindo o conceito de Santos (2001, 2011). E, particularmente, a tese T16/Inter, não apresenta nenhum conceito de Territorialidade, de fato, o termo só aparece uma vez, mas a temática de estudo está estreitamente vinculada ao conceito, toda vez que narra as vivências e práticas culturais de uma refugiada congoleza na cidade de São Paulo, ressaltando elementos materiais e imateriais da relação com o território em que experimenta suas vivências.

Com base no exposto, se pode observar nos grupos as diferentes formas que a Territorialidade pode ser pesquisada, ratifica-se a sua amplitude e alcance, além da existência de uma multiplicidade de conceitos que respondem aos objetivos das pesquisas nas quais é utilizado.

Também, resulta importante assinalar que foram identificadas algumas inconsistências ou confusões do conceito de territorialidade com território e o espaço, sendo que se enfatiza nas dimensões atribuídas ao território ou é usada a palavra territorialidades como indicativo do plural de território. Por exemplo, na tese T1/Inter, descreve-se o território como territorialidade, quando o define como “local de pertencimento identitário” (p. 174).

Além disso, falta aprofundar no conceito e suas características como processo de transformação, pelo qual é utilizado em alguns casos só como um adjetivo qualificativo. Por exemplo, na dissertação D2/Inter, que estabelece “as territorialidades específicas consideram as diversas situações de acesso à terra” (p. 62), sem apresentar um conceito claro, assumindo que o leitor conhece seu significado. E, na tese T4/Inter, estabelece a Territorialidade como “o modo como as pessoas usam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como dão significado ao lugar” (p. 17), sem aprofundar no tema.

Também resultou importante avaliar os conceitos de Territorialidade segundo os autores mais referenciados nas teses e dissertações, os quais foram: Raffestin (1984,1993, 1994), Santos (1985, 2001, 2011) e Haesbaert (2004) com maior número de citações por documentos, seguidos das definições de Albagli (2004), os quais são autores com longa trajetória de pesquisa na área e apresentam conceitos sobre o tema bem fundamentados.

Com base no anterior, observa-se que as evidências encontradas nas fontes pesquisadas nesta tese fortalecem o estabelecido por Flávio e Saquet (2008, p. 74) sobre que “a definição de territorialidade extrapola as relações de poder político, os simbolismos e construções identitárias dos diferentes grupos sociais e envolve, simultaneamente, a dinâmica econômica centrada em seus agentes sociais”. Além disso, os autores fazem referência à forma em que a materialidade e imaterialidade conjugam-se na(s) territorialidade(s) e no(s) território(s) e como a territorialidade corresponde-se com todas as ações e reações sociais na cotidianidade e como toma significado nas relações sociais de apropriação e dominação.

Daí, é que Flávio e Saquet (2008, p. 74) fazem a advertência da importância do processo de pesquisa que inclui como tema o território e a territorialidade, porque:

[...] é requerida muita atenção por parte de cada pesquisador quando este define, em um processo de pesquisa (a respeito, por exemplo, do território), o método, os procedimentos, as categorias e os conceitos como orientações teórico-metodológicas que se propõem a abordar uma temática como esta. É preciso ter/perceber as sutilezas para escolher o caminho ou os caminhos mais coerentes com cada objeto e problemática de estudos, que possa possibilitar a interpretação e explicação o mais coerente e completa possível”.

Por conseguinte, na avaliação dos conceitos de Territorialidade nas teses e dissertações foi considerado o viés dos estudos CTS, de acordo ao estabelecido por Arellano e Kreimer (2011), sobre a necessidade de refletir sobre o papel da pesquisa produzida e indagar sobre suas contribuições, o que levou a apropriação do conhecimento, permitindo dar maior visibilidade às atividades de pesquisa sobre o objeto em estudo, como o assinalam Dagnino, Thomas e Davyt (1996), Kreimer (2007) e Vaccarezza (2011) nos aspectos teóricos e metodológicos, neste caso particular sobre o conceito de territorialidade – já apresentado – as dimensões geográficas e as práticas de territorialidade que se apresentam na sequência.

### **6.2.2. Análise das dimensões geográficas/analíticas da territorialidade**

Como foi descrito no marco teórico, a territorialidade envolve várias dimensões, no caso particular desta pesquisa foram analisadas -nas teses e dissertações em estudo- a presença das dimensões físico/natural e simbólico cultural, toda vez que elas constituem a base das outras dimensões como a político/organizacional e a econômica.

### 6.2.2.1. Dimensões Físico/Natural

Sobre a base do definido por Albagli (2004) e Saquet (2015), de que a Territorialidade representa a forma como os atores sociais relacionam-se com o espaço geográfico, a continuação são apresentados seus aspectos físico/naturais segundo foram desenvolvidas nas teses e dissertações em estudo, considerando que as características e propriedades físicas específicas dos lugares são as que permitem evidenciar os processos internos de outras dimensões que dinamizam o território em diversas áreas, o que faz da territorialidade a capacidade do homem de modelar o espaço.

Em primeiro lugar, se tem que as teses identificadas como T1/Inter, T2/Inter, T6/Inter, T7/Inter, T8/Inter, T10/Inter, T11/Inter, T12/Inter, T14/Inter, T15/Inter, T16/Inter e as dissertações D2/Inter e D4/Inter, apresentam uma descrição detalhada dos elementos naturais do espaço geográfico sobre o qual foi desenvolvido o objeto de estudo, destacando localização, condições do clima e da natureza de forma geral (água, terra, ar, natureza), enfatizando não só os recursos naturais senão também sua qualidade e a forma em que têm sido usados, apropriados e até destruídos. O resumo desta dimensão se apresenta no Apêndice 6.

Por exemplo, a dissertação D4/Inter, descreve o espaço geográfico em que se circunscreve o estudo como “RUC Laranjeiras dividida por uma faixa de floresta secundária, local onde não se percebeu interação da população com essa faixa de território, tal faixa de vegetação constituísse numa Área de Preservação Permanente (APP), em consonância com a lei federal” (p. 81). Em contradição, o mesmo documento estabelece que o “RUC é um espaço com uma infraestrutura deficitária em áreas verdes, as ruas estreitas, o excesso de concreto em detrimento aos espaços com cobertura vegetal, evidenciam barreiras à interação do lazer” (p. 81).

Igualmente, a tese T2/Inter, apresenta uma caracterização detalhada da dimensão físico/natural e sua importância para o povo Akwê-Xerente, por exemplo, assinala que: “A cosmologia dos Akwê-Xerente está diretamente relacionada à natureza. O cosmo dessa sociedade divide-se em três níveis: a Terra (tka); o Céu (hêwa) e o Mundo Subterrâneo (tkakamô)” (p. 42). Esta tese também destaca as contradições no uso do espaço geográfico e seus recursos, por exemplo na “[...] luta pela preservação do território é uma constante na vida dos indígenas, visto que há

uma eterna cobiça dos fazendeiros pelas terras, em sua maioria providas de água em abundância e solo fértil” (p. 53).

Os resultados anteriores evidenciam que na interação com o espaço natural se encontram elementos que entram em contradições, isso porque pode ser visto como recurso material -com um valor de uso e de troca- que se constitui como fonte de abrigo e/ou disputa de acordo aos interesses de quem o habita o exerce o poder, elementos que coincidem com as reflexões antes descritas por Albagli (2004) e Haesbaert (2009) sobre esta dimensão.

Por outro lado, as teses identificadas como T8/Inter, T9/Inter e T12/Inter, e a dissertação D3/CTS, os aspectos da dimensão físico/natural estão centrados mais nos elementos físicos do espaço, produto do processo de transformação e modernização do mesmo através da industrialização.

Por exemplo, na descrição da tese T8/Inter apresenta uma caracterização detalhada das condições físicas do território em que se fundamenta o estudo, enfatizando na análise das transformações do espaço ocasionadas pelos atores hegemônicos no entorno, assim descreve: “A região apresenta empreendimento como fazendas e empresas rurais, um megaprojeto de irrigação (Projeto Jaíba) e um mosaico de unidades de conservação, criadas como medidas compensatórias a atividades agrícolas e industriais”(p. 123). E acrescenta também, que “essas interferências espaciais[...]comprometem o modus operandi e reprodução social, insuflando conflitos diversos que suscitaram a organização desses povos em movimentos sociais” (p. 123).

Por sua parte, na dissertação D3/CTS, a dimensão físico/natural é representada pela relação indústria e sustentabilidade, portanto descreve os recursos desenvolvidos no espaço geográfico através das indústrias, neste caso se situa em que “a indústria no Brasil é composta por empresas com diferentes níveis de tecnologia e modelos de produção, que vão desde fiações e tecelagens altamente tecnológicas a empresas de facção intensivas em mão de obra e pouco especializadas” (p. 16).

Uma condição importante a destacar neste documento é que estabelece ou propõe o uso racional dos recursos naturais, ao expressar que “diante da crescente escassez de recursos naturais, a capacidade de encontrar meios sustentáveis para as operações pode se tornar uma importante vantagem competitiva para a empresa enquanto cria e sustenta um valor de longo prazo” (p. 131).



O descrito revela o valor de uso dos recursos naturais e físicos dos espaços geográficos e a forma em que podem ser apropriados, como assinala Albagli (2004) sobre a correspondência da dimensão física do território a sua materialidade e potencialidades que podem ser integradas como práticas sustentáveis ou predatórias degradantes da qualidade ambiental.

Uma outra forma de identificar a dimensão física/natural corresponde ao processo de transformação de urbanização do espaço geográfico, exemplo desse processo se apresenta em nas teses T3/Inter, T4/Inter, T5/Inter, T9/Inter, T10/Inter, T11/Inter, T15/Inter e a dissertação D1/CTS, que situam seu objeto de estudo em espaços urbanos transformados através do tempo e os diferentes meios de produção (trabalho, tecnologias, técnicas, políticas, entre outros).

No caso das teses T3/Inter, T4/Inter, T5/Inter o espaço urbano é descrito como periferias<sup>54</sup> – baseadas em diversas cidades do Brasil – tanto sob a perspectiva da localização física quanto no que tange à estratificação social, onde se evidenciam falta de infraestrutura básica, bens e serviços públicos como fruto de ocupações irregulares do ponto de vista legal, nos quais se desenvolvem diversas atividades cotidianas que constroem a territorialidade.

Outro exemplo, se apresenta na dissertação D1/CTS que faz referência à necessidade de migração: “Esse terreiro que se localiza em uma região central de Cachoeira, está migrando para uma área mais rural em função da urbanização” (p. 79). E, estabelece uma relação entre natureza e urbanização, ao expressar que: “Uma das principais questões problematizadas tem relação direta com “urbanização e preservação da natureza” considerando que um dos grandes aspectos da religião do Candomblé é a preservação do meio ambiente e da biodiversidade” (p. 99).

Os casos anteriores evidenciam como os movimentos de migração, transformação do espaço natural ou rural ao urbano se dão em função de diversos fatores, como exemplo do crescimento da população, a busca por melhores condições de vida, entre outras, conduz à importância de considerar as dimensões físico/natural na Territorialidade.

Também, reflete-se o dinamismo da territorialidade como processo, produto das diferentes dimensões e atividades humanas originadas pelas grandes revoluções no meio técnico-científico e informacional, que seguindo a direção de autores como

---

<sup>54</sup> O termo inclui, tanto as favelas e espaços populares. Fonte: Tese T3/Inter.

Harvey (1992), Santos (1996), Saquet (2008), Flávio e Saquet (2008), coincidem que têm gerado profundas transformações no ambiente e nas relações humanas se direciona.

Por outra parte, a tese T13/Inter e as dissertações D1/CTS e D5/CTS apresentam um enfoque diferente do espaço em que se desenvolve a territorialidade, o virtual. Por exemplo, a T13/Inter descreve que:

Para conhecer o território hoje, portanto, é preciso entender as novas territorialidades, e esta tem na internet a sua principal característica. A internet, não só potencialmente falando, é um grande território, e a rede social imersa nela pode ser caracterizada como uma de suas territorialidades. Portanto, esse território, território-rede ou nova territorialidade, que se apresenta no ambiente da World Wide Web (web ou WWW), e que nela mesmo cria e interfere nas relações sociais, também impacta o espaço físico, aquele compreendido como “concreto” ou “real” (p. 78).

Igualmente, a dissertação D5/CTS, apesar de trabalhar com um espaço físico definido pelo Estado Brasileiro, especificamente no que se refere ao direito privado brasileiro, faz referência ao espaço cibernético como “um novo território, distinto do espaço físico, que não reconheceria as delimitações geográficas [...]” (p. 35), e demonstra que pode ser um “[...] fator de desenvolvimento regional e de equalização das assimetrias econômicas” (p. 140). Também explica que “ainda existem obstáculos de adoção da tecnologia nas territorialidades periféricas brasileiras”, o que demonstra que só podem ser determinados se se estudam as dimensões no que está imersa a problemática em estudo.

É importante assinalar que algumas teses e dissertações misturam as dimensões físicas/natural, abordando do natural ao rural ou urbano, ou do urbano ao virtual e outras combinações. Isso significa que o importante nas pesquisas é saber situar o objeto em estudo para identificar os movimentos, as dinâmicas, as transformações que se encontram permeadas das ações e práticas dos atores sociais na construção das territorialidades.

Assim, com base no exposto, se demonstra a importância da dimensão física/natural que permite a compreensão da territorialidade como processos de transformação do espaço em territórios, o que permite gerar pesquisas que respondam às necessidades da realidade social que envolve a natureza e sociedade e que abre novas possibilidades de interação humana para criar novas territorialidades.

#### 6.2.2.2. Dimensões Simbólico/Cultural.

Como foi descrito nos referenciais teóricos esta dimensão refere-se a aspectos que vão desde crenças, rituais, significados, concepções ideológicas, identidades, relação com o meio ambiente, percepção e apropriação da tecnologia, entre outras áreas. Por isso, a continuação, se apresenta os resultados da análise de conteúdo sobre a dimensão simbólico/cultural das teses e dissertações em estudo. Ver o resumo no Apêndice 6.

Uma das áreas com grande carga simbólica e que define a cultura é a identidade, neste caso como forma de identificar-se com o território e estabelecer relações com os outros. A esse respeito, as teses, T4/Inter, T5/Inter, T6/Inter, T7/Inter, T8/Inter, T10/Inter, T12/Inter, T14/Inter, T15/Inter, T16/Inter e a dissertação D2/Inter fazem referência a identidade como expressão da cultura. Por exemplo, a tese T15/Inter descreve que “[...]os espaços de lazer abarcam vivências e memórias que, em um território favelado, criam identidades sociais em pessoas que nasceram em meio a diversos direitos negados, inclusive o próprio direito à cidade” (p. 72).

Por sua parte, a dissertação D2/Inter destaca que “[...] refletir sobre identidade quilombola e território ajuda a compreender as identidades quilombolas que permeiam a comunidade de Jurussaca, atravessadas, por exemplo, por questões de parentesco, pertencimento (ao grupo e ao território), religiosidades, origem comum, dentre outras questões” (p. 37). Em contradição, esta dissertação também apresenta problemas de identidade, ao expressar “que alguns moradores relutaram para não assumir a identidade como quilombola [...] porque apresentavam medo de serem submetidos às situações de opressão e violência. Para eles, assumir essa identidade tocava a memória social da população negra no Brasil” (p. 49), devido ao racismo estrutural.

Os documentos revelam a dupla face da identidade, uma como reconhecimento de origem e outra como ameaça social, ambas se constituem em expressão cultural, cheia de complexidade, de história e contradições que traspassam o tempo e o espaço de forma marcante de uma geração ao outra. Daí a importância de estudar e analisar as relações com o espaço, lugar onde se constroem as identidades, o que reforça a perspectiva de Saquet (2009) quando expressar que, na medida em que o espaço é apropriado, do território vai surgindo e a territorialidade, produzindo uma díade inseparável da qual o território está vinculado à construção da

identidade, seja ela política, religiosa, espacial, social e cultural ou todas simultaneamente.

Também, aprofundam nesta dimensão as teses, T1/Inter, T2/Inter, T8/Inter, T9/Inter, T10/Inter, T11/Inter, T15/Inter e as dissertações D1/CTS, D3/CTS e D4/Inter, fazendo ênfases em expressões culturais como a religião, crenças, relação com a natureza e lazer. Por exemplo, a tese T9/Inter deixa claro que na expressão cultural das Escolas de Samba, especificamente as capixabas, “o espaço social e simbólico em que está inscrito o circuito e sua geopolítica cultural é marcado por heterogeneidades entre os municípios, tanto do ponto de vista das dimensões territoriais, quanto do contingente populacional e econômico” (p. 155).

Igualmente, a dissertação D4/Inter, que pesquisa sobre o lazer, descreve dois aspectos importantes no RUC Laranjeiras, um que tem a ver “com o sentido que é atribuído ao lazer pelos sujeitos daquele espaço, o conceito prático de lazer. O outro aspecto, diz respeito a compreensão de quais espaços de lazer existem no bairro a partir da visão de seus moradores” (p. 87).

Pode-se observar que os documentos descritos identificam e valorizam a influência do espaço na construção e percepção dos sujeitos das expressões culturais, neste caso do samba e as atividades de lazer, o que demonstra o caráter simbólico da territorialidade.

Com relação ao aspecto simbólico/cultural que tem a ver com a relação com o meio ambiente e a sustentabilidade, a tese T7/Inter e a dissertação D3/CTS trabalham com profundidade a questão ressaltando, a partir do viés do pesquisador, a importância da participação e percepção dos atores sociais envolvidos nos processos produtivos e ambientais.

Por exemplo, a tese T7/Inter, gera como produto a construção coletiva dos mapas da sociobiodiversidade oriximinaense, e explica que “foi um processo que, se de um lado, integrou diversos atores sociais na visibilidade espacial das territorialidades tradicionais, do outro estabeleceu um hercúleo desafio de implementação diante dos desafios futuros de adotar o epíteto daquela sob o mote de estratégico” (p. 318).

Nesta tese, a estratégia prática de elaboração do mapa, permitiu valorizar os elementos da sociobiodiversidade oriximinaense, que evidência não só os contornos de um território e suas diferentes feições geográficas, sejam elas montanhas, rios ou mares; senão também indica sua localização e sua gestão torna-se um patrimônio

inestimável na formação cultural da comunidade, o que representa um grande aporte teórico, metodológico e prático para o conhecimento científico e popular.

Por sua parte, na dissertação D3/CTS, a autora expressa a importância de vincular a produção – neste caso têxtil – com a biodiversidade, de forma que “os produtos locais sejam mais autênticos, mais rastreáveis ou mais exclusivos, em comparação com produtos fabricados em larga escala” (p. 154) e, sejam mais “atraentes para consumidores menos orientados pelo status e mais propensos a valorizar elementos que evoquem sentimentos de conexão com a história do lugar de seus habitantes” (p. 154), o que gera pertencimento, identificação com o espaço e produtos “mais compatíveis com a sustentabilidade ambiental e social” (p. 155).

Por último, nesta seção também se apresentam relações simbólicas e culturais com a tecnologia, especificamente isso é trabalhado nas teses T3/Inter, T13/Inter e as dissertações D1/CTS e D5/CTS. Na tese T3/Inter, a discussão se baseia na apropriação da tecnologia como expressão cultural, é dizer, a cibercultura como processo e prática social que prioriza a dimensão emancipadora e estratégias coletivas de afirmação e compartilhamento de subjetividades e territorialidades. Nesta tese, a autora explica a percepção dos atores sociais ao referir-se às tecnologias:

[...] o portal mostrou que as pautas, as soluções, assim como os problemas, eram semelhantes e encontravam ressonância nas favelas e bairros de todo o país. O Viva Favela 2.0 era, assim, um espaço de encontro e reconhecimento disso, era uma proposta de diálogo, de troca. Isso tem tudo a ver com a questão da identidade com um território que não é só geográfico, mas é muito mais simbólico (p. 153).

O citado reforça o que Rodrigues, von Linsingen e Cassiani (2019, p. 79) expressam sobre que o desenvolvimento científico e tecnológico é um processo social, que está relacionado com que as mudanças científicas e tecnológicas, que podem contribuir na identidade de quem delas faz uso.

Por sua parte, a dissertação D1/CTS, apresenta a contradição do uso da tecnologia com a religião, especificamente a autora mostra a fala de uma entrevistada, Mãe Vanda, quem expressa que “o uso da internet e de outros meios de comunicação, como é o caso da televisão, pode comprometer a forma da religião do Candomblé se organizar, justamente porque não trabalha com a exposição dos signos religiosos para os não adeptos” (p. 92). Além disso, acrescenta nas considerações finais a percepção simbólica sobre a tecnologia, quando mostra que “Olodumaré” (Deus) nos fez seres

individuais e quando essas individualidades são transmitidas para a internet (de grosso modo, para o “Pai Google”), anula-se a tradição, pois, cosmovisão é uma coisa e mundo virtual é outro (p. 110).

Com base no exposto, pode-se observar como a dimensão simbólico/cultural é dinâmica, flexível, contraditória, mediada pela tecnologia, influenciada pela natureza, crenças, entre outros elementos e pode responder às diferentes áreas em que a territorialidade é estudada, evidenciando-se, como estabelece Albagli (2004, p. 40) o fio invisível que conecta os indivíduos ao espaço, marcando diferença ou distinção entre comunidades e, como acrescenta Haesbaert (2007) é revestida de valores espaciais que transcendem o material e a concepção do território como recurso, alimentando-se de elementos éticos, estéticos, espirituais, simbólicos e afetivos.

### **6.2.3. Análise da relação espaço-tempo-território**

Com respeito à relação espaço-tempo-território, as teses e dissertações analisadas – em sua totalidade – a estabelecem de forma explícita através das construções históricas que situam o objeto de estudo. Essas construções históricas permitem evidenciar o processo das transformações espaciais temporalmente produzidas como produto das ações humanas, é dizer, na construção de territorialidades.

No caso da tese T1/Inter, apresenta narrativas que expressam a relação espaço-tempo-território, como a seguinte: “[...] também foram ouvidas histórias a respeito de eventos que se passaram com parentes e amigos naquele local, durante a escravidão e o tempo dos revoltosos, assim como mitos que davam conta desse período” (p. 187). No mesmo documento, se observam as dinâmicas e elementos - raça, direitos sociais, condições econômicas- que participam nesta relação espaço-temporal, por exemplo, (T1/Inter, p. 196):

[...] o que se vê ao longo da história é que, independentemente da concepção de Nação brasileira, deslocada da mistura para a raça e então para a etnicidade, e da forma de reivindicação social, a estrutura fundiária concentrada permanece, assim como a falta de acesso a direitos por essas comunidades rurais, ainda mantidas do lado de dentro das fronteiras da pobreza.

Um fato importante desta tese é a presença de elementos da colonialidade e seus diferentes efeitos, que se aproximam ao que Saquet (2019) explica sobre os efeitos das ordens imposta pelo colonizador, que os colonizados não poderiam assumir sua história, a construção do conhecimento, suas decisões, entre muitos outros fatores, e que na atualidade ainda se encontram presentes.

Outro exemplo se mostra na tese T16/Inter, onde além de descrever a espaço-tempo-território, apresenta as relações de poder, econômicas e sociais (T16/Inter, p. 45):

Foram necessários longos anos de imposição do uso econômico do tempo para formar novos hábitos de trabalhos, nova disciplina de tempo e nova mentalidade, a ponto de, nas sociedades capitalistas maduras, ser natural que todo o tempo precise ser consumido, utilizado, rompendo de completo a organicidade e relação de vida e trabalho (modalidades agora bem demarcadas). Agora, os senhores do desenvolvimento e do tempo econômico labutavam para alterar a forma de trabalho ancestral e a mentalidade relacional e orgânica de vida-trabalho dos congolese, de forma violenta e estigmatizante.

Essas relações de poder, se aproximam da dimensão política, que tem a ver com o domínio do espaço, o que gera uma percepção que coincide com a de Albagli (2004), quando expressa que o território como fonte fundamental de poder social não se constitui como um reflexo passivo da ação social, senão como uma estrutura ativa, carregada de contradições e conflitos.

Como pode observar-se, o espaço e o tempo são indivisíveis e estão encravados de forma objetiva e subjetiva no território, outro exemplo da mesma tese T16/Inter é o seguinte: “[...] a migração forçada é fenômeno da modernidade globalizada, tal qual a compressão espaço-tempo, em que há a tentativa de combinar tempos, espaços, histórias e mercados no centro de uma única categoria global e homogênea” (T16/Inter, p. 271), o que evidencia o desarraigamento irregular das relações sociais e as expansões dos tradicionalismos.

Por último, a dissertação D2/Inter aborda a importância de resgatar as memórias dos lugares através dos atores sociais, toda vez que elas representam as experiências necessárias para a reconstrução do passado, como exemplo descreve-se que “[...] isso acontece porque a comunidade conta sua história a partir dos próprios critérios, na transmissão de uma memória que perpassa gerações ou que foi criada para legitimar sua identidade” (p. 45).

Diante do exposto, evidencia-se proximidade com os argumentos de Flávio e Saquet (2008), quando assinalam a existência de movimento no espaço, no tempo e no interior do próprio território o que gera múltiplas territorialidades, que inclui um processo de produção da vida e das relações humanas carregadas de negações e contradições que se estabelecem nos movimentos e dinâmicas territoriais.

#### **6.2.4. Análise das práticas explícitas e implícitas da Territorialidade**

Como foi descrito nos referenciais teórico-metodológicos – para Marx, citado por Vázquez (2003) – a prática se trata de um processo de transformação do mundo (projeto ou objetivo) a partir da crítica e do conhecimento do que existe. Daí, surge o interesse por avaliar de forma crítica o conhecimento produzido pelas práticas de territorialidade abordadas nas teses e dissertações da área interdisciplinar da CAPES a partir dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT).

Para levar a cabo o anterior, foram considerados dois grupos de práticas de territorialidade: aquelas executadas por agentes capitalistas e as executadas pelos agentes sociais ou práticas espaciais insurgentes, com a finalidade de exemplificar como se gera o processo de transformação social, explícita ou implicitamente (Apêndice 7).

É importante destacar que esses tipos de prática de territorialidade se encontram de uma ou outra forma vinculadas – é dizer, uma leva para outra – uma ou mais práticas capitalistas provocam como reação uma ou mais práticas insurgentes como resposta para contrastar as ações que as primeiras geram. Para a melhor compreensão, a continuação é apresentada as análises conforme à relação entre as duas formas de prática de territorialidade conforme foram identificadas nos documentos em estudo, seguindo como guia o Quadro 5, lembrando que podem ser combinadas de diferentes formas, segundo os objetivos estabelecidos pelos pesquisadores.



Quadro 5 - Práticas de territorialidade

<b>Executadas por agentes capitalistas</b>	<b>Espaciais insurgentes</b>
Seletividade espacial	Territorialização em sentido estrito:
Fragmentação-Remembramento espacial	Territorialização em sentido amplo
Antecipação espacial	Refuncionalização/reestruturação do espaço material
Marginalização espacial	Ressignificação de lugares
Redução da região produtora	Construção de circuitos econômicos alternativos
	Construção de redes espaciais

Fonte: Autoria própria (2023)

#### 6.2.4.1. Práticas de territorialidade Marginalização espacial – Resignificação de lugares e Construção de redes espaciais

O primeiro grupo de análise, inclui as teses T1/Inter, T4/Inter, T5/Inter, T8/Inter, T9/Inter, T10/Inter T13/Inter, T14/Inter, T15/Inter, T16/Inter e as dissertações D1/CTS, D2/Inter, D3/CTS, D4/Inter, que apresentam a relação entre as práticas de territorialidade executadas por agentes capitalistas: Marginalização espacial e as práticas insurgentes: Resignificação de lugares e Construção de redes espaciais. Essas práticas mostram as diversas formas como a perda de importância do lugar é vivenciada pelos atores sociais nas dinâmicas espaço-tempo-território e as lutas políticas para enfrentá-las e transformar a territorialidade que caracteriza os sujeitos em estudo.

Por exemplo, na tese T14/Inter, a marginalização espacial é evidenciada através das narrativas dos atores sociais, quando a autora comenta sobre “as categorias analíticas estigma e sofrimento ético-político, que foram constantemente utilizadas para a compreensão das experiências de exclusão e preconceito vivenciadas” (p. 264). Acrescenta que essas experiências “remetem a vivência da escravidão, da expropriação e das práticas tradicionais que compõem um modo de viver que responde aos critérios estabelecidos para o acionamento dos objetos jurídicos como comunidade remanescente de quilombo e comunidade tradicional apanhadora de flores” (p. 265).

Sobre essa situação, tem a base no explicado por Gruner (2020), sobre a negação das formas pré-coloniais e não coloniais de estar e se organizar em relação à terra e ao território, através da lógica, política e prática de imposição violenta, que ainda continua a ter fortes repercussões e expressões na atualidade.

Por sua parte, de forma implícita, a ressignificação de lugares se apresenta nos contextos culturais tradicionais e são incluídos nos processos de luta e resistência na reivindicação de direitos, evidenciados quando a autora –da tese T14/Inter– explica como “os estigmas relacionados aos “carreiros, pretos, crentes de Raiz” são atualizados como qualificações que constituem identidades para a afirmação da comunidade, onde a condição de separados e refugiados produz lugar para a inclusão como sujeito coletivo de direitos constitucionalmente garantidos” (p. 266).

A construção de redes espaciais, é também evidenciada de forma implícita na tese T14/Inter, através da implementação de práticas, estratégias e experiências de resistência que se integram, neste caso quando “os idosos compartilham as lembranças, os mais jovens compartilham as informações sobre os direitos no que dizem respeito às identidades acionadas e, assim, as memórias passam a ter sentido político” (p. 266). E, também apresenta como é que por meio da interação que a luta política passa a fazer parte do modo de viver e “[...] as identidades quilombola e apanhador de flor passam a ser vivenciadas positivamente pela comunidade” (p. 266).

Esse exemplo evidencia a dinâmica na conformação da territorialidade, que passa pelo reconhecimento dos efeitos das práticas capitalistas para acionar práticas insurgentes que permitem criar e fortalecer a territorialidade e transmiti-la de uma geração ao outra, evidenciando os rasgos da colonialidade, como referência Saquet (2019) quando explica à decolonialidade como a luta contra a colonialidade e seus diferentes efeitos, e que influenciam a história, a construção do conhecimento, as decisões, a relação com o território, a construção de territorialidades, entre muitos outros fatores.

#### 6.2.4.2. Práticas de territorialidade Seletividade espacial – Ressignificação de lugares

As práticas capitalistas de seletividade espacial e a prática insurgente de ressignificação de lugares, se encontram de forma implícita na tese T7/Inter e na dissertação D1/CTS. Especificamente, a tese T7/Inter apresenta evidências da forma como são efetivadas as decisões locais na escala da rede urbana, por exemplo, o autor descreve os problemas dos municípios em estudo, sobre a premissa de que “os planos diretores que desafiam a invisibilidade institucional sobre conflitos havidos no exercício da sociobiodiversidade oriximinaense, na metodologia original, em flagrante descontentamento por parte das lideranças políticas e comunitárias locais” (p. 15).

Com base no anterior, pode-se inferir que se apresenta a função política da práxis, que coincide com Vázquez (1983) na crítica da ideologia dominante, porque a tese T7/Inter não mostra num simples debate ideológico, caso contrário, manifesta consciência das raízes sociais e suas condições reais que geram soluções práticas que desafiam e transformam a ação real.

Também, a tese T7/Inter descreve como o inaccessível à terra urbana e os problemas fundiários correspondentes aparecem na história deixando fortes traços de “desigualdade socioespacial na produção do espaço urbano; os problemas de gestão do espaço territorial municipal; a dificuldade de organização administrativa da cidade a partir dos interesses coletivos e a apropriação dos espaços públicos pelo setor privado” (p. 297).

Essa prática capitalista, é contrastada com a prática implícita de ressignificação de lugares através da luta política, que segundo o autor da tese T7/Inter “fortalece os elementos identitários etnoambientais que se figuram no vasto interior oriximinaense é, uma atitude política valorosa de quem busca governar o território com base na diversidade social” (p. 335).

O processo de transformação através das práticas de territorialidade, nesta tese fica evidente porque se apresentam propostas específicas, por exemplo, quando se descreve que (T7/Inter, p. 335):

[...] a unidade política, o foco principal de se compreender direitos, enfrentar lides espaciais e propor novos desafios locais aos direitos de cidadania, no centro de todas as ações, programas e projetos locais engendrados, a realização do direito humano ao território tradicional em paralelo ao já aclamado direito humano à cidade tendo, por base comum, o exercício da dignidade humana na pluriethnicidade e na multiterritorialidade vividas nesta fração (única) da Amazônia brasileira para os próximos dez anos de vigência do novo PDMP<sup>55</sup>.

Pode-se dizer, que a forma de prática de territorialidade apresentada se corresponde com a função de consciência da práxis, descrita por Vázquez (1983), toda vez que na práxis só existe em unidade com a teoria; que gera a fusão do conhecimento da realidade e a experiência – neste caso da comunidade oriximinaense – e contribui na integração da unidade de pensamento e ação na resolução de problemas sociais como unidade dialética entre pensamento e realidade; interação de conhecimento e ação, de pensamento teórico e ação revolucionária, que

---

<sup>55</sup> PDMP – Plano Diretor Municipal Participativo. Fonte: tese T7/Inter.

reforça o pensamento de Netto (1992) com relação da teoria social com a prática emancipatória.

Com esta análise, se pode compreender como as práticas de territorialidade acontecem, criando ou fortalecendo a territorialidade conforme as possibilidades dos atores sociais e os objetivos estabelecidos, nas dinâmicas espaço-tempo-território.

#### 6.2.4.3. Práticas de territorialidade: Fragmentação espacial – Construção de redes espaciais

Neste grupo foram analisadas as teses T2/Inter, T3/Inter, T10/Inter, T12/Inter, T16/Inter, e a dissertação D2/Inter, identificando as relações entre a prática capitalista fragmentação espacial com a prática insurgente construção de redes espaciais. A primeira, evidencia o controle político por parte de grupos locais de unidades municipais menores, e na segunda busca-se a integração de estratégias e experiências de resistência em diferentes escalas.

Por exemplo, a tese T10/Inter descreve o processo de fragmentação da Amazônia, enfatizando as “iniquidades e com territórios pressionados por uma prática predatória que prima por descentralizar a execução de ações e serviços, mas que posterga o compartilhamento de recursos equânimes conforme as especificidades da região” (p. 271).

Aprofunda sobre os custos das políticas públicas de saúde que geram dificuldades e tornam “inadmissível que as pessoas não tenham direito a saúde no lugar onde moram, seja na periferia da grande cidade ou na periferia da distante Tabatinga e Benjamin Constant” (p. 271). Com base no anterior, a tese aprofunda sobre que o “desenvolvimento geograficamente desigual, é parte essencial da espacialidade capitalista” (p. 275).

A inadmissibilidade de direitos e as desigualdades as quais faz referência a tese T10/Inter, se relacionam com o descrito por Accardo (1991, p. 133), sobre as formas de agir ou práticas comandadas por uma lógica determinada pelo “*habitus*” por um lado e, por outro se encontram as práticas conscientes e expressamente regradas que “somente a razão e a regra podem impor”.

Como resposta para essa situação, a prática de construção de redes espaciais, permite estabelecer, no caso da tese T10/Inter, “medidas adotadas pela gestão estadual com vistas a responder à necessidade de construir um processo de

regionalização mais adequado à realidade local” (p. 89). Acrescenta que a “descentralização, a regionalização e a constituição de redes de atenção constituem importantes estratégias nacionais de gestão pública que precisam ser fortalecidas e especialmente chegar aos rincões distantes da Amazônia” (p. 134).

Nesse contexto, se pode observar como as condições naturais e ubiquação geográfica de uma região afetam as dinâmicas e políticas de saúde de uma população, isso porque não respondem às necessidades reais que demandam os atores sociais, pelo que se precisa da construção coletiva de estratégias descentralizadas e contextualizadas conforme as características do lugar e das pessoas, influenciando significativamente a territorialidade de quem a vivência.

#### 6.2.4.4. Práticas de territorialidade Redução da região produtora – Construção de redes espaciais

Neste grupo, as teses analisadas foram a T6/Inter e T11/Inter, que descrevem as condições de produção condicionadas pelo viés do capital e a implementação de práticas de resistência em diferentes escalas. Por exemplo, a tese T6/Inter, descreve o processo de colonização – a partir do viés do conquistador – como uma oportunidade de rentabilidade pelos recursos naturais e a ubiquação estratégica do lugar.

Nesse sentido, a prática capitalista de redução da região produtora se evidencia na tese analisada como exemplo, quando descreve que na “viabilização da reprodução das condições de produção, por meio da inovação, representada pela Expo Santa Rita – feira do agronegócio – mostra a atuação e influência política no país e ao nível internacional” (p. 305). A autora explica que a feira “faz parte da organização do espaço, das práticas regionais e das relações transnacionais que reúne multinacionais do setor e atrai visitantes nacionais e internacionais” (p. 305).

O descrito, evidencia o que Albagli (2004) estabelece como uma dialética socioespacial, em que a prática territorial se conforma conforme a relação com o meio de referência, gerando as marcas de suas decisões e intervenções em áreas geográficas específicas e se articulando nas diferentes escalas.

Daí, em contrapartida, como prática insurgente, a tese apresenta de forma explícita a construção de redes espaciais, que através dos “diferentes vínculos dos sujeitos, se geram redes de relações e formam uma nova territorialidade na região”

(p. 304), além de que como estratégia de reprodução, “se formam campos sociais transnacionais, compostos por interesses econômicos, políticos, socioculturais, redes transnacionais, redes a partir da nova realidade vivida, como redes de compadrio, de produção, políticas, dentre outras inúmeras redes de interesses” (p. 304).

Neste caso, resulta importante retomar a dimensão físico/natural, porque fica evidente na pesquisa da T6/Inter, a relação dos sujeitos com os recursos do lugar em estudo, que representam um valor de uso e um valor de troca, que beneficia só um grupo de sujeitos, em uma relação desigual em detrimento do ambiente e das comunidades, caso contrário à práxis produtiva que, segundo Vázquez (2003), é a relação material e transformadora que o homem estabelece, através de seu trabalho, com a natureza.

E, o importante aqui é que se mostra como essa situação pode ser revertida com a participação dos produtores e comunidade ao criar redes de produção que transformam a forma de perceber a relação com o território, é dizer, fortalece a territorialidade. Isso, porque há uma transformação das relações políticas, econômicas, sociais, culturais, produtivas, simbólicas na região, o que compõem e criam novas territorialidades.

#### 6.2.4.5. Práticas de territorialidade Marginalização espacial – Construção de circuitos econômicos alternativos

Como último resultado da análise, se têm que a tese T13/Inter e a dissertação D5/CTS, mostram evidências da relação entre estas duas práticas. No caso da dissertação D5/CTS, a prática de marginalização espacial é revelada quando o autor explica sobre os avanços institucionais recentes, e analisa como “os novos fenômenos jurídicos no direito brasileiro, [...] continuam desamparados de arcabouço sistemático doutrinário para que serem devidamente inseridos ao ordenamento. Sem esta inserção, impossibilita-se o desenvolvimento e difusão de suas vantagens tecnológicas e competitivas” (p. 22).

A dissertação D5/CTS, traz uma nova perspectiva sobre o que Santos (2008, p. 83) explica da necessidade de definir uma nova trajetória dos processos sociais através da implantação de novos modelos econômicos, sociais e políticos, que conduzam à realização de uma vida coletiva de solidariedade e garante uma reforma do mundo através de outra forma de realizar a globalização.

Por outro lado, a dissertação D5/CTS explica que num “ambiente de incertezas certamente reduzem os incentivos ao investimento em novas tecnologias, atrasando, portanto, potenciais ganhos sociais e econômicos delas derivadas de regras aplicáveis que dificulta a transformação do território em territorialidade” (p. 36), o que conduz para um “cenário gera inseguranças acerca do que é permissível, de quais normas incidem em quais fatos e de quais seriam os efeitos jurídicos das ações humanas” (p. 36).

Como saída, o documento propõe implicitamente, através da prática insurgente de construções alternativas, uma forma de “incentivar que novos nódulos participem de uma *blockchain*<sup>56</sup> com mecanismo de consenso *proof of work*<sup>57</sup>, [...] para a solução dos protocolos [...], de tal forma que o primeiro nódulo que providencia a prova do trabalho é recompensado com criptomoedas. (p. 78).

A importância da territorialidade no anterior, tem a ver com considerar os fatores locais, para que “a disponibilização de bens e serviços [...] efetivamente se traduzam em desenvolvimento regional – isso é, entende-se que sem a devida atenção às peculiaridades e idiosincrasias locais, dificilmente se implementarão soluções tecnológicas vinculadas ao *blockchain* rentáveis ou socialmente benéficas” (p. 127). Pode-se observar como na área tecnológica, especificamente nas novas formas digitais de comércio, as normas jurídicas influenciam a territorialidade.

Pode-se concluir que a territorialidade e suas formas práticas se evidenciam de forma mais implícita que explícita nas teses e dissertações avaliadas. Por sua parte, a relação com a tecnologia gira em torno a exemplos sobre o uso da internet, as redes sociais, *blockchain* e a tele consultas médicas. Igualmente, se apresentam processos de transformação das relações políticas, sociais, culturais, entre outras, além de propostas de leis, apontamentos críticos e metodológicos que consideram a importância do meio ambiente, o socioambiental e a socio-diversidade.

Entre outros elementos de destaque se encontraram as relações com migrantes e/ou estrangeiros, o papel da mulher e os problemas que ainda enfrenta

---

<sup>56</sup> *Blockchain* se define como um banco de dados público, distribuído pela Internet entre os mineradores. Nele são registradas todas as transações realizadas com a criptomoeda. O significado do nome vem de sua implementação: estruturas de dados em que um bloco de dados “aponta” (possui um ponteiro) para o bloco anterior, “seu bloco pai”, formando uma cadeia de blocos (Rodrigues (2016, p. 12, citado na Dissertação 5 (D5, p. 73)).

<sup>57</sup> Chama-se *proof of work*, ou prova de trabalho, modelo no qual todos os computadores participes da rede sujeitam-se a uma corrida de descoberta de blocos em uma estrutura criptografada (HOANG, HU, et al., 2019, citado na Dissertação 5 (D5, p. 77)).

frente a dominação masculina e, muito importante, os movimentos de resistência, de luta dos direitos, pela defesa do lugar, da cultura o que conduz à construção da territorialidade.

Outros elementos de destaque encontrados nas teses e dissertações avaliadas foram:

- 1) Os fortes traços que a colonialidade têm deixado nos contextos estudados e que prevalecem na atualidade, o que revelam a necessidade de aprofundar nos estudos Decoloniais como uma ampliação dos estudos CTS.
- 2) Especificamente, no recorte temporal estudado, são pouco evidenciados os novos conceitos na área em estudo, como: Inteligência territorial, geotecnologia, entre outras tendências.
- 3) Também, não foi evidenciado o uso ou aplicação de novas estratégias, práticas ou processos metodológicos.



## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante os desafios teóricos e metodológicos dos Estudos Sociais da Ciência e a Tecnologia (ESCT), junto com a necessidade de refletir sobre o papel da pesquisa produzida no país e indagar sobre suas contribuições para procurar novos caminhos possíveis para o futuro, foi apresentado este estudo que teve como objetivo avaliar a territorialidade, em termos de conceitos e práticas, nas pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES a partir dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT), realizado através de uma exaustiva revisão teórica que permitiu comprovar a hipótese de que a territorialidade é conceituada e praticada nas pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES, além de atingir os objetivos específicos e gerar as seguintes considerações finais que se apresentam na sequência:

### 1. **Levantar a forma com a qual a territorialidade é pesquisada na pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES**

Através deste objetivo foi possível demonstrar que – por meio da análise bibliométrica na base de dados SCOPUS – a Territorialidade em nível internacional tem sido estudada desde o ano de 1938, pelo menos nos países de língua inglesa, em mais de 26 áreas diferentes de conhecimento. Existem mais de 152 países com estudos sobre esta área de interesse, onde o Brasil ocupa a 7ª colocação na lista com 450 pesquisas, a Venezuela aparece com 17 trabalhos na 57ª posição e existe uma importante representatividade de estudos de países latino-americanos.

Ao nível nacional – por meio da análise bibliométrica na base de dados da CAPES – as pesquisas sobre Territorialidade possuem um histórico de mais de 34 anos; as teses representam cerca de 23%, enquanto as dissertações totalizam 73% das produções científicas sobre a temática, em todas as nove áreas acadêmicas definidas pela CAPES, com maior incidência de produções nas áreas Ciências Humanas, Multidisciplinar e Ciências Sociais Aplicadas.

Porém, apesar disso, na área de concentração Tecnologia e Sociedade (CTS) – foco de interesse nesta pesquisa junto com a área interdisciplinar – foram encontradas apenas dissertações que abordam o tema em estudo, ou seja – até o momento da produção deste estudo – não há teses que trabalhem a Territorialidade

como objeto de estudo, eixo transversal ou de forma geral. O que convida a refletir sobre as possíveis causas e propor alternativas que promovam sua pesquisa neste nível acadêmico, visto que a Territorialidade permeia as mais variadas áreas de conhecimento – como foi demonstrado na análise ao nível internacional – pelo qual se pode inferir que se trata de um tema relevante em várias partes do mundo.

## **2. Identificar os critérios para a análise dos conceitos e práticas de Territorialidade a partir dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT)**

Os resultados deste objetivo foram alcançados através de uma construção teórica – por fontes bibliográficas e/ou documentais – nos níveis de pesquisa exploratório e analítico com a referência do método materialista histórico e dialético, e os estudos CTS. Esse processo de pesquisa permitiu identificar e estabelecer as seguintes dimensões para estudar a Territorialidade nas pesquisas da área interdisciplinar da CAPES:

- Geográficas/analíticas da territorialidade: consistiu em identificar os elementos correspondentes às dimensões:
- Física/Natural, relacionada com a materialidade do espaço geográfico (recursos naturais, atividades de sustentabilidade, atividades depredatórias, entre outras); e Simbólica/Cultural da territorialidade, que se define com base em códigos culturais, relações sociais, crenças, ritos, identidade, ideologias, religião, entre outras.
- Relação espaço-tempo-território: permitiu analisar as relações entre o espaço, o tempo e o território com a Territorialidade, mostrando os movimentos e dinamismo que envolvem o objeto de estudo na geração da transformação do mundo (projeto ou objetivo).
- Práticas da Territorialidade: correspondeu ao processo de identificação dos tipos de práticas de territorialidade – práticas espaciais desenvolvidas pelos agentes capitalistas ou práticas espaciais insurgentes – que podem acionar os atores sociais para identificar-se com um território. Essas práticas podem-se apresentar de forma explícita ou implícitas, além de identificar os processos de transformação que geram no sujeito e no território.

### **3. Interpretar os conceitos e práticas de territorialidade nas pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar da CAPES a partir dos Estudos Sociais da Ciência e a Tecnologia (ESCT)**

O processo de interpretação dos conceitos e práticas de territorialidade das teses e dissertações em estudo, foi realizado por meio da análise de conteúdo que permitiu identificar o seguinte:

Com relação ao conceito de Territorialidade, verificou-se o uso de uma diversidade de adjetivos qualificativos que são atribuídos para defini-la, o que implica uma ampla abrangência do conceito, ressalta seu caráter flexível e dinâmico que pode variar segundo aos objetivos das pesquisas.

Também, resulta importante assinalar que foram identificadas algumas inconsistências ou confusões do conceito de territorialidade com território e o espaço, se enfatiza nas dimensões atribuídas ao território ou é usada a palavra territorialidades como indicativo do plural de território. Além disso, ficou evidente a falta de aprofundamento do conceito e suas características como processo de transformação do espaço em território através do tempo e do espaço.

Por isso, com base nos referenciais teóricos foi verificado que existe a necessidade de que os pesquisadores fiquem atentos ao processo de pesquisa sobre Territorialidade, ao mesmo tempo que adotem estratégias metodológicas, procedimentos, categorias e conceitos que permitam gerar respostas adequadas aos objetivos estabelecidos. Nesse sentido, tomando como base os conceitos expostos nas teses e dissertações avaliadas e a perspectiva dos estudos CTS, pode redefinir-se a Territorialidade como:

Um processo de transformação do espaço em território realizado pelos atores sociais de forma individual e/ou coletiva, que utiliza elementos materiais (naturais/físicos) e imateriais (simbólico/cultural) de forma prática (capitalista e/ou insurgente), flexível, dinâmica, construindo histórias que transcendem o tempo e o espaço. E gera um sentimento de pertencimento sobre o território que a converte em catalisadora de processos de mudança que desafiam diversos poderes (políticos, econômicos, sociais, entre outros) e influenciam de forma determinante a identidade de quem a exerce tornando-se uma expressão de poder.

Com relação às práticas de Territorialidade, foi necessário para sua interpretação identificar nas teses e dissertações em estudo, as dimensões definidas

no objetivo anterior, isso porque permitiram situar e compreender como se gera o processo de transformação, ou seja, para que se produza uma prática de territorialidade deve existir uma dimensão física/natural ou virtual como foi evidenciado nos resultados do estudo. Também deve existir uma forma de perceber e apropriar-se desse lugar, que se dá através da dimensão simbólico/cultural, estabelecida em momento histórico específico, ou seja, dentro de uma relação tempo-espaço-território.

Também foi demonstrado como se inter-relacionam os tipos de práticas de territorialidade estudados: as executadas por agentes capitalistas e as executadas pelos agentes sociais ou práticas espaciais insurgentes, as quais encontram-se estreitamente vinculadas – é dizer, uma leva para outra – uma ou mais práticas capitalistas provocam como reação uma ou mais práticas insurgentes como resposta para contrastar as ações que as primeiras geram.

Além dos objetivos, foi observado nas pesquisas avaliadas que existem: 1) fortes traços que a colonialidade têm deixado nos contextos estudados e que prevalecem na atualidade, o que revelam a necessidade de aprofundar nos estudos Decoloniais como uma ampliação dos estudos CTS. 2) especificamente, no recorte temporal estudado, são pouco evidenciados os novos conceitos na área em estudo, como: Inteligência territorial, geotecnologia, entre outras tendências. 3) também, não foi evidenciado o uso ou aplicação de novas estratégias, práticas ou processos metodológicos. Y, 4) se sugere aprofundar nos estudos sobre o objeto apresentado, especialmente ao nível de doutorado na área dos ESCT.

Com base no anterior, foi verificado como a perspectiva dos estudos CTS, permitiu refletir sobre o papel das pesquisas produzidas na área interdisciplinar da CAPES, ao avaliar a produção na pós-graduação sobre a Territorialidade e indagar sobre suas contribuições, reconhecer os aspectos teóricos e metodológicos utilizados, o que levou a apropriação do conhecimento por parte da autora, porque como estrangeira transformou sua territorialidade no pessoal e profissional, ampliando a sua compressão do mundo, através de cada tese e dissertação analisada, apropriando-se de novos territórios e reconstituindo sua identidade territoriais em novos espaços.

Nesse sentido, se sugere gerar estratégias que permitam dar maior visibilidade às atividades de pesquisa sobre Territorialidade, através de estudos interdisciplinares que promovam a construção do conhecimento social – participativo e representativo – para avançar em caminhos que reconstruam as marcas da sociedade capitalista, que faz com que a produção de conhecimento científico e o

trabalho interdisciplinar ainda estejam atados numa materialidade social dividida em classes cujos interesses são antagônicos.

E, permita, apropriar-se e reapropriar-se das tecnologias modernas, dando-lhes novos rumos e novos enquadramentos de referências, procurando outros pontos de vista: ontológicos e epistemológicos. Daí o papel que devem assumir as universidades e instituições de apoio e fomento da educação, por meio da pesquisa científica em todos os seus níveis, em especial ao nível da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), para consolidar o desafio das transformações acadêmicas que atualmente se exigem e ocupar um lugar central no paradigma educacional da sociedade do terceiro milênio, com o objetivo de que a pesquisa contribua ainda mais para a solução dos problemas que afligem a sociedade.

## REFERÊNCIAS

ABARCA, A. *et al.* Técnicas cualitativas de investigación. **San José, Costa Rica: UCR**, 2013.

ABELA, J. A. Las técnicas de análisis de contenido: una revisión actualizada. Editorial Fundación **Centro de Estudios Andaluces**. Serie Sociología, Nro. S2001/03. Sevilla. 2002.

ACCARDO, A. *Initiation à la Sociologie: une lecture de Bourdieu*. Bordeaux: Le Mascaret, 1991.

ACKERMAN, E. Las fronteras de la investigación geográfica. **GeoCrítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana**, Universidad de Barcelona, 1976, n. 3, [ed. original 1963].

ALBAGLI, S. Território e Territorialidade. *In*: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Org.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Brasília: Sebrae, 2004.

ALLAND JR, A. **The human imperative**. Columbia: University Press, 1972.  
ALPHANDÉRY, P.; BERGUES, M. Territoires en questions: pratiques des lieux, usages d'un mot. **Ethnologie française**, v. 34, n. 1, p. 5-12, 2004.  
<https://doi.org/10.3917/ethn.041.0005>. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-ethnologie-francaise-2004-1-page-5.htm>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ÁLVAREZ, M. La interdisciplinariedad en la enseñanza-aprendizaje de las ciencias. *In*: Álvarez, M. (comp.) **Interdisciplinariedad. Una aproximación desde la enseñanza-aprendizaje de las ciencias**. La Habana. Editorial Pueblo y Educación. 2004.

ARELLANO, A. H.; KREIMER, P. **Estudio Social de la Ciencia y la Tecnología desde América Latina**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2011.  
BALESTRINI, M. **Cómo se elabora el proyecto de investigación**. Caracas: BL Consultores Asociados, 2006.

BAZZO, W. A.; VON LINSINGEN I.; PEREIRA, L. T. V. (Eds.). **Introdução aos estudos CTS**. Madrid: Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OIE), 2003.

BERTRAND, G.; BERTRAND, C. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Maringá: Massoni, 2007.

BISPO, M. Estudos baseados em prática: conceitos, história e perspectivas. **Revista interdisciplinar de gestão social**, v. 2, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/10058>. Acesso em 2 jan. 2022.

BLUMER, H. **Symbolic Interactionism: perspective and method**. USA: University of California Press, 1986.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo**, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em: [https://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista\\_odontologia/pdf/setembro\\_dezembro\\_2006/metodologia\\_pesquisa\\_bibliografica.pdf](https://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf). Acesso em: 20 jun. 2022.

BOISIER ETCHEVERRY, S. El territorio en la contemporaneidad (La recuperación de las políticas territoriales). **Líder: revista labor interdisciplinaria de desarrollo regional**, n. 18, p. 9-24, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4745836.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

BOSQUE MAUREL J., ORTEGA ALBA, F. **Comentario de textos geográficos, (Historia y Critica del Pensamiento Geográfico)**. Barcelona: Oikos-Tau, 1995.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BOURDIEU, P. Esboço de uma Teoria da Prática. *In*: ORTIZ, R. (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa e Rio de Janeiro: Bertrand Brasil e Difel, 1989.

BOURDIEU, P. **O senso prático**. tradução de Maria Ferreira, revisão da tradução, Odaci Luiz Coradini. Petropolis, RJ: Vozes, 2009.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BRASIL. **Decreto n. 86.816**, de 5 de janeiro de 1982. Dispõe sobre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e dá outras providências. 1982. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86816-5-janeiro-1982-436737-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. **Lei n. 8.028**, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. 1990b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8028.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8028.htm). Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. **Medida Provisória nº 150**, de 15 de março de 1990 convertida na Lei n. 8.028 de 1990. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. 1990a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1990/medidaprovisoria-150-15-marco-1990-370445-norma-pe.html>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BUZAI, G. D. Geografía global. El paradigma geotecnológico y el espacio interdisciplinario en la interpretación del siglo XXI. **Estudios geográficos**, v. 62, n.

245, p. 621-648, 2001. <https://doi.org/10.3989/egeoqr.2001.i245.269>. Disponível em: <https://estudiosgeograficos.revistas.csic.es/index.php/estudiosgeograficos/article/view/269>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CAIRO CAROU, H. Territorialidad y fronteras del estado-nación: las condiciones de la política en un mundo fragmentado. **Política y sociedad**, v. 36, p. 29-38, 2001. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/poso/article/download/poso0101130029a/24389>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: demystifications of the scallops and the fishermen of St. Briec Bay. In: LAW, J. (Ed.). **Power, action, and belief: a new sociology of knowledge?** London: Routledge and Kegan Paul. 1986.

CAMPO URBANO, S. del. La tercera cultura. In: **Anais da Real Academia de Ciências Morais y Políticas**, 82, 2005, p. 145-160.

CAMPS, D. Estudio bibliométrico general de colaboración y consumo de la información en artículos originales de la revista Universitas Médica, período 2002 a 2006. **Universitas Médica**, v. 48, n. 4, p. 358-365, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2310/231018670002.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CAPEL, H. Las ciencias sociales y el estudio del territorio. **Biblio 3W. Revista bibliográfica de geografía y ciencias sociales**, v. 21, n. 1, p. 1-38. 2016. Disponível em: [http://beu.extension.unicen.edu.ar/xmlui/bitstream/handle/123456789/173/CAPEL\\_Las%20ciencias%20sociales%20y%20el%20estudio%20del%20territorio\\_2016.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://beu.extension.unicen.edu.ar/xmlui/bitstream/handle/123456789/173/CAPEL_Las%20ciencias%20sociales%20y%20el%20estudio%20del%20territorio_2016.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 15 abr. 2022.

CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação, 1982**. 1982. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/II\\_PNPG.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/II_PNPG.pdf). Acesso em: 20 fev. 2021.

CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação, 2004**. 2004. Disponível em: <http://www.Capes.gov.br/avaliacao/avaliacao-dapos-graduacao>. Acesso em: 25 mar. 2021.

CAPES. **Relatório de avaliação 2007-2009**. 2007. Disponível em: [http://trienal.Capes.gov.br/?page\\_id=100](http://trienal.Capes.gov.br/?page_id=100). Acesso em: 28 mar. 2021

CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG): 2011-2020**. Brasília, DF: Capes, 2010. 1 v. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CAPES. **Documento de área**. Área 45: Interdisciplinar. Ministério da Educação (MEC). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Diretoria de Avaliação (DAV), 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/INTERDISCIPLINAR.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.



CAPES. **Evolução do SNPG no decênio do pnpq 2011-2020**. Brasília-DF, agosto de 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/07032022\\_EvolucaoDoSNPGnodeceniodoPNPG20112020\\_ISBNWeb.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/07032022_EvolucaoDoSNPGnodeceniodoPNPG20112020_ISBNWeb.pdf). Acesso em: 20 jun. 2022.

CAPES. **História e missão**. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CASTRO MENDES, C. E. **El enfoque territorial discusión metodológica**. Estudios de Posgrado en Geografía (EPG). 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/340902016\\_EL\\_ENFOQUE\\_TERRITORIAL\\_DISCUSION\\_METODOLOGICA](https://www.researchgate.net/publication/340902016_EL_ENFOQUE_TERRITORIAL_DISCUSION_METODOLOGICA). Acesso em: 15 abr. 2022.

CAVALCANTE, K. L. Fundamentos da filosofia Ubuntu: afroperspectivas e o humanismo africano. **Revista Semiárido De Visu**, v. 8, n. 2, p. 184-192, 2020. DOI: <http://orcid.org/0000-0001-5750-9076>. Disponível em: <https://semiaridodevisu.ifsertaope.edu.br/index.php/rsdv/article/view/52>.

CERQUEIRA-NETO, S.; SANTOS, C. J. P. A ciência e a tecnologia na visão de Milton Santos. **GeoTextos**, v. 13, n. 2, p. 209 – 225, 2017. DOI: <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v13i2.22361>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/22361>. Acesso em: 15 abr. 2022.

COMUNIDAD MADRID. **Veinte años de la Declaración de Budapest sobre la Ciencia y el uso del saber científico semana de la ciencia y la innovación**. Un planeta, muchos mundos 2020. Fundación para el conocimiento Madrid. 2020. Disponível em: [https://www.madrimasd.org/sites/default/files/20\\_an%CC%83os\\_budapest\\_.pdf](https://www.madrimasd.org/sites/default/files/20_an%CC%83os_budapest_.pdf).

CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, 2007. DOI: <https://orcid.org/0000-0003-1865-147X>. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12795>. Acesso em: 2 fev. 2023.

CRUZ. América Latina: dilemas y oportunidades de los estudios CTS frente a la pandemia (Seminario Virtual) 06/08/2020. Congreso ESOCITE-LALICS. **Comisión Sectorial de Investigación Científica (CSIC-Udelar)**. 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Xxf7EoXX\\_RY](https://www.youtube.com/watch?v=Xxf7EoXX_RY). Acesso em 15 jan. 2023.

DAGNINO, R.; THOMAS, H.; DAVYT, A. El pensamiento en ciencia, tecnología y sociedad en Latinoamérica: una interpretación política de su trayectoria. **Redes. Revista de Estudios Sociales de la Ciencia**, v. 3, n. 7, p. 13-51, 1996. Disponível em: <https://repositorio.esocite.la/416/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

DALLABRIDA, V. R. **Teorias do desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países**. Curitiba: CRV, 2017.

DANTAS, D. C. Dimensões da pós-graduação e o modelo Capes de avaliação: uma discussão sobre critérios e sua mensuração. *In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, v. 36., 2012, Rio de Janeiro. Anais Rio de Janeiro: Anpad, 2012.

DAUS, F. *¿Qué es la Geografía?* Buenos Aires: Editorial Columba. 1961.

DE BRITO DIAS, R.; GUTIÉRREZ, E. A. El Pensamiento Latinoamericano en Ciencia, Tecnología y Sociedad (Placts) Contribuciones y Aportes de Osvaldo Sunkel. *Revista de Humanidades y Ciencias Sociales y Multidisciplinaria*, p. 45-62, 2015. Disponível em: <https://100cs.cl/index.php/cs/article/view/48>.

DI MÉO, G. *Geographie sociale et territoires*. Paris: Nathan, 1998.

DI MÉO, G. Géographies tranquilles du quotidien. Une analyse de la contribution des sciences sociales et de la géographie à l'étude des pratiques spatiales. *Cahiers de géographie du Québec*, v. 43, n. 118, p. 75-93, 1999. DOI: <https://doi.org/10.7202/022788ar>. Disponível em: <https://id.erudit.org/iderudit/022788ar>. Acesso em: 16 abr. 2022.

DUPUIS, J. Antropologia, cultura e organização: proposta de um modelo construtivista. *In: CHANLAT, J. F. (Org.). O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*, v. 3, p. 231-251, 1996.

EDIN CUADRA, D. Los enfoques de la geografía en su evolución como ciencia. *Geográfica digital*, v. 11, n. 21, p. 1-22, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.30972/geo.11212186>. Disponível em: <https://revistas.unne.edu.ar/index.php/geo/article/view/2186>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FALERO, A. La importancia de recuperar el estudio de procesos sociales. Algunas implicaciones teórico-metodológicas". *In: RIELLA, A. (Coord.). El Uruguay desde la Sociología IX*. Montevideo: UR.FCS-DS, 2011. Disponível em: <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/7599/1/EI%20Uruguay%20desde%20la%20Sociologia%2009.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.

FALETTO, V. Los años 60 y el tema de la dependencia. *Estudios avanzados*, v. 12, n. 33, p. 109-117, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/KzQ6RpVQ5KBRrZZHLWXFQ5D/?format=pdf&lang=es>. Acesso em: 16 abr. 2022.

FAZENDA, I. C. A. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. Campinas: Papyrus editora, 2006.

FERREIRA, E. de S. *O discurso da CAPES para avaliação dos programas de pós-graduação: da (des)fragmentação à comunicação em rede*. 2008. Tese (Programa de Pós-graduação em Linguística) - Universidade de Brasília. Instituto de Letras. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas. Brasília, 2008. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33530717.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2023.

FLAVIO, L. C.; SAQUET, M. A. Elementos de reflexão para fundamentar a pesquisa em geografia centrados na relação tempo-espaço-território. **Formação (Online)**, v. 2, n. 15, 2008. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/616>.

FOLLARI, R. La interdisciplina en la docencia. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 16, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/4586>. Acesso em: 3 fev. 2023.

FREITAS, C. A prática em Bourdieu. **Revista Científica FacMais**, v. 1, p. 5-22, 2012. Disponível em: <https://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2012/04/1.A-PR%C3%81TICA-EM-BOURDIEU-Celma-Freitas1.pdf>.

FRIGOTTO, G. Sinpro Minas: A educação brasileira está cercada, crítica Gaudêncio Frigotto. **Em entrevista por Denilson Cajazeiro a Gaudêncio Frigotto**. 2020. Disponível em: <https://contee.org.br/sinpro-minas-a-educacao-brasileira-esta-cercada-critica-gaudencio-frigotto/>. Acesso em: 2 fev. 2023.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**, 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Ideação**, v. 10, n. 1, p. 41-62, 2008. DOI: <https://doi.org/10.48075/ri.v10i1.4143>. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143>. Acesso em: 16 abr. 2022.

FUINI, L. L. Construções teóricas sobre o território e sua transição: A contribuição da Geografia brasileira. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 26, n. 1, p. 221-242, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/62649>. Acesso em: 2 fev. 2023.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GALLEGOS, M. Kuhn y la historiografía de la ciencia en el campo CTS. **Revista iberoamericana de ciencia tecnología y sociedad**, v. 8, n. 22, p. 153-177, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=s1850-00132013000100009](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s1850-00132013000100009). Acesso em: 16 abr. 2022.

GEERTZ, C. **La Interpretación de las Culturas**. Tradução: Alberto L. Bixi. Barcelona: Editorial Gedisa, 1992.

GIDDENS, A. **La constitución de la sociedad: bases para la teoría de la estructuración**. 2ª ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2011.

GÓMEZ, C. F. R.-C.; GUTIÉRREZ, C. V.-R.; PINZÓN, C. E. Rueda-Clausen. Indicadores bibliométricos: origen, aplicación, contradicción y nuevas

propuestas. **MedUNAB**, v. 8, n. 1, p. 29-36, 2005. Disponível em: <https://revistas.unab.edu.co/index.php/medunab/article/view/208>. Acesso em 2 jan. 2023.

GÓMEZ, P. C. **Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

GOMIDE, D. C. O materialismo histórico-dialético como enfoque metodológico para a pesquisa sobre políticas educacionais. In **SAVIANI, D. et al. Anais da XII Jornada do Histedbr e Seminário de Dezembro: A crise estrutural do capitalismo e seus impactos na educação pública brasileira**. Caxias: Histedbr, MA/CESC, 2014.

GONZÁLEZ GARCÍA, M. I. *et al.* **Ciencia, tecnología y sociedad: una introducción al estudio social de la ciencia y la tecnología**. Madrid: Tecnos, 1996.

GORDILLO, M. **Educación, Ciencia, Tecnología y Sociedad**. Madrid: Centro de Altos Estudios Universitarios de la Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI). 2009

GOTTMANN, J. **The significance of territory**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

GRISOLA, J. Disciplinas científicas. **Revista Ideides**. 2016. Disponível em: <http://revista-ideides.com/disciplinas-cientificas/>. Acesso em: 16 abr. 2022.

GRUNER, S. Territorio y el ser decolonial: Pervivencia de las mujeres y los pueblos en tiempos de conflicto, paz y desarrollo. In: FLORES P.; GUERREIRO L. **Movimientos indígenas y autonomías en América Latina: Escenarios de disputa y horizontes de posibilidad**, CLASCSO, 2018. Disponível em: [https://genderandsecurity.org/sites/default/files/Gruner\\_-\\_Territorio\\_y\\_el\\_ser\\_decolonial.pdf](https://genderandsecurity.org/sites/default/files/Gruner_-_Territorio_y_el_ser_decolonial.pdf).

GUIX, J. O. El análisis de contenidos: ¿qué nos están diciendo? **Revista de calidad asistencial**, v. 23, n. 1, p. 26-30, 2008. DOI: [https://doi.org/10.1016/S1134-282X\(08\)70464-0](https://doi.org/10.1016/S1134-282X(08)70464-0). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1134282X08704640>. Acesso em: 15 jan. 2023.

GUSDORF, Georges. Réflexions sur l'interdisciplinarité Bulletin de Psychologie. **XLIII**, v. 397, p. 847-868, 1990.

GUZMÁN PEÑA, A. R. Propuesta de un modelo de inteligencia territorial. **Journal of technology management & innovation**, v. 8, p. 76-83, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-27242013000300036>. Disponível em: [https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?pid=S0718-27242013000300036&script=sci\\_arttext](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?pid=S0718-27242013000300036&script=sci_arttext). Acesso em: 16 abr. 2022.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

HAESBAERT, R. Prefácio. *In*: RIBEIRO, M.; MILANI, C. (Org.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a13531>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531>. Acesso em: 12 jan. 2023.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992

HAZEN, E. Maior crise da história da Capes é agravada com renúncia coletiva de coordenadores de área e consultores. 2021. **Jornal da Universidade**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/major-crise-da-historia-da-capes-e-agravada-com-renuncia-coletiva-de-coordenadores-de-area-e-consultores/>.

HERRERA MONTERO, L. A.; HERRERA MONTERO, L. Territorio y territorialidad: Teorías en confluencia y refutación. **Universitas, Revista de Ciencias Sociales y Humanas**, n. 32, p. 99-120, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17163/uni.n32.2020.05>. Disponível em: [http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1390-86342020000100099](http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1390-86342020000100099). Acesso em: 16 abr. 2022.

HUI, Y. **Tecnodiversidade**. Traduzido: Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

INTERNATIONAL COUNCIL FOR SCIENCE – ISC. **Consejo Internacional para la Ciencia**. Disponível em: <https://council.science>. Acesso em: 01 sep. 2020.

JAPIASSU, H. O espírito interdisciplinar. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 4, n. 3, p. 1 - 9, 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/7401>. Acesso em: 16 abr. 2022.

JIMÉNEZ GUZMÁN, M. L. Ciencias sociales y multidisciplina. *In*: A. M. CHÁVEZ, C. MENKES; B. SOLARES (Eds.). **Ciencias sociales y multidisciplina**. Memorias de las VII Jornadas Multidisciplinarias p. 115-119, 2008. México: Universidad Nacional Autónoma de México.

KÉDROV, B. M. **Clasificación de las Ciencias**. Moscú: Editorial Progreso, 1974.

KORZYBSKI, A. **Science and sanity: An introduction to non-Aristotelian systems and general semantics**. Lakeville, CT: International Non Aristotelian Library, 1958.

KREIMER, P. Estudios sociales de la ciencia y la tecnología en América Latina: ¿Para qué? ¿Para quién? **RIDAA-UNQ**: Repositorio Institucional Digital de Acceso Abierto de la Universidad Nacional de Quilmes, v. 13, n. 26, p. 55-64 2007. Disponible em: <https://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/524>. Acceso em: 16 abr. 2022.

KREIMER, P.; VESSURI, I. **Perspectivas Latinoamericanas en el estudio social de la ciencia, la tecnología y la sociedad**. Cidade de México: Grupo editorial Siglo Veintiuno. 2014

KRIPPENDORFF, K. **Metodología de análisis de contenido, teoría y práctica**. Barcelona: Paidós, 1980.

KUMAR, K. **From posindustrial to posmodern Society**. New theories of the contemporary world. Malden: Blackwell Publishers, 1995.

Lander, E. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y Ciencias Sociales - perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

LATOUR, B. **Ciencia en acción**. Como conseguir a los científicos e ingenieros a través de la Sociedad. Barcelona, Labor, 1992.

LLANOS-HERNÁNDEZ, L. El concepto del territorio y la investigación en las ciencias sociales. **Agricultura, sociedad y desarrollo**, v. 7, n. 3, p. 207-220, 2010. Disponible em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-54722010000300001](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-54722010000300001). Acceso em: 16 abr. 2022.

LOPES DE SOUZA, M. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2013.

LÓPEZ CERREZO, J. A. Ciencia, Tecnología y Sociedad: el estado de la cuestión en Europa y Estados Unidos. **Revista iberoamericana de educación**, v. 18, p. 41-68, 1998.

LÓPEZ CERREZO, J. A., MARTÍN GORDILLO, M.; OSORIO, C. La educación en valores a través de CTS. Foro Iberoamericano sobre Educación en Valores. Montevideo, Uruguay: 2 al 6 octubre de 2000. **La educación en valores en Iberoamérica**. Madrid: Papeles Iberoamericanos, p. 119-58, 2000.

LOPEZ CERREZO, José A. STS education in practice: The case of Spain. **Bulletin of Science, Technology & Society**, v. 14, n. 3, p. 158-166, 1994. DOI: <https://doi.org/10.1177/027046769401400306>. Disponible em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/027046769401400306?journalCode=bsa>.



MACCARI, E. A.; LIMA, M. C.; RICCIO, E. L. Uso do sistema de avaliação da Capes por programas de pós-graduação em administração no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, v. 11, n. 25, p. 68-96, 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3710745>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MALDONADO, C. E. De dos modos de interdisciplinariedad, uno. **Revista Latinoamericana de Ensayo**. 2017. Disponível em: <https://critica.cl/filosofia/de-dos-modos-de-interdisciplinariedad-uno>. Acesso em: 22 jul. 2022.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**, p. 127-167, 2007. Disponível em: <http://www.decolonialtranslation.com/espanol/maldonado-colonialidad-del-ser.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2023.

MARTÍNEZ ÁLVAREZ, Fidel. El Movimiento de Estudios Ciencia-Tecnología-Sociedad: su origen y tradiciones fundamentales **Humanidades Médicas**, v. 4, n. 1, p. 1-3, 2004. Disponível em: [http://scielo.sld.cu/scielo.php?pid=S1727-81202004000100002&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://scielo.sld.cu/scielo.php?pid=S1727-81202004000100002&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 17 abr. 2022.

MERTON, R. **Teoría y estructura sociales**. México: Fondo de Cultura Económica, 1970.

MIGNOLO, W. El pensamiento des-colonial, desprendimiento y apertura: un manifiesto. **Revista Telar**, n. 6, p. 7-38, 2007. Disponível em: <http://revistatelar.ct.unt.edu.ar/index.php/revistatelar/article/view/168>. Acesso em: 2 jan. 2023.

MILLER, G. A. The cognitive revolution: a historical perspective. **Trends in cognitive sciences**, v. 7, n. 3, p. 141-144, 2003. DOI: [https://doi.org/10.1016/S1364-6613\(03\)00029-9](https://doi.org/10.1016/S1364-6613(03)00029-9). Disponível em: [https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1364661303000299?casa\\_token=iZ2jRWgq2KkAAAAA:OrkbXWYqnhUy65WLJx4ItTo5r0kJL8MRO0rUgtZqwjZTdn8X3x99xnz8NFVZ7FhpmohmvMdLKA](https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1364661303000299?casa_token=iZ2jRWgq2KkAAAAA:OrkbXWYqnhUy65WLJx4ItTo5r0kJL8MRO0rUgtZqwjZTdn8X3x99xnz8NFVZ7FhpmohmvMdLKA). Acesso em: 17 abr. 2022.

MOLINA, W. S. **Las prácticas socioespaciales y su contribución a la sostenibilidad y al ordenamiento territorial del municipio de el bagre**, Antioquia 2000-2020. 2021. Mestrado (Programa de Pós-graduação em *Estudios Urbanos Regionales*) – Universidade Nacional de Colombia. Medellín, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/80501>. Acesso em: 2 fev. 2023.

MONTERO, R. **Programa de formación avanzada en estadística bajo el enfoque ciencia, tecnología y sociedad (CTS) para los docentes en el área del instituto universitario de tecnología de Yaracuy (IUTY)**. 2014. Dissertação (Mestrado Convênio Cuba – Venezuela).

MOREIRA, A. F. A cultura da performatividade e a avaliação da pós-graduação em educação no Brasil. **Educação em Revista**, v. 25, p. 23-42, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982009000300003>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edur/a/WdS7G3YzmVWQstvLGVB7FdD/abstract/?lang=pt>.  
Acesso em: 10 jun. 2022.

MORIN, E. **Ciencia con consciencia**. Barcelona: Anthropos, 1984.

MORÍN, E. **Introducción al pensamiento complejo**. Ciudad de México: Gedisa, 2004.

MORÍN, E. Sobre la interdisciplinariedad. *In: **Publicación periódica de la Rectoría de la Pontificia Universidad Javeriana La Interdisciplinariedad en la Universidad***. Fundación Cultural Javeriana de Artes Gráficas -JA VEGRAF Bogota, D.C. 2010.

NAKAGAWA, R. M. de O. Espaço e interdisciplinaridade: o conceito de espaço na obra de Milton Santos e suas interfaces com a comunicação e a semiótica. **Intexto**, n. 37, p. 6-21, 2016. DOI: <https://doi.org/10.19132/1807-8583201637.6-21>. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/view/68752>. Acesso em: 17 abr. 2022.

NATES CRUZ, B. Soportes teóricos y etnográficos sobre conceptos de territorio. **Coherencia**, v. 8, n. 14, p. 209-229, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1794-58872011000100009](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-58872011000100009).

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista y Servicio Social**. Editorial Cortez. San Pablo. Brasil, 1992.

NICOLINI, D. Praxeology and the Work of Giddens and Bourdieu. *In: NICOLINI, D. **Practice Theory, Work and Organization: An Introduction***. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2012.

NÚÑEZ, J. J. **La ciencia y la tecnología como procesos sociales**. La Habana, Editorial Félix Varela, 2007.

OKUBO, Y. **Bibliometric indicators and analysis of research systems: methods and examples**. Paris: OECD, 1997. Disponível em: [https://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/bibliometric-indicators-and-analysis-of-research-systems\\_208277770603](https://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/bibliometric-indicators-and-analysis-of-research-systems_208277770603).

ONU. Resolución aprobada por la Asamblea General el 25 de septiembre de 2015. **Transformar nuestro mundo: la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible**. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N15/291/93/PDF/N1529193.pdf?OpenElement>. Acesso em: 20 abr. 2022.

OROPEZA, M.; DÍAZ, N. La geotecnología y su inserción en el pensamiento geográfico. **Terra. Nueva Etapa**, v. 23, n. 34, p. 71-95, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/721/72103404.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2022.



PALÁCIOS, J. J. L. Territorialidad, Estado-nación y economía nacional: Atisbos de una economía transregional en el mundo del siglo XXI. **Espiral (Guadalajara)**, v. 15, n. 45, p. 73-132, 2009. Disponível em:

[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1665-05652009000300003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1665-05652009000300003&script=sci_arttext). Acesso em: 17 abr. 2022.

PATRUS, R.; SHIGAKI, H. B.; DANTAS, D. C. Quem não conhece seu passado está condenado a repeti-lo: distorções da avaliação da pós-graduação no Brasil à luz da história da Capes. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 16, p. 642-655, 2018. DOI:

<https://doi.org/10.1590/1679-395166526>. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/cebape/a/TGP3X57NqRVfnt4xnydbH5g/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2022.

PEÑA, T. E. La formación de investigación en psicología. *In*: CARPIO, C. (Coord.), **Investigación, formación y prácticas psicológicas**. Universidad Nacional Autónoma De México Ciudad Universitaria, Delegación Coyoacán, 2011.

PENROSE, J. Nations, states and homelands: territory and territoriality in nationalist thought. **Nations and nationalism**, v. 8, n. 3, p. 277-297, 2002. DOI:

<https://doi.org/10.1111/1469-8219.00051>. Disponível em:  
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1469-8219.00051>. Acesso em: 3 jan. 2023.

PÉREZ PORTO, J.; MERINO, M. **Conciencia social - Qué es, clases, definición y concepto**. 2021. Disponível em: <https://definicion.de/conciencia-social/>.

PHILIPPI JUNIOR, A.; SILVA NETO, A. J. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. 1. ed. São Paulo: Editores Barueri, Manole, 2011.

PINEAU, G. (Orgs.) **Lecture transdisciplinaire des programmes d'éducation thérapeutique**. Quelle(s) logique(s) engager? Communication introductive à la XVIème journée de l'IIPCEM, Paris: Ed. IPCEM, 2008.

POMBO, O. Epistemología de la interdisciplinariedad. La construcción de un nuevo modelo de comprensión. **Interdisciplina**, v. 1, n. 1, 2013. DOI:

<http://dx.doi.org/10.22201/ceiich.24485705e.2013.1.46512>. Disponível em:  
<http://revistas.unam.mx/index.php/inter/article/view/46512>. Acesso em: 17 abr. 2022.

PRASAD, P. Structuration and Praxeology: Transcending Dualism Within Frameworks of Power. *In*: PRASAD, P. **Crafting Qualitative Research: Working in the postpositivist traditions**. New York: M.E.Sharpe, 2005.

PREMEBIDA, A.; NEVES, F. M.; ALMEIDA, J. Estudos sociais em ciência e tecnologia e suas distintas abordagens. **Sociologias**, v. 13, p. 22-42, 2011. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000100003>. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/soc/a/kPSsvXYKp6k8xYZVTVCNdYz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2022.

PRIGOGINE, I. y STENGERS, I. **La nueva alianza. La metamorfosis de la ciencia**. Madrid: Alianza, 1990.

QUAINI, Massimo. Dalla coscienza di classe alla “coscienza di luogo” ovvero “de la lutte des classes à la lutte des places”. **Declinazioni del concetto di luogo e di paesaggio, Fondazione Benetton, Treviso**, p. 1-13, 2010.

QUIJANO, A. (2007) Colonialidad del Poder y Clasificación Social. In: CASTRO-GOMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

QUIJANO, A. ‘Raza’, ‘etnia’ y ‘nación’ en Mariátegui: cuestiones abiertas. In: FORGUES, R. (Ed.). **La otra cara del descubrimiento**. Lima: Amauta, 1992.

QUINTERO, J. A. W. Fazer comunidade: notas sobre território e territorialidade a partir do sentipensar indígena na bacia do Lago de Maracaibo, Venezuela. **Porto Alegre: Deriva**, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires. CLACSO, 2020.

QUIJANO, A. Otro horizonte de sentido histórico. **Revista América Latina en Movimiento**, v. 33, n. 441. 2009.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: RAFFESTIN, C. **Pour une géographie du pouvoir**. Paris: Libraires Techniques, 1980.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. e SPOSITO, E. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RAMÍREZ, C. A. Soberanía alimentaria y desarrollo rural. Implicaciones teóricas y políticas, **ALASRU Análisis Latinoamericano del Medio Rural, Nueva época**, n. 11, 2017.

RAO, I. K. **Métodos quantitativos em biblioteconomia e ciência da informação**. Brasília: ABDF, 1986.

REYNA, W. E. C.; CARREÓN, A. L. C.; ARMIJO, S. G. M. La interrelación de diferentes disciplinas para el abordaje científico de fenómenos y problemas sociales. **Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales**, v. 9, n. 2, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.24215/18537863e056>. Disponível em: <https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/library?a=d&c=arti&d=Jpr11354>. Acesso em: 17 abr. 2022.

RIBES, E. **El estudio científico de la conducta individual: Una introducción a la teoría de la psicología**. Cidade de México: Manual Moderno, 2018.

RODRIGUES, Victor Augusto Bianchetti; VON LINSINGEN, Irlan; CASSIANI, Suzani. Formação cidadã na educação científica e tecnológica: olhares críticos e decoloniais para as abordagens CTS. **Educação e Fronteiras**, v. 9, n. 25, p. 71-91, 2019. DOI: <https://doi.org/10.30612/eduf.v9i25.11012>. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/11012>. Acesso em: 2 fev. 2023.

RODRÍGUEZ AGUILAR, E. F. La necesidad del diálogo: una realidad política y disciplinaria. *In*: ROSALES ORTEGA, R.; GUTIÉRREZ RAMÍREZ, S.; TORRES FRANCO, L. (cords.) **La Interdisciplina en las Ciencias Sociales**. Barcelona: Anthropos, 2006.

ROSALES ORTEGA, R.; GUTIÉRREZ RAMÍREZ, S.; TORRES FRANCO, L. (cords.) **La Interdisciplina en las Ciencias Sociales**. Barcelona: Anthropos, 2006.

ROSO, C. C. **Transformações na Educação CTS: uma proposta a partir do conceito de Tecnologia Social**. 2017. Tese (Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/187060/PECT0346-T.pdf?sequence=-1>. Acesso em: 2 fev. 2023.

SACK, R. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record. 2000.

SANTOS, M. **La naturaleza del espacio: Técnica y tiempo. Razón y emoción**, Barcelona, España, Editorial, Ariel Geografía. 2001.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. O retorno do território. *In*: **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf> . Acesso em: 2 fev. 2023.

SANTOS, M. **Técnica espaço tempo – Globalização e meio técnico científico**. Informacional Editora: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SAQUET, M. A. O tempo, o espaço e o território. *In*: SOUZA, E.; SOUZA, Á. (Org.). **Paisagem, território, região: em busca da identidade**. Cascavel/PR: Edunioeste, 2000.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense. *In*: SPOSITO, M. E.; WHITACKER, A. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.157-186.

SAQUET, M. A. Por uma Abordagem Territorial. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. A. **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**, 2009. p. 73-94. 1.<sup>a</sup> ed. Editora Expressão Popular. São Paulo.

SAQUET, M. A. **Por una geografía de las territorialidades y las temporalidades: una concepción multidimensional orientada a la cooperación y el desarrollo territorial**. Universidad Nacional de La Plata: Colección Biblioteca Humanidades 36. 2015. Disponível em: <https://www.ssoar.info/ssoar/handle/document/46005>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Editora expressão popular, 2008.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. **Consciência de classe e lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

SAQUET, Marcos Aurelio. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, p. 479-505, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n3p479>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/3bck5hHGnk5FrRWJ6JDXYWt/?lang=pt>. Acesso em: 2 jan. 2023.

SAQUET, Marcos Aurélio. O conhecimento popular na praxis territorial: uma possibilidade para trabalhar com as pessoas. **Geotema, Roma, Suplemento**, v. 2019, p. 5-16, 2019. Disponível em: [https://www.ageiweb.it/geotema/wp-content/uploads/2019/11/Suplemento2019\\_1\\_Saquet.pdf](https://www.ageiweb.it/geotema/wp-content/uploads/2019/11/Suplemento2019_1_Saquet.pdf). Acesso em: 2 jan. 2023.

SCHULMAN, L.S. Foreword. *In*: M.T. Huber & S.P. Morreale (Eds.), **Disciplinary styles in the scholarship of teaching and learning: Exploring common ground** (pp. v--ix). Washington, DC: American Association for Higher Education and the Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching. 2002. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED478800.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SGUISSARDI, Valdemar. Estudo diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) educação superior no Brasil: 2002-2012. **Brasília: Edital**, v. 51, 2014.

SISMONDO, S. Science and Technology Studies and an Engaged Program. *In*: HACKETT, E. J., AMSTERDAMSKA, O., LYNCH, M., WAJCMAN, J. (Eds). **The Handbook of Science and Technology Studies**. 3ª ed. Cambridge: The MIT Press, p. 13-31. 2008.

SISO QUINTERO, G. J. Siso. ¿Qué es la Geografía? **Terra. Nueva Etapa**, v. 26, n. 39, p. 147-182, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/721/72115411008.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SOJA. E. W. **The political organization of space**. Washington: Association of American Geographers. 1971.

TERÁN, M. d. La casualidad en Geografía humana: determinismo, posibilismo, probabilismo. **Estudios Geográficos**. Madrid: CSIC, 1957.

TINTO, J. A. A. El análisis de contenido como herramienta de utilidad para la realización de una investigación descriptiva. Un ejemplo de aplicación práctica utilizado para conocer las investigaciones realizadas sobre la imagen de marca de España y el efecto país de origen. **Provincia**, n. 29, p. 135-173, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/555/55530465007.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. Atlas, São Paulo. 1987. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod\\_resource/content/0/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em\\_Ciencias-Sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod_resource/content/0/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf). Acesso em: 20 abr. 2022.

VACCAREZZA, L. S. Ciencia, tecnología y sociedad: el estado de la cuestión en América Latina. **Revist@ do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social da América Latina**, v. 1, n. 1, 2011. <https://periodicos.unb.br/index.php/cts/article/download/7801/6420/13499>.

VASEN, F. Los sentidos de la relevancia en la política científica. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad**, v. 7, n. 21, p. 11-46, 2011. Disponível em: <https://repositorio.uca.edu.ar/handle/123456789/5477>. Acesso em: 16 abr. 2022.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofía de la Praxis**. Ciudad de México: Siglo XXI Editores S. A. de C. V. 2003

VÁZQUEZ, A. S. La filosofía de la praxis como nueva práctica de la filosofía. **Cuadernos políticos**, n. 12, p. 64-68, 1983. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.12/CP.12.6.SanchezVazquez.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2023. 1977

VERHINE, R. E.; SOUZA, Â. R. N. 55 - Compreendendo a crise recente na pós-graduação brasileira. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 15, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v15i0.83788>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/83788>. Acesso em: 22 jun. 2022.

VESSURI, H. Perspectivas recientes en el estudio social de la ciencia. **Interciencia**, v. 16, n. 2, p. 60-68, 1991. Disponível em: [https://repositorio.esocite.la/185/1/1993\\_Perspectivas\\_recientes.pdf](https://repositorio.esocite.la/185/1/1993_Perspectivas_recientes.pdf). Acesso em: 16 abr. 2022.

VESSURI, H. The Institutionalization of Western Science in Developing Countries. *In*: SALOMON, J. J., SAGASTI, F., SACHS, C. (Eds.). **The Uncertain Quest. Science Technology and Development**. Tokyo, New York, Paris: UN Press, p.168-200, 1994.

VILLEGAS, Z. Prácticas y praxis de investigación en las universidades. **Revista Ciencias de la Educación**, v. 26, n. 48, p. 347-359, 2016. Disponível em: <http://servicio.bc.uc.edu.ve/educacion/revista/48/art20.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2023.

VON LINSINGEN, I. Perspectiva educacional CTS: aspectos de um campo em consolidação na América Latina. **Ciência & Ensino**, v. 1, n. 1, p. 1-19, 2007.

WALLERSTEIN, I. **Abrir las Ciencias Sociales**. México: Siglo XXI. 1996.

WALLERSTEIN, I. M. **Análisis de sistemas-mundo**. Una Introducción. 2ª ed. México: Siglo XXI editors, 2006.

## APÊNDICE 1

### Opções de busca na base de dados SCOPUS

Categoria	Descrição	Opções
<b>Tipo de acesso</b>	Tipos de acesso a documentos armazenados no banco de dados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Aberturas de ouro</b> encontradas em periódicos que publicam apenas em acesso aberto.</li> <li>• <b>Híbridos de ouro</b>, encontrados em periódicos que dão aos autores a opção de publicação em acesso aberto.</li> <li>• <b>Bronze</b>: versão publicada ou manuscrito aceito para publicação, o editor optou por fornecer acesso gratuito temporário ou permanente.</li> </ul> <b>Verde</b> : versão publicada ou manuscrito aceito para publicação, disponível no repositório.
<b>Tipo de documento</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Artigo</li> <li>• Documento da sessão</li> <li>• Capítulo do livro</li> <li>• Livros</li> <li>• Conferência</li> <li>• Editorial</li> </ul> Enquete
<b>Ano</b>	Prazo de publicação	De 1938 a 2021 (abril)
<b>Autor</b>		
<b>Área temática</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ciências Agrárias e Biológicas</li> <li>• Ciência ambiental</li> <li>• Artes e Humanidades</li> <li>• Bioquímica, Genética e Biologia Molecular</li> <li>• Ciências da Terra e Planetárias</li> <li>• Neurociência</li> <li>• Medicamento</li> <li>• Psicologia</li> <li>• Multidisciplinar (Interdisciplinar)</li> <li>• Economia, econometria e finanças</li> <li>• Negócios, Gestão e Contabilidade</li> <li>• Imunologia e microbiologia</li> <li>• Engenharia</li> <li>• Ciência da Computação</li> <li>• Veterinário</li> <li>• Matemática</li> <li>• Energia</li> <li>• Enfermagem</li> <li>• Farmacologia, Toxicologia e Farmácia</li> <li>• Profissões de Saúde</li> <li>• Ciências da Decisão, Física e Astronomia</li> <li>• Engenharia Química</li> <li>• Ciência material</li> <li>• Química</li> </ul> Indefinido
<b>Fuentes de documentos</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diários</li> <li>• Associações científicas</li> <li>• Universidades</li> <li>• Laboratórios</li> </ul> Outras

## Continuação

### Opções de pesquisa de banco de dados SCOPUS

<b>Categoria</b>	<b>Descrição</b>	<b>Opções</b>
<b>Fase de Publicação</b>	Etapa de desenvolvimento do documento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Final</li> <li>Em revisão</li> </ul>
<b>Palavras chave</b>	Relacionado ao assunto em estudo	
<b>Filiação</b>	Instituições ou Universidades	
<b>Patrocinador</b>	Organização de financiamento de pesquisa	
<b>País</b>	País em que a investigação ocorreu	
<b>Tipo de fonte</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diário</li> <li>• Livro</li> <li>• Série de livros</li> <li>• Atas da conferência</li> <li>• Jornal de negócios</li> <li>Indefinido</li> </ul>
<b>Idioma</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inglês</li> <li>• Francês</li> <li>• Espanhol</li> <li>• Português</li> <li>• Alemão</li> <li>Outras</li> </ul>

**Formato do resultado da busca:**

Título do documento, Autores, Ano, Fonte, Citado por, Tipo de acesso, Resumo.



## APÊNDICE 2

### Opções de busca pelo Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

<b>Categoria</b>	<b>Descrição</b>	<b>Opções</b>
<b>Tipo</b>	Tipos de documentos que a base de dados armazena	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Doutorado (Teses)</li> <li>• Mestrado (Dissertações)</li> <li>• Doutorado Profissionalizante</li> <li>• Mestres Profissionalizantes</li> </ul>
<b>Ano</b>	Prazo de publicação	De 1987 a 2021 (abril)
<b>Autor</b>	Nome da (s) pessoa (s) que realizou o trabalho científico.	
<b>Orientador</b>	Nome da (s) pessoa (s) que deram a orientação pedagógica ou profissional ao autor.	
<b>Banca</b>	Nome das pessoas que avaliam o trabalho apresentado pelo autor.	
<b>Grande áreas de conhecimento</b>	Áreas de conhecimento definidas pela CAPES	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ciências Agrárias</li> <li>• Ciências Biológicas</li> <li>• Ciências Da Saúde</li> <li>• Ciências Humanas</li> <li>• Ciências Sociais Aplicadas</li> <li>• Linguística, Letras y Artes</li> <li>• Ciencias Exactas y de la Tierra</li> <li>• Engenharias</li> <li>• Multidisciplinar (Interdisciplinar)</li> </ul>
<b>Áreas de conhecimento</b>	Incluem os programas ou carreiras de cada área principal	Total 49 Áreas de conhecimento
<b>Área de Avaliação</b>	Associado a cada área do conhecimento	110 opções
<b>Área de concentração</b>	Associado a linhas de pesquisa	5035 opções
<b>Nome da pós-graduação</b>	O que produziu o documento	
<b>Universidade</b>	Ao qual pertence a pós-graduação	
<b>Biblioteca</b>	Local contendo o documento em formato físico e digital	

#### **Formato do resultado:**

AUTOR. TITULO DO TRABALHO. DATA (DIA / MÊS / ANO). Grau Acadêmico (Nome) Instituição de Ensino: (nome). Biblioteca (nome). Trabalho disponível ou não (resumo ou completo).

## APÊNDICE 3

### Colégios e Grandes Áreas de Conhecimento definidas pela CAPES

#### 1. COLÉGIO DE CIÊNCIAS DA VIDA

Grandes Áreas		
CIÊNCIA AGRÍCOLA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS DA SAÚDE
<a href="#">Ciência dos Alimentos</a>	<a href="#">Biodiversidade</a>	<a href="#">Educação Física</a>
<a href="#">Ciências Agrárias I</a>	<a href="#">Ciências Biológicas I</a>	<a href="#">Enfermagem</a>
<a href="#">Medicina Veterinária</a>	<a href="#">Ciências Biológicas II</a>	<a href="#">Farmácia</a>
<a href="#">Ciência animal / Recursos Pesqueiros</a>	<a href="#">Ciências Biológicas III</a>	<a href="#">Medicina I</a>
		<a href="#">Medicina II</a>
		<a href="#">Medicina III</a>
		<a href="#">Nutrição</a>
		<a href="#">Odontologia</a>
		<a href="#">Saúde Pública</a>

#### 2. COLÉGIO DE HUMANIDADES

Grandes Áreas		
CIÊNCIA HUMANAS	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	LINGÜÍSTICA, LETRAS Y ARTES
<a href="#">Antropologia / Arqueologia</a>	<a href="#">Administração Pública e Empresarial, Contabilidade e Turismo</a>	<a href="#">Letras</a>
<a href="#">Ciências Políticas e Relações Internacionais</a>	<a href="#">Arquitetura, Urbanismo y Design</a>	<a href="#">Linguística e Literatura</a>
<a href="#">Ciências da religião e Teologia</a>	<a href="#">Comunicação e Informação</a>	
<a href="#">Educação</a>	<a href="#">Direito</a>	
<a href="#">Filosofia</a>	<a href="#">Economia</a>	
<a href="#">Geografia</a>	<a href="#">Planejamento urbano e regional / demografia</a>	
<a href="#">História</a>	<a href="#">Serviço Social</a>	
<a href="#">Psicologia</a>		
<a href="#">Sociologia</a>		

#### 3. COLÉGIO DE CIÊNCIAS EXATAS, TECNOLÓGICAS E MULTIDISCIPLINARES

Grandes Áreas		
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	MULTIDISCIPLINAR
<a href="#">Astronomia / Física</a>	<a href="#">Engenheira I</a>	<a href="#">Biotecnologia</a>
<a href="#">Ciência da computação</a>	<a href="#">Engenheira II</a>	<a href="#">Ciências Ambientais</a>
<a href="#">Geociências</a>	<a href="#">Engenheira III</a>	<a href="#">Ensino</a>
<a href="#">Matemáticas / Probabilidade e Estatística</a>	<a href="#">Engenheira IV</a>	<a href="#">Interdisciplinar</a>
<a href="#">Química</a>		<a href="#">Materiais</a>

## APÊNDICE 4

### Áreas de estudo (das opções em inglês) para o objeto de estudo: Territorialidade, conforme a Base de Dados SCOPUS

Nro.	Áreas de estudo	Total de documentos	Total de artigos
1.	Ciências agrícolas y biológicas	4848	4595
2.	Artes y Humanidades	1027	773
3.	Bioquímica, Genética y Biología Molecular	1018	905
4.	Negócios, Gestão y Contabilidade	212	162
5.	Engenheira Química	19	16
6.	Química	15	12
7.	Ciências da Computação	127	44
8.	Ciências da Decisão	26	19
9.	Ciências da Terra e Planetárias	918	805
10.	Economia, Econometria e Finanças	214	165
11.	Energia	77	65
12.	Engenheira	144	86
13.	Ciência médio ambiental	1534	1407
14.	Profissões da saúde	30	26
15.	Imunologia e microbiologia	197	182
16.	Ciência dos Materiais	16	12
17.	Matemáticas	87	69
18.	Medicina	505	410
19.	Multidisciplinar	332	296
20.	Neurociência	631	560
21.	Enfermagem	65	61
22.	Farmacologia, Toxicologia e Farmácia	40	35
23.	Física y Astronomia	22	15
24.	Psicologia	335	301
25.	Ciências Sociais	3803	3114
26.	Veterinária	88	68
27.	Indefinido	4	4

## APÊNDICE 5

### Dimensão Conceitual da Territorialidade

<b>Grupo 1: teses e dissertações com a Territorialidade como objeto de estudo (Conceitos completos)</b>			
<b>Código</b>	<b>Territorialidade Conceito</b>	<b>Referencias Teóricas</b>	<b>Observações CTS</b>
D2/Inter	<p>p. 62</p> <p>1. Um aspecto fundamental da territorialidade humana, segundo assinala Little (2004) é sua multiplicidade de expressões, o que sugere tipos de territórios diversos, cada um deles dotado de características socioculturais peculiares. —Assim, a análise antropológica da territorialidade também precisa de abordagens etnográficas para entender as formas específicas dessa diversidade de territórios.</p> <p>Little (2004) faz uso do termo cosmografia para fazer referência ao estudo relacionado aos —saberes ambientais, ideologias e identidades - coletivamente criados e historicamente situados - que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território.</p> <p>2 As territorialidades específicas consideram as diversas situações de acesso à terra, o que sugere denominações variadas, como —terras de pretoll, —terras de santoll, —terras de santíssimall (ALMEIDA, 2008), —campo negroll (GOMES, 1996), —mocambosll (SALLES, 2013). Essas nomeações evidenciam as singularidades da base territorial de cada grupo e seus processos de formação.</p>	<p>Little (2004)</p> <p>2. ALMEIDA (2008, 2011) GOMES (1996) SALLES (2013)</p>	<p>Não apresenta um conceito específico, claro.</p> <p>Usa o termino de cosmografia.</p> <p>Usada como substantivo.</p>

<b>Grupo 1: teses e dissertações com a Territorialidade como objeto de estudo (Conceitos completos)</b>			
<b>Código</b>	<b>Territorialidade Conceito</b>	<b>Referencias Teóricas</b>	<b>Observações CTS</b>
D3/CTS	<p>p. 41</p> <p>1. A territorialidade é sinônimo de “pertencer àquilo que nos pertence”, experimentando um sentimento de exclusividade e limite que historicamente precede a existência do Estado. Para esses autores, a territorialidade humana pressupõe a preocupação com a própria preservação e com o futuro dos descendentes.</p> <p>p. 42</p> <p>2. A territorialidade não se limita à relação do homem com determinada área, mas a um conjunto de relações que se originam em um sistema tridimensional que envolve a sociedade, o espaço e o tempo. A territorialidade corresponde às relações entre diversos atores sociais que ocorrem em determinado tempo e lugar.</p> <p>3. O conceito atual de territorialidade abrange as relações entre um indivíduo ou grupo social e seu espaço material de referência. No nível geográfico, de acordo com Albagli (2004), a territorialidade estimula um sentimento de identificação e pertencimento que age sobre os comportamentos daqueles indivíduos. No nível individual, a territorialidade refere-se ao espaço pessoal; já no nível coletivo, ela age sobre as interações sociais e reforça a noção de “identidades coletivas”. Como atributo humano, a territorialidade refere-se às normas e aos valores socioculturais que variam conforme a sociedade e o tempo (ALBAGLI, 2004; MACHADO, 1997). Para Albagli (2004), a territorialidade resulta da psicologia coletiva e das interações humanas mediadas por um determinado espaço.</p>	<p>1. Silveira e Santos (2001)</p> <p>2. Machado (1997) apoia-se em Raffestin (1993)</p> <p>1. Albagli (2004)</p>	
T3/Inter	<p>p. 42</p> <p>1. A territorialidade é “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, pela delimitação e asseguramento do controle sobre uma área” (p.6), configurando, assim, uma “estratégia para estabelecer diferentes níveis de acesso a pessoas, coisas e relações”. A territorialidade é usada em relacionamentos cotidianos e em organizações complexas. Territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão relacionados. (SACK, 2013, p. 63).</p> <p>Sack (2013) entende a territorialidade como a qualidade necessária para a construção de um território: “o controle sobre uma área ou espaço que deve ser concebido e comunicado”. O autor adverte que, “ao contrário de lugares comuns, territórios requerem esforços constantes para estabelecê-los e mantê-los”. (idem)</p> <p>p. 49</p>	<p>SACK (2013, p.77)</p>	

<b>Grupo 1: teses e dissertações com a Territorialidade como objeto de estudo (Conceitos completos)</b>			
<b>Código</b>	<b>Territorialidade Conceito</b>	<b>Referencias Teóricas</b>	<b>Observações CTS</b>
	2. Para Albagli (2004), a territorialidade expressa um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. De acordo com a autora, se no nível individual, se refere ao espaço pessoal imediato, considerado inviolável em diversos contextos culturais, no nível coletivo a territorialidade é também “um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade”. A autora identifica uma dialética socioespacial: “as práticas sociais são moldadas na relação com seu meio de referência, adquirindo também contornos particulares em áreas geográficas específicas e articulando-se em diferentes escalas”.	(ALBAGLI, 2004, p. 28).	
T4/Inter	p. 74 Territorialidade por sua vez, diz respeito ao modo como as pessoas usam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como dão significado ao lugar.	HAESBAERT( 2004, 2005).	T ->Objeto de estudo  Vaga definição do termino, ênfase em territorialização.
T5/Inter	p. 88 Territorialidade como fenômeno comportamental que se dá em determinado espaço, para ele está relação com o espaço adquire um valor particular e reflete a multidimensionalidade do “vivido”. Porém essas construções e relações de uso e apropriações dos espaços, neste caso nas ruas do bairro da União, não se dão sem conflitos, sem disputas.	Raffestin (1993)	

<b>Grupo 1: teses e dissertações com a Territorialidade como objeto de estudo (Conceitos completos)</b>			
<b>Código</b>	<b>Territorialidade Conceito</b>	<b>Referencias Teóricos</b>	<b>Observações CTS</b>
T12/Inter	<p>p. 23</p> <p>Para o conceito de territorialidade, Raffestin aborda o que significa relações de poder: alteridade e exterioridade, relações biossociais e múltiplas, correspondente ao espaço-temporalmente. Nessa abordagem, vê-se o enfoque relacional e reticular, que destaca o papel das redes, nós e relações de poder que se estabelecem para formar a territorialidade.</p>	Raffestin (1994)	Refere-se em alguns caso a territorialidade como plural de território
T13/Inter	<p>p. 74</p> <p>A territorialidade pode ser compreendida como um sentido de pertencimento dos sujeitos em determinado território, a ideia de espaço vivido, envolvendo, portanto, o uso e a vivência de um determinado espaço pelos atores ou grupos sociais.</p> <p>A territorialidade, portanto, pode ser caracterizada pela apropriação social do espaço. E os espaços na atualidade estão sendo apontados por constantes transformações, são flexíveis e formam-se ou se apresentam em rede, permeadas por identidades diversas, plurais ou mesmo híbridas.</p>	(HAESBAERT, 2005).	

<b>Grupo 2: teses e dissertações com a Territorialidade como eixo transversal</b>			
<b>Código</b>	<b>Territorialidade Conceito</b>	<b>Referencias Teóricas</b>	<b>Observações CTS</b>
D1/CTS	<p>p. 31</p> <p>1. A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força: laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existentes. Aí a noção de 'tradicional' não se reduz à história e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização.</p> <p>p. 32</p> <p>2. O conceito de territorialidade refere-se [...] às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade.</p>	<p>2. Alfredo Wagner B. de Almeida (2004, p. 9)</p> <p>Sarita Albagli (2004, p. 28)</p>	
D4/Inter	<p>p. 17</p> <p>1. O conceito de territorialidade é uma qualidade dada ao território, manifestada pela relação estabelecida do sujeito com o espaço.</p> <p>p. 77</p> <p>2. Por territorialidade compreende-se como atividades ligadas às relações sociais e às atividades diárias que os sujeitos têm com sua natureza exterior.</p>	<p>1. Sposito (2009), Souza (2001) e Ferreira (2014)</p> <p>2. FERREIRA (2014).</p>	<p>1. Como uma simples nota ao pé da pagina</p> <p>2. Faz mais ênfase em as definições de território</p>
D5/CTS	<p>p. 34</p> <p>1. Territorialidade, explica-se, “designa a qualidade que o território ganha de acordo com a sua utilização ou apreensão pelo ser humano”</p> <p>p. 36</p>	<p>1. SAQUET e SPOSITO, (2009, p. 11).</p> <p>2. JOVANELLE, 2012).</p>	



<b>Grupo 2: teses e dissertações com a Territorialidade como eixo transversal</b>			
<b>Código</b>	<b>Territorialidade Conceito</b>	<b>Referencias Teóricas</b>	<b>Observações CTS</b>
	A territorialidade é conceito indispensável à ciência, tecnologia e sociedade, especialmente sob o paradigma da complexidade; ao direito, a territorialidade é um dos elementos fundamentais do raciocínio jurídico, afinal, fundamenta o princípio da soberania nacional, ao reconhecer o poder e competência de aplicação do direito pátrio pelo estado em seu território		
T2/Inter	p. 92 Defino a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território”, com suas particularidades socioculturais [...] No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utilizo o conceito de cosmografia (Little,2001), definido como os Saberes ambientais, ideologias e identidades - coletivamente criados e historicamente situados - que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.	(LITTLE, 2002, p. 4).	Territorialidade vinculada à cultura e lazer povo indígena KWÊ-XERENTE
T6/Inter	p. 49 1 Em territorialidade, enfatiza-se os aspectos simbólicos. Essa questão é especialmente importante neste trabalho por entender que, a partir da migração e fixação em outra localidade, existe a fricção e reordenação de referenciais socioculturais dos migrantes e também dos sujeitos com os quais esses se relacionam, e que leva a uma transformação identitária individual e também coletiva, a qual se expande para uma reconfiguração espacial, territorial  p. 50 2 Nessa perspectiva, entendo territorialidade como a ação de apropriação e construção territorial nos aspectos simbólicos e materiais.	1 HAESBAERT, 1997) HAESBAERT e MONDARDO, 2010).  O autor	
T8/Inter	p. 169  A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Os laços solidários e de ajuda mútua informam as regras atualizadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável.	ALMEIDA (1987, p. 43).	

<b>Grupo 2: teses e dissertações com a Territorialidade como eixo transversal</b>			
<b>Código</b>	<b>Territorialidade Conceito</b>	<b>Referencias Teóricos</b>	<b>Observações CTS</b>
T11/Inter	p. 93  Já a territorialidade constitui-se por meio do significado das ações e relações desenvolvidas pelos próprios sujeitos que produziram e/ou que pertencem a determinado território. Sack (1986, p.6) considera a territorialidade como “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada território”	Sack (1986, p.6) RAFFESTIN (1984)	Clara distinção entre Território e territorialidade
T14/Inter	p. 126  O esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim, em seu “território” [...] O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos (2002, p. 03).	Little (2002)	

<b>Grupo 3: teses e dissertações com a Territorialidade como conceito geral</b>			
<b>Código</b>	<b>Territorialidade Conceito</b>	<b>Referencias Teóricas</b>	<b>Observações CTS</b>
T1/Inter	<p>p. 16 O território étnico ainda tem como núcleo a ocupação não individualizada, mas comunitária de grupos que viveriam, trabalhariam e se organizariam coletivamente.</p> <p>p. 174 Território como territorialidade O território passa a ser mobilizado como local de pertencimento identitário, sem o qual a permanência como coletividade diferenciada é ameaçada ou como um espaço sagrado ao qual se é ligado espiritualmente. Podem-se somar a isso argumentos essencialistas, relativos à ancestralidade. A definição de um território como pertencente a um dado grupo étnico tem se dado na elaboração, atribuição e, menos frequentemente, na efetivação de direitos coletivos. Presente em Constituições de diversos Estados nacionais, encontram-se normas que têm como sujeito os “povos” nela definidos, e como objeto o território, no qual seria desenvolvida uma forma particular de vida, havendo referência a uma certa autonomia cultural e normativa do grupo que o ocupa. O grau dessa autonomia varia de Estado para Estado e muitas vezes entre diferentes categorias dentro de uma mesma célula política.</p>	Almeida (2009)	<p>Não define a territorialidade</p> <p>Aparecem elementos vinculados com a territorialidade p. 174. Más relacionados com o território p. 179. Espaço simbólico p. 23</p>
T7/Inter	<p>p. 318 A citação pontual de Raffestin aduz um contexto onde o ator que determina a territorialidade do espaço, até agora, foi um sujeito (político, talvez) estranho ao cotidiano dos povos amazônidos na perspectiva do planejamento estratégico de ordem municipal. E, para além da prisão original onde o território se figura este, no exercício das territorialidades que o faz polissêmico e multifacetado, ainda irá encontrar disputas reais no exercício da sociobiodiversidade onde múltiplos lados afirmam, vis a vis, suas prioridades técnicas, políticas e sociojurídicas como prioritárias na reprodução do próprio espaço.</p>	RAFFESTIN (1993)	
T9/Inter	Usa, mas não define		BRANDÃO. (2007). Usa território simbólico como sinónimo de territorialidade
T10/Inter	Usa, mas não define p. 71 p. 82	SANTOS(2011). SANTOS & SILVEIRA, 2001,	Define espaço segundo Santos

<b>Grupo 3: teses e dissertações com a Territorialidade como conceito geral</b>			
<b>Código</b>	<b>Territorialidade Conceito</b>	<b>Referencias Teóricas</b>	<b>Observações CTS</b>
T15/Inter	p. 39 (GERAL) Para além da materialidade dos espaços e dos processos que neles se desenvolvem, procuramos as dimensões simbólicas que possam apresentar. Entendemos que em qualquer sociedade há códigos culturais que viabilizam a leitura, a apropriação e o aproveitamento dos lugares. As noções de localização, de territorialidade e do que lhes seja pertinente e adequado são constituídas através do recurso a estes códigos	SANTOS; VOGEL, (1985, p.13).	Usa, mas não define
T16/Inter	Não explicita		

## APÊNDICE 6

### Dimensão Geográfica: Físico/Natural e Simbólica/Cultural da Territorialidade

Código Documento	Físico/Natural	Simbólica/Cultural	Relacional Espaço-Tempo-Território	Observações a partir do viés CTS
<b>GRUPO 1</b>				
D2/Inter	<p>As terras da comunidade de Jurussaca caracterizam-se pela predominância de campos naturais, terrenos baixos que permanecem periodicamente alagados (inundados de janeiro a junho e secos de junho a dezembro). Nas proximidades dos rios há a presença de buritizais, enquanto nas áreas mais afastadas dos campos a vegetação é de restinga, com a presença de babaçuais.</p> <p>Algumas casas da comunidade ainda são construídas à maneira antiga, mas a maioria foi substituída pelas construções de alvenaria, possuindo um cômodo que integra sala-cozinha e dois quartos, algumas possuem as instalações sanitárias em funcionamento, enquanto outras não, possuem aos fundos habituais barracas de palha destinadas à criação de bichos (aves domésticas), ao preparo das refeições, assim como para receber visitas, é o</p>	<p>p. 37: Refletir sobre identidade quilombola e território ajuda a compreender as identidades quilombolas que permeiam a comunidade de Jurussaca, atravessadas, por exemplo, por questões de parentesco, pertencimento (ao grupo e ao território), religiosidades, origem comum, dentre outras questões. Essa forma de relacionamento entre as gerações (idosos e crianças) se estendia para além do núcleo familiar. O respeito que se tinha pelos mais velhos abrangia todas as pessoas de mais idade da comunidade.</p> <p>Ainda hoje os laços de parentesco codificados na comunidade de Jurussaca circunscrevem sua territorialidade, em vista de que a organização e a divisão dos espaços da comunidade se baseiam em suas estruturas parentais. Essas divisões delimitam as propriedades familiares, que são transmitidas por gerações. O parentesco, portanto, passou a representar</p>	<p>Comunidade teve origem a partir da chegada de três africanos escravizados, que em situação de fuga se instalaram nas terras alagadas de Jurussaca, vindos em fuga pelo Maranhão.</p> <p>Em 1994, a comunidade de Jurussaca foi envolvida em um processo judicial pela posse da terra.</p> <p>Memória, história e esquecimento são, na verdade, experiências necessárias na reconstrução de um passado p. 38</p> <p>A comunidade de Jurussaca conta sua origem à própria maneira, privilegiando algumas versões, suprimindo outras, assim como enfatiza o papel masculino em seu processo de formação. Isso acontece porque a comunidade conta sua história a partir dos próprios critérios, na transmissão de uma memória que perpassa gerações ou que</p>	<p>As mulheres ocupam nas memórias de origem da comunidade o papel de esposas, com as quais os homens constituíram família, contribuindo para a formação da comunidade e para dar continuidade às sucessivas gerações. Ainda que inconscientemente, o silenciamento feminino pode apontar para possível doutrinação ideológica de gênero[...] enfatiza o papel masculino em seu processo de formação.</p>

Código Documento	Físico/Natural	Simbólica/Cultural	Relacional Espaço-Tempo-Território	Observações a partir do viés CTS
	espaço de maior sociabilidade das moradias.	aspectos da identidade da comunidade de Jurussaca p. 49: que alguns moradores relutaram para não assumir a identidade como quilombola[...]porque apresentavam medo de serem submetidos às situações de opressão e violência. Para eles, assumir essa identidade tocava a memória social da população negra no Brasil". (p. 49)	foi criada para legitimar sua identidade. O ponto fundamental de conhecer a origem da comunidade não é identificar uma versão como verdadeira, mas compreender aquilo que foi adotado pelo grupo como sua origem, a origem comum p. 45	
D3/CTS	A indústria no Brasil é composta por empresas com diferentes níveis de tecnologia e modelos de produção, que vão desde fiações e tecelagens altamente tecnológicas a empresas de facção intensivas em mão de obra e pouco especializadas.	A cultura local é palco de referências estéticas que estabelecem uma relação de alteridade ou de oposição em relação às tendências dominantes. p. 154: Essas referências devem ser incorporadas sob um viés estratégico, de forma que os produtos locais sejam mais autênticos, mais rastreáveis ou mais exclusivos – em comparação com produtos fabricados em larga escala. Autenticidade e a rastreabilidade podem ser igualmente atraentes para consumidores menos orientados pelo status e mais propensos a valorizar elementos que evoquem sentimentos de conexão com a história do lugar de seus habitantes.	Apresenta um percurso histórico sobre a história da sustentabilidade e a moda. É possível concluir que o fio que une o binômio sustentabilidade/ territorialidade à moda alinha-se em torno da filosofia slow fashion que - ao promover o localismo, a autenticidade e a equidade nas relações de trabalho – transforma as bases estruturais do negócio da moda, compatibilizando os ciclos de produção e consumo aos tempos das pessoas e do meio ambiente. Contudo, é importante admitir – considerando as limitações da pesquisa – que o slow fashion não encerra todas as possibilidades de união	Para tanto, a tecnologia deve ser democratizada não somente no sentido de que todos tenham acesso a ela, mas, em primeiro lugar, no sentido de que deve haver uma ampla participação da sociedade em torno do desenvolvimento tecnológico, enfatiza que os avanços tecnológicos que incluam democraticamente os diversos atores só podem ser realizados em oposição à hegemonia dominante. é necessário promover uma conscientização maior dos consumidores, para que eles possam fazer escolhas compatíveis com as demandas sociais e ambientais. Para que isso ocorra, é necessário ampliar o acesso a feedbacks ambientais e a sistemas produtivos mais favoráveis à sustentabilidade social e ambiental. Com relação às empresas, inovações técnicas não serão capazes de promover a transição para a sustentabilidade, sem que haja – em

Código Documento	Físico/Natural	Simbólica/Cultural	Relacional Espaço-Tempo-Território	Observações a partir do viés CTS
		Produtos locais devem se diferenciar dos produtos fabricados em larga escala não somente pela singularidade estética, mas por terem sido produzidos por sistemas mais compatíveis com a sustentabilidade ambiental e social	entre essas categorias de contexto.	primeiro lugar – uma reorientação de ordem moral e ética sob a qual os negócios operam.
T3/Inter	Identifica a periferias (o termo inclui, tanto as favelas e espaços populares) da cidade do Rio de Janeiro, tanto sob a perspectiva da localização física no espaço urbano, quanto no que tange à estratificação social.	Descreve a apropriação da tecnologia como expressão cultural: cibercultura enquanto processo e prática social, priorizando sua dimensão emancipadora e estratégias coletivas de afirmação e compartilhamento de subjetividades e territorialidades. P. 153: O portal mostrou que as pautas, as soluções, assim como os problemas, eram semelhantes e encontravam ressonância nas favelas e bairros de todo o país. O Viva Favela 2.0 era, assim, “um espaço de encontro e reconhecimento disso, era uma proposta de diálogo, de troca. Isso tem tudo a ver com a questão da identidade com um território que não é só geográfico, mas é muito mais simbólico.	Apresenta a narrativa histórica do processo de políticas culturais no país.	
T4/Inter	Caracterização da região da Grande Cruzeiro, na cidade de Porto Alegre, RS, destacando	Descreve que a zona apresenta na atualidade uma onda	Apresenta um estudo transgeracional identificando em distintas gerações,	

Código Documento	Físico/Natural	Simbólica/Cultural	Relacional Espaço-Tempo-Território	Observações a partir do viés CTS
	falta de infraestrutura básica, bens e serviços públicos.	<p>crescente de criminalidade que assola a região.</p> <p>A percepção segundo os moradores antigos expressa-se na memória das dificuldades enfrentadas desde a chegada à Região até os dias atuais e enfatizam uma trajetória ligada à imagem de pessoas corajosas e sofridas, que detêm a memória das relações, das redes de vizinhança e solidariedade, das lutas e transformações da Região.</p> <p>A geração atual, herdeira de preconceitos e discriminação, do descaso do poder público, constitui suas territorialidades a partir de campos de possibilidades insurgentes. São os sujeitos jovens que constroem suas experiências, seus modos próprios de viver e constituir-se como jovens.</p>	além do espaço físico, dos espaços vividos e das memórias do lugar.	
T5/Inter	Caracteriza o bairro da União, localizado na zona sudoeste do município de Parintins composto entre as áreas urbana e rural, e é um bairro fruto de ocupações irregulares do ponto de vista legal.	<p>O Bairro é conhecido como “Invasão”, nome rejeitado e combatido pelos moradores, foi fruto de lutas e embates encampados por famílias vindas de diferentes lugares em busca do direito à moradia.</p> <p>As crianças disputam espaços nas ruas para suas brincadeiras e os moradores, vivem constantemente com a necessidade de se fazer pertencer, pois lutam pelo</p>		No viés da autora se percebe a rua como lugar que reverbera a cultura, e desmistificar as ideias que geralmente circulam nos bairros e que estigmatizam as ruas como lugar pouco adequado para as crianças



Código Documento	Físico/Natural	Simbólica/Cultural	Relacional Espaço-Tempo-Território	Observações a partir do viés CTS
		reconhecimento do local como parte da cidade e que, assim como outros bairros, necessitam de serviços básicos de saúde, iluminação, educação e lazer.		
T12/Inter	<p>Espaço geográfico é compreendido por três países, com junção entre as cidades, separadas apenas por dois rios o Paraná e o Iguazu, tendo Foz do Iguazu (Brasil), Ciudad de Leste (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina).</p> <p>Percebe-se as aproximações por intermédio de políticas de determinados atores como Itiapu Binacional, os Estados e iniciativas não governamentais como investimentos privados nas áreas turísticas, industriais e infelizmente pela existência e ação das organizações criminosas (contrabando de armas e drogas).</p> <p>No estado do Paraná além do Turismo é o forte apelo agroindustrial, hoje potência reconhecida em todo o Brasil com a região Oeste grande responsável por esse título, e Cascavel como maior polo Agroindustrial do estado.</p> <p>A territorialidade ficou conhecida como polo de empresas de importação, que</p>	<p>A fronteira, de formas diferentes, permeia a vida das pessoas que aqui vivem, seja no idioma, na moeda utilizada, nos relacionamentos de amizade, nas oportunidades de trabalho ou mesmo em elementos culturais que são incorporados por moradores, além dos limites da fronteira física.</p> <p>A condição da mobilidade reforça a existência da territorialidade transfronteiriça e tal condição trará consequências para a formação e construção das identidades.</p> <p>O mundo de múltiplas territorialidades e fronteiras abertas permite que cada um defina seu território a partir da identificação que realiza com este território, emergindo identidades que vão compor o repertório individual do sujeito em seu ambiente social.</p>	<p>Situa o estudo partindo do resgate dos Guaranis, que historicamente pertenciam a esta região que posteriormente passou pelo processo de colonização e definição das fronteiras nacionais.</p> <p>Com a definição desses limites, Os índios guaranis começam a perceber a decomposição do seu território ancestral e a consequente divisão das fronteiras, das terras, dos elementos da natureza, da família e por fim, da sua própria sobrevivência.</p>	<p>Os processos de integração regional têm início por uma integração comercial e econômica, porém, devem avançar na direção da integração social, para que os propósitos não se percam, por isso a participação da sociedade é necessária em suas diferentes expressões.</p> <p>Apresenta exemplos que fazem das Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI) preâmbulo da territorialidade transfronteiriça, dentro da perspectiva dos atrativos e empreendimentos transfronteiriços, saúde, transportes, economia, mobilidade urbana, educação e trabalho.</p>

Código Documento	Físico/Natural	Simbólica/Cultural	Relacional Espaço-Tempo-Território	Observações a partir do viés CTS
	<p>são vendidas no comércio de Ciudad del Este, principalmente pelo trabalho de migrantes chineses e árabe que transformaram a cidade no terceiro polo mundial de compras de turismo.</p>			
T13/Inter	<p>p. 78: Para conhecer o território hoje, portanto, é preciso entender as novas territorialidades, e esta tem na internet a sua principal característica. A internet, não só potencialmente falando, é um grande território, e a rede social imersa nela pode ser caracterizada como uma de suas territorialidades.</p> <p>Portanto, esse território, território-rede ou nova territorialidade, que se apresenta no ambiente da World Wide Web (web e ou WWW), e que nela mesmo cria e interfere nas relações sociais, também impacta o espaço físico, aquele compreendido como “concreto” ou “real”.</p> <p>p. 97 A internet e suas possibilidades de interação humana não deixam de ser expressão da vida em sociedade, o que difere esse espaço dito on-line, para o off-line, são as características</p>	<p>O cotidiano e as interações entre as pessoas na sociedade em geral estão sendo impactados, quando não fortemente determinados, pelo o que acontece na internet. Sendo assim, o que advém da internet, no espaço virtual ou digital, não fica apenas no seu meio, e sim permeia toda a sociedade, interfere na vida cotidiana nos seus mais variados aspectos.</p> <p>Reforça sobre o modo como o ciberespaço altera as relações entre as pessoas não só no aspecto espacial, mas na construção de pensamentos, ideias, crenças, que se pode compartilhar em um tempo também diferenciado.</p> <p>Cibercultura, um “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.</p>	<p>Relação</p> <p>As novas territorialidades têm como marco da sua emergência o final do século XX, concomitante a esse período denominado de globalização ou mundialização. O processo de globalização também engendra um processo de fragmentação, ou mesmo movimentos antiglobalização.</p> <p>Elementos de decolonialidade presentes.</p>	<p>os “e-territórios “em nuvem” fazem com que os recortes territoriais reais adquiram novos componentes materiais e imateriais, de longe e de perto, irrompendo a necessidade de reflexões que possam desvendar as construções dos recortes geográficos na atualidade.”</p> <p>As redes sociais e as tecnologias têm uma importância fundamental nesse processo, pois são estratégicas na produção do cotidiano, e o seu “domínio” pode significar possibilidades de um novo modo de dominação e controle.</p>

Código Documento	Físico/Natural	Simbólica/Cultural	Relacional Espaço-Tempo-Território	Observações a partir do viés CTS
	oriundas do espaço na web, como em outra ou nova territorialidade			
<b>GRUPO 2</b>				
D1/CTS	Três terreiros de Candomblé: um da Nação Ketu, na cidade de Salvador, Bahia; Nação Jêje, na cidade de Cachoeira, Bahia; e Nação Bantu, na cidade de São José dos Pinhais, Paraná. O terreiro é de um tronco mais próximo dos africanos que aqui chegaram. p. 79: Esse terreiro que se localiza em uma região central de Cachoeira, está migrando para uma área mais rural em função da urbanização. p. 99: Uma das principais questões problematizadas tem relação direta com “urbanização e preservação da natureza” considerando que um dos grandes aspectos da religião do Candomblé é a	Além do sacerdócio, elas também trabalham em projetos sociais e enfrentam com sabedoria a intolerância religiosa, já que o terreiro está localizado ao lado da Igreja Universal do Reino de Deus. Três são os grandes pilares que sustentaram a religião do Candomblé: tradição, hierarquia e oralidade. E todos se relacionam com a territorialidade, tanto no que se refere à ausência ou perda de território como da desterritorialização. p. 92: Para Mãe Vanda, pelo que se observou, o uso da internet e de outros meios de comunicação, como é o caso da	A escolha das Nações se deu pela história desta nação no Brasil, dada a sua popularidade, e por já conhecer (vivenciar) “troncos” religiosos ligados ao Candomblé e por uma ligação afetiva de familiares religiosos também Jêje. E também pela simpatia e respeito pela Iyalorisà Gaiyacú Luiza, da cidade de Cachoeira, que deixou um legado histórico e hierárquico para essa nação.	O processo de colonização e pós-colonização e todos os demais retiraram dos negros muito de sua essência cultural, social e organizacional. Mas não a sua essência ancestral, o que é a sua maior herança, razão de sua existência e é o que os mantêm ligados ou religados à África por tantos séculos do outro lado do oceano.

Código Documento	Físico/Natural	Simbólica/Cultural	Relacional Espaço-Tempo-Território	Observações a partir do viés CTS
	<p>preservação do meio ambiente e da biodiversidade.</p> <p>p. 109: Essa perda de espaço se dá em função do crescimento exacerbado da população e nos retira a liberdade de convivência comunitária e de relacionamentos mais humanos com os outros e consigo mesmo.</p>	<p>televisão, pode comprometer a forma da religião do Candomblé se organizar, justamente porque não trabalha com a exposição dos signos religiosos para os não adeptos. Vejamos o diálogo dos adeptos do Candomblé de Ketu.</p> <p>p. 110 Olodumaré (Deus) nos fez seres individuais e quando essas individualidades são transmitidas para a internet (de grosso modo, para o “Pai Google”), anula-se a tradição, pois, cosmovisão é uma coisa e mundo virtual é outro.</p>		
D4/Inter	<p>p. 81: RUC Laranjeiras dividida por uma faixa de floresta secundária, local onde não se percebeu interação da população com essa faixa de território, tal faixa de vegetação constituísse numa Área de Preservação Permanente (APP)37, em consonância com a lei federal 12651/2012 e que por isso o acesso a seu interior é restrito. De maneira geral o RUC é um espaço com uma infraestrutura deficitária em áreas verdes, na verdade pela figura 18 é possível notar que inexistem tais áreas. As ruas estreitas, o excesso de concreto em detrimento aos espaços com</p>	<p>p. 87: Importante considerar dois aspectos que envolvem o lazer no RUC Laranjeiras: o primeiro tem a ver com o sentido que é atribuído ao lazer pelos sujeitos daquele espaço, o conceito prático de lazer. O outro aspecto, diz respeito a compreensão de quais espaços de lazer existem no bairro a partir da visão de seus moradores.</p> <p>Tais práticas aqui destacadas, indicam relações com o microterritório, com outros bairros, reafirmando para a concepção dos “novos territórios do lazer”, configurando-se como reflexo de ações endógenas (iniciativas</p>		<p>Além da postura criticável evidenciada acima, é notório uma espécie de apatia por parte da NESAs em mapear outras possibilidades de lazer presentes na cidade, sobretudo a partir da forma com que as pessoas se relacionavam com o espaço da ADA Urbana.</p> <p>Fica evidente, a partir da leitura dos documentos oficiais um negligenciamento/omissão de ações programáticas que contemplem o lazer com um elemento relevante nos RUCs.</p> <p>Essa visão da concessionária, acaba por encerrar do ponto de vista formal, as ocorrências do lazer a partir da relação dos moradores com o rio.</p>

Código Documento	Físico/Natural	Simbólica/Cultural	Relacional Espaço-Tempo-Território	Observações a partir do viés CTS
	cobertura vegetal, evidenciam barreiras à interação do lazer. Essa configuração espacial influencia diretamente na relação que as pessoas estabelecem com os espaços de lazer. Do ponto de vista formal, os espaços e equipamentos de lazer são reduzidos no RUC, o que impõe aos sujeitos a necessidade de se deslocarem para outros espaços da cidade para experimentarem o lazer.	ou recriação dos próprios moradores) ou adesão a partir de uma ação exógena (iniciativa de outros entes como é o caso da NESSA e da PMA). Um desses exemplos é a aula de dança, atividade conhecida como “aeróbica”, com destaque a figura do Professor, aqui entendida como animador cultural para usar um termo mais recorrente no campo teórico.		
D5/CTS	O Estado Brasileiro, direito jurídico brasileiro. p. 35: Anotam-se, portanto, diversas tendências de desterritorialização, denominou como o espaço cibernético, um novo território, distinto do espaço físico, que não reconheceria as delimitações geográficas, que mais interessa à presente dissertação.	Percepção: Nas definições propostas dos entrevistados diferem desta apresentada após a análise do referencial teórico. Os problemas derivados do semianonimato ou do anonimato amplificam-se ao se tratar de smart contracts, especialmente pelos smart contracts descentralizados, se comparados com as observações feitas acerca dos contratos eletrônicos, em geral. Esta afirmativa explica-se pela possibilidade de criação de diferentes identidades digitais pelo blockchain, potencialmente irrastráveis, com as quais indivíduos poderiam negociar contratos inteligente. Percebem-se, portanto, as diversas dimensões nas quais		O problema prático refere-se à forma como se inserem os smart contracts no ordenamento social e jurídico brasileiro, enquanto que os conhecimentos adquiridos poderão ser usados para serem aplicados em problemáticas futuras, tais como desenvolvimentos de novos estudos e arranjos envolvendo os smart contracts, ou em lides derivadas destas novidades, ressalta-se o distanciamento dos negócios jurídicos inteligentes da tecnologia blockchain, dispensando-se o vínculo às bases de dados distribuídas como um elemento de existência destes fatos jurídicos. apesar desta limitação e embora ainda existam obstáculos de adoção da tecnologia nas territorialidades periféricas brasileiras.

Código Documento	Físico/Natural	Simbólica/Cultural	Relacional Espaço-Tempo-Território	Observações a partir do viés CTS
		os contratos inteligentes podem afetar as relações sociais, bem como os variados instrumentos já existentes no ordenamento jurídico brasileiro para lidar com as questões referentes aos smart contracts, conectadas ao direito contratual, em geral, ou ao tratamento dado aos contratos eletrônicos, em específico.		
T2/Inter	Caracterização detalhada da dimensão: povo Akwê-Xerente. p. 42: A cosmologia dos Akwê-Xerente está diretamente relacionada à natureza. O cosmo dessa sociedade divide-se em três níveis: a Terra (tka); o Céu (hêwa) e o Mundo Subterrâneo (tkakamô). p. 53: A luta pela preservação do território é uma constante na vida dos indígenas, visto que há uma eterna cobiça dos fazendeiros pelas terras, em sua maioria providas de água em abundância e solo fértil (p. 53)	Descreve as práticas culturais, esportivas, rituais, artesanato como forma de gerar bem-estar e prazer lúdico.	Descreve as vivências tempo-espço	
T6/Inter	Descreve as condições ambientais e produtivas da comunidade santa Rita, Paraguai, que com o início da colonização, passou de ser uma região de mata fechada e desabitada e isolada, para derrubada da mata e a	As memórias como elementos constituintes de sentimento de pertencimento e continuidade em um processo de definições de imagens e representações de si e do outro, ou seja, definição de identidade. Dentre essas relações, a Guerra da Tríplice Aliança compõe	Descreve os movimentos históricos a partir da segunda metade do século XX, entre contextos sociopolíticos e sua localização espacial, a região oriental paraguaia foi inserida em um processo de colonização que a marcou física e simbolicamente.	Descreve eventos sobre a colonização no Paraguai na que existem ainda traços da cultura indígena utilizados para forjar os símbolos e práticas seguem relegadas ao passado, ao incivilizado. Mostra a exploração extrativista – de Erva Mate e Madeira na região platina, como forma de abuso dos avanços

Código Documento	Físico/Natural	Simbólica/Cultural	Relacional Espaço-Tempo-Território	Observações a partir do viés CTS
	implantação e expansão da agricultura.	memórias traumáticas para os paraguaios, o que leva a um sentimento negativo contra o Brasil, um dos vencedores. Com isso, as relações entre esses sujeitos até os dias atuais, são pautadas a partir das memórias dessa Guerra, gerando conflitos. Caso contrário, os migrantes brasileiros legitimam seu pertencimento e sua continuidade nesse espaço a partir de suas memórias compartilhadas de ações de transformação e arraigo, com memórias positivas sobre a organização cooperativa entre os migrantes; a construção e organização de espaços de uso social; as reproduções de práticas socioculturais.		tecnológico na exploração de recursos por meio de políticas dos Estados nacionais sob a justificativa do “desenvolvimento”, do progresso.
T8/Inter	Apresenta uma caracterização detalhada das condições físicas dos territórios em estudo, enfatizando em analisar as transformações do espaço ocasionadas, sobretudo, pelos atores hegemônicos em seu entorno. P. 123: A região apresenta empreendimento como fazendas e empresas rurais, um megaprojeto de irrigação (Projeto Jaíba) e um mosaico de unidades de conservação, criadas como medidas	O rio como elemento simbólico, para a comunidade vazanteira, pode ser percebido através de suas manifestações culturais, folclóricas, religiosas, de sobrevivência e como dádiva divina.  Para as comunidades do Território Geraizeiro, destaca-se a chapada como elemento simbólico e material. Representa o lugar de onde “provém a água”, logo, associado com a dádiva da vida.	Apresenta uma perspectiva histórica da decolonialidade. As temporalidades foram identificadas a partir das narrativas das próprias comunidades que relataram durante as entrevistas sobre suas histórias; o espaço vivido no passado e no presente; seus modos de vida e a relação ambiental; os conflitos territoriais; a resistência e a	Faz uma comparativa do território, como unidade de análise e de suas dimensões (ou vertentes de análise): Política, simbólica/cultural, econômica e espacial, apontando seus contextos históricos de apropriação territorial, suas temporalidades e suas semelhanças e dessemelhanças. As análises permitiram constatar as diferenciações identitárias, territoriais e as articulações políticas, bem como similaridades na forma de conceber e retratar cartograficamente seus territórios.

Código Documento	Físico/Natural	Simbólica/Cultural	Relacional Espaço-Tempo-Território	Observações a partir do viés CTS
	<p>compensatórias a atividades agrícolas e industriais. Como elemento material, o rio é percebido aqui desde como via de transporte, a fonte de recursos: pesca e fertilização dos solos. Sua variação sazonal do nível das águas proporciona os seus agroambientes: as ilhas, lameiro, baixão e terras altas, permitindo ainda suas territorialidades.</p>	<p>É também símbolo da vida coletiva, do uso intercomunitário, molda e fortalece suas tradições identitárias. Os elementos simbólicos, ao serem reduzidos ou suprimidos do território quilombola, se associam aos elementos materiais, pois sua perda simbólica é também a perda de materialidade, de recursos naturais, soberania alimentar e alteração do modus operandi.</p>	<p>emergência dos movimentos sociais.</p>	
T11/Inter	<p>Os principais atrativos turísticos que compõem essa região são naturais, representados por praias com águas mornas, dunas, lagoas, mangues, falésias e mata atlântica. O contraste do ambiente natural com as construções verticais (meios de hospedagens e edifícios residenciais) que vem modificando a paisagem costeira desde a década de 2000. Ressalta-se que muitos desses empreendimentos tiveram recursos de capital estrangeiro. Aplicações financeiras valorizou-se o preço da terra, aumentando a especulação imobiliária, ou seja, a valorização do solo, que aumenta de valor devido a</p>	<p>Ao se fixarem no destino, os imigrantes iniciam um processo de apropriação do novo, estabelecendo novos laços, dando outros significados e sentidos às formas de habitar, às experiências de lazer, às novas formas de interação com os migrantes e não-migrantes, que resultam na criação de novos territórios.</p> <p>Os hábitos alimentares e a culinária local marcam uma territorialidade, assumindo um valor simbólico de pertencimento àquele determinado território.</p> <p>O nome “potiguar” significa “comedor de camarão”, logo sua nomenclatura já denota uma</p>	<p>migração orientada pelo lazer – é recente, datando de meados da década de 1970 na Europa, num movimento Norte-Norte global e que vem se expandindo a partir do século XXI no sentido Norte-Sul. Além dos casos dos europeus em direção à América do Sul, observam-se também movimentos de norte-americanos para países da América Central. Essa forma do brasileiro manter suas relações de trabalho foi construída historicamente, através do sistema escravocrata durante o período colonial.</p>	<p>Esclarecendo que o entendimento do lazer é uma prática social complexa que deve ser contextualizada local e temporalmente.</p> <p>No caso das migrações internacionais, acredita-se que esses encontros e confrontos socioculturais vão ser mais evidenciados, uma vez que se tratam de construções históricas e traços culturais distintos.</p>



Código Documento	Físico/Natural	Simbólica/Cultural	Relacional Espaço-Tempo-Território	Observações a partir do viés CTS
	diversos processos que requerem pouco investimento	<p>das representações deste território marcado por um alimento – é rica em camarão. Sendo assim, trata-se de um símbolo da cultura gastronômica brasileira.</p> <p>Constatou-se que eles diferenciam a hospitalidade pública local nos territórios turísticos, assumindo atitudes mais hospitaleiras; frente aos territórios não-turísticos, adotando posturas mais inospitaleiras. Nesse sentido, cabe esclarecer que o turismo escolhe porções do espaço para se reproduzir, e se por um lado, cria e valoriza determinado território, por outro lado, negligencia outras porções.</p>		
T14/Inter	Raiz vivencia no seu cotidiano a disputa pelo território, com as fazendas de produção de eucalipto, que ocupam todo o seu entorno, sendo a mais acirrada com um juiz de direito que tem suas cercas limitando o fundo dos quintais de alguns moradores e outras passando dentro do território tradicionalmente ocupado, inclusive em áreas que dá acesso a nascentes. É neste cenário que a comunidade luta pela titulação e regularização fundiária como Comunidade	<p>Raiz é um lugar de vida de várias gerações, onde traz a história do elo afetivo entre ela e todo o ambiente físico, Raiz representa lar, passado, apego, alegrias e tristezas. Raiz é um lugar íntimo para seus moradores.</p> <p>E é para a defesa deste lugar que, através do autoreconhecimento como comunidade quilombola e apanhadora de flores sempre viva, que os comunitários acionam a memória como instrumento de luta.</p>	Quando a família de Pai Véio e Mãe Véia traz à tona as lembranças de vida, desde o que contaram para eles até o que eles viveram, estas memórias são coletivas e são reorganizadas, reelaboradas e ressignificadas, pois elas se apresentam no presente. Por isto o tempo, não reflete a cronologia física, matemática e astronômica, é o tempo das experiências organizadas na vida social de Raiz.	<p>Exploração/decolonialidade</p> <p>Embora o Pai Véio tenha ido com a sua família para Raiz na esperança de ter melhores condições de vida, a “penúria e pobreza” perduraram, assim como a relação de trabalho que era de muita exploração, pois nessa fazenda o Pai Véio trabalhava com o carro de boi, como vaqueiro, fazendo serviço geral e cuidando da fazenda e, como remuneração, recebia</p>

Código Documento	Físico/Natural	Simbólica/Cultural	Relacional Espaço-Tempo-Território	Observações a partir do viés CTS
	Remanescente de Quilombo e resiste na defesa do lugar.	Nesse processo a tradição que aparece nas narrativas das pessoas de Raiz, trata de uma concepção que refere-se à transformação e atualização diante das mudanças históricas geradas pelas políticas desenvolvimentistas e o impacto destas na produção dos território		“somente um trocadinho” (Seu Zé), e as condições de moradia eram muito precárias
<b>GRUPO 3</b>				
T1/Inter	Caracterização detalhada da dimensão: Território (Comunidade), identificado como Caetité fica a 750 km de Salvador, no Alto Sertão da Bahia, ao sul da Chapada Diamantina. Organização espacial.	Presente explicitamente na apropriação do lugar através de aspectos da cultura afro-brasileira.	Descreve a evolução histórica da normas étnicas (constituição 1988). Também foram ouvidas histórias a respeito de eventos que se passaram com parentes e amigos naquele local, durante a escravidão e o tempo do revoltosos, assim como mitos que davam conta desse período p. 187 O que se vê ao longo da história é que, independentemente da concepção de Nação brasileira, deslocada da mistura para a raça e então para a etnicidade, e da forma de reivindicação social, a estrutura fundiária concentrada permanece, assim como a falta de acesso a direitos por essas comunidades rurais, ainda mantidas do lado de dentro das fronteiras da pobreza p. 196	A pesquisadora mostra elementos sobre a negação da existência de escravos na família, como uma fuga do estigma, que entra em contradição com a autoidentificação como comunidade Quilomba.

Código Documento	Físico/Natural	Simbólica/Cultural	Relacional Espaço-Tempo-Território	Observações a partir do viés CTS
T7/Inter	<p>Descreve as lutas nos das populações quilombolas e indígenas na lida com os processos de regularização territorial de seus sítios tradicionais e o contexto de conflitos do acesso aos recursos da biodiversidade que marcam, até hoje, as tensões entre Estado e Sociedade diante de atividades extrativistas, minerárias e logísticas ainda presentes no cotidiano socioeconômico do município.</p>	<p>Apresenta, além das descrições do município, a diversidade cultural, étnica e socioambiental e as percepções dos comunitários oriximinaenses em campo, o substrato social do ordenamento territorial futuro tal qual se logrou alcançar nestas terras.</p> <p>p. 318 A construção coletiva dos mapas da sociobiodiversidade oriximinaense foi um processo que, se de um lado, integrou diversos atores sociais (do interior, principalmente) na visibilidade espacial das territorialidades tradicionais – do outro estabeleceu um hercúleo desafio de implementação diante dos desafios futuros de adotar o epíteto daquela sob o mote de “estratégico” (p. 318).</p>	<p>Apresenta a evolução etnohistória e a socioeconomia, destacando-se as principais demandas que serão replicadas na seara da revisão do PDMP de 2006, em Oriximiná), sem prejuízo das descrições do meio físico, da fauna e da flora, há no final do documento orientações de etnozoneamento úteis para se determinar aspectos econômicos, culturais, religiosos e ambientais</p>	
T9/Inter	<p>Identifica os espaços físico e ritual das Agremiações que compõem o circuito festivo pré-carnavalesco, ressalta que, as instituições culturais se fixaram em lugares fronteiriços e periféricos da cidade, que receberam influências do processo de crescimento da cidade, na medida em que os morros e periferias foram ocupados, com o aumento da população e do processo de emigração, bem como, a partir</p>	<p>Compreendeu os rituais da cultura popular, as tradições e processos de transformação considerados patrimônios culturais produtos e produtores de memórias coletivas, que além da relevância cultural, apresentam conteúdo econômico e político, enquanto campos de negociação em torno de direitos e pertencimentos.</p> <p>p. 155: O espaço social e simbólico no qual está inscrito o</p>	<p>Ao longo desse ciclo o enredo é transformado em samba-enredo, alegorias e fantasias, reunindo um número crescente de pessoas até a culminância na passarela</p>	<p>Está implícito todo o processo tecnológico social que envolve, por exemplo, um desfile não é apenas a festa espetacular, mas também um longo processo de trabalho que torna o intervalo de um ano entre um carnaval e outro um tempo culturalmente pleno e cheio de sentido.</p> <p>o espaço de uma Escola de Samba também pode ser visto como local de construção, de circulação de conhecimentos e de saberes, pois nesse ambiente transitam centenas de</p>

Código Documento	Físico/Natural	Simbólica/Cultural	Relacional Espaço-Tempo-Território	Observações a partir do viés CTS
	do desenvolvimento econômico e industrial. Concomitantemente, as Escolas de Samba criam um modo específico de lidar com a cidade, inaugurando movimentos que ampliam redes de sociabilidade, encontros e trocas, revelando o seu aspecto político diante de novas territorialidades.	circuito das Escolas de Samba capixabas e sua geopolítica cultural é marcado por heterogeneidades entre os municípios, tanto do ponto de vista das dimensões territoriais, quanto do contingente populacional e econômico.		pessoas, sendo que cada uma carrega consigo diversas experiências que podem ser compartilhadas.
T10/Inter	Entendimento do lugar como fração do todo e que o lugar, os recursos de que dispõe (ou não). para interpretar as cidades da Amazônia é necessário considerar a natureza e seus recursos, além de analisar as articulações, a intensidade, a frequência e a velocidade dos fluxos materiais e imateriais que partem de uma logística de entrada e saída de pessoas e mercadorias dos centros urbanos. A modernidade chegou e substituiu, a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica.  Considera aspectos específicos à realidade do estado - a reduzida densidade	Se as equipes de saúde deveriam no dia a dia de seu trabalho, transitar pelo território de forma a construir vínculo com a população, como pessoas adoecem, ficam hospitalizadas provavelmente devido a alguma co-morbidade associada ao HIV e só posteriormente os profissionais daquele território descobrem que este cidadão vivia com HIV? Esta situação remete a fragilidades na qualidade do vínculo das equipes com a população de seu território.	Pressupõem o movimento da totalidade em cada momento histórico na área de saúde (a partir de 1960), o que confere especificidade e particularidade. Contudo, é necessário valorização do diálogo social e cultural, pois as necessidades de saúde são sociais e historicamente construídas.	identifica-se a persistência e reprodução da centralização de ações e serviços em Manaus; a descentralização das ações e serviços de média e alta complexidade caminha lentamente no estado, mantendo a dependência dos municípios em relação à capital e obstaculizando a consolidação de redes. Pesquisa também mostra as dificuldades da implementação da rede:

Código Documento	Físico/Natural	Simbólica/Cultural	Relacional Espaço-Tempo-Território	Observações a partir do viés CTS
	demográfica; grande dispersão da população nos municípios; distâncias entre as cidades; baixo grau de desenvolvimento das atividades e dos serviços urbanos – que muitas vezes se perdem nos critérios homogeneizantes para repasse dos recursos aos municípios.			
T15/Inter	<p>Descreve detalhadamente as características físicas: O Morro do Timbau é a favela mais antiga da Maré. Seu nome vem do tupi-guarani “thybau” (entre as águas), devido ao Morro se localizar no meio de uma área de mangue, em uma região que era formada por diversas ilhas, praias, manguezais como a Enseada de Inhaúma, a Praia de Inhaúma, a Ponta do Tibau, Ponta da Pedra e a Praia do Apicu. Sua localização ficava “entre as águas”, como diz o idioma tupi.</p> <p>a única favela que fica em ponto mais elevado (Morro) e a única que já foi uma “área militar”. Por todas essas características, os moradores do Timbau tiveram que se organizar desde cedo para combater o cerceamento dos militares para uma eminente possibilidade de despejo, e para construir suas próprias ruas, já que devido aos</p>	<p>O interessante deste movimento foi a percepção de um território simbólico que Duda apresentava. Estamos falando de um grupo de senhores que participaram de importantes experiências de lazer no bairro e que circulam frequentando os mesmo “pedaços” de lazer, em que existem códigos de acesso e ritos de aceitação.</p> <p>p. 72: Nesse sentido, podemos apontar que os espaços de lazer abarcam vivências e memórias que, em um território favelado, criam identidades sociais em pessoas que nasceram em meio a diversos direitos negados, inclusive o próprio direito à cidade.</p> <p>Assim, o Arraiá e o Forró aconteceram em ruas, territórios, que se</p>	A tese inscreve-se no período de 1931 até 1974	Como estamos falando de um território historicamente estigmatizado, que teve ao longo dos anos a construção de grandes vias (Avenida Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela) que acabaram por servir como fronteiras e delimitação da região, o termo atravessar ganhou outros simbolismos.

Código Documento	Físico/Natural	Simbólica/Cultural	Relacional Espaço-Tempo-Território	Observações a partir do viés CTS
	<p>militares terem o controle da área cabia a eles viabilizarem melhores condições daquela região, o que acabou não acontecendo. Isso fez o Timbau ser um lugar desenhado, tecido e construído pelos seus próprios moradores.</p> <p>Outro detalhe era o uso da rua como espaço de lazer. A Praça dos Caetés, Praça da Iracema e Praça Bangu eram lugares construídos e idealizados pelos próprios moradores e recebiam diferentes festividades como festas caipiras, jogos de carteadado, jogos de futebol, bailes, missas e cultos, que estão presentes até os dias atuais.</p>	<p>constituíram por uma rica territorialidade marcada por “redes de parentescos e reciprocidade humana com bases na cooperação.</p>		
T16/Inter	<p>Seu território africano, 80 vezes maior do que a Bélgica, foi dividido em terras vacantes (terras “desocupadas”, segundo a categorização de Leopoldo), em terras indígenas e em terras concedidas a terceiros (pessoas físicas ou jurídicas). Os congolezes, habituados a uma organização de trabalho baseada nos ciclos da natureza, que respeitava cada um dos momentos da vida comunitária e diversificava as atividades como plantação, colheita, pesca, caça, construção de habitações, ritos religiosos e</p>	<p>As relações comerciais estabelecidas e a entrada de armas de fogo colocaram o Congo no sistema de tráfico internacional de escravos e na exploração mais intensiva do seu trabalho.</p> <p>A situação da República Democrática do Congo, com Estado enfraquecido, com pobreza extrema, com violação daquilo que é considerado vital à condição humana, com inúmeros conflitos e guerras, com elevada mortalidade, com proliferação de doenças e de epidemias e com cada vez mais</p>	<p>Detalha a evolução histórica do Congo.</p> <p>Foram necessários longos anos de imposição do uso econômico do tempo para formar novos hábitos de trabalhos, nova disciplina de tempo e nova mentalidade, a ponto de, nas sociedades capitalistas maduras, ser natural que todo o tempo precise ser consumido, utilizado, rompendo de completo a organicidade e relação de vida e trabalho (modalidades agora bem demarcadas).<sup>41</sup></p>	<p>A imigração internacional forçada é um produto do mundo moderno globalizado; um fenômeno crescente a cada ano, que traz consigo inúmeros desafios e responsabilidades.</p> <p>Para o reino em expansão, a escravização da população conquistada e os rendimentos obtidos com os territórios conquistados permitiam aos governantes não apenas a obtenção de uma nova fonte de renda, mas também o aumento da riqueza pessoal, a constituição de exércitos e a formação de grupos administrativos compostos por dependentes diretos.</p>

Código Documento	Físico/Natural	Simbólica/Cultural	Relacional Espaço-Tempo-Território	Observações a partir do viés CTS
	<p>outras atividades socioculturais, foram obrigados a mudar o seu modo de vida para atender às obrigações impostas pelo colonizador e para produzir o que este ditava.</p> <p>A República Democrática do Congo tem muitas coisas e atributos; tem grandeza e riqueza em várias esferas: riqueza natural, riqueza hídrica, riqueza mineral, riqueza cultural, riqueza étnica, riqueza histórica. No aspecto da riqueza mineral, o território congolês chegou a ser nomeado como escândalo geológico, por causa da grande diversidade e riqueza mineral, com jazidas de diamante, urânio, ouro, prata, cobre, cobalto, cassiterita, carvão, petróleo, zinco, entre outros.</p>	<p>pessoas expropriadas de suas vidas e de suas terras não é um caso isolado.</p> <p>Os imigrantes que estão na casa começam a vivenciar aspectos da cultura brasileira, a buscar soluções para os problemas de convivência, a realizar cursos, acompanhamentos e outras atividades e assim vão compreendendo que suas diferenças não são maiores do que a necessidade comum de se estabelecerem na nova realidade.</p>	<p>Agora, os senhores do desenvolvimento e do tempo econômico labutavam para alterar a forma de trabalho ancestral e a mentalidade relacional e orgânica de vida-trabalho dos congolezes, de forma violenta e estigmatizante.</p>	<p>Além da fome, há a degradação da biosfera e a transformação do território soberano nacional em terra para usufruto de governos e corporações estrangeiras. Há também o rebaixamento a uma condição inferior dos governos que venderam ou arrendaram seu território para o usufruto pernicioso daqueles que o adquiriram; há a deterioração do que se concebe como cidadania para o povo do lugar.</p> <p>A República Democrática do Congo possui uma cultura paternalista, na qual as mulheres não têm muitas possibilidades, oportunidades e direitos. Existe a poligamia (um homem pode ter várias mulheres) e, para boa parte da população, as mulheres são tidas como incapazes para realizar atividades que estejam fora do âmbito doméstico; muitas encontram inúmeras barreiras para estudar e para trabalhar fora do lar</p>

## APÊNDICE 7

### Dimensão Prática da Territorialidade:

Código Documento	Prática capitalista: evidencia	Práticas insurgentes: evidencia	Observações a partir do viés CTS	Processo de transformação Explícito/Implícito/
D1/CTS	<p><b>Marginalização:</b> O processo de colonização e pós-colonização e todos os demais retiraram dos negros muito de sua essência cultural, social e organizacional. Mas não a sua essência ancestral, o que é a sua maior herança, razão de sua existência e é o que os mantêm ligados ou religados à África por tantos séculos do outro lado do oceano.</p> <p>Três registros se impõem neste ponto: a criminalização da capoeira, do curandeirismo e do espiritismo. Uma vez mais certifica o destaque legalmente conferido à dominação cultural, à imposição da cultura e dos valores europeus como estratégia para a dominação política e a exploração econômica.</p> <p><b>Seletividade espacial:</b> Falar da urbanização é uma coisa, vivê-la é outra bem diferente. Mas é fato que quando nós falamos do Candomblé rural e urbano não é para dizer: esse é fraco ou esse outro é forte. Nada disso. É apenas</p>	<p><b>Ressignificação:</b> A herança cultural legada pelos africanos em toda a diáspora negra constitui um dos aspectos mais significativos nos processos de construção de identidades e de referenciais, na dinâmica da formação de culturas e sociedades nas Américas do Norte, Central e do Sul e também no Caribe. É no contexto dessas tradições que nascem e se estruturam as dimensões religiosas de resistência africana que constituem um dos indicadores mais fortes da decisão política de busca de liberdade, empreendida pelos africanos e seus descendentes ao longo de todo o processo colonial escravista, ocorrido no Brasil entre os séculos XVI e XIX. O terreiro entendido como templo, segundo Sodré (1988), especialmente no caso do Candomblé que conhecemos, é a forma social afro-brasileira constituída como um território, um espaço apropriado, e como lugar próprio. Dessa forma, os</p>	<p>à globalização verificamos que suas dimensões políticas, econômicas e culturais provocam impactos sobre a questão religiosa.</p> <p>Por melhor e maior avanço que a internet nos proporcione, entendemos que ela deverá estar no externo, no cotidiano dos adeptos, dos fiéis e não no interno, no sagrado como, por exemplo, nos roncós, nas consultas ao Ifá ou nos ebós.</p> <p>Política e historicamente houve três momentos visíveis de exclusão do negro da posse da terra: 1) a não indenização pelo processo da escravização; 2) a proibição do acesso à aprendizagem da escrita e leitura; 3) a lei de terras e a não reforma agrária. Isso sem falar do processo estratégico que se deu pela imigração no momento crucial do negro no Brasil.</p>	<p>No que se refere à tecnologia e à ancestralidade, há uma estreita relação entre ambas, já que os ancestrais criaram e usaram as tecnologias do seu tempo.</p> <p>Exemplos são vários: atuação nas feiras livres, confeccionando e vendendo pencas e balangandãs, bem como paramentos de orisãs como bordados, rechilieus, broias (amarração de toalhas de algodão), confecção nos teares de panos da costa de fios de algodão tingidos com a quaresmeira e barro, além de outras técnicas ancestrais; seus modos de fabricar sabão como de cinza, de mamão, de sebo, de álcool, de ervas perfumadas, de coco etc.</p>



Código Documento	Prática capitalista: evidencia	Práticas insurgentes: evidencia	Observações a partir do viés CTS	Processo de transformação Explícito/Implícito/
	para exemplificar as perdas espaciais que geram dificuldade e até mesmo resistência para manter o Candomblé urbano.	territórios afro-brasileiros podem estar constituídos nas formas de “território-terreiro” no espaço urbano. O terreiro torna-se lugar de ressignificação da cultura afro-brasileira, espaço profícuo para uma abordagem geográfica.		
D2/Inter	<p><b>Fragmentação:</b> Na atualidade o Pará é o estado que apresenta o maior número conflitos por terra e mortes geradas nele, além de ser o estado que registra o maior índice de impunidade pelos crimes praticados nesses conflitos. A comunidade de Jurussaca há algum tempo demonstram que os conflitos por terra; a disputa pela terra foi em um primeiro momento as principais causas para que a comunidade viesse a se reconhecer como quilombola, para posteriormente pleitear o reconhecimento,</p> <p><b>Marginalização:</b> Alguns moradores relutaram para não assumir a identidade como quilombola [...] algumas pessoas apresentavam medo de serem submetidos às situações de opressão e violência.</p>	<p><b>Ressignificação:</b> As identidades quilombolas na conjuntura atual se apresentam ressignificadas, em contextos específicos, porém, com peculiaridades que as conectam de alguma forma à identidade histórica. A luta travada pela posse das terras da comunidade de Jurussaca representou entre os seus moradores uma ação coletiva que contribuiu para auto-atribuição da comunidade como quilombola. De tal modo, entende-se que a definição dos termos quilombo e/ou remanescente de quilombo ultrapassa a fronteira dos dispositivos legais, que apenas regem os critérios de reconhecimento e concessão de títulos às comunidades quilombolas e toca, superficialmente, às questões referentes às identidades coletivas que cada comunidade vivencia.</p>	<p>A relação estabelecida entre os moradores da comunidade de Jurussaca e seu território se construiu ao longo de sua história, é o que se define nestas linhas como territorialidade, que por sua vez é resultante de um longo processo de territorialização. A terra e o território da comunidade se apresentam, portanto, intimamente ligadas as suas identidades, nessa relação se constrói seu processo de territorialização. A relação dos moradores da comunidade de Jurussaca com seu território é fruto de seu processo histórico de formação, ocupação e organização, mas seu processo de territorialização se deu a partir das disputas pela posse da terra e pelo reconhecimento e titulação de terras coletivas. Essa realidade aproxima a comunidade de tantos outros grupos humanos no Brasil (ribeirinhos, indígenas etc.), que já possuem sua própria conduta territorial, mas que estão sendo</p>	

Código Documento	Prática capitalista: evidencia	Práticas insurgentes: evidencia	Observações a partir do viés CTS	Processo de transformação Explícito/Implícito/
			invasivas, gerando o choque com as territorialidades de outros grupos e outras formas territoriais	
<b>D3/CTS</b>	<p><b>Marginalização:</b> Sem condições de concorrer em variedade e preço baixo com os grandes produtores internacionais, os pequenos produtores devem estabelecer diferenciais que valorizem o emprego de recursos locais, saberes e métodos tradicionais de produção para o desenvolvimento de um produto singular e de alta qualidade. A indústria brasileira é pouco competitiva e passa por um processo de desindustrialização que vem se agravando desde a abertura aos produtos importados, no início dos anos 90. as atuais estratégias de execução do desenvolvimento sustentável não modificam o modus operandi da economia, servindo apenas como uma nova roupagem para o projeto neoliberal. Do Nascimento (2012) afirma que, ao ocultar o componente ideológico da questão ambiental, a base estrutural que originou o desequilíbrio entre economia, meio ambiente e sociedade continuará sendo sustentada.</p>	<p><b>Construção de redes:</b> Nesse sentido, a Manufatura Social emerge como um novo modelo de fabricação, que permite a abertura do processo de confecção a qualquer pessoa que queira participar do processo (BRUNO, 2016). A manufatura social envolve o consumidor na concepção da ideia, no design e na produção, para que o produto possa melhor atender às suas necessidades (SHANG et al., 2013). É um processo que amplia as chances de sucesso do produto, evitando o seu descarte precoce. Aplicada à indústria de confecção, a manufatura social é um novo modo de fabricação baseada em rede, provador 3D e outras tecnologias, com o objetivo de personalizar o produto de acordo com as preferências do consumidor final</p>	<p>Destacam a importância de promover a diferenciação de produtos confeccionados por meio do design ligado à sustentabilidade à valorização da cultura local. O setor têxtil e de confecção somados são responsáveis por 1,6 milhões de empregos e possuem uma enorme capacidade de inclusão, na medida em que geram trabalho e renda para uma grande maioria de mulheres em condições de vulnerabilidade. De acordo com Feenberg (1992), enquanto a sociedade for orientada para o mercado, a tecnologia será entendida como um meio de se obter lucro e poder. Esse autor utiliza o termo “trade off” (em que + A significa – B) para explicar que atualmente as preocupações sociais e ambientais são vistas como limitadoras da eficiência produtiva e, conseqüentemente, da lucratividade na indústria. Feenberg (1992) defende que a “eficiência” seja definida em termos mais amplos e contextualizada sobre as bases</p>	<p>Devido à concorrência global - produtores que não possuem vantagens de custo devem incorporar estratégias de diferenciação ou nicho, a partir de dinâmicas locais que possam ser revertidas em diferenciais competitivos de longo prazo. Para Mohajeri (2015), a manufatura social pode reverter as políticas de terceirização e internacionalização da produção no longo prazo. Além disso, novas técnicas de fabricação reduzem a quantidade de trabalho necessário para a produção. Como resultado, os custos do frete poderão ter um impacto maior do que os custos derivados da mão de obra. Ao invés de fabricar produtos nos países em desenvolvimento, poderá ser mais vantajoso e mais rápido produzir localmente. Descreve algumas alternativas para evitar que produtos descartados sejam encaminhados para os lixos e aterros</p>

Código Documento	Prática capitalista: evidencia	Práticas insurgentes: evidencia	Observações a partir do viés CTS	Processo de transformação Explícito/Implícito/
			ambientais e humanas que são impactadas pela ação técnica.	
D4/Inter	<p><b>Marginalização:</b> Desde a concepção do RUC os espaços formais de lazer não foram dimensões consideradas essenciais, da mesma forma, ao que se pode notar nos documentos oficiais, o lazer tem sido invisibilizado, tanto nos discursos oficiais quanto nas práticas cotidianas.</p> <p>A realidade expõe dois contextos: o primeiro, indica uma espécie de inviabilização das práticas de lazer desenvolvidas pelos sujeitos no dia a dia, e uma segunda; o negligenciamento intencional por parte de certos setores federativos</p>	<p><b>Refuncionalização e Resignificação:</b> Estratégias como a criação de parques ou áreas verdes a partir de uma APP pode se constituir num relevante instrumento de valorização do patrimônio natural e conseqüente aproximação da comunidade do RUC com a área mencionada. Esta experiencia em Altamira pode apontar para a instrumentalização de uma política pública que supere essa cisão entre o homem e natureza tornando mais consciente de seu papel na sociedade.</p> <p>Dessa realidade da negação de um direito social, é possível notar duas características marcantes entre os moradores do RUC: a primeira que indica para uma rede de sociabilidade a partir da recriação das práticas de lazer estabelecida entre os moradores no próprio espaço; a segunda indica uma "circularidade" evidenciando os "novos territórios do lazer".</p>	depoimento evidencia a capacidade com que as pessoas, no seu cotidiano, recriam permanentemente realidades nas quais o lazer está presente como prática de desenvolvimento humano. Mesmo reconhecendo a relevância dessas práticas cotidianas, não devem constituir-se em regras para políticas públicas do lazer. De outro modo, suas ocorrências e visibilidades podem ser referenciais a implementação de políticas públicas do lazer.	<p>Notou-se que para além das "auto-organizações", em geral práticas invisibilizadas, a preocupação maior dos moradores, indica para ações mais alinhadas ao campo da reivindicação por componentes sociais como a educação, a saúde e a segurança que, no entendimento comum, são mais relevantes e necessárias.</p> <p>Desse cenário, evidenciaram-se novas formas de interação das pessoas com a cidade indicando a intrínseca relação entre o lazer, o território e a territorialidade.</p> <p>O diagnóstico insuficiente das opções de lazer existentes no RUC Laranjeiras desde a concepção do projeto, mas também a forma com que as pessoas desse espaço criam estratégias ante a realidade para se apropriando deles, constituírem suas atividades cotidianas do lazer.</p> <p>reafirma a relação presente entre o lazer, o território e a territorialidade, dimensões com características próprias, mas com interseções ressaltadas ao longo da</p>

Código Documento	Prática capitalista: evidencia	Práticas insurgentes: evidencia	Observações a partir do viés CTS	Processo de transformação Explícito/Implícito/
				pesquisa. As referências teóricas sobre esse objeto específico de análise ainda são escassas no território Amazônico, por essa razão espera-se que os resultados dessa pesquisa contribuam na ampliação e amadurecimento do debate nesse campo específico
<b>D5/CTS</b>	<p><b>Marginalização:</b> Apesar dos avanços institucionais recentes, os novos fenômenos jurídicos no direito brasileiro, tais quais o blockchain e os smart contracts, continuam desamparados de arcabouço sistemático doutrinário para que sejam devidamente inseridos ao ordenamento. Sem esta inserção, impossibilita-se o desenvolvimento e difusão de suas vantagens tecnológicas e competitivas.</p> <p>Conclui-se, portanto, que o fenômeno citado da desterritorialização, ao menos no que tange o impacto das novas tecnologias e, em especial da internet, dificultam a cognoscibilidade.</p> <p>ambiente de incertezas certamente reduzem os incentivos ao investimento em novas tecnologias, atrasando, portanto, potenciais ganhos sociais e</p>	<p><b>Construções Alternativas:</b> Por fim, de forma a incentivar que novos nódulos participem de uma blockchain com mecanismo de consenso proof of work, isso é, que indivíduos destinem seus recursos (computacionais e energéticos) para a solução dos protocolos dessa rede de computadores, estabelecem-se incentivos aos partícipes da rede, de tal forma que o primeiro nódulo que providencia a prova do trabalho é recompensado com criptomoedas.</p> <p>Lembra-se que o blockchain é uma tecnologia cujo propósito original é permitir transações com confiança, independentemente de intermediários. Uma importante classe de transações são os contratos.</p> <p>Percebe-se, portanto, a importância da territorialidade, dos fatores locais, para que a disponibilização de bens e</p>	<p>Via de regra, portanto, território torna-se territorialidade, ao menos parcialmente, com a aplicação das normas e doutrinas sociais de determinada nação, sendo preeminentes as regras jurídicas sobre as demais.</p> <p>Assim, ao mesmo tempo que a territorialidade é conceito indispensável à ciência, tecnologia e sociedade, especialmente sob o paradigma da complexidade; ao direito, a territorialidade é um dos elementos fundamentais do raciocínio jurídico, afinal, fundamenta o princípio da soberania nacional, ao reconhecer o poder e competência de aplicação do direito.</p> <p>Outros impactos importantes da tecnologia no âmbito social são: a possibilidade de desestatização de meios circulantes, por intermédio das criptomoedas; o</p>	<p>Um dos principais motivos para a confecção desse trabalho é o pequeno número de publicações científicas que tratem sobre smart contracts sob um viés das ciências sociais em português.</p> <p>Escassez de estudos sobre os smart contracts no Brasil, demonstrada acima, é preocupante em face do contraste com ampla literatura internacional sobre o tema – a busca do termo smart contracts no SCOPUS resulta em de 2968 publicações estrangeiras, em oposição às 30 brasileiras constantes nesta plataforma</p> <p>Novas tecnologias</p> <p>A tecnologia blockchain, portanto, prevê uma arquitetura com três elementos fundamentais: (1) o primeiro deles, já comentado, é o registro distribuído; (2) o segundo, a rede</p>

Código Documento	Prática capitalista: evidencia	Práticas insurgentes: evidencia	Observações a partir do viés CTS	Processo de transformação Explícito/Implícito/
	econômicos delas derivada de regras aplicáveis – i.e., dificulta a transformação do território em territorialidade. Este cenário gera inseguranças acerca do que é permissível, de quais normas incidem em quais fatos e de quais seriam os efeitos jurídicos das ações humanas.	serviços (ainda que de novas tecnologias) efetivamente se traduzam em desenvolvimento regional – isso é, entende-se que sem a devida atenção às peculiaridades e idiossincrasias locais, dificilmente se implementarão soluções tecnológicas vinculadas ao blockchain rentáveis ou socialmente benéficas.	agravamento da desterritorialização de relações jurídicas e sociais possibilitada pelos smart contracts; a automação de prestações e de meios de coerção eletrônicos por vias de negócios jurídicos inteligentes; a redução de custos para registro de informações sensíveis; entre outras possíveis externalidades, embora ainda imprevisíveis, decorrentes da interconexão e sistematização de dados pelas bases distribuídas e/ou com os avanços dos sistemas inteligentes.	de computadores; (3) e o terceiro, o mecanismo de consenso. os princípios modernos do direito contratual merecem atenção redobrada quando contrastados com os smart contracts, pois a boa-fé objetiva, o equilíbrio econômico e a função social dos contratos podem e devem atuar como moduladores dos efeitos destes negócios jurídicos, em quaisquer de suas fases contratuais. Estes princípios transcendem as barreiras disciplinares e podem ser chamados pelo operador do direito para frear avanços tecnológicos temerários – permitem a territorialização, quer-se dizer, a recepção do fenômeno estudado no território local, definindo quais são as cláusulas dos negócios jurídicos inteligentes que são aceitáveis pelo ordenamento jurídico e quais não o são
T1/Inter	<b>Marginalização:</b> etnicidade como categoria política de diferenciação social.	<b>Ressignificação:</b> lutas políticas (normativa) negociação e subversão. Contraposição à política colonialista de estereótipos.	Apresenta a crítica dos conflitos e dificuldades para acessar aos direitos sociais ante a precariedade dos recursos. Mostra as contradições entre o mundo normativo e o mundo empírico. Encontra-se elementos coloniais que tem a ver com a	Transformação Explícita (em processo): A pesquisadora conclui que “na genealogia da norma constitucional quilombola, parece ter sido obscurecido na aplicação dessa política pública de governo, em que prevalece

Código Documento	Prática capitalista: evidencia	Práticas insurgentes: evidencia	Observações a partir do viés CTS	Processo de transformação Explícito/Implícito/
			autoidentificação como comunidade Quilomba que podem ser discutidos a partir do viés decolonial.	uma diferenciação identitária étnico-racial.
T2/Inter	<b>Fragmentação espacial:</b> a aldeia como unidade menor de controle político.	<b>Construção de redes espaciais:</b> se corresponde com a implementação de práticas culturais, esportivas, rituais, artesanato que integram estratégias e experiências de resistência.	Apresenta como o povo indígena Akwê-Xerente leva seu modo de vida e o processo de alteridade em harmonia entre as atividades obrigatórias e de lazer, ao tempo que se interagem com às novas tecnologias (TV, Internet, redes sociais) evidenciando alguns problemas de rasgos culturais que interferem nas novas gerações.	As práticas de lazer evidenciam uma forma de transformação harmônica da cultura e identidade do povo que permite sua transmissão às novas gerações.
T3/Inter	<b>Fragmentação espacial:</b> o espaço urbano como unidade menor de controle político. Sem políticas culturais consistentes (25 anos de criação da lei federal de incentivo à cultura, a Lei Rouanet), que trazerem notável diversidade étnica e regional à cena da produção cultural brasileira. <b>Seletividade espacial:</b> Negociação, decisão urbana em matéria de política cultural.	<b>Construções alternativas e Construção de redes espaciais:</b> Como movimento emancipatório E como estratégia de resistência se apresenta o ciberespaço não apenas como mídia, mas como espaço público socialmente construído, feito de saberes, conhecimentos e potências que permitem novas formas de constituição do social, próprio de uma sociedade em rede e expressão de uma inteligência coletiva.	Se apresenta a apropriação das novas tecnologias como componente fundamental para a construção de uma política de direitos plenos à cidadania, focada em relações de igualdade que incorporem as diferenças compartilhada em tempo real e alimentada pela colaboração de muitos indivíduos em suas diversidades.	Se evidenciam as relações ciência, tecnologia e sociedade (CTS) através da cibercultura plurais que configura processos de criação, afirmação e compartilhamento de territorialidades.
T4/Inter	<b>Marginalização espacial:</b> Trajetórias marcadas por sequências de rupturas e permanências em que as carências e vulnerabilidades	<b>Ressignificação:</b> (implícita) As trajetórias e itinerários urbanos juvenis em territórios de pobreza, permite não apenas	Apresenta o uso da imagens (tecnologia) para apresentar uma realidade caracterizada pela Em busca de melhores condições de vida, moradia, escolarização,	

<b>Código Documento</b>	<b>Prática capitalista: evidencia</b>	<b>Práticas insurgentes: evidencia</b>	<b>Observações a partir do viés CTS</b>	<b>Processo de transformação Explícito/Implícito/</b>
	se vinculam à presença de um estado produtor de invisibilidades e violências múltiplas no campo urbano, apontando a coexistência de mecanismos históricos de diferenciação territorial.	pontuar inflexões, diferenças e desigualdades no campo do urbano, mas também produzir inteligibilidade sobre perspectivas múltiplas colocando-as no centro da análise. Os jovens lutam para fugir das determinações, fazem movimentos de resistência dentro dessas “zonas urbanas opacas”.	acesso a serviços e a equipamentos públicos, os percursos e as sonoridades produzidas pelos jovens pobres da Grande Cruzeiro, em distintas gerações, indicam que eles permanecem por si sós, cuidando dos destinos de suas vidas.	
<b>T5/Inter</b>	<b>Marginalização espacial:</b> Nas ruas se evidencia as desigualdades sociais e a brutalidade da exploração, tanto do trabalho infantil, gravidez na adolescência, quanto da exploração sexual a que crianças vivenciam nas sociedades.	<b>Ressignificação:</b> (implícita) Não se pode banalizar as culturas construídas pelas crianças nas ruas, particularmente as brincadeiras. Elas são mobilizadoras de construções identitárias que fortalecem os vínculos: entre as crianças e o lugar de pertencimento, entre elas e outras crianças, delas com os adultos e com a sociedade, fortalecendo sua identidade cultural de acordo com o espaço vivido.	A pesquisadora mostra os aspectos positivos que podem se extrair das brincadeiras nas ruas porque pode potencializar-se como lugar onde a dinâmica social de fato acontece, onde passam a ter outro sentido e outras possibilidades na visão da criança, viram local de viver a intensa liberdade do ser. A rua como lugar de práticas sociais, como espaço múltiplo que revela e captura significados é lugar de criar territorialidades, pelas vias da criatividade e da ludicidade das crianças.	
<b>T6/inter</b>	<b>Antecipação:</b> O processo de colonização se apresenta como uma oportunidade de rentabilidade pelos recursos naturais e a ubiquação estratégica.  <b>Redução:</b>	<b>Construção de redes espaciais:</b> Os diferentes vínculos dos sujeitos geram redes de relações e formam uma nova territorialidade na região. Como uma estratégia de reprodução, na qual a fixidez e a mobilidade se	Nesse contexto, se evidencia como o Agronegócio mobiliza os sujeitos que vivem na região, que trabalham no agronegócio, direta ou indiretamente, uma sociedade que tem suas reproduções e representações ligadas a esse mercado. Assim, a Expo Santa	Além de se estabelecer práticas socioculturais, também são realizadas atividades socioeconômicas e políticas.  Com isso, há uma transformação das relações políticas, econômicas, sociais,

Código Documento	Prática capitalista: evidencia	Práticas insurgentes: evidencia	Observações a partir do viés CTS	Processo de transformação Explícito/Implícito/
	<p>Viabilização da reprodução das condições de produção, por meio da inovação</p> <p>Representada pela Expo Santa Rita –feira do agronegócio – mostra a atuação e influência política no país e ao nível internacional. A feira faz parte da organização do espaço, das práticas regionais e das relações transnacionais que reúne multinacionais do setor e atrai visitantes nacionais e internacionais.</p>	<p>retroalimentam e formam campos sociais transnacionais, compostos por interesses econômicos, políticos, socioculturais, redes transnacionais, redes a partir da nova realidade vivida, como redes de compadrio, de produção, políticas, dentre outras inúmeras redes de interesses.</p>	<p>Rita, faz parte da marca da cidade, “La ciudad progresista”, que se respalda no agronegócio para a construção da sua imagem.</p>	<p>culturais, produtivas, simbólicas na região, o que compõem uma nova territorialidade.</p> <p>Territorialidade que se caracteriza pela ação transnacional do agronegócio.</p>
T7/Inter	<p><b>Seletividade espacial:</b></p> <p>Os problemas nos municípios sobre os planos diretores que desafiam a invisibilidade institucional sobre conflitos havidos no exercício da sociobiodiversidade oriximinaense, na metodologia original, em flagrante descontentamento por parte das lideranças políticas e comunitárias locais.</p> <p>O histórico inaccessão à terra urbana e problemas fundiários correlatos; a desigualdade socioespacial na produção do espaço urbano; os problemas de gestão do espaço territorial municipal; a dificuldade de organização administrativa da cidade a partir dos interesses coletivos e a apropriação dos</p>	<p><b>Ressignificação:</b></p> <p>A luta política fortalece os elementos identitários etnoambientais que se figuram no vasto interior oriximinaense é, uma atitude política valorosa de quem busca governar o território com base na diversidade social.</p> <p>Na unidade política, o foco principal de se compreender direitos, enfrentar lides espaciais e propor novos desafios locais aos direitos de cidadania, no centro de todas as ações, programas e projetos locais engendrados, a realização do direito humano ao território tradicional em paralelo ao já aclamado direito humano à cidade – tendo, por base comum, o exercício da dignidade humana na pluriethnicidade e na multiterritorialidade vividas nesta</p>	<p>Apresenta o resultado do trabalho conjunto através de as atividades de campo – executadas sob forte ação voluntária e colaborativa nas arenas políticas forjadas para este intento – permitiu a realização de participações em paralelo com o Comitê Gestor de revisão do Plano Diretor que permitiram impregnar, na futura lei, a ótica da sociobiodiversidade, na medida em que as viabilidades orçamentária, política e socioambiental permitiram este intento.</p>	<p>Propõe a criação da nova lei diretriz de Oriximiná e mostra que existe a possibilidade de apontamentos críticos nas bases metodológicas e conceituais de ordenamentos territoriais de nível local onde a abordagem única do urbano – em cenários amazônicos – se mostra insuficiente para contemplar situações de cidadania percebida das populações que possuem, na região, diversas formas de produção do espaço social e variadas conformações etnossociais nas urbes amazônicas.</p>



Código Documento	Prática capitalista: evidencia	Práticas insurgentes: evidencia	Observações a partir do viés CTS	Processo de transformação Explícito/Implícito/
	espaços públicos pelo setor privado.	fração (única) da Amazônia brasileira para os próximos dez anos de vigência do novo PDMP		
T8/Inter	<p><b>Marginalização espacial:</b> Considera o saber/poder de grupos sociais distintos, outrora historicamente dissolvidos, invisibilizados ou desponderados no contexto epistemológico e do capitalismo/colonialismo.</p>	<p><b>Refuncionalização:</b></p> <p><b>Ressignificação:</b> Da análise da construção dos mapas sociais, foi possível identificar os principais conflitos territoriais emergentes em cada realidade histórica pesquisada e o mecanismo político, gerado pela representação social mapeada, para as reivindicações e resistência destas comunidades articuladas aos movimentos sociais.</p> <p><b>Construção de redes:</b> Partindo da comparação entre os processos de construção territorial das comunidades, através de seus mapas sociais, elaborados coletivamente, e pelas entrevistas realizadas, foi possível elencar categorias de análises emergentes em cada realidade “mapeada”.</p>	<p>Convergências e divergências entre aspectos como: dinâmica territorial; identidade; e formas de manifestações cartográficas próprias. Essa comparação forneceu elementos essenciais para compreender de que maneira o território foi construído e como se tornou inteligível através das temporalidades, pelas comunidades, em similitudes e diferenciações entre elas</p>	<p>Importante salientar que a afirmação de uma identidade étnica está crucialmente vinculada pelo pertencimento a uma coletividade e a um território, cuja historicidade pode ser apreendida pelos marcos de territorialidade, materializados no espaço, transformado em território coletivo.</p> <p>Transformação através da Cartografia Catrumana. Aponta-se a Nova Cartografia Social.</p>
T9/Inter	<p><b>Marginalização:</b> Representada pela fragilidade das instituições sociais tradicionais, as Escolas de Samba que apresentam origem marcadamente popular assinalam o espaço da cultura, da tradição viva da festa e exaltam a riqueza que caracteriza a experiência urbana com seus</p>	<p><b>Construção de redes:</b> As Escolas de Samba apresentam um processo cultural amplo, formando um circuito na urbe que movimenta o público sambista e não-sambista, o Carnaval e o não-Carnaval, haja vista os</p>	<p>Problemas: A região em que está localizada a Escola de Samba possui um histórico de conflitos e disputas por território entre facções rivais do crime organizado, embora esse cenário seja similar em outros morros da cidade situação causa medo aos moradores, visto que atingiu</p>	<p>As comemorações das Escolas de Samba valorizam territorialidades e proporcionam a conectividade entre municípios, com suas práticas patrimoniais ao longo do ano carnavalesco. Nesse sentido, as</p>

Código Documento	Prática capitalista: evidencia	Práticas insurgentes: evidencia	Observações a partir do viés CTS	Processo de transformação Explícito/Implícito/
	<p>ensaios fora das quadras, evidenciando a importância da ocupação dos espaços públicos, como as ruas.</p> <p>Embora a festa esteja envolvida por emoções e afetos, novos interesses e dimensões espetaculares, problemas relativos à falta de recursos ou à gestão do evento prosseguem somados aos conflitos entre o Município, as Escolas e parte dos moradores nos territórios onde estão situadas as sedes das Agremiações, sobretudo na capital</p>	<p>encontros que proporciona e as disputas que produz.</p> <p>Nesse sentido, diante da multiplicidade do espaço urbano, entre praças, ruas, morros, estão as Escolas de Samba marcando a convivência festiva carnavalesca e exaltando, ainda, a importância desses ambientes como espaços praticados.</p> <p>Através das Escolas de Samba, como instituições da sociedade civil, é possível se organizar e fazer política com alguma autonomia fora do jogo político da nação em defesa dos interesses coletivos e expressões populares.</p>	<p>vítimas inocentes, e afastou, temporariamente, pessoas que frequentavam os ensaios da Escola de Samba.</p>	<p>Escolas de Samba como bens culturais são apropriadas pelo poder público e privado, como um grande negócio, e menos como pontos de cultura espalhados pela cidade.</p> <p>Para finalizar, o que se percebeu ao longo da pesquisa foi a relevância das Escolas de Samba e da realização das festas pré-carnavalescas para a cidade, visto que as suas comemorações valorizam territorialidades e proporcionam a conectividade entre municípios, com suas performances e práticas patrimoniais ao longo do ano carnavalesco.</p>
T10/Inter	<p><b>Fragmentação:</b></p> <p>Amazonas, assim como outros estados da Amazônia, avançam imersos em iniquidades e com territórios pressionados por uma prática predatória que prima por descentralizar a execução de ações e serviços, mas que posterga o compartilhamento de recursos equânimes e de acordo com as especificidades da região. As longas distâncias, o afastamento dos principais centros econômicos faz com que os custos das políticas públicas de saúde devam ser diferenciados por ser, inadmissível que as pessoas</p>	<p><b>Conformação de redes</b></p> <p>Foram indicadas medidas adotadas pela gestão estadual com vistas a responder à necessidade de construir um processo de regionalização mais adequado à realidade local</p> <p>Sem dúvida a descentralização, a regionalização e a constituição de redes de atenção constituem importantes estratégias nacionais de gestão pública que precisam ser fortalecidas e especialmente chegar aos rincões distantes da Amazônia.</p>	<p>Descreve detalhadamente o marco histórico que envolve a pesquisa:</p> <p>A construção da rede de cuidados para as pessoas que vivem com HIV, em tempos em que se induzia Estados e municípios a se responsabilizar pela saúde de seus cidadãos (BRASIL, 1998), decerto foi tarefa árdua e de grande proporção. Em tempos de descentralização com ênfase na municipalização dos serviços de saúde, a atenção à população acometida por retrovírose se concentrou, inicialmente, em</p>	<p>Amazonas é o único estado brasileiro que possui o programa integrando todos os seus municípios, oferecendo consultas a distância (teleconsultoria) em 19 especialidades e a realização de exames de alta complexidade, como os exames de eletrocardiogramas, laudos radiológicos (RX e mamografia) realizados nos municípios com resultados emitidos na capital</p> <p>Constatou que as unidades de saúde de ambos os municípios</p>

Código Documento	Prática capitalista: evidencia	Práticas insurgentes: evidencia	Observações a partir do viés CTS	Processo de transformação Explícito/Implícito/
	<p>não tenham direito a saúde no lugar onde moram, seja na periferia da grande cidade ou na periferia da distante Tabatinga e Benjamin Constant.</p> <p><b>Marginalização:</b> Benjamin Constant, por sua vez, faz juz à condição de pequena cidade de responsabilidade territorial e seus equipamentos de saúde são restritos à centralidade Intramunicipal. necessidade de encaminhar usuários para Manaus traz implícito a ausência de serviços de apoio a esses sujeitos na capital, a complexidade do deslocamento para outra cidade, as questões financeiras da estadia em outra cidade, a morosidade dos serviços.</p>	<p>Nesse sentido, entende-se que as relações estabelecidas na implantação do SUS e em especial das redes de atenção à saúde, mesmo em um estado como o Amazonas e em uma região como a Amazônia, tem do ponto de vista da sua execução percalços que Evidenciam o “desenvolvimento Geograficamente desigual”, parte essencial da espacialidade capitalista.</p>	<p>centros de referência especializados e pela permanência tanto de recursos quanto de unidades hospitalares centralizadas sob gestão do estado e da União.</p>	<p>recebem grande fluxo de estrangeiros devido à proximidade da fronteira com outros países. Do mesmo modo há grande demanda das populações indígenas, especialmente da etnia Ticuna.</p>
T11/Inter	<p><b>Redução:</b> Condições de produção Segundo os entrevistados, esse território vivido pelo imigrante é negligenciado pelo poder público, não havendo interesse em oferecer serviços de qualidade à população local. Diferentemente do que se observa no território turístico, que tem melhor infraestrutura urbana e serviços quando comparado a outros trechos da cidade.</p> <p>O território turístico é mercantilizado, criado para atender as demandas do turista, onde se tenta encobrir os problemas</p>	<p><b>Construções alternativas e de redes:</b></p> <p>Nesse sentido, a proximidade geográfica não é mais a condição da comunidade social, porque as pessoas com as quais se lida não estão localizadas exclusivamente naquela comunidade local, ou naquele território físico, mas em um território-rede.</p> <p>percebe-se que os entrevistados assumem uma nova relação com o trabalho e o lazer, que muitos entrevistados apontaram que a migração permitiu uma maior</p>	<p>O conhecimento da Língua Portuguesa pode auxiliar no sentido relacional – de estabelecer novos vínculos sociais –, em um melhor desempenho do seu exercício profissional, na solução de problemas burocráticos, em compreender melhor a cultura local e respeitar o outro, em evitar equívocos ao transmitir ou impor suas ideias, dando assim, maior autonomia para o imigrante. Além disso, evitará a formação de guetos, abrindo-lhes outras possibilidades de interação social.</p>	<p>Por causa disso, muitas mulheres foram assediadas por estrangeiros, apenas pelo fato de serem brasileiras, circulando em territórios da prostituição em zonas turísticas.</p> <p>Percebe-se assim, a dinamicidade e alcance dessas tecnologias digitais, e o quanto elas estão presentes no cotidiano das pessoas. Dentro desse universo, destacam-se as mídias sociais como WhatsApp, Skype, Facebook e Instagram, que foram citados por todos os entrevistados,</p>

Código Documento	Prática capitalista: evidencia	Práticas insurgentes: evidencia	Observações a partir do viés CTS	Processo de transformação Explícito/Implícito/
	enfrentados pela cidade do residente, marcado por outros territórios.	flexibilização do trabalho com uma menor jornada, e conseqüentemente mais tempo para o lazer.	Um dos principais problemas citados pelos entrevistados foi no tocante a insegurança pela qual passa o estado e, conseqüentemente, o aumento da violência.	como meio de manter suas redes sociais.  Além disso, ressalta-se que a territorialidade do turista é diferente da territorialidade do imigrante, embora em determinados momentos partilhem do mesmo território.
T12/Inter	<p><b>Fragmentação</b></p> <p>Na fronteira o papel do Estado de controle e segurança, parece não ser percebida como dificultador ou limitador, pelo contrário.</p> <p><b>Redução:</b> Condições de produção do lugar se percebe o viver na fronteira, como a condição em que o sujeito usa todos os recursos disponíveis nas três cidades da fronteira para sua vida cotidiana. Esta condição parece mais utilitarista, no sentido de buscar os diferentes recursos onde ele seja melhor, com menor preço etc. Isto faz parte do viver transfronteiriço, a busca de recursos de acordo com as necessidades das pessoas que vivem nessa territorialidade.</p>	<p><b>Sentido amplo:</b> Fica evidenciado o viver na fronteira, de acordo com sua necessidade e motivação, ele acessa os diferentes recursos no Brasil, Paraguai e Argentina, caracterizando o trânsito transfronteiriço constante, o fator mobilidade é importante para que esta condição aconteça porque possibilita um melhor acesso aos moradores da fronteira aos diferentes países, é o controle fronteiriço quem influencia nesta mobilidade.</p> <p>As condições que vão se dar a vivência transfronteiriça serão sempre desiguais, uns por necessidade outros por motivação e interesse. O que importa é que, mesmo a partir dessas diferenças, a marca na identidade pessoal é inequívoca. Viver na fronteira ou viver a fronteira representa formas distintas de se apreender a realidade transfronteiriça e de se</p>	<p>a questão dos crimes de fronteira e do seu medo em relação a estas ocorrências. Camila traz o tráfico de pessoas e tráficos de armas e drogas. Isto faz parte da fronteira, se por um lado se facilita o acesso das pessoas e a sua circulação, por outro a fronteira pode estar aberta para fluxos ilegais, como o de drogas, armas e capitais.</p> <p>Os indivíduos se apropriam de elementos que estão presentes nas territorialidades para criar fontes de identificação e significação.</p> <p>O multipertencimento, percebido pela maneira como os Indivíduos se sentem pertencentes em múltiplos contextos territoriais e transnacionais; as múltiplas apropriações identitárias, que avançam as fronteiras e limites para a constituição das identidades; a adaptabilidade e flexibilidade, a capacidade de se</p>	<p>A educação e a convivência familiar transfronteiriça fazem com que o indivíduo acabe desenvolvendo um multipertencimento em função das suas referências familiares.</p> <p>No dia a dia dos indivíduos da fronteira, esse multipertencimento pode ser percebido de diferentes formas:</p> <p>a) no uso dos recursos linguísticos (espanhol, português, guarani, yopará, “portunhol”);</p> <p>b) nos hábitos de alimentação dos diferentes países da fronteira (exemplo: o tererê, o mate e o chimarrão);</p> <p>c) no uso de documentação brasileira, paraguaia ou argentina, conforme a situação;</p> <p>d) na maneira como a pessoal se refere as suas características pessoais, de personalidade;</p>

Código Documento	Prática capitalista: evidencia	Práticas insurgentes: evidencia	Observações a partir do viés CTS	Processo de transformação Explícito/Implícito/
		vivenciar as potencialidades desta multiterritorialidade.	adaptar nos distintos contextos fronteiriços; o binômio mobilidade-liberdade, observada na fluidez e nos contornamentos que a experiência transfronteiriça proporciona; o senso de universalidade, aceitação das diferenças e a tolerância com o outro; os confrontos e aproximações, a constante dinâmica que a fronteira possibilita em termos (des)identificações e o estar-entre, a percepção de transcender os limites e aproveitar as oportunidades que a fronteira cria.	e) nos elementos culturais como músicas, programas de televisão, modismos.
<b>T13/Inter</b>	<p><b>Marginalização:</b> As doenças retroalimentam a pobreza, incapacitando as pessoas a realizarem atividades cotidianas, como ir à escola ou trabalhar, desenhando um quadro de limitação de suas capacidades físicas e mentais ao prejudicar o seu desenvolvimento pleno. A invisibilidade social e falta de influência política também podem contribuir para a compreensão dessa situação, sendo relevante pensar em estratégias de comunicação e informação em saúde que promovam o engajamento para a promoção da saúde daqueles negligenciados.</p>	<p><b>Ressignificação:</b> SUS como forma orientadora para as políticas públicas de informação e comunicação em saúde que requer a informação e a comunicação como direito de todos. A doença negligenciada é constitutiva de uma situação, de uma história possível pela ação de poder político. Não são apenas mais doenças, é mais sociedade e dominação. É mais comunicação, informação e debates. É importante o exercício da participação popular no SUS, investir na mobilização dos atores sociais nos Conselhos de</p>	<p>O princípio da equidade torna-se importante, pois tem como premissa tratar as pessoas de forma diferenciada por entendê-las como diferentes, em diversos aspectos da vida e da saúde, justamente por fazermos parte de uma sociedade que produz e reproduz desigualdades.</p> <p>As Conferências Nacionais em Saúde (CNS) e as Conferências Nacionais em Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (CNCTI), também são espaços legítimos de discussão e formulação de uma agenda de informação e comunicação em Saúde no Brasil.</p>	<p>Somente 10% dos recursos para as pesquisas em saúde são voltadas para as questões de saúde que atinge 90% da população.</p> <p>Informação e conhecimentos científicos são bens públicos importantes e a sua socialização pode permitir o combate das iniquidades em saúde e a formulação de políticas de saúde mais democráticas.</p> <p>Esse engajamento que pode impactar tanto o ambiente digital quanto o físico, não</p>

Código Documento	Prática capitalista: evidencia	Práticas insurgentes: evidencia	Observações a partir do viés CTS	Processo de transformação Explícito/Implícito/
	<p>Na sociedade contemporânea o Estado tem um papel precípua na construção de ações de comunicação e informação, e sua responsabilidade está também em garantir aos cidadãos o seu acesso.</p> <p>O desafio da negligência nos contextos científicos, institucionais e sanitários, exige uma contextualização e um enfrentamento que implica em diversas e tensas convivências e disputas disciplinares e institucionais, a presença ou ausência, a eficácia ou não, de comunicação e de informação e de Políticas Públicas de Saúde de Enfrentamento as Doenças Negligenciadas revelam a situação de invisibilidade de alguns sujeitos, e o seu negligenciamento diz respeito ao processo histórico e social.</p>	<p>Saúde, fóruns e consultas populares. Buscar a valorização dos usuários do SUS, dos próprios profissionais de saúde, como os agentes comunitários e vigilantes de saúde, que são muitas vezes considerados a margem do processo de produção de conhecimento sobre a saúde.</p> <p><b>Construções alternativas:</b> Condições essas das TIC's que têm implicado em mudanças fundamentais no modo da população engajar-se sobre determinado assunto, como o da saúde das populações.</p>	<p>O tripé ciência, tecnologia e informação estão na base da produção, utilização e funcionamento da sociedade. “A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são desse modo, equipados para facilitar a sua circulação ([...]) a lógica global acaba por se impor a todos os territórios e a cada território como um todo” (SANTOS, 2006, p.160).</p> <p>Na atualidade uma das grandes características do território/territorialidade tem se expressado mais na ideia de rede e seus fluxos, com a ideia de compressão do espaço-tempo, do que com territórios zonais, voltado para controle das áreas.</p>	<p>implica necessariamente o engajar-se no território “físico”.</p>
T14/Inter	<p><b>Marginalização</b> das narrativas dos familiares de Pai Véio e Mãe Véia as categorias analíticas estigma e sofrimento ético-político foram constantemente utilizadas para a compreensão das experiências de exclusão e preconceito vivenciadas (p. 264)</p> <p>Outra questão importante que emergiu nas narrativas e nas observações, foi o fato das “mulheres estarem sempre na</p>	<p><b>Ressignificação:</b> os estigmas relacionados aos “carreiros, pretos, crenes de Raiz” são atualizados como qualificações que constituem identidades para a afirmação da comunidade, onde a condição de separados e refugiados produz lugar para a inclusão como sujeito coletivo.</p> <p>Os estigmas relacionados aos “carreiros, pretos, crenes de</p>	<p>Deste modo é importante ressaltar que os tempos aos quais a família se refere não diz respeito ao tempo disciplinar organizado pelas ciências e sim a um tempo próprio da comunidade, organizado pelas vivências internas do grupo e por sua história. Foi através desses tempos que a família construiu sua relação com o lugar, estabeleceu laços, passou a conhecer cada canto do território,</p>	<p>Compreendi que no âmbito doméstico as mulheres desempenham as funções socialmente construídas como trabalho de mulheres, mas também desenvolvem a maior parte dos trabalhos entendidos como de homens. Isto se dá pelo fato de que na dominação masculina os homens é que devem se afastar das atividades ditas de</p>

Código Documento	Prática capitalista: evidencia	Práticas insurgentes: evidencia	Observações a partir do viés CTS	Processo de transformação Explícito/Implícito/
	<p>frente” e constituírem as lideranças formais e informais de Raiz, mas, ao mesmo tempo, se submeterem à dominação masculina orientada pelo discurso religioso e construir estratégias de convívio para “seguirem na frente”, mas não “desagradar a Deus”. As lembranças trazidas sobre a história dos antepassados, bem como as próprias experiências dos filhos de Pai Véio e Mãe Véia remetem a vivência da escravidão, da expropriação e das práticas tradicionais que compõem um modo de viver que responde aos critérios estabelecidos para o acionamento dos objetos jurídicos como comunidade remanescente de quilombo e comunidade tradicional apanhadora de flores (p. 265).</p>	<p>Raiz” são atualizados como qualificações que constituem identidades para a afirmação da comunidade, onde a condição de separados e refugiados produz lugar para a inclusão como sujeito coletivo de direitos constitucionalmente garantidos. Desta maneira, posso inferir que a dinâmica de interação da comunidade produz a atualização da memória, onde estes conteúdos integram os contextos culturais tradicionais de Raiz e são incluídos nos processos de luta e resistência na reivindicação de direitos.</p> <p><b>Construção de redes:</b> Nesse sentido os idosos compartilham as lembranças, os mais jovens compartilham as informações sobre os direitos no que dizem respeito às identidades acionadas e, assim, as memórias passam a ter sentido político. Nesta interação a luta política passa a fazer parte do modo de viver de Raiz e as identidades quilombola e apanhador de flor passam a ser vivenciadas positivamente pela comunidade.</p>	<p>a viver das panhas, das plantações, das criações e do artesanato, ou seja, constitui o modo de viver de Raiz.</p>	<p>mulheres e negar tudo que faz parte do mundo concebido como feminino para evidenciar sua virilidade e masculinidade.</p> <p>Constatai que nesse processo de politização da comunidade, liderado pelas mulheres, a panha é uma categoria nativa que traduz o modo de viver de Raiz, pois carrega a história do extrativismo, da luta contra a fome, da resistência e defesa do lugar, do artesanato e da conexão com o mundo de fora. As narrativas relacionadas à panha expressam a atualização da memória para o autoreconhecimento como comunidade apanhadora de flores e como remanescente de quilombo, uma vez que a expressão panha ganha contornos políticos, fomentando o discurso da escravidão e de apanhadores de sempre viva e, assim, ressignifica o passado na luta do presente na reivindicação por direitos.</p>
T15/Inter	<p><b>Marginalização:</b> Ou seja, a partir da função da cidade como espaço de circulação e trabalho, para grande parte da</p>	<p><b>Construção de redes:</b> Ainda assim, além de resistência, o território Mareense também apresenta um importante estado</p>	<p>Como vimos, ocupar e morar nesses territórios sempre foi marcado por processos de resistência, processos esses que,</p>	<p>As práticas de lazer têm deixado de lado sociabilidades importantes para construções de pertencimentos, identidades</p>

Código Documento	Prática capitalista: evidencia	Práticas insurgentes: evidencia	Observações a partir do viés CTS	Processo de transformação Explícito/Implícito/
	<p>população empobrecida restou criar lugares e práticas de lazer em seus próprios territórios. Assim, entendendo esses espaços como “lugares de lazer”, abre-se o olhar para o saber do outro, que no caso da Pesquisa é o sujeito marcado Historicamente pela estigmatização e empobrecimento da sua cultura; do seu lazer, do seu lugar. Vale ressaltar que estamos falando de um território que é historicamente massacrado por imagens sociais negativas e estigmatizantes. Valorizar outras construções e narrativas para além da violência, é entender que mesmo com a configuração territorial marcada por políticas de remoção, de destruição dos espaços (principalmente os lugares de lazer pelo Estado), esses territórios são ricos em tessituras sociais que constroem importantes processos de valorização da memória coletiva.</p>	<p>de resiliência. Passada a década de 1990, período marcado por uma intensa violência e confrontos, os anos 2000 trouxeram esperanças de dias melhores. Os moradores sentiam falta de ocupar novamente suas ruas com lazer e atividades que só tinham na memória. Por isso, inspiradas no grande inventor folclorista da Maré, Seu Nilo, suas filhas resolveram resgatar o Arraiá do Bico Mudo. Em todo esse tempo, o “Lugar” construído por uma imensa rede, a partir das referências simbólicas tecidas pelo Seu Manoel Gomes, criou uma territorialidade importante para a manutenção de um “lazer topofilico”, ou seja, a rodoviária, hospedaria, armazém e baile de forró representaram um lugar em que as memórias, costumes e notícias da terra natal se mantinham vivas. Nesse sentido, o Forró do seu Manoel Gomes ajudou a construir a conquista do lazer, da própria cultura e do território por sujeitos concretos que teimaram contra sua própria exclusão social.</p>	<p>todavia, incluiu a necessidade de criar a rua como uma extensão da casa e o lazer como experiência que produz um território possível. Assim, a criação de lugares de lazer e resistência trouxe o sentimento de pertença ao território em sujeitos historicamente marcados por processos de migração e remoção ao longo da história</p>	<p>que são indissociáveis nas tessituras dos “lugares de lazer”. Segundo Marcelino, a transformação dos espaços de lazer vem minando a possibilidade do lazer como lugar de significações coletivas. Nesse sentido, entendendo o lazer como a cultura - compreendida em seu sentido mais amplo - vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível pensado como um elemento fundamental na construção dos lugares, podemos refletir sobre as tessituras que envolvem a prática do lazer na relação sujeito/ espaço.</p>
T16/Inter	<p><b>Fragmentação/marginalização:</b> Como estratégias as privatizações, a eliminação das tarifas sobre importações, a financeirização e</p>	<p><b>Sentido estrito e Ressignificação:</b></p>	<p>A crise social e familiar era mesclada com um conflito emocional e expandia para o universo político de um passado</p>	<p>necessário enfrentar tais violações e tais brutalidades, de forma articulada, através de políticas públicas locais e</p>



Código Documento	Prática capitalista: evidencia	Práticas insurgentes: evidencia	Observações a partir do viés CTS	Processo de transformação Explícito/Implícito/
	<p>securitização de uma maior variedade de processos e entidades e, finalmente, a redução dos impostos corporativos como parte das receitas tributárias federais, aspecto que tem contribuído para o exorbitante aumento do lucro corporativo em detrimento do empobrecimento dos governos.</p> <p>Não apenas a política: pessoas, territórios, meio ambiente, saúde, educação e tudo o mais passa a ter valor de mercado.</p>	<p>Tentativas de acordos diplomáticos por parte de líderes africanos não surtiram efeito; vieram então os motins, as rebeliões, as guerrilhas, as fugas, as estratégias para escapar ao imposto e ao trabalho compulsório, as migrações – algumas das estratégias utilizadas pelas mais diversas etnias, povos, nações e Estados africanos para defender sua soberania, suas terras e sua maneira de viver. Até o início da 1ª Guerra mundial, toda a África havia caído sob o jugo colonial. Aos congoleses eram vetadas a formação política, a liberdade de imprensa e de associação que, amalgamado ao sistema de trabalho forçado mediante punições, enfraquecia a mobilização política.</p>	<p>que deixou marcas profundas no presente e que apareceu em temas tais quais colonização e neocolonização, imperialismo, territorialidade e memória.</p> <p>Como resultado, a exploração predatória de seus recursos naturais, a desestabilização de suas estruturas e instituições e o aprofundamento de suas já existentes desigualdades e injustiças.</p>	<p>federais, através do estudo, da pesquisa e da divulgação correta sobre o fenômeno migratório global, através do conhecimento e da integração da cultura do imigrante e do refugiado no novo locus, através do conhecimento da experiência migratória, considerando e respeitando o protagonismo destes, bem como suas identidades, visões de mundo e memórias.</p> <p>As práticas e medidas tomadas por tais eixos de atuação são fundamentadas na cultura dos direitos humanos, alvo da educação social e das organizações que a praticam. Tal cultura mediadora estabelece-se na tentativa de erradicar práticas discriminatórias, anular ameaças de ordem física, moral e psicológica contra o ser humano, reduzir a desigualdade social, criar a possibilidade para que cada pessoa desfrute de um padrão de bem-estar social e do desenvolvimento de suas potencialidades, garantir o acesso à educação e saúde, à cultura, à moradia e ao trabalho, sem exploração.</p>